À Mesa com o Valor
Primeira mulher à frente do grupo Iguatemi, Cristina Betts amadurece a moda internacional no Brasil EU&



'Business club' à carioca
Instituto 12, no Leblon, reúne lideranças empresariais e executivos para debater ideias e sustentabilidade EU&



Cinema
Marcello Mastroianni, que faria 100 anos no dia 28, é lembrado em mostra no REAG Belas Artes e no Telecine EU&

Sexta-feira, 20 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6092 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Transição energética abre cenário de oportunidades para Brasil e EUA

Emergência climática Maior impulso aos projetos de energia 'verde' ainda enfrenta desafios que passam por aspectos regulatórios, questões financeiras e de mercado

Daniela Chiaretti, Naiara Bertão, Robson Rodrigues, Marcello Corrêa e Francisco Góes
De Nova York

Brasil e Estados Unidos podem liderar a corrida global pela transição energética em um cenário de criação de empregos e investimentos em áreas como biocombustíveis e geração solar e eólica, nas quais os dois países estão bem posicionados. Na visão de especialistas, Brasil e EUA podem cooperar e explorar de forma complementar as oportunidades. Um maior impulso aos projetos de energia "verde", porém, ainda enfrenta desafios regulatórios, financeiros e de mercado. A discussão permeou o Climate Impact Summit 2024 Brazil-US, evento promovido ontem pelo **Valor** e pela Amcham na sede das Nações Unidas, em Nova York.

O pano de fundo dessa discussão, também destacado no debate, é a emergência climática, que tem produzido catástrofes como as atuais queimadas no Brasil e as cheias no Rio Grande do Sul, entre abril e maio. "Estamos em situação que não podemos nos dar o luxo de ficar pensando o que vamos fazer daqui a dez anos", afirmou André Aranha Corrêa do Lago, secretário de clima, energia e meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo especialistas, apesar dos avanços na transição, a demanda por combustíveis fósseis ainda continua alta, como disse Thomas Rowlands-Rees, chefe de pesquisa da BloombergNEF da América do Norte, no painel 'Por que a transição energética é tão crítica?' Também presente no debate, Maurício Tolmasquim, diretor-executivo de estratégia e planejamento da Petrobras, traçou um cenário para os hidrocarbonetos a médio e longo prazos. Para ele, não seria possível cortar a produção de petróleo a curto prazo como forma de reduzir as emissões. "Se o Brasil parar de produzir petróleo, é possível que as emissões aumentem, porque outro produtor continuará produzindo, mas com emissão maior."

Outros participantes também ressaltaram as oportunidades na transição. David L. Goldwyn, presidente da Goldwyn Global Strategies, disse ser importante o Brasil se apresentar como peça-chave no processo, uma vez que possui abundância de recursos naturais necessários em comparação às demais economias do mundo. A oferta de energia limpa no Brasil também é estratégica para atrair para o país projetos que buscam reduzir a pegada de carbono, tendência conhecida como powershoring. A demanda por energia de aplicações de inteligência artificial reforça esse potencial.

A secretária-adjunta de recursos energéticos dos Estados Unidos, Laura Lochman, destacou uma série de acordos e parcerias em curso. **Páginas A8 a A10**

Quem poderá explorar a última gota de petróleo

Daniela Chiaretti
De Nova York

Há um 'elefante na sala' da agenda climática global, que atende pelo nome de petróleo. A questão é como avançar na decisão da COP 28, a Conferência do Clima das Nações Unidas que aconteceu em Dubai, no ano passado, sobre os países se distanciarem dos combustíveis fósseis. Essa é mais ou menos a tradução de "transition away from fossil fuels", frase vaga o suficiente para os governos terem aceitado, e os ambientalistas, celebrado como um passo histórico. Só que agora ninguém sabe ao certo como implementar a decisão. Os interesses de cada um, inclusive do Brasil, se movem nas brechas nebulosas da interpretação dessa frase. **Página A10**

VANESSA CARVALHO/VALOR



Chiaretti conduz mesa com secretária americana Lochman, embaixador Corrêa do Lago, Damasceno do MDIC e Doyle, do Bid no Brasil

VANESSA CARVALHO/VALOR



Corrêa modera painel: Santamaria (BB), Arbache (UnB), Luciana Costa (BNDES), Peigo (Scala) e Marçal (especialista em sustentabilidade)

Datafolha: Nunes e Boulos isolados na liderança

Cristiane Agostine e Camila Zarur
De São Paulo e Rio

Pesquisa Datafolha divulgada ontem mostra estabilidade na disputa pela Prefeitura de São Paulo, mesmo após a agressão de José Luiz Datena (PSDB) a Pablo Marçal (PRTB) no debate da TV Cultura. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) aparece com os mesmos 27% do levantamento anterior, Guilherme Boulos (Psol) variou de 25% para 26% e Marçal manteve 19%. Datena segue com 6%, enquanto Tabata Amaral (PSB) repetiu os 8%. No Rio, o prefeito Eduardo Paes mantém a liderança, como os mesmos 59% da pesquisa anterior. Alexandre Ramagem (PL) subiu de 11% para 17%. **Página A11**

Dólar cai pela sétima vez seguida

Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O dólar teve ontem a sétima queda consecutiva, fechando em baixa de 0,7%, cotado a R$ 5,4241, refletindo o aumento da diferença entre os juros no Brasil e nos EUA. A moeda americana recuou 23 centavos de real, ou 4,1%. Na quarta-feira, enquanto o Banco Central (BC) elevou a Selic de 10,5% para 10,75% ao ano, o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) cortou a taxa básica em 0,5 ponto percentual, para o intervalo entre 4,75% e 5%. No mercado de juros, o viés mais "duro" adotado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) no comunicado divulgado após a reunião levou à alta das taxas futuras — boa parte dos analistas passou a esperar aumento de 0,5 ponto na Selic no próximo encontro do colegiado, em novembro.

Nos EUA, a redução de 0,5 ponto nos juros básicos promovida pelo Fed teve impacto positivo no mercado acionário. O índice Nasdaq subiu 2,51%, enquanto o S&P 500 avançou 1,7% e o Dow Jones teve alta de 1,26%. Os dois últimos bateram recordes. **Página C1**

Destaque

Tabata defende voto no 2º turno
Em 4ª lugar na pesquisa Datafolha, com 8% das intenções de voto, a candidata do PSB à Prefeitura de São Paulo, Tabata Amaral, disse em sabatina do **Valor**, "O Globo" e CBN que, caso não vá ao 2º turno, não apoiará nenhum candidato, e votará no "menos pior". "Nenhum deles me representa." **A14**

Arrecadação de tributos bate novo recorde em agosto

Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De São Paulo

Em agosto, a arrecadação federal somou R$ 201,622 bilhões, um aumento real — descontada a inflação — de 11,95% em relação a igual período de 2023 e o 9º recorde mensal consecutivo. O resultado deveu-se ao bom desempenho economia, a medidas de arrecadação extraordinárias adotadas pelo governo, como a tributação dos fundos exclusivos, e ao pagamento de impostos no Rio Grande do Sul, que foram adiados em razão das enchentes entre abril e maio. No ano, a receita com tributos soma R$ 1,731 trilhão, alta também real de 9,47%. O aumento da arrecadação tem sido, até aqui, a principal estratégia do governo para cumprir a meta fiscal. **Página A2**

Problemas nas lavouras de café devem afetar safra de 2025/26

Cibelle Bouças e Isadora Camargo
De Belo Horizonte e São Paulo

As lavouras de café do país têm sofrido perdas com a combinação de seca prolongada, temperaturas acima da média e incêndios. Como no caso da cana-de-açúcar, outra cultura afetada por esse quadro climático, os prejuízos não se restringem à safra atual. Produtores já consideram replantar parte dos cafeeiros em formação, que ainda não entraram em produção. O impacto dessa medida será sentido nas colheitas das duas próximas safras.

Se Minas Gerais, o maior produtor de café arábica do país, sofre com a falta de chuvas e temperaturas elevadas, São Paulo enfrentou, além disso, incêndios, que afetaram cafezais na Alta Mogiana. Nesse cenário, os produtores já veem impactos na florada da safra 2025/26 — que acontece entre setembro e dezembro. **Página B12**

Indicadores

Ibovespa	19/set/24	-0,47 % R$ 22,2 bi
Selic (meta)	19/set/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	19/set/24	10,50% ao ano
Dólar comercial (BC)	19/set/24	5,4183/5,4189
Dólar comercial (mercado)	19/set/24	5,4235/5,4241
Dólar turismo (mercado)	19/set/24	5,4558/5,6358
Euro comercial (BC)	19/set/24	6,0392/6,0410
Euro comercial (mercado)	19/set/24	6,0538/6,0545
Euro turismo (mercado)	19/set/24	6,1208/6,3008



Pelo fim das sobretaxas destrutivas do FMI
J. Stiglitz, K. Gallagher, M. Guzmán e M. Uy A23

Apropriação de saldos bancários como receita primária fere a LRF
D. Couri e J. Bittencourt A22

Brasil

Contas públicas Medidas extraordinárias como tributação de fundos exclusivos também colaboram para resultado

Volta de impostos do RS e atividade forte ajudam arrecadação a ter 9º recorde seguido

Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De Brasília

O pagamento de impostos represados no Rio Grande do Sul somou-se no mês passado ao bom desempenho da atividade econômica e a medidas de arrecadação extraordinárias adotadas pelo governo federal. Com isso, a arrecadação da União alcançou em agosto o nono mês seguido de recorde.

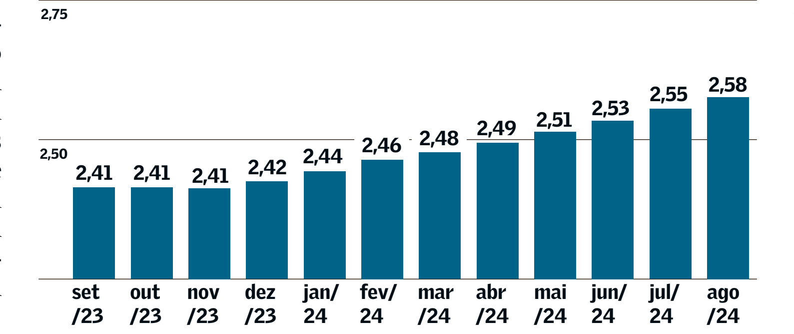
A arrecadação atingiu R$ 201,6 bilhões no mês passado — alta, sempre em termos reais e na comparação com o mesmo período do ano anterior, de 11,95%. No acumulado do ano até agosto, o indicador somou R$ 1,731 trilhão, alta de 9,47%, segundo a Receita Federal. Em ambos os casos, foi o maior patamar da série histórica, com início em 1995. Além disso, desde dezembro do ano passado a arrecadação vem atingindo patamares recordes para o mês.

De acordo com a Receita, o resultado de agosto pode ser explicado por fatores como: desempenho "dos principais indicadores macroeconômicos", a exemplo das vendas do comércio e da prestação de serviços registradas pelo IBGE em julho; arrecadação com "tributos do comércio exterior em razão do aumento do volume das importações, alíquotas médias e taxa de câmbio"; arrecadação com Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre combustíveis.

"Desde o início do ano, seguimos com uma trajetória de crescimento bastante acentuado da arrecadação, na comparação com 2023", disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, em entrevista coletiva.

"Seguimos com trajetória de crescimento bastante acentuado"
Claudemir Malaquias

Arrecadação federal
Acumulada em 12 meses - em R$ tri*



Fonte: Receita Federal *em valores de ago/24

Além disso, a Receita calcula que houve no mês passado arrecadação "atípica" de R$ 3,6 bilhões vinda do Rio Grande do Sul. As enchentes que atingiram o Estado no primeiro semestre mudaram o fluxo de pagamentos de impostos, diminuindo os recursos enviados para a União nos primeiros meses, mas aumentando no mês passado.

"Em setembro teremos efeito parecido", disse o coordenador-geral de Previsão e Análise, Marcelo Gomide, na entrevista.

A Receita ainda calculas que medidas extraordinárias adotadas no ano passado, como a tributação de fundos exclusivos e a atualização de bens e direitos no exterior, geraram arrecadação "atípica" de respectivamente R$ 13 bilhões e R$ 7,67 bilhões desde janeiro de 2024.

O aumento da arrecadação tem sido, até aqui, a principal estratégia do governo federal para cumprir equilibrar as contas públicas. O objetivo para 2024 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do Produto Interno Bruto (PIB) para mais ou para menos, o equivalente a R$ 28,8 bilhões. Até o começo de setembro, a projeção mediana de instituições financeiras, consultorias e gestoras era de déficit primário de R$ 66,6 bilhões para este ano, segundo o Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Na entrevista, Malaquias disse que as projeções de arrecadação com medidas extraordinárias, como mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e transações tributárias, foram "todas reestimadas". As novas projeções serão mostradas hoje no Relatório Bimestral de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias.

Apenas com as mudanças no Carf, o governo federal calcula, em sua projeção oficial mais recente, arrecadar R$ 55,6 bilhões neste ano. Até 21 de agosto, no entanto, a arrecadação com a medida estava em apenas R$ 87 milhões. O descompasso fez o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) emitir na quarta-feira um alerta para o governo federal sobre os riscos de eventual descumprimento da meta de resultado primário. A União projeta déficit primário de exatamente R$ 28,8 bilhões para 2024, justamente o piso da meta.

Ver também página A5

Combate a incêndios terá mais crédito extraordinário

Ambiente

Caetano Tonet, Jéssica Sant'Ana e Flávia Maia
De Brasília

Após reunião nesta quinta-feira (19) com governadores de regiões atingidas pelas queimadas, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo vai abrir novos créditos extraordinários para ajudar no combate aos incêndios. O valor dependerá da demanda dos Executivos estaduais.

"Já foi publicado o primeiro crédito de R$ 514 milhões. Outros créditos serão publicados na medida que os governadores apresentem e formalizem suas demandas", informou Costa. "Não posso falar em valores ainda, mas tudo o que for necessário será liberado", completou.

Os créditos extraordinários para combate a queimadas ficam fora da meta fiscal, por autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), e fora do limite de gastos do novo arcabouço fiscal, conforme previsto na própria regra. Costa também citou que já está autorizado ao BNDES a liberação, na semana que vem, de pouco mais de R$ 400 milhões para apoio aos corpos de bombeiros dos Estados da Amazônia Legal.

O chefe da Casa Civil também disse que o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, encaminhará ainda nesta sexta-feira (20) para sua pasta um conjunto de medidas para endurecer a pena para crimes ambientais, o que atenderia a uma demanda dos governadores, que reclamaram da possibilidade de pagamento de fiança para quem coloca fogo em áreas extensas.

"O ministro Ricardo Lewandowski já informou que está enviando para a Casa Civil até amanhã um conjunto de medidas para mudar a legislação, inclusive, do aspecto das punições relativas aos incêndios florestais, tornando mais severas, mais rígidas as punições", respondeu Costa.

A reunião aconteceu no Palácio do Planalto. Os governadores do União Brasil saíram antes do término e criticaram a decisão do governo de fazer o encontro às vésperas do período de chuva, ou seja, quando a situação das queimadas deve ser resolvida. Também disseram que precisam de mais recursos.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), afirmou que o seu Estado acumula prejuízo de R$ 1,5 bilhão com a destruição de 112 mil hectares de áreas produtivas pelas queimadas. Ele reclamou que, diante de todo esse estrago, receberá apenas R$ 13 milhões, cem bombeiros e 13 brigadistas do governo federal. "A gente precisa ter algo mais concreto."

Mauro Mendes (União Brasil), governador de Mato Grosso, defendeu que haja endurecimento à pena para quem ateia fogo em florestas, além do fim da fiança. Também disse que as ações planejadas pela União servirão mais para 2025 que para 2024.

Já o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), apresentou um plano de trabalho para fazer frente à crise e disse que precisará de recursos do governo federal. "O Estado do Pará solicita R$ 146 milhões para fazer frente às áreas de combate, às queimadas, mas também apoiamento às áreas que estão sofrendo com o isolamento pela redução do nível dos rios", disse.

DIVULGAÇÃO



Reunião dos ministros com os governadores da Amazônia Legal e do Centro-Oeste: promessa de mais recursos

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que "houve, sim, o esforço de uma ação preventiva por parte do governo federal" e que o Executivo está "aguardando que os governos estaduais mobilizem suas equipes" para que possam atuar juntos. "A crise é grave, é um enfrentamento muito difícil, as ações estão sendo o tempo todo ajustadas, e o que nós queremos é trabalhar de forma integrada."

Costa negou que tenha havido mal-estar entre os presentes na reunião. A ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpriu agenda no Maranhão, foi criticada por Caiado. "Se a visão dele [do presidente Lula] é que isso aí não tem relevância, não cabe a mim discutir. Eu não me omito de problemas", disse.

Participaram os governadores do Pará, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Roraima, e os vice-governadores de Rondônia e do Amapá.

Pela manhã, antes do encontro no Planalto, os governadores tiveram reunião com o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Dino determinou à Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestação sobre a possibilidade de estender a aplicação da desapropriação fundiária para os casos de desmatamento ilegal e incêndios criminosos nos moldes do confisco de terras com plantações de drogas ou exploração de trabalho escravo.

Os Estados também deverão fazer em 30 dias um levantamento sobre o trâmite de todos os inquéritos e ações judiciais que versem sobre crimes ambientais, incluindo a falsidade no âmbito do Cadastro Ambiental Rural. Terão ainda que tomar medidas para que os processos e inquéritos caminhem.

Por fim, terão também 30 dias para apresentar um diagnóstico dos motivos da concentração de 85% dos focos de incêndio em 20 municípios, conforme apontou a União. Caberá à União e aos Estados intensificar a fiscalização nessas cidades.

Ver também página A16

Silveira vê economia de R$ 400 milhões com horário de verão

Energia

Kariny Leal
Do Rio

O Brasil pode economizar R$ 400 milhões se decidir retomar o horário de verão, segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O número pode variar a depender do prazo, mas essa seria a economia gerada ao evitar o acionamento de mais geração térmica, usada para atender a maior demanda em horários de pico, uma alternativa cara para contornar o calor excessivo e os reservatórios mais baixos das hidrelétricas.

Silveira falou à imprensa nesta quinta-feira (19), na sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no Rio, e afirmou que recebeu a recomendação do ONS de adotar o horário de verão para evitar o estresse do sistema, que enfrenta o pior nível pluviométrico dos últimos 74 anos. Ainda assim, segundo o ministro, existe certa tranquilidade para avaliar outras medidas de resiliência antes de tomar a decisão, uma vez que não há risco de crise energética no país.

A decisão se haverá ou não horário de verão este ano será tomada nos próximos dez dias, depois de conversas com técnicos e membros de outros ministérios, segundo Silveira. Caso escolha adotar a medida recomendada pelo ONS e aprovada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) ontem, ainda levaria cerca de um mês para implementação. "Mesmo que o horário de verão seja decretado antes das eleições municipais, ele não seria implementado antes do segundo turno."

O CMSE tem a função de acompanhar e avaliar a segurança energética do país e é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Petróleo (ANP), da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do próprio ONS.

O horário de verão ajudaria a estender por uma hora a geração solar, que corresponde a 20% do volume de energia do sistema. "A decisão do horário de verão é do governo, mas quem fundamenta é o setor energético", disse Silveira, que frisou que precisa conversar com outras áreas antes de decidir. A implantação da medida depende de decreto presidencial.

"Eu ainda não me convenci da necessidade de decretar o horário de verão", disse o ministro. "Mas a própria recomendação do ONS indica que os agentes podem começar a se planejar."

Silveira disse que, quando o horário de verão foi suspenso em 2019, não houve base científica para a decisão, o que gerou uma crise em 2021. Segundo ele, o governo se baseia em critérios técnicos para fazer o planejamento energético.

Mais energia na página A6

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

AgroGalaxy **C3**
Ajinomoto **B6**
Amazon **B2**
Amazonas Energia **A6**
Axel Springer **B7**
Barclays **A5, C1**
Bluefit **B3**
BNDES **A2, A5**
Bodytech **B3**
Bradesco **C1**
Braskem **B1**
BTG Pactual **A5**
Burger King **B6**
Chilli Beans **B6**
Cielo **C3**
Citi **C1**
Citigroup **C2**
Coca-Cola **B6**
CSN **B1**
CSN Inova **B1**
David **B6**
Deutsche Bank **C2**
DWS **C2**
Ember **A6**
Embraer **B1**
Enel **B4**
EPE **A2, A6**
Evoltz **A6**
G4 Educação **B2**
Galapagos Capital **C1**
Goldman Sachs **C2**
Grupo Smart Fit **B3**
Ipec **A6**
ISA Cteep **A6**
Itaú Asset Management **C6**
JGP **C3**
Klabin **B1**
Magazine Luiza **B2**
Mannrich e Vasconcelos **B6**
Meta Asset Management **C1**
Mubadala Capital **B3**
Natura **B1**
Nestlé **B4**
Oby Capital **C1**
Peck Advogados **B7**
PGIM **C2**
Pinheiro Neto **B7**
Porto Seguro **B3**
Prudential **B6**
PSR **A6**
Quaest **A18**
Reckitt **B2**
Rio Bravo Investimentos **C1**
Rosenthal Advogados **B7**
Santander **A5, B4**
Seara **B6**
Starlink **B7**
SulAmérica Investimentos **C1**
Suzano **B1**
Tenax Capital **A5**
UBS **C1**
Vale **C1**
Velocity **B3**
Vtex **B2**
Way Carbon **A6**
X **B7**
XP **C3**
Zamp **B6**

Entrevista Assessor do presidente descarta ruptura, mas reluta em classificar vizinho como 'ditadura'

'Hoje eu não vejo Lula indo à posse de Maduro', diz Amorim

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

Assessor especial da Presidência, e principal articulador do governo Lula com o regime chavista, Celso Amorim viu naufragarem os esforços brasileiros por um processo eleitoral limpo na Venezuela. Com o reconhecimento da vitória do presidente Nicolás Maduro pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) — sem a comprovação das atas eleitorais — e com o opositor Ernesto González refugiado na Espanha, analistas falam em "game over" para o imbróglio envolvendo a eleição e a democracia no país vizinho. Amorim, por sua vez, afirma que o Brasil não romperá laços com o governo Maduro e reluta em classificar o que ocorre por ali como uma "ditadura": "Eu prefiro não fazer adjetivos".

Mas também demonstra contrariedade, ao afirmar que "hoje" não vê o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participando da cerimônia de posse de Maduro, em janeiro.

Nesta entrevista ao **Valor**, Amorim comenta também o processo eleitoral americano. Diz que o Planalto, hoje, é "mais identificado" com os democratas, representados pela vice-presidente Kamala Harris. Afirma, porém, que espera "pragmatismo" do republicano Donald Trump, caso seja vencedor.

Às vésperas da Assembleia-Geral das Nações Unidas, e com o Brasil em chamas devido às queimadas, Amorim adianta que a questão climática terá destaque no discurso de Lula no evento, previsto para a próxima terça-feira. Ele também comenta a relação com a China, a guerra na Ucrânia, a escalada do conflito no Oriente Médio e sobre Elon Musk. A seguir os principais trechos:

Valor: *Como o senhor vê a entrada de Kamala Harris nas eleições americanas? Se ela for eleita, o que muda nas relações bilaterais?*

Celso Amorim: Acho que [haverá] uma continuidade. O importante na relação com o Brasil, e acho que os americanos progressivamente estão compreendendo isso, é que não vão ter exclusividade. O Brasil vai ter uma relação com outros países, outras grandes potências Em muitos assuntos nós concordamos com eles, e em outros assuntos nós concordamos com outros. Normal.

Valor: *O cenário com uma eventual vitória de Trump muda?*

Amorim: Eu não vou me meter na eleição americana. Não sei. Isso é uma incógnita ainda, temos que ver. Não vou me pronunciar. A identidade [do governo Lula], em matéria de política econômica e de política social, é com os democratas. Foi com o Biden, e será com a Kamala Harris. Agora, em termos internacionais, obviamente EUA e Brasil têm que ter uma boa relação. São os dois maiores países do hemisfério ocidental. O que você tem que esperar é que tenha um pragmatismo [de Trump]. Vamos ver.

Valor: *Aqui, no Brasil, Trump está muito associado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Acha que a direita pode ter um impulso, se ele vencer?*

Amorim: Ela [a direita brasileira] pode tentar, mas aí eu confio mais no pragmatismo dos republicanos nesse aspecto. E acho que terá que ser uma relação normal.

Valor: *O presidente Lula descartou que o Brasil vá deixar de fazer acordos com a China devido a uma eventual reação dos EUA. Essa negociação com a China pode causar problemas com os EUA?*

> "Brasil aposta na multipolaridade porque ela é boa pra nós, além de ser boa para o mundo"

Amorim: Se eles [EUA] acharem, paciência. O que a gente vai fazer? O Brasil é um país independente, soberano. O Brasil aposta na multipolaridade porque ela é boa para nós também, além de ser boa para o mundo porque gera mais equilíbrio. Mas eu acho que eles vão compreender, vão entender que é natural. Nós vamos querer, sim, ter um acordo importante com a China. Já temos uma parceria estratégica. Acho que agora [o acordo Brasil-China] seria uma coisa de terceira geração: mais apoio, mais acordos também na área de tecnologia, assim como nós não recusamos ter bons acordos com os EUA. E isso vai variar, né?

Valor: *Por quê?*

Amorim: Se for a Kamala Harris, por exemplo, eu acredito que a gente possa colocar mais ênfase na parte do desenvolvimento sustentável, nas florestas. Se for o Trump, provavelmente será diferente. Não creio que haja impedimento. Acho que pode haver até uma emulação positiva [do acordo Brasil e China]. Brasil e EUA são grandes demais para poder depender só de um presidente. São muito grandes, é uma relação importante e inevitável para os dois lados.

Valor: *Um dos grandes focos de resistência dos EUA em relação a essas negociações entre o Brasil e a China é o Cinturão e Rota. A China está pedindo adesão do Brasil?*

Amorim: Não vamos ficar apegados a nomes. Vamos ver o que é possível fazer de projetos importantes. Então, além de continuar o trabalho da Cosban [Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação], o trabalho de exportação de carnes, eu acho que temos, os dois lados, que ver a se há possibilidade de abrir novos campos de cooperação com compromissos importantes de desenvolvimento e de investimento. Eu não me apego ao nome.

Valor: *Esse possível acordo com a China e a aproximação com o Japão e países asiáticos têm relação com a pressão do Uruguai para que o Mercosul construa um acordo de livre-comércio com a China?*

Amorim: Eu acho que não é por causa disso, mas, sim, é importante [se aproximar da Ásia]. Aliás, com a própria China também pode ter uma coisa na área de semicondutores, de inteligência artificial. São áreas em que eles estão muito avançados e que nós podemos trabalhar juntos, com certos objetivos. Na área farmacêutica também. A gente importa muita coisa deles, podem fazer aqui. E placas solares. Isso terá que ser negociado, mas, estou dando exemplo das coisas que interessam para nós.

Valor: *Por causa da questão das queimadas, o carro-chefe do discurso do Brasil na ONU será o clima?*

Amorim: Você tem que falar de muita coisa na Assembleia-Geral. É oportunidade de você dar opinião sobre muitos assuntos, mas certamente será um tema muito importante. Talvez o principal, individualmente, mas também coisas ligadas ao G20, à aliança contra a fome e à pobreza.

Valor: *Será a primeira vez que a Palestina vai falar na Assembleia-Geral da ONU. Qual o efeito disso?*

Amorim: É simbólico.

Valor: *O Hamas morreu? Israel conseguiu isso?*

Amorim: Não sei se o Hamas morreu. É uma palavra muito forte. Precisa ter um entendimento de que o Estado Palestino seja viável, democrático e pacífico. Agora, para isso, você precisa que o outro lado concorde. Essa guerra deixou um rancor difícil de superar.

Valor: *Como o senhor está vendo esse avanço de Israel no Líbano, contra o Hezbollah?*

Amorim: Muito apreensivo. E acho que é muito significativo que eles tenham quase que dito dessa forma: "Já fizemos o serviço em Gaza". Eles liquidaram todas as lideranças [do Hamas] a um preço altíssimo, em termos de vidas humanas. E agora estão dirigindo o grosso da tropa para a fronteira com o Líbano. Acho que, por incrível que pareça, a guerra da Ucrânia contra a Rússia mais fácil [de ser resolvida] do que o Oriente Médio. Ucrânia e Rússia é um conflito mais tradicional. E, no Oriente Médio, ali na Palestina, é um vórtice. Claro que também condenamos a ação do Hamas, isso não tem dúvida. Mas eu sempre tinha esperança de um diálogo , que pudessem conversar. Agora eu não vejo isso.

Valor: *Essa ofensiva do Netanyahu, de ir para o tudo ou nada, pode ter alguma relação com a eleição americana?*

Amorim: Não vejo tanto assim, pode ser. Minha análise pode ser um pouco superficial, mas o Trump sempre apoiou muito incondicionalmente Israel. Mas pode ser que [a eleição nos EUA] tenha um papel na incursão ucraniana na Rússia.

Valor: *Como?*

Amorim: Acho que essa incursão foi sentido de, se congelar tudo [negociações], eles têm um pedaço para trocar. Ou então: 'vamos fazer isso agora antes que a eleição mude um pouco [o cenário]'. Acho que pesou um pouco, mas é uma análise minha.

Valor: *O presidente Lula falou, por telefone, com o presidente russo, Vladimir Putin. As conversas pela paz na Ucrânia avançaram?*

Amorim: Nós temos interesse na paz. Ao contrário do que a mídia diz, de que o presidente Lula queria ser o mediador, eu nunca vi isso. Eu convivo com o Lula e conversava com ele desde antes da eleição. Nunca ouvi ele falar que queria ser o mediador. Entre defender a paz e querer ser o mediador tem uma diferença muito grande. Ele sempre falou num grupo de países, acho que citou até como "grupo de amigos". É um pouco o que está sendo forjado agora. Nós participamos da iniciativa ocidental, que era baseada naquele programa do Zelensky. Mas, como diria o Garrincha, é preciso conversar com os russos. Nesse caso, não é uma metáfora. Eles queriam preparar tudo para, depois, levar para os russos. Aquilo não tem futuro: o Brasil percebeu isso, a China percebeu isso e outros países também.

Valor: *Como é que a eleição americana pode interferir nisso? O Trump nunca foi muito a favor dessa ajuda para a Ucrânia. Isso pode desequilibrar o jogo?*

Amorim: Não sei exatamente, nem estou querendo fazer um julgamento prévio do que vai ocorrer. Mas, certamente, [a eleição americana] vai influir porque os estilos são diferentes.

> "Entre defender a paz e querer ser o mediador tem uma diferença muito grande"

Valor: *Qual o balanço que o sr. faz da guerra da Ucrânia até aqui?*

Amorim: As guerras são todas ruins. E sanções unilaterais, sem apoio da ONU, são sempre condenáveis. Eu acho que o Ocidente, sobretudo a Europa, sofreu mais do que a Rússia. Pode ser que isso mude, mas você vai à Rússia e não parece um país em guerra. Eu fui a Moscou e São Petersburgo, e não parece um país em guerra. E [a Rússia] cresceu 3% ano passado, enquanto que os outros países [da Europa] que aplicaram sanções cresceram menos, estão pagando mais caro pelo petróleo.

Valor: *Como está a questão do grupo do Brics? Isso foi conversado com o Putin?*

Amorim: Nós temos uma visão de que, para novos membros, tem que dar uma passada porque nós temos que absorver esses que entraram. E também nós não queremos transformar o Brics em grupos como esse G-77. Nada contra, mas cada um tem o seu papel.

Valor: *Como está vendo essa confusão envolvendo o Elon Musk?*

Amorim: Em eu disse no meu pronunciamento em São Petersburgo que a nossa soberania não está à venda. Respeitamos totalmente a liberdade de expressão, mas há leis. Ele pode fazer o que quiser.

Valor: *A embaixada Americana, um dia antes do bloqueio, soltou aquela nota dizendo que estava 'monitorando' a situação entre STF e o X. Como o senhor viu essa nota?*

Amorim: Foi um recado diplomático apenas de como a gente lida com isso. Mas eu já tive conversas [com eles] mostrando um pouco de incômodo.

Valor: *Ainda tem uma saída para a Venezuela ou já podemos considerar um "game over"?*

Amorim: Nunca é "game over". O Brasil não vai romper relações com a Venezuela. Relações é com o Estado. Nem romperia se fosse um cara de direita. Vamos trabalhar no que pudermos. A gente também tem um limite do que podemos fazer sem ser interferência. A gente até deu sugestões [sobre novas eleições]. Aparentemente, nem a oposição nem o governo estiveram de acordo, o que demonstra que talvez essas sugestões fossem equilibradas. Nós não vamos nos desinteressar da Venezuela porque é vizinho, é um país muito importante para o Brasil de qualquer maneira. Vamos continuar trabalhando de uma maneira democrática no que for possível dentro de uma cooperação que não seja uma interferência.

Valor: *Depois de tudo que aconteceu, o presidente Lula ainda iria numa eventual posse do Maduro?*

Amorim: Eu não vou ficar especulando sobre isso. Se você perguntar, hoje eu não vejo isso. Daqui a quatro meses, eu não sei o que acontecerá, se terá havido [um acordo]. O Brasil ainda apoia uma coisa baseada no acordo de Barbados. Agora, quando isso poderá ocorrer...

Valor: *Ainda tem esperança?*

Amorim: É a última que morre.



GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Celso Amorim: governo é mais próximo da visão da democrata Kamala Harris, mas espera "pragmatismo" do republicano Donald Trump, caso seja vencedor

Lula e quilombolas têm acordo para titulação de terra no MA

Folhapress, de Alcântara e Salvador

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta quinta-feira (19) um acordo entre as comunidades quilombolas de Alcântara (MA) e o Programa Espacial Brasileiro, em uma tentativa de pôr fim a um litígio que se arrasta há 44 anos na região.

Com o acordo, as comunidades quilombolas se comprometem não apresentar questionamentos sobre a área ocupada pelo Centro de Lançamento de Alcântara. Já o Ministério da Defesa encerra a reivindicação de áreas que ocupadas pelas comunidades e se compromete a não apresentar novos questionamentos sobre o território.

As famílias quilombolas foram contempladas com as assinaturas da Portaria de Reconhecimento e do Decreto de Interesse Social. Este é o passo que antecede a titulação do território.

Lula disse que a assinatura do acordo é um dia histórico para Alcântara, prometeu dar sequência à titulação da terra e levar serviços públicos de saúde e educação para as comunidades.

"Vamos dar um tratamento civilizado a uma parte de povo que está esperando justiça desde 1980, quando vocês foram expulsos dos territórios de vocês", afirmou o presidente.

Ele afirmou que vem tentando resolver o problema fundiário desde 2003, mas criticou as resistências dentro da burocracia do Estado. "Não é fácil enfrentar a burocracia do Estado quando ele é contra", disse Lula, que prometeu uma força-tarefa para expandir programas sociais na região.

O termo de conciliação, denominado Acordo de Alcântara, garante direitos aos quilombolas e vai permitir que a população das comunidades tenha acesso a áreas do litoral que até então eram bloqueadas pela Aeronáutica.

Litígio antigo

O litígio tem sua origem em outubro de 1980, quando uma área de 52 mil hectares foi desapropriada pela Aeronáutica para a implantação do Centro Espacial no município de Alcântara, resultando na remoção dos moradores das comunidades quilombolas.

Cerca de 500 famílias foram deslocadas para as sete agrovilas construídas pela Base Aérea de Alcântara fora do território tradicional.

"Retiraram de nós aquilo que consideramos nossa maior riqueza, que são os recursos naturais", afirma Luzia Silva, moradora de Alcântara que acompanhou em 2023 o julgamento da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que recomendou ao Brasil titular o território das comunidades.

Nas últimas décadas, comunidades tradicionais e a Aeronáutica travaram disputas pela posse e uso do território. Em 2008, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação que identificou uma área de 78.105 hectares como território quilombola.

Nos anos seguintes, contudo, o Ministério da Defesa declarou o interesse do Programa Espacial Brasileiro de utilizar 12.645 hectares do território identificados como quilombola, que ficam situados ao norte do Centro de Lançamento de Alcântara.

Contas públicas Economistas esperam bloqueio em torno de R$ 5 bi e reclamam de receitas para 2025

Relatório deve mostrar contenção modesta de gastos

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Economistas esperam uma sinalização bem mais comedida de contenção de gastos por parte do governo no relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas de setembro, que será divulgado hoje. As estimativas giram em torno de R$ 5 bilhões de bloqueio e, talvez, nenhum contingenciamento. Diferentemente de julho, quando havia muita expectativa em torno da divulgação do relatório para a formação das expectativas, os analistas estão, agora, mais de olho no projeto de orçamento enviado para 2025, que incomoda não só pelo desafio em cortar despesas, mas por contar com mais de R$ 160 bilhões em receitas incertas.

Uma contenção (bloqueio e contingenciamento) em torno de R$ 10 bilhões seria uma sinalização positiva para o mercado, mas o governo tem indicado um valor menor, entre R$ 5 bilhões e R$ 6 bilhões, sobretudo pela surpresa com gastos da Previdência, diz Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do Santander.

O bloqueio é realizado quando despesas obrigatórias sobem mais do que o estimado pelo governo, e ele precisa cortar despesas discricionárias (não obrigatórias) para compensar. É um "jogo de soma zero". Já o contingenciamento de despesas ocorre quando há frustração nas receitas previstas para financiar gastos. Tudo o mais constante, o contingenciamento resulta em diminuição das despesas totais. No fim, ambas implicam cortes de despesas não obrigatórias.

Na avaliação de economistas, o governo deve reduzir, no relatório de setembro, a estimativa de arrecadação com mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), acordos de transação tributária e renegociação de concessões de ferrovias, o que poderia levar a algum contingenciamento.

DIVULGAÇÃO



"Na previsibilidade, que o governo gosta de enfatizar, deixa a desejar" *Tiago Negreira*

Mas isso deve ser compensado pelo aumento de parâmetros como o PIB, pelo recebimento de dividendos de estatais, notadamente do BNDES, e por medidas de subvenção. Assim, Franca não descarta, por exemplo, que o governo até revise para cima as receitas, ante o último relatório, e retire um pouco do contingenciamento imposto.

"Desde julho, notamos que tem crescido a chance de o governo cumprir o piso da meta ajustada para o primário em 2024. A melhora, porém, é circunstancial e se dá sobre bases frágeis, considerando a natureza extraordinária das receitas a serem incorporadas neste relatório, como recursos de depósitos judiciais e bancários", diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. A meta para 2024 e 2025 é de resultado primário zerado, com tolerância de um déficit de até 0,25% do PIB.

Segundo Fabio Serrano, economista do BTG Pactual, o governo tem sinalizado que poderá manter parte da superestimação de receita neste ano, evitando novo contingenciamento e apostando no empoçamento para cumprir a meta.

Com a inclusão de novos dividendos e a perspectiva de PIB mais forte, o BTG passou a enxergar o cumprimento da meta de primário em 2024, no limite inferior, como cenário mais provável. A projeção do BTG para o déficit do governo central em 2024 diminuiu de R$ 62 bilhões para R$ 48 bilhões (ou R$ 28 bilhões, excluindo gastos com o Rio Grande do Sul, que não serão computados na meta).

Para 2025, a projeção do BTG de déficit foi revista de R$ 132 bilhões para R$ 110 bilhões (ou R$ 66 bilhões, excluindo despesas com precatórios que também não entrarão na meta). Apesar disso, a incerteza dos analistas em relação ao cumprimento das regras fiscais nos próximos anos aumentou, segundo Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG e ex-secretário do Tesouro Nacional.

O governo enviou o projeto do Orçamento de 2025 com déficit de R$ 40,4 bilhões (ou superávit de R$ 3,7 bilhões, excluindo precatórios). A sensação que ficou, no entanto, é que o Orçamento é excessivamente dependente de fontes incertas de receitas, cuja arrecadação vai depender de acordos voluntários com empresas e da aprovação de medidas de aumento de impostos no Congresso, diz Mansueto.

Pelo projeto, o governo busca para 2025 R$ 168 bilhões em novas receitas. O BTG contabiliza R$ 178 bilhões de "fontes incertas", incluindo R$ 10 bilhões da renegociação de outorgas de ferrovias.

Secemski, do Barclays, chama a atenção para o fato de que o Orçamento de 2024, que mira a mesma meta de 2025, também buscava R$ 168 bilhões em novas receitas. "Isso mostra como parte relevante dessas receitas foram efêmeras, ao passo que a despesa segue crescendo, de forma que, agora, mais R$ 168 bilhões são necessários para 2025 só para ficar 'parado' no mesmo lugar, na meta zero que o Orçamento tem de trazer", afirma.

As novas receitas para 2025, no entanto, "estão muito mais incertas", diz Tiago Negreira, economista da Tenax Capital. "Para o ano que vem, a meta zero parece ainda mais distante. Como o Orçamento de 2025 não é tão crível, o mercado vai avaliar mês a mês. No quesito previsibilidade, que o governo tanto gosta de enfatizar, está deixando a desejar", afirma.

Ainda que a meta seja alcançada, a trajetória da dívida seguirá ascendente, nota Secemski. Falta, segundo ele, um ajuste estrutural, sobretudo nas despesas, para reduzir preocupações no front fiscal.

Energia Especialistas veem necessidade de aperfeiçoar tarifas e melhorar resistência de sistemas para enfrentar questão climática

Reversão da pobreza energética desafia Brasil e países do G20



Roberto Rockmann
Para o **Valor**, de São Paulo

Um dos desafios do Brasil e do mundo na transição energética será reduzir a pobreza energética, tema que abrange universalização de serviços, tarifas de energia, percentual da renda dedicada aos pagamentos da conta de luz e qualidade dos serviços. Pesquisa do Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), encomendada pelo Instituto Pólis e divulgada em junho, mostram que 36% das famílias do país gastam metade ou mais da sua renda mensal com energéticos para cocção de alimentos e energia elétrica.

Para quem possui renda familiar acima de cinco salários mínimos, a conta de luz causa menos impacto. Apenas 16% das pessoas nessa faixa de renda disseram ter metade ou mais de sua renda comprometida com pagamento de energia elétrica. Já, no caso de renda familiar de até um salário mínimo, este percentual sobe para 53%. A análise por grupos de raça/cor também mostra que a população negra sofre mais para pagar a conta de luz, visto que 43% das famílias constituídas por esse grupo consomem metade ou mais de sua renda com os gastos energéticos.

LEO PINHEIRO/VALOR



Joisa Dutra: "A questão climática traz mais preocupações"

Para a diretora da FGV-Ceri, Joisa Dutra, que tem participado de mesas-redondas do G20 sobre a transição energética, o tema tem várias camadas e tem ganho outras interpretações além do percentual gasto pelas famílias com eletricidade.

"A questão climática traz mais preocupações, seja pela necessidade de resiliência das redes, seja porque as pessoas irão buscar equipamentos que possam trazer conforto nas ondas de calor. Isso faz com que a regulação se torne ainda mais central", afirma.

Hoje a tarifa no Brasil não captura nuances entre as classes sociais dos diferentes tipos de consumidores residenciais nem também trabalha com indicadores de qualidade de atendimento que enxergam as particularidades de uma concessão.

"O cliente de Ipanema, na zona sul do Rio de Janeiro, tem uma realidade diferente do cliente da Ilha do Governador e qualidades de serviço e investimentos que podem ser bem diferentes. A regulação precisará começar a enxergar essas nuances e também avaliar a diferença da qualidade dos serviços ofertados em áreas diferentes de uma concessão."

Recentemente, o governo federal divulgou um decreto que servirá de base para a renovação dos contratos de distribuidoras cujo prazo do contrato de 30 anos expirará entre 2025 e 2031. São empresas que representam cerca de 60% do mercado, incluindo as duas maiores capitais do país, São Paulo e Rio.

O decreto, cuja regulamentação será feita nos próximos meses pela Agência Nacional de Energia Elétrica, é um passo na direção da modernização do setor e da equidade tarifária, diz Joisa. "O decreto acolhe explicitamente incentivos para a adoção de novas tecnologias, investimentos em modernização e estímulos à digitalização gradual de redes e medidores e sinaliza preocupações com resiliência. Ajuda a reconhecer necessidade de flexibilização e avanço nos mecanismos tarifários, permitindo ao regulador definir tarifas em função de critérios técnicos, locacionais e de qualidade, a serem aplicados de modo não discriminatório."

Uma outra questão envolvida na pobreza energética são as perdas não técnicas (os "gatos", no jargão do setor). Para Vinícius Oliveira da Silva, especialista em energia do Instituto de Energia e Meio Ambiente, o governo federal tem outra oportunidade na mão: o processo de eventual mudança do controle da Amazonas Energia, distribuidora de energia que atende o maior Estado do país e cujo índice de perdas não técnicas chega a quase 50%, o mais alto do Brasil.

No momento, discute-se a transferência de controle da distribuidora para um outro grupo econômico, o que pode abrir espaço para a rediscussão do contrato sob as novas bases, reforçadas pelo decreto. "O modelo regulatório da distribuidora precisa enxergar as particularidades da área de concessão, cujos 62 municípios têm diferentes realidades e desequilíbrios. As perdas não técnicas são um acesso paralelo à energia, as pessoas precisam de luz e buscam um caminho para chegar a ela. Isso ocorre em números elevados também no Rio. A inovação regulatória é fundamental", destaca.

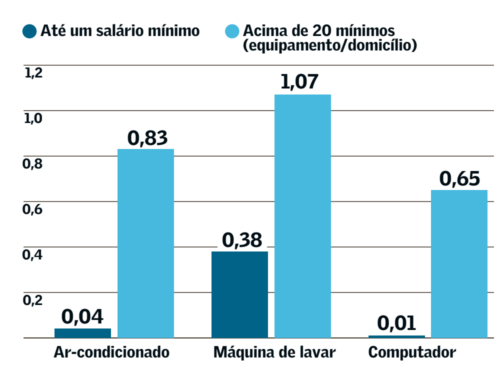
De outro lado, no Brasil, a queima de lenha para aquecer residências ou fazer refeições é ainda alta: a fonte representa cerca de um quarto da matriz residencial energética. O governo federal trabalha em um programa para substituir o uso de lenha e carvão na cozinha da população mais pobre.

> "Modelo regulatório precisa enxergar as particularidades"
> *Vinícius Silva*

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) lançou recentemente nota técnica que condensa as principais experiências internacionais, para aprofundar o debate sobre a pobreza energética no Brasil. "Recentemente, o governo brasileiro, além do programa Luz para Todos, que foca na universalização da energia, lançou outros projetos relacionados à pobreza energética. Um deles é o 'Tecendo Conexões', que servirá para mapear e formar um diagnóstico sobre a pobreza energética no país. Ainda não sabemos se essas iniciativas serão suficientes para acompanhar a rápida expansão da necessidade por energia somada às mudanças climáticas", diz Elaine Santos, pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Pobreza energética

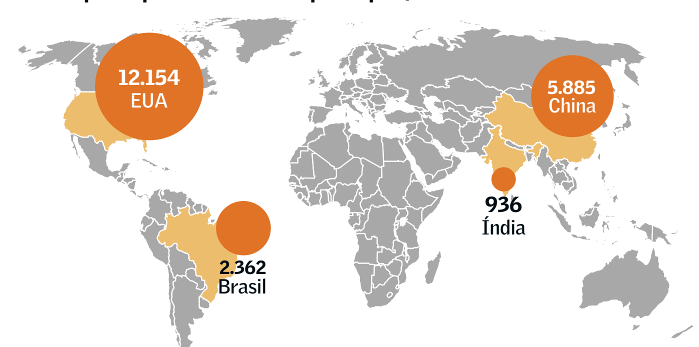
Equipamentos por domicílio, por faixa de renda



Mais de **10 milhões** de domicílios ainda usavam fogões rudimentares alimentados por lenha ou pó de serra

2,2 milhões de famílias de baixa renda consumiam até 30 kWh por mês (suficiente para lâmpadas e geladeira de 1 porta)

Consumo per capita médio - kWh per capita/ano



Consumo residencial - por região, em kWh/habitante

Região	População (milhões)	Consumo
Norte	19,2	1.983
Nordeste	58,1	1.516
Sudeste	90,5	2.739
Sul	30	3.084
Centro-Oeste	17	2.385

Escalas: População 0–100; Consumo 0–3500

Fonte: EPE, Instituto Pólis, Aneel, mercado

Mundo ainda tem longo caminho até energia limpa

Para o **Valor**, de São Paulo

Em 30 de setembro, será desligada a última usina de carvão que gera eletricidade para o Reino Unido, berço da revolução industrial e da primeira usina desse tipo no mundo, inaugurada em 1882. Sinal do compromisso do país em descarbonizar seu sistema elétrico, o carvão, que na década de 1980 representou 80% da energia elétrica do Reino Unido, hoje responde por cerca de 1%, com 33% vindos de eólicas e solares.

Se os países industrializados avançam, o esforço para o uso de fontes mais limpas ainda é longo entre nações ricas e pobres, o que abre oportunidades para o Brasil, cuja matriz elétrica é formada por mais de 80% de fontes limpas, bem acima da média mundial, de 29%. A pobreza energética está no centro desse desafio, que envolverá trilhões de dólares.

O número de pessoas sem acesso à eletricidade no mundo é alto: mais de 700 milhões vivem sem luz, sendo boa parte na África. A pobreza energética pode ser retratada com outros indicadores. Cerca de 500 milhões de pessoas têm acesso à eletricidade, mas não têm equipamentos elétricos, segundo o Banco Mundial, que estima que pouco mais de 2 bilhões de pessoas cozinham ou esquentam suas casas com lenha ou outros tipos de biomassa.

Além de universalizar serviços, ofertar energia limpa será outro desafio, visto que o carvão ainda responde por cerca de um terço da eletricidade gerada no planeta, sendo que a China, apesar de hoje ser líder em investimentos em fontes renováveis, ainda responde por cerca de metade do seu consumo. Países ricos são dependentes também do energético. A Alemanha, maior potência industrial europeia, ainda tem 27% de sua energia gerada por carvão (em 2000, eram 52%, segundo a Ember).

Dados do Banco Mundial apontam que, para adotar energia mais limpa e universalizar os serviços, os países em desenvolvimento terão de aumentar em sete vezes os investimentos em energia para até US$ 2 trilhões anuais até 2030, sendo que dois terços dos recursos terão de vir do setor privado.

Para preparar o mundo para a transição energética, estudo da BNEF indica que a rede de energia elétrica mundial terá de duplicar em comprimento até 2050, para atingir 152 milhões de quilômetros — aproximadamente a distância entre a Terra e o Sol. Alcançar isso exigiria cerca de US$ 21 trilhões em investimentos até 2050. A guerra na Ucrânia aperta o orçamento de países ricos, enquanto as nações em desenvolvimento sofrem com orçamentos públicos já apertados. "Os desafios não são triviais e a eleição dos EUA coloca mais incertezas sobre a trajetória da transformação energética", diz o presidente da PSR, Luiz Barroso.

Além das questões macroeconômicas, há um outro ponto a ser destacado em relação à transição energética e à pobreza: a instável geopolítica e a posição que a China detém no tabuleiro da transição energética.

Recente relatório do fundo Generation Investment Management, fundado pelo ex-vice presidente dos EUA Al Gore, destaca que a China é o fabricante mais importante do mundo de baterias avançadas; o único país capaz de refinar alguns minerais críticos; o maior produtor de painéis solares, carros elétricos, ônibus elétricos; o maior investidor em energia renovável do mundo.

Para Gore, "a direção da viagem para a economia global está agora firmemente definida na direção de uma energia mais limpa". Porém, sobrem incertezas sobre a forma como outras grandes economias irão descarbonizar, ao mesmo tempo que gerenciam a sua dependência da indústria chinesa.

LEO PINHEIRO/VALOR



Barroso: "Clima pode fazer muito pelo Brasil, que pode fazer muito pelo mundo"

Mesmo diante dessas incertezas, o Brasil poderá ter posição de destaque e contribuir para a descarbonização global, seja com a redução do desmatamento e uso da terra, que respondem por metade das emissões do país, seja com a matriz energética renovável. O país poderá atrair data centers globais. Entre maio e agosto de 2024, dez novos projetos de centros de processamento de dados iniciaram o processo de acesso à rede básica de energia elétrica, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME) — em maio eram apenas 12. "O clima pode fazer muito para o Brasil, que pode fazer muito pelo mundo", afirma Barroso. ***(RR)***

Mudança climática impõe desafio para redução da conta

Para o **Valor**, de São Paulo

As mudanças climáticas impõem mais um desafio sobre a pobreza energética no Brasil, visto que as contas de luz já são um dos itens que mais pesam no orçamento das famílias brasileiras e o percentual da renda destinada ao seu pagamento é elevado. Tornar o setor elétrico mais preparado para os efeitos extremos do clima exigirá uma nova alocação de riscos e custos e equilibrar retorno das empresas com o bolso dos consumidores e a adoção de tecnologias que mitiguem os impactos do aquecimento global.

Hoje, no Brasil, um em cada três consumidores das regiões Norte e Nordeste gasta mais de 6% da renda com a conta de luz, enquanto no Sul, Sudeste e Centro-Oeste um em cada seis destina mais que esse percentual, considerado na literatura econômica como causa de receio. Tornar o setor mais resiliente aos efeitos climáticos demandará investimentos, análise do que se deve fazer e como criar custos adequados aos diferentes bolsos.

Para entender os efeitos no setor de transmissão até 2050, a transmissora ISA CTEEP contratou a consultoria Way Carbon. A ideia é mapear áreas sensíveis e discutir como criar uma regulação que trate da resiliência climática. "Temos de entender se pode ter uma reconfiguração do traçado das linhas ou se é preciso algum reforço não previsto", diz o presidente, Ruy Chammas. Ventos extremos causam danos às linhas de transmissão e podem provocar queda de árvores, estiagens mais severas podem interferir na geração de hidreletricidade, queimadas podem trazer impactos sobre torres de transmissão, enchentes podem inundar subestações. Os equipamentos foram desenhados sob outro contexto, o que exigirá repensar tecnologias e mais resiliência.

"Os eventos extremos estão ficando mais frequentes, o que leva à discussão de alocação de custos e riscos. Segundo: Como as políticas públicas serão criadas? Como projetar e custear linhas mais robustas?", questiona o presidente da Evoltz e do conselho de administração da Associação das Transmissoras de Energia Elétrica (Abrate), Ricardo Cyrino. Estudo do Banco Mundial aponta que a US$ 1 investido em infraestrutura mais resiliente em relação aos efeitos climáticos US$ 6 podem ser economizados, mas, se a adoção das medidas for atrasada em dez anos, os custos dobram.

O desafio de mitigar os efeitos climáticos futuros coexiste com outro: inclusão social, aumento da renda e acesso a novos serviços e produtos. A alta das temperaturas poderá aumentar a demanda da população mais carente por equipamentos que proporcionem conforto térmico, como climatizadores e umidificadores e condicionadores de ar.

"Consequentemente, o valor das contas de energia também deverá aumentar, retornando ao ciclo de desigualdade que também acompanha a transição energética em curso", destaca afirma Elaine Cristina Silva dos Santos, pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da USP, que destaca que essa parcela da população já tem boa parte da renda comprometida com gastos de habitação e energia."

A questão da pobreza energética no Brasil está associada à falta de acesso a serviços modernos, à dependência de combustíveis poluentes, como a lenha, à infraestrutura inadequada, à baixa renda e à implementação de políticas governamentais ineficazes. Um estudo recente faz a relação entre pobreza energética e segurança alimentar por meio do uso dos refrigeradores. Mostra-se por faixa de renda, que, para a conservação de alimentos a população mais pobre utiliza refrigeradores mais antigos com baixa eficiência", afirma. ***(RR)***

Summit Autoridades, executivos e especialistas destacam potencial dos dois países na energia verde

Brasil e Estados Unidos podem liderar transição energética global, mas agenda tem desafios

Naiara Bertão, Robson Rodrigues, Marcello Corrêa, Daniela Chiaretti e Francisco Góes
De Nova York

Brasil e Estados Unidos podem liderar a corrida global pela transição energética em um cenário de geração de empregos e de investimentos em áreas como biocombustíveis e fontes solar e eólica nas quais os dois países estão bem posicionados. Na visão de especialistas, Brasil e EUA podem cooperar e explorar de forma complementar as oportunidades. Mas um maior impulso aos projetos de energia "verde" ainda enfrenta desafios regulatórios, financeiros e de mercado. A discussão permeou o "Climate Impact Summit 2024 Brazil-US", evento promovido nesta quinta-feira (19) pelo **Valor** e pela Amcham na sede das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Na abertura do evento, Marcelo Marangon, presidente do conselho de administração da Amcham Brasil, disse que a transição energética representa, além de uma necessidade ambiental urgente, uma oportunidade de ganhos econômicos e sociais para quem liderar o processo.

A diretora de redação do **Valor**, Maria Fernanda Delmas, disse que a palavra que especialistas, empresários e executivos têm usado é regeneração porque vai além da sustentabilidade. "Não basta mais interromper as mudanças climáticas ou manter o planeta. Temos de curá-lo. Precisamos manter o mundo em progresso ao mesmo tempo em que restauramos seu equilíbrio", afirmou.

Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU no Brasil, acrescentou que a liderança de Brasil e Estados Unidos não é apenas uma questão de responsabilidade, mas também de oportunidade. "Mas a gente não vai aproveitar o que está à mesa se a gente não conseguir se juntar: poder público, o setor privado e também a sociedade civil. Não vai ser uma questão só de desenvolvimento tecnológico, mas mudando regulações internas e externas para fazer com que o Brasil tenha o protagonismo que merece."

Também presente ao evento, o CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto, salientou a importância da cooperação bilateral: "EUA e Brasil têm regras próprias, precisam conversar e ter convergência", disse Neto, que lembrou que o Brasil é líder natural em temas de clima, energia e agronegócio.

O pano de fundo dessa discussão, também destacada no encontro, é a emergência climática, que tem produzido catástrofes como as atuais queimadas no Brasil e as cheias no Rio Grande do Sul, em maio. "Estamos numa situação que não podemos nos dar o luxo de ficar pensando o que vamos fazer daqui a dez anos", disse o embaixador André Aranha Corrêa do Lago, secretário de clima, energia e meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no painel "Brasil-Estados Unidos — liderando a transição energética juntos". As fontes de energia limpa são importantes porque ajudam a mitigar e a reduzir os efeitos da crise climática global.

A questão, segundo especialistas, é que apesar dos avanços na transição a demanda por combustíveis fósseis ainda continua em alta, como disse Thomas Rowlands-Rees, chefe de pesquisa da Bloomberg-NEF da América do Norte, em outro painel do summit, intitulado: "Por que a transição energética é tão crítica?" Também presente na mesa, Maurício Tolmasquim, diretor-executivo de estratégia e planejamento da Petrobras, traçou um cenário para os hidrocarbonetos a médio e longo prazos.

"Hoje o mundo produz cerca de 100 milhões de barris dia de petróleo e, em um cenário da Agência Internacional de Energia (AIE) em que os países cumpram as metas do Acordo de Paris, chegaríamos a uma temperatura aproximada de 1,7º grau e teremos uma demanda de 60 milhões de barris por dia no horizonte de 2050." Tolmasquim concordou que ainda haverá uma grande demanda de petróleo e levantou a discussão sobre quem serão os produtores de petróleo que vão permanecer no mercado à medida que as fontes renováveis ganham mais espaço como fontes de energia.

Tolmasquim sinalizou que não seria possível cortar a produção de petróleo a curto prazo como forma de reduzir as emissões: "Se o Brasil parar de produzir petróleo, é possível que as emissões aumentem porque outro produtor continuará produzindo, mas com uma emissão maior." O diretor da Petrobras não entrou em detalhes, mas a empresa costuma dizer que o petróleo extraído do pré-sal emite menos gases do que outras regiões produtoras.

O diretor da Petrobras afirmou ainda que os maiores potenciais de curto prazo para o país atuar na energia renovável no setor elétrico estão nas gerações eólica e solar em terra: "O mesmo gerador [de energia eólica] produz o dobro da energia no Brasil do que na Europa", disse o executivo, acrescentando que a Petrobras "enxerga muito" o potencial brasileiro.

Outros painelistas também destacaram as oportunidades existentes na transição. David L. Goldwyn, presidente da Goldwyn Global Strategies, avaliou que importa ao Brasil se apresentar como peça-chave, uma vez que possui abundância de recursos naturais necessários em comparação com as demais economias do mundo.

A secretária-adjunta de recursos energéticos dos Estados Unidos, Laura Lochman, destacou uma série de acordos e parcerias que estão em curso: "Brasil e EUA são parceiros significativos em diversos temas e esforços de descarbonização para a energia limpa e novas tecnologias", afirmou. "Nós compartilhamos valores e entendemos como é crítica a agenda climática", afirmou. Ela citou como exemplo uma recente reunião entre o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi discutida a troca de experiências e que tipo de parcerias fazem sentido para a área de minerais críticos, matéria-prima para a transição energética. No encontro, também se tratou como parar o desmatamento na Amazônia. *(Colaboraram Rafael Rosas, Rafael Bitencourt, Marta Watanabe, Victoria Netto e Taís Hirata)*

VANESSA CARVALHO/VALOR



Maria Fernanda Delmas, diretora de redação do Valor: "Precisamos manter o mundo em progresso ao mesmo tempo em que restauramos seu equilíbrio"

VANESSA CARVALHO/VALOR



"EUA e Brasil têm regras próprias, precisam conversar e ter convergência"
Abrão Neto

VANESSA CARVALHO/VALOR



"Transição é oportunidade de ganhos econômicos e sociais"
Marcelo Marangon

VANESSA CARVALHO/VALOR



"Poder público, setor privado e sociedade civil têm que se juntar"
Carlo Pereira

valor.com.br
Mais conteúdo e vídeos sobre o evento no site valor.globo.com brasil/climate-impact-summit/

Políticas industriais verdes são necessárias para acelerar transição

Robson Rodrigues e Rafael Rosas
De Nova York e do Rio

Diante de um forte movimento global na busca de uma economia de baixo carbono, o mundo precisa de mais políticas industriais verdes que deem sinais claros de que os tomadores de decisão estão no caminho correto da transição energética.

Essas são as conclusões principais no painel "Por que a transição energética é tão crucial", mediado pela repórter especial Daniela Chiaretti, durante o "Brazil-US Climate Impact Summit 2024", evento promovido pelo **Valor** e pela Amcham na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York.

Carolyn Kissane, especialista em geopolítica da New York University, alerta para a crescente demanda por energia, especialmente no setor de tecnologia da informação. A sobra de energia no mercado brasileiro pode ser uma oportunidade estratégica para descarbonizar esse segmento, uma vez que o consumo de eletricidade das gigantes da tecnologia, necessárias para processar bilhões de dados em microssegundos, tende a crescer exponencialmente.

Ela afirma que o mundo precisa aumentar a capacidade instalada de fontes renováveis e o uso de biocombustíveis e alerta para a urgência de implementar um sistema de tributação e precificação do carbono, mas reconhece a resistência que essa proposta ainda enfrenta por parte dos consumidores. "Em nível global, será um grande desafio, mas em contextos regionais, isso pode se tornar realidade."

No tabuleiro de transição energética, David L. Goldwyn, presidente da consultoria Goldwyn Global Strategies, destaca que importa ao Brasil se apresentar como peça-chave, uma vez que possui abundância de recursos naturais necessários em comparação com as demais economias do mundo.

Ele destaca que o Brasil, por ser uma democracia com uma matriz energética renovável acima da média global e um baixo custo marginal de produção, é visto como um protagonista no cenário da emergência climática. Já numa visão mais global, Europa e China implementaram pacotes verdes com políticas para o setor. O mais notável desses projetos, diz, está acontecendo nos EUA, com o Inflation Reduction Act (IRA), que garante investimentos na agenda climática voltado a atrair recursos para o segmento de energia limpa.

Contudo, Goldwyn destaca que as eleições americanas são um ponto de dúvida sobre como o mundo vai seguir nesta jornada. "Se Donald Trump ganhar, ele deve sair do Acordo de Paris (...) e pode criar muito tumulto, além de retirada de subsídios. Se Kamala Harris vencer o pleito, os democratas podem promover uma expansão dos subsídios."

VANESSA CARVALHO/VALOR



Daniela Chiaretti (esq.) conversa com Carolyn Kissane, David Goldwyn, Thomas Rowlands-Rees e Maurício Tolmasquim

O chefe de pesquisa da Bloomberg New Energy Finance da América do Norte, Thomas Rowlands-Rees, afirma que grandes petroleiras têm vendido ativos sujos apostado bilhões em novas áreas de energia. Apesar dos avanços na transição, ele não considera uma vitória, já que a demanda por combustíveis fósseis ainda continua alta.

"Há uma transição, mas essas empresas ainda são petrolíferas. Isso não é uma vitória, porque estão vendendo ativos para outras empresas que continuam produzindo petróleo", diz.

Mas, para ele, investir apenas em petróleo pode ser uma "estratégia duvidosa" para as empresas do setor, uma vez que há uma revolução dos veículos elétricos, capitaneada pela China.

A Petrobras se enquadra neste contexto de mudança. A empresa fez ajustes em seu plano estratégico para se voltar também para energias renováveis e ser mais relevante em biocombustíveis. A companhia destinará 11% de seus investimentos para a transição energética.

Maurício Tolmasquim, diretor-executivo de transição energética e sustentabilidade da Petrobras, disse que a empresa já reduziu em 40% suas emissões absolutas de gases de efeito estufa e em 70% suas emissões de gás metano. Segundo ele, esses montantes já são três vezes maiores que as emissões da aviação doméstica brasileira.

Enfrentamento da crise não pode mais ser adiado

Rafael Bitencourt e Naiara Bertão
De Brasília e Nova York

Ações práticas para frear as mudanças climáticas não podem mais ser adiadas e parcerias entre Brasil e Estados Unidos surgem neste contexto como oportunidade para viabilizar novos investimentos em projetos sustentáveis. Essa foi mensagem foi transmitida pelo secretário de clima, energia e meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador André Corrêa do Lago, em debate no "Brazil-US Climate Impact Summit 2024". "Estamos numa situação que não podemos nos dar o luxo de ficar pensando o que vamos fazer daqui a dez anos", alertou o diplomata, no painel que discutiu a liderança exercida pelos dois países na transição energética.

No evento, promovido pelo **Valor** e Amcham, em Nova York, a secretária executiva adjunta de recursos energéticos dos Estados Unidos, Laura Lochman, destacou uma série de acordos e parcerias que já estão em curso. "Brasil e EUA são parceiros significativos em diversos temas e esforços de descarbonização para a energia limpa e novas tecnologias."

A secretária do governo americano ressaltou que os dois países compartilham valores e entendem "como é crítica a agenda climática." Ela citou como exemplo uma recente reunião entre o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, quando falaram sobre como trocar experiências e tipo de parcerias que fazem sentido para a área de minerais críticos, importantes para a transição energética, e como parar o desmatamento na Amazônia.

"Há esforços multilaterais que podem ser feitos. O Brasil tem muitas fontes de recursos importantes nessa área [minerais críticos], infraestrutura e capital humano, todos os elementos para fazer sozinho a extração, processamento e produção. Queremos trabalhar com o Brasil especialmente no supply chain", disse Lochman.



VANESSA CARVALHO/VALOR

Daniela Chiaretti (esq.), Laura Lochman, André Corrêa do Lago, Aline Damasceno e Morgan Doyle durante o evento

Aline Damasceno, secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), avalia que, sobre o mercado de minerais críticos, o Brasil tem potencial para figurar entre os maiores produtores mundiais desses recursos considerados estratégicos para a transição energética, principalmente produção de baterias para carros elétricos e outros equipamentos.

A técnica do governo brasileiro defende que, mais do que ser produtor de cobre, níquel, nióbio e lítio e terras raras, o país pode investir para ser exportador de produtos de transição energética que se valem deles.

Nesse sentido, Lochman disse que é possível firmar parcerias para o fornecimento de painéis solares, infraestrutura para geração eólica e hidrogênio verde. "Precisamos trabalhar juntos para desenvolver políticas e legislações que ajudem a desenvolver o hidrogênio verde para descarbonizar os setores industriais", disse ela, no debate realizado na sede da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Corrêa do Lago, a urgência das mudanças climáticas deve sensibilizar autoridades envolvidas em negociações bilaterais. "O entendimento com os Estados Unidos nesse contexto é absolutamente central e por isso estamos desenvolvendo várias ideias bilaterais", disse.

O representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Morgan Doyle, considera que a grande oferta de energia renovável aproxima o Brasil dos Estados Unidos. Com 90% da energia elétrica de fontes renováveis, o país, disse ele, pode atrair indústrias inseridas na cadeia global que estejam interessadas em acelerar o processo de descarbonização da sua linha de produção.

Para Doyle, investidores globais, em especial os americanos, estruturaram US$ 30 trilhões em ativos alinhados a políticas ESG e esse valor já tem a previsão de saltar paraUS$40trilhões. O aumento, disse, deve ser alcançado com ritmo de crescimento de 9% desse recursos por ano.

O BID acompanha de perto as oportunidades e desafios nas economias tanto na americana quanto na brasileira. No evento, o representante do banco multilateral destacou que os Estados Unidos e o Brasil são os "principais acionistas" da instituição financeira.

No caso do Brasil, Doyle ressalta que as oportunidades de investimento já estão sendo percebidas. "Vemos um enorme interesse dos investidores dos Estados Unidos e outros lugares, mas realmente entendemos que tem inúmeras oportunidades", afirmou. "A gente [do BID] está pronto e interessado em financiar, seja diretamente nos investimentos corporativos, seja com apoio dos diferentes governos", afirmou, no painel "Brasil e Estados Unidos – Liderando juntos a Transição Energética".

Etanol e bioquerosene de aviação são vetores de possíveis parcerias

Rafael Rosas, Robson Rodrigues e Camila Souza Ramos
Do Rio, Nova York e São Paulo

O processo de transição energética traz ao Brasil e aos Estados Unidos oportunidades para desenvolvimento e cooperação em biocombustíveis — como bioquerosene de aviação (SAF, na sigla em inglês), etanol e hidrogênio verde. As conclusões são de especialistas que participaram, nesta quinta-feira (19), do painel "Desbloqueando o potencial Brasil-US em energias renováveis", no evento "Brazil- US Climate Impact Summit 2024", promovido pelo **Valor** e pela Amcham, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Para o CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto, os dois países têm quatro pilares de cooperação para implementarem políticas voltadas à transição energética. O primeiro pilar está no âmbito regulatório, com trocas das melhores práticas no desenvolvimento e adoção de regras para transição energética.

"Estados Unidos e Brasil têm regras próprias. Precisam conversar e ter convergência", disse Neto, que lembrou que o Brasil é líder natural em temas de clima, energia e agronegócio.

Neto citou também os pilares de cooperação financeira, empresarial e global. Na parte financeira, disse que bancos e instituições de fomento de EUA e Brasil precisam trabalhar em conjunto para ampliar os recursos para transição energética, convergência que deve acontecer também entre as empresas dos dois países. Ele destacou ainda que no âmbito global é importante que as duas nações atuem para reduzir barreiras comerciais aos biocombustíveis.

Luisa Palacios, pesquisadora sênior do Centro Global de Política de Energia da Universidade de Columbia, disse que Brasil e EUA têm importantes pontos de convergência na transição energética e o Brasil é, em termos de políticas públicas, um dos países mais avançados na descarbonização da matriz.

Para ela, ambas as nações usufruem da "bênção" de serem grandes produtores e consumidores de energia. "Nem todos os países têm o benefício de serem produtores e consumidores de energia."

A parceria entre as empresas para apoio à transição energética foi citada pelo presidente de tecnologias e soluções sustentáveis da Honeywell, Barry Glickman. O executivo afirmou que a companhia tem parceria com a Petrobras e com a Shell para desenvolver biocombustíveis como etanol, e tem oportunidade para desenvolver novos biocombustíveis, como bioquerosene de aviação (SAF), produto que, segundo ele, o Brasil tem potencial para exportar.

"Há grandes oportunidades para construir em cima do que o Brasil já conseguiu realizar e tornar o Brasil um líder global em biocombustíveis, e não somente um exportador [de matéria-prima para SAF], mas também um consumidor do produto acabado", disse. A Honeywell fornece, por exemplo, tecnologia de processamento de matéria-prima para a fabricação de diesel verde (HVO).

Mas a vice-presidente de M&A, sustentabilidade e estratégia da Raízen, Paula Kovarsky, ressaltou que ainda existem barreiras que precisam ser transpostas. Ela destacou que, apesar das claras oportunidades que o etanol dá para a descarbonização da matriz energética, o produto brasileiro encontra barreiras na Europa e Estados Unidos. Kovarsky frisou que o combustível brasileiro tem produtividade maior, o que reduz a pegada de carbono em relação ao etanol de áreas temperadas.



VANESSA CARVALHO/VALOR

Francisco Góes (esq.), Luisa Palacios, Barry Glickman, Gilberto Tomazoni, Paula Kovarsky e Abrão Neto no painel

Mesmo assim, disse, as métricas globais criadas no Hemisfério Norte não refletem essa maior competitividade do sul global. A executiva destacou que, no Brasil, o etanol de cana de primeira geração reduz a pegada de carbono em 60%. "Na segunda geração, passa de 70% de redução", disse. "As oportunidades estão postas e a oferta é o desafio", acrescentou.

No mesmo painel, o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, ressaltou que os sistemas alimentares, desde a produção dos grãos até o consumo, "podem contribuir muito com os maiores desafios que o mundo está enfrentando", como as mudanças climáticas e a questão da segurança alimentar e energética. "Se forem transformados os sistemas alimentares, eles podem contribuir de maneira expressiva na captura de 9% a 23% do total das emissões [de gases de efeito estufa globais]", afirmou o executivo, que lidera a Força-tarefa de Sistemas Alimentares do B20. Ele acrescentou que a transformação dos sistemas alimentares "pode acabar com a pobreza", agenda que o Brasil defende em sua presidência no G20.

Outro pilar citado por Tomazoni para realizar a transformação dos sistemas alimentares foi a garantia de recursos. Segundo ele, são necessários US$ 300 bilhões a US$ 350 bilhões ao ano até 2030 para que essa mudança ocorra. Mas apenas 4% do financiamento climático atualmente é direcionado para a agricultura, observou.

O debate foi mediado pelo jornalista Francisco Góes, chefe da sucursal do **Valor** no Rio.

'Powershoring' atrai investimentos internacionais

Marcello Corrêa, Naiara Bertão e Rafael Bitencourt
De Nova York e Brasília

A ampla oferta de energia renovável no Brasil coloca o país em posição privilegiada para atrair investidores internacionais em busca de reduzir a pegada de carbono de seus projetos — estratégia conhecida como "powershoring". No entanto, fatores como o custo de capital e o restrito espaço fiscal para subsidiar novas tecnologias ainda são considerados gargalos para acelerar o processo, que tem potencial de gerar empregos e reduzir desigualdades sociais e contribuir para a chamada transição energética justa.

A avaliação foi feita por especialistas e executivos durante o painel sobre o tema no Brazil-US Climate Impact Summit 2024, evento promovido nessa quinta-feira (19) pelo **Valor** e pela Amcham, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Criador do termo "powershoring", o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Jorge Arbache destacou que esse fluxo de investimentos já é um processo em curso. Especificamente sobre as oportunidades de cooperação com os Estados Unidos, lembrou que a economia norte-americana deve levar 29 anos para conseguir tornar sua matriz energética tão renovável quanto a do Brasil.

"O Brasil tem uma janela de oportunidade gigantesca para colaborar com os Estados Unidos, oferecendo espaço para investimentos em empresas intensivas de energia e que precisam descarbonizar e ter acesso a uma energia barata e segura", disse Arbache.

Luciana Costa, diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem avaliação diferente. Ela afirma que o potencial existe, mas o processo poderia estar mais acelerado com condições mais competitivas de crédito e subsídios. "O Brasil ainda não é um país investment grade e a nossa taxa de juros local é muito alta", afirmou a executiva.

Ela lembrou que o Fundo Clima, operado pelo BNDES e composto com recursos de títulos verdes, é uma forma de aumentar a competitividade da oferta de capital, mas destacou que 85% dos recursos do BNDES não têm subsídio. "Esses investimentos disputam com outros países que atualmente estão dando grandes subsídios, como Estados Unidos e Europa", afirmou.

Por outro lado, Costa e outros participantes do debate avaliaram como positiva a recente sanção do marco legal do hidrogênio verde, que tem a promessa de aumentar a oferta de energia limpa e, na avaliação dos especialistas, vai na direção certa ao reduzir o risco regulatório. O banco tem um pipeline de US$ 40 bilhões de potenciais projetos de hidrogênio verde.



VANESSA CARVALHO/VALOR

Marcello Corrêa (esq.), Gabriel Santamaria, Jorge Arbache, Luciana Costa, Marcos Peigo e Marina Marçal no debate

Gabriel Santamaria, head de sustentabilidade do Banco do Brasil, reforçou a importância do crédito para avançar no financiamento da transição energética. Ele citou que o saldo da carteira de crédito sustentável do BB hoje está em R$ 360 bilhões e a meta é atingir R$ 500 bilhões até 2030. Só em energia renovável, são R$ 15,4 bilhões. "Crescemos [em energia renovável] quase 40% nos últimos dois anos, sinal de forte apetite do banco na área. A meta é alcançar R$ 30 bilhões. São diversas soluções para diferentes setores e clientes."

O executivo também contou que o banco está usando inteligência artificial (IA) para ajudar na oferta de crédito desse tipo a quem precisa, especialmente para o agronegócio.

Aplicações em inteligência artificial, inclusive, estão no centro do debate sobre o consumo de energia no mundo. No painel, o CEO e fundador da Scala Data Centers, Marcos Peigo, afirmou que os data centers hoje respondem por cerca de 3% do consumo de energia global, percentual que pode dobrar com a expansão da demanda por IA, segundo estimativas apresentadas pelo executivo. Peigo lembrou, no entanto, que a indústria tem um alto nível de comprometimento com a sustentabilidade. "Todas as grandes companhias de tecnologia já têm compromissos públicos de descarbonização e sustentabilidade", pontuou.

O empresário defende que as vantagens do Brasil ao ofertar energia renovável poderiam ser amplificadas, no caso do setor de data centers, com uma regulamentação que permita que companhias no Brasil processem dados de EUA e Europa —hoje, isso não é previsto na regulamentação em discussão no Congresso.

O "powershoring" também tem potencial para avançar na agenda social, ao conectar a agenda do clima a iniciativas que reduzam desigualdades. Mas, para isso, é necessário um envolvimento das cidades, observa Marina Marçal, que também participou do painel. Mas ela mostra preocupação com o baixo número de municípios com planos de ação climática.

"Eu acho isso de uma gravidade enorme e mostra o quanto a gente precisa avançar em investimentos para ter planos de ação climática no nível das cidades para que a gente possa ter projetos que possam conectar de fato essa agenda de transição energética com transição justa."

O debate foi mediado por Marcello Corrêa, coordenador do **Valor** em Brasília.

Análise A disputa é por quem poderá, no futuro, extrair a última gota do combustível fóssil

Petróleo, o elefante na sala de estar

Daniela Chiaretti
De Nova York

Há um novo elefante na sala da agenda climática global — o petróleo. A questão é como avançar na decisão da COP28, a Conferência do Clima das Nações Unidas que aconteceu em Dubai, em 2023, sobre os países se distanciarem dos combustíveis fósseis.

Essa é mais ou menos a tradução de "transition away from fossil fuels", frase vaga o suficiente para os governos terem topado e os ambientalistas, celebrado como um passo histórico. Só que agora ninguém sabe como implementar a decisão. Os interesses de cada um — inclusive do Brasil — se movem nas brechas nebulosas da interpretação da frase.

No evento do **Valor** e da Amcham em Nova York, o embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores disse que "como" levar adiante a decisão "é a grande discussão desse ano". O negociador-chefe do Brasil nas COPs seguiu: "É o grande tema do momento porque entra dentro da lógica da Convenção [do Clima] e no Acordo de Paris, de separar países desenvolvidos e em desenvolvimento".

A lógica da Convenção, sempre lembrada pelos países em desenvolvimento e sempre esquecida pelo mundo industrializado, diz que as responsabilidades de enfrentar a crise climática são comuns, porém diferenciadas.

Os países ricos se desenvolveram emitindo e são os mais responsáveis por resolver a crise do clima. De fato, os EUA são os maiores emissores históricos de gases-estufa. O problema é que a China se tornou o maior emissor do presente. É fácil entender que os EUA não querem facilitar a vida da China e muito menos pagar pela sua transição.

Explorar mais petróleo é questão central do governo Lula e sua maior contradição. Verdade que clima se tornou prioridade na agenda política do governo federal. O problema é que, quando o governo pensa em impulsionar a transição energética, pensa apenas no estímulo às energias renováveis. Conter a exploração de petróleo nem pensar.

"A questão é como faremos a diferenciação nessa transição. Ou seja, quais serão os países que poderão continuar a produzir petróleo por mais tempo", retoma o diplomata. "É um tema que vai dar pano pra manga".

Mauricio Tolmasquim, diretor-executivo de transição energética e sustentabilidade da Petrobras, disse que maior eficiência na extração de petróleo significa menos emissão. Os cenários da Agência Internacional de Energia consideram que se os países atenderem o que está no Acordo de Paris e cortarem emissões, a demanda cairá dos atuais 100 milhões de barris/dia para 60 milhões de barris em 2050. Isso significaria manter o limite da temperatura do planeta em 1,7°C. "O petróleo estará sendo consumido e alguém terá que produzi-lo", diz.

A briga é por quem poderá, no futuro, extrair a última gota de petróleo. "Podemos enumerar vários critérios. Vou improvisar alguns", seguiu o executivo. Se para produzir aquele petróleo você emitiu muito menos do que outro produtor, talvez o teu petróleo tenha preferência". Neste raciocínio, a pegada de carbono embutida na produção de petróleo seria um critério. "O terceiro fator é a equidade", seguiu. "Temos os países desenvolvidos que desde a época pré-industrial são os grandes causadores das emissões globais. E há países em desenvolvimento que estão chegando agora. Para eles, o petróleo é um elemento importante da alavancagem de recursos das economias, inclusive para fazer a própria transição energética. A saída da produção de petróleo não deveria se dar da mesma forma, a responsabilidade não é igual entre os países."

O pano para manga, citado pelo embaixador, está nesta defesa. A grande emissão dos combustíveis fósseis acontece na queima, nos escapamentos dos carros, nas turbinas dos aviões, na fumaça dos caminhões. Não na produção. E cientistas repetem que não existe petróleo verde. "A grande questão para diminuir o consumo de petróleo está do lado da demanda e não da oferta", diz, com precisão, Tolmasquim. Mas esse é um nó que ninguém quer desatar.

DIVULGAÇÃO/PACTO GLOBAL DA ONU



Ojiambo: foco na ação climática, equidade de gênero, salário digno, resiliência hídrica e financiamento sustentável

Impacto desigual da crise climática pauta debate

Naiara Bertão e Robson Rodrigues
De Nova York

Cerca de 500 pessoas, entre líderes empresariais, especialistas em sustentabilidade e clima, ativistas e representantes de organizações sociais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, nesta quinta-feira (19), para o primeiro dia do "SDGs in Brazil", organizado pelo Pacto Global da ONU no Brasil e que se propõe a discutir temas para o avanço na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

"Há um ano, lançamos nossa iniciativa Forward Faster (inspirada na Estratégia Ambição 2030) para orientar empresas em áreas onde a comunidade empresarial precisa de ajuda para escalar o progresso nos ODS. Para começar, concentrem-se na ação climática, na equidade de gênero, no salário digno, na resiliência hídrica e no financiamento sustentável", disse a presidente do Pacto Global e adjunta do Secretário-Geral, Sanda Ojiambo, em seu discurso de abertura.

Márcia Castro, professora de demografia, saúde global e população da Universidade de Harvard, observou em sua fala a correlação entre saúde e mudanças climáticas. "O que estamos vendo acontecer agora é menor do que o que está por vir", alertou. Ela comentou que o desarranjo em ecossistemas planetários pode mudar a incidência de doenças e até alterar os limites geográficos.

"Precisamos atacar a raiz do problema, que é olhar de forma integrada para saúde, segurança pública e planejamento urbano. Se você só joga o inseticida, não corta a raiz do problema. Se não coletar o lixo das pessoas e dar a elas acesso a infraestrutura não elimina o risco", disse Castro, acrescentando que esta não costuma ser uma pauta discutida durante o período eleitoral.

Para Sidney Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein, é preciso construir sistemas de saúde resilientes para as alterações climáticas. Como exemplo, citou a necessidade de hospitais adaptarem a infraestrutura predial, com janelas mais resistentes à entrada de poluição e geradores de energia em andares mais altos. Klajner destacou também o quanto as tecnologias podem ajudar, como a telemedicina em áreas mais remotas.

A desigualdade no impacto das mudanças climáticas também foi debatida. "Cerca de 3% das pessoas detêm 60% das riquezas. O número de pessoas com renda familiar per capita de R$ 397 atingiu 63 milhões. Um porcento da população mais rica tem um rendimento médio 31 vezes maior do que os 50% mais pobres. Devemos nos incomodar com isso", disse Ana Fontes, vice-presidente do Conselho de Administração do Pacto Global da ONU – Rede Brasil e presidente da Rede Mulher Empreendedora.

Outros temas centrais foram salário justo e igualdade de remuneração entre homens e mulheres. Presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros explicou que os funcionários da instituição que entram via concurso público já chegam com uma série de benefícios que garantem salário digno. "Também estamos fazendo mudanças nas cláusulas sociais dos contratos de fornecedores e, na medida em que eles vencem, colocamos uma nova cláusula social de salário digno, como plano de saúde, transporte que seja mais rápido e apoio sociológico", contou.

Medeiros lembrou que o banco está fazendo um trabalho para promover 344 pessoas negras e 300 mulheres para cargos de liderança, além de facilitar o acesso ao crédito por empreendedoras. O resultado foi um aumento de 41% no volume absoluto de crédito concedido para mulheres nos últimos 18 meses.

No evento, a primeira-dama Janja Lula da Silva pontuou os retrocessos que o país sofreu nas políticas públicas recentes e apontou a COP30, que ocorrerá na cidade de Belém em 2025, como uma oportunidade crucial para o avanço das negociações climáticas globais. A conferência, afirmou ela, será uma oportunidade para abordar os desafios ambientais, especialmente na Amazônia, e restaurar o protagonismo do Brasil na luta contra as mudanças no clima.

Já o embaixador do Brasil na ONU, Sérgio Danese, ressaltou a centralidade do desenvolvimento sustentável como um dos pilares fundamentais da política internacional e destacou a importância da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma conquista essencial na trajetória do país em defesa do multilateralismo e da cooperação global. O embaixador sublinhou que o Brasil tem sido um defensor histórico do desenvolvimento como um dos três pilares fundamentais das Nações Unidas, ao lado da paz e da segurança.

Apesar dos avanços, o embaixador alertou para os desafios que o Brasil ainda enfrenta na esfera ambiental. Ele mencionou as recentes tragédias no Rio Grande do Sul, com as enchentes, e os incêndios que devastam parte do território nacional. Esses eventos, disse ele, evidenciam a urgência de ações mais robustas para mitigar as mudanças climáticas.

"O que estamos vendo acontecer é menor do que o que está por vir"
Márcia Castro

Petrobras defende uso da Margem Equatorial

Robson Rodrigues e Rafael Rosas
De Nova York e Rio

Em meio ao debate sobre transição energética, durante o Brazil-US Climate Impact Summit 2024, o diretor executivo de estratégia e planejamento da Petrobras, Mauricio Tolmasquim, voltou a defender que o Brasil explore o potencial de produção de petróleo na Margem Equatorial.

Localizada no Norte do país, a Margem Equatorial tem grande potencial petrolífero e tornou-se um tema polêmico no governo Lula. A exploração no local, que inclui uma bacia na foz do rio Amazonas, é criticada por ambientalistas e defensores da matriz limpa de energia por ser um investimento em combustível fóssil. De outro lado, seus defensores apontam a possibilidade de gerar empregos e aumentar a arrecadação.

Tolmasquim lembra que o Brasil já tem uma matriz elétrica e de transporte mais renovável em relação ao mundo, mas alega que ainda há demanda por petróleo e defende que a pegada de carbono da produção nacional é menor. "Se o Brasil parar de produzir petróleo, é possível que as emissões aumentem porque outro produtor continuará produzindo, mas com uma emissão maior", diz. Ele acrescenta que a Petrobras destinará 11% de seus investimentos para a transição energética e tem US$ 11,5 bilhões dedicados em investimentos em energias renováveis.

Tolmasquim, que já foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destacou que a meta global de limitar em 1,5ºC o aumento da temperatura implica reduzir anualmente em 7% as emissões de gases de efeito estufa, o que seria equivalente ao que se viu durante a pandemia de covid-19. Ele lembrou que essa necessidade de redução terá impacto geopolítico relevante. Vai aumentar a necessidade de diálogo entre países e em uma mudança das fontes primárias de energia. Por isso, o Brasil pode aprofundar parcerias comerciais externas.

Para Tolmasquim, os maiores potenciais de curto prazo para o país atuar na energia renovável no setor elétrico estão nas gerações eólica e solar onshore (em terra). "O mesmo gerador [de energia eólica] produz o dobro da energia no Brasil do que na Europa", exemplificou o executivo, acrescentando que a Petrobras enxerga o potencial brasileiro. O executivo destacou ainda a produção de combustível sustentável para aviação (SAF, na sigla em inglês) com 100% de óleo vegetal ou animal, que serão produzidos em duas refinarias da companhia. "Os ativos [de refino] têm que ser pensados para operar de outra maneira."

VANESSA CARVALHO / VALOR



"Se o Brasil parar de produzir petróleo, é possível que as emissões aumentem"
Tolmasquim

Tolmasquim lembrou das operações para captura de carbono, que poderão ser ampliadas pela companhia. A estatal já mapeou formações salinas na costa brasileira, onde é possível armazenar CO_2, em uma operação chamada de CCUS (sigla em inglês para captura, utilização e armazenamento de carbono). Segundo ele, essas formações poderiam capturar até 250 milhões de toneladas de CO_2 por ano "durante muitos anos", o equivalente anual a cinco vezes as emissões da Petrobras.

País tem maior aporte dos EUA na década

Marta Watanabe
De São Paulo

Em 2023 foram anunciados no total 126 projetos de investimentos de empresas dos Estados Unidos no Brasil. O número é o maior da última década e representa uma alta de 50% ante 2022. Os dados são da terceira edição do Mapa Bilateral de Comércio e dos Investimentos Brasil-Estados Unidos, elaborado pela Amcham Brasil e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

O mapa aponta que, em 2023, o foco do investimento mudou para tecnologia e economia verde. Dos mais de US$ 7 bilhões em investimentos greenfield anunciados, a maior parte foi destinada a data centers (US$ 3 bilhões), minerais para transição energética (US$ 610 milhões), e energia eólica (US$ 230 milhões). Historicamente os investimentos dos EUA no Brasil são direcionados para setores como financeiro, petróleo e gás, serviços de TI e manufatura. Os EUA são, há mais de uma década, o principal investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de Investimento Estrangeiro Direto de US$ 228,8 bilhões em 2022.

Ontem, durante o Climate Impact Summit 2024, Jorge Viana, presidente da ApexBrasil, apresentou os dados em painel com o CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto, e propôs que o Brasil Investment Forum (BIF) de 2025 seja realizado em Nova York. "O Brasil já está pronto para vir para os EUA, onde há grandes concentrações de fundos e uma agenda que vai da transição energética, dos desafios para a segurança alimentar no mundo e passa necessariamente por inclusão social."

VANESSA CARVALHO/VALOR



Jorge Viana, da Apex, propõe que Brasil Investment Forum de 2025 seja em Nova York

Impacto social



VANESSA CARVALHO/VALOR

A presidente do conselho do Pacto Global da ONU no Brasil, Rachel Maia, afirmou que um dos pilares fundamentais da transição energética é o da sustentabilidade, o que inclui impactos sociais. "Muitas vezes, as pessoas acreditam que na transição energética está contido apenas o impacto ambiental. Não, está contido também o impacto social. Nós precisamos, sim, falar dos pequenos e médios empreendedores. Eles são fundamentais nessa pegada de carbono", disse. Ela destacou ainda a importância de expandir o diálogo para angariar recursos com novos investidores.

Eleições A pouco mais de duas semanas da eleição, prefeito tem 27%; candidato do Psol, 26% e Pablo Marçal segue com 19%

Nunes e Boulos mantêm liderança em SP, diz Datafolha



Cristiane Agostine
De São Paulo

A pouco mais de duas semanas das eleições, o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e o deputado federal Guilherme Boulos (Psol) lideram a disputa pela prefeitura paulistana, segundo pesquisa Datafolha divulgada nessa quinta-feira (19). Nunes tem 27% das intenções de voto e Boulos, 26%. O influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) está em terceiro lugar com 19%.

Nunes e Marçal têm as mesmas intenções de voto da semana passada. Boulos oscilou para cima um ponto percentual, de 25% para 26%, deixando assim o postulante do PRTB em terceiro lugar. Na pesquisa anterior, Boulos e Marçal estavam empatados dentro da margem de erro do levantamento.

Tabata Amaral (PSB) manteve os 8% da pesquisa anterior. José Luiz Datena (PSDB) também registrou o mesmo percentual da semana passada, 6% das intenções de voto.

Marina Helena (Novo) permaneceu com 3%, e os demais candidatos não pontuaram. O levantamento tem margem de erro de três pontos para mais ou para menos

Votos em branco e nulo totalizam 7% e eleitores que não sabem em quem votar somam 4%.

A pesquisa do Datafolha foi feita depois da cadeirada dada por Datena em Marçal no debate da TV Cultura, no domingo (15). O episódio não fez com que Datena e Marçal ganhassem ou perdessem intenções de voto.

Em um eventual segundo turno, Marçal seria derrotado por Boulos e Nunes. E o prefeito venceria também a disputa contra Boulos.

No cenário entre Nunes e Boulos, o prefeito ganharia por 52% a 37%. Em uma disputa entre o prefeito e o candidato do PRTB, Nunes ganharia por 60% a 25%. Se a disputa for entre Boulos e Marçal, o deputado do Psol seria vitorioso por 50% a 36%.

Marçal é o candidato à Prefeitura de São Paulo mais rejeitado. Desde agosto, sua rejeição subiu 17 pontos. Nessa pesquisa do Datafolha, 47% dos eleitores disseram rejeitar o candidato do PRTB. A segunda maior rejeição é a de Boulos, com 38%. Datena é rejeitado por 35%, Nunes, por 21% e Tabata Amaral, por 14%.

Segundo o Datafolha, Nunes e Marçal dividem os eleitores que votaram no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno de 2022. Nessa fatia do eleitorado, Marçal tem 41% e Nunes, 40%. A margem de erro da pesquisa nesse recorte é de cinco pontos.

Já entre os eleitores que votaram no governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), Nunes tem uma vantagem numérica, com 43% das intenções de voto e Marçal, 37%. Tarcísio tem feito agendas de campanha de Nunes e aparecido na propaganda eleitoral do prefeito no rádio e na televisão.

Já Bolsonaro tem evitado essa participação direta na campanha do prefeito. A própria equipe de Nunes também não tem apostado nas imagens do ex-presidente no horário eleitoral, com receio de a rejeição de Bolsonaro na capital prejudicar o prefeito.

> Em pesquisa pós-cadeirada, Marçal tem 47% de rejeição, a maior entre os candidatos

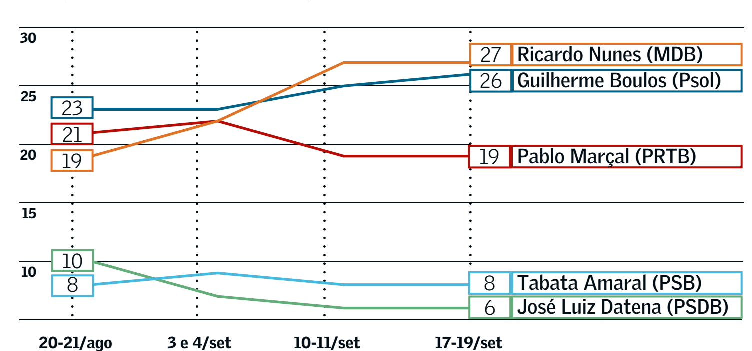
Entre os eleitores que votaram em Lula no segundo turno em 2022, Boulos lidera, com 48% das intenções de voto. Nunes tem 18% dessa fatia do eleitorado, Tabata Amaral, 11%, Datena, 7% e Marçal, 5%. Tabata é apoiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e pelo ministro Márcio França (Empreendedorismo).

Nunes manteve a liderança entre os eleitores mais pobres, com renda de até dois salários mínimos. Nessa faixa, tem 31%, Boulos soma 20% e Marçal tem 13%.

Entre os evangélicos, o prefeito tem 32% das intenções de voto e Marçal, 26%. Boulos registra 15%. Entre os católicos, Nunes tem 32% e Boulos, 24%. Marçal chega a 16% nessa faixa.

O Datafolha entrevistou 1.204 eleitores de São Paulo entre terça-feira (17) e quinta-feira (19). A pesquisa foi encomendada pelo jornal “Folha de S. Paulo” e pela TV Globo e está registrada na Justiça Eleitoral sob o código SP-03842/2024.

São Paulo
Pesquisa Datafolha de intenção de votos - em %



	20-21/ago	3-4/set	10-11/set	17-19/set
Marina Helena (Novo)	4	3	3	**3**
Bebeto Haddad (DC)	1	1	1	**0**
Ricardo Senese (UP)	0	1	0	**0**
João Pimenta (PCO)	1	0	0	**0**
Altino (PSTU)	0	0	0	**0**
Em branco/nulo/nenhum	8	8	7	**6**
Não sabe	4	4	4	**3**

Segundo turno
Cenário 1

	20-21/ago	3-4/set	10-11/set	17-19/set
Ricardo Nunes (MDB)	47	49	53	**52**
Guilherme Boulos (Psol)	38	37	38	**37**
Em branco/nulo/não votariam	13	11	8	**10**
Não sabem	2	2	1	**1**

Segundo turno
Cenário 2

	3-4/set	10-11/set	17-19/set
Ricardo Nunes (MDB)	53	59	**60**
Pablo Marçal (PTRB)	31	27	**25**
Em branco/nuio/não votariam	15	13	**14**
Não sabem	2	1	**2**

Segundo turno
Cenário 3

	3-4/set	10-11/set	17-19/set
Guilherme Boulos (Psol)	45	47	**50**
Pablo Marçal (PRTB)	39	38	**36**
Em branco/nulo/não votariam	12	14	**12**
Não sabem	3	2	**2**

Fonte: Folha, TV Globo e Datafolha. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. 1.204 entrevistas (20-21/8 e 3-4/9, 10-11/9, 17-19/9). Registros no TSE: SP-08344/2024 (20-21/8), SP-03608/2024 (3-4/9), SP-07978/2024 (10-11/9) e SP-03842/2024 (17-19/9)

Teto e piso de Marçal convergem e deixam Nunes inseguro

Análise

César Felício
Brasília

A pesquisa Datafolha sobre a eleição de São Paulo teve suas entrevistas realizadas entre 17 e 19 de setembro. A da Quaest, divulgada na quarta-feira, 18, colheu entrevistas entre 15 e 17 de setembro. Elas se sucedem no tempo, como se fosse “tracking”. A margem de erro de ambas é de 3 pontos percentuais. O que é possível concluir, na comparação entre ambas, é que o influenciador Pablo Marçal já bateu no seu teto e teria começado a recuar ainda antes do debate em que foi alvo de uma cadeirada do adversário José Luiz Datena (PSDB), no domingo (15). O Datafolha, contudo, indica que Marçal chegou a um piso. Ele ficou com 19% na estimulada (1 ponto percentual a menos do que o registrado na Quaest), o que significa um empate no limite da margem de erro com o que o próprio Marçal obtém na espontânea (15%).

O levantamento sugere que Marçal parou de crescer, mas não está esvaziando. Oscila entre 17% e 22%, considerando a intersecção da margem de erro dos dois levantamentos. No momento está fora do segundo turno, mas seu patamar alto a 17 dias da eleição sugere que pode voltar ao jogo diante de qualquer contratempo na campanha de um dos líderes, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o deputado Guilherme Boulos (Psol).

Marçal estancou nas pesquisas depois do 7 de setembro, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro se voltou contra ele, sinal dado por aliados do político do PL, como o pastor Silas Malafaia. Não foi a cadeirada que tirou Marçal da liderança compartilhada. A agressão no debate parece ter sido efetiva para impulsionar sua rejeição, que subiu 3 pontos percentuais no Datafolha e está em 47%. Nos últimos 12 dias, afora o ato catártico da cadeirada de Datena, o que monopolizou a cena eleitoral em São Paulo foi o tiroteio dentro da direita.

Não é possível afirmar com certeza quem estaria em primeiro lugar no primeiro turno entre Nunes e Boulos. A intersecção das margens de erro dos dois levantamentos coloca Nunes em uma banda entre 24% e 27%, percentual que obteve no Datafolha, enquanto no caso de Boulos essa intersecção vai de 23% a 27%.

A dinâmica sugere algum ganho de Boulos em seu esforço para se identificar com o eleitorado lulista, mas abaixo do potencial de transferência de votos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em São Paulo. Boulos tem 46% dos votos dos eleitores que optaram por Lula no segundo turno da eleição presidencial de 2022, segundo a pesquisa da Quaest, e no Datafolha, levantamento mais recente, alcança 48%. Ainda é muito pouco. Apenas como comparação, a identificação entre os lulistas com Lúdio Cabral, candidato do PT em Cuiabá, bate em 70%, de acordo com a Quaest. Mas avançar nesse eleitorado é a grande aposta da campanha eleitoral do candidato. Talvez seja seu único trunfo.

No caso de Nunes, o prefeito está redobrando a sua identificação com Bolsonaro, e a prova disso foi a sua entrevista nas redes sociais ao blogueiro Paulo Figueiredo, um dos mais estridentes porta-vozes digitais da extrema-direita. Este movimento indica falta de segurança em sua presença no segundo turno. Ainda olha com preocupação pelo retrovisor, dado o patamar alto de Marçal. É uma disputa que pende para Nunes, mas não se resolveu. Entre bolsonaristas, Marçal tem 41% e Nunes, 40%. Essa diferença já foi de quase 20 pontos percentuais.

A associação com Bolsonaro é fundamental para ir ao segundo turno, mas pode ser contraproducente em um embate isolado contra Boulos, pelo simples fato de a rejeição a Bolsonaro em São Paulo ser maior que a rejeição a Lula.

Os cruzamentos da Quaest, já todos divulgados, mostram que Nunes tem uma distribuição relativamente uniforme em todos os segmentos. Vai pior entre os que não têm religião (16%) e entre os até 34 anos (19%) e está acima de 20% em todas as outras faixas, com pico de 30% entre os idosos e evangélicos. Marçal tem mais vulnerabilidades, porque seu eleitorado se concentra em nichos.

O eleitorado de Boulos também é desequilibrado. É um candidato muito bem recebido na faixa de renda mais alta (34% no Datafolha), ante 20% na faixa mais baixa. Não é possível nesse caso a comparação com a Quaest, porque a divisão por faixa de renda é diferente.

Marçal lidera entre homens e entre bolsonaristas, mas está atrás de Datena na Quaest entre os eleitores com ensino até fundamental e pontua mal entre as mulheres (16% na Quaest e 12% no Datafolha). Caso fosse ao segundo turno, algo que hoje não é o cenário mais provável, teria muito menos potencial do que o prefeito.

O levantamento do Datafolha mostra que José Luiz Datena parou de cair, e nesse caso sim a cadeirada parece ter tido impacto. O Datafolha situou-o com apenas 6%, ante 10% da Quaest, e na faixa de intersecção de ambos o tucano estaria entre 7% e 9%. Datena vinha esvaziando semana a semana e não há nenhuma outra razão que explique o estancamento dessa tendência. O episódio grotesco que protagonizou no domingo deu a Datena algo que não vinha tendo: visibilidade. Serve para engajar a audiência ainda fiel ao veterano apresentador. Foi um reforçador de convicções, pró ou contra, para Datena e para Marçal.

Ramagem encurta distância com Paes, mas prefeito segue na frente

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), tem 59% das intenções de voto, conforme pesquisa Folha/TV Globo/Datafolha divulgada na quinta-feira (19), e se mantém na liderança da corrida eleitoral carioca. Sua vantagem, contudo, diminuiu com o crescimento de Alexandre Ramagem (PL), que passou a ter 17% — 6 pontos percentuais a mais do que levantamento divulgado no início do mês. Agora, a distância entre os dois é de 42 pontos percentuais. Ainda que seja diferença grande, é menor do que as pesquisas anteriores do instituto indicavam. No levantamento de 5 de setembro, Paes corria à frente com 48 pontos de vantagem.

O percentual do prefeito é o mesmo em comparação ao Datafolha passado. O bolsonarista, por sua vez, oscilou no limite da margem de erro, de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo. Essa oscilação de Ramagem é a mesma medida na pesquisa Quaest, divulgada na quarta-feira (18), e é resultado de um engajamento maior do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na campanha do aliado.

A pesquisa, contratada pela TV Globo e pela “Folha de S.Paulo”, ouviu 1.106 eleitores entre os dias 17 e 18 de setembro. Ela foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número RJ-01318/2024.

Olhando por um recorte de tempo mais amplo, é possível afirmar que Ramagem vem crescendo na preferência dos eleitores. Em relação à pesquisa de agosto, ele teve um aumento de 10 pontos. A expectativa da campanha é que, a menos de três semanas da eleição, ele mantenha essa tendência e tenha pelo menos 25% dos votos nas urnas. Desta forma, eles esperam conseguir levar a disputa para o segundo turno. Isso, no entanto, também dependerá do crescimento de Tarcísio Motta (Psol), candidato de esquerda que pode tirar votos de Paes. Segundo o Datafolha, o psolista tem hoje 7% e oscilou positivamente 1 ponto percentual em comparação há duas semanas.

LEO MARTINS/AGÊNCIA O GLOBO — 12/9/2024



Paes: prefeito divide com adversário votos de apoiadores de Bolsonaro

LEO MARTINS/AGÊNCIA O GLOBO — 11/9/2024



Ramagem: candidato do PL passou a ser mais conhecido pelos eleitores

Contudo, se os percentuais da sondagem atual se repetirem nas urnas, Paes pode ser eleito já no primeiro turno.

Em quarto aparece Marcelo Queiroz (PP), com 2% e que teve a mesma alta do psolista. Os demais postulantes ao Palácio da Cidade não passaram de 1%.

Votos nulos e em branco somaram 8%, e indecisos, 4%. Esses percentuais, na pesquisa passada, eram 11% e 4%, respectivamente.

O Datafolha também mediu a preferência espontânea dos entrevistados — quando o nome dos candidatos não é dito. Nesse cenário, tanto Paes quanto Ramagem cresceram. O primeiro ficou com 44%, enquanto o segundo, 11%. Antes, pela ordem, os dois tinham 39% e 7%.

O número de indecisos na pesquisa espontânea teve uma queda de 9 pontos percentuais, indo agora para 30%. Nulos e em branco mantiveram-se em 7%.

A sondagem mostra ainda que Ramagem passou a ficar mais conhecido pelos eleitores, com sua taxa de conhecimento subindo de 54% para 68%. Ele também conseguiu avançar sobre o eleitorado bolsonarista, tendo agora 41% da intenção de votos deles (era 29% há duas semanas).

Contudo, mesmo com esse crescimento, os eleitores do ex-presidente estão divididos. Paes, que tinha 45%, agora tem 38%. Como nesse recorte a margem de erro é de 5 pontos percentuais, o candidato à reeleição e o bolsonarista estão tecnicamente empatados.

DM9

JHSF
SURPREENDENTE

FOTO REAL DA PRAIA PRIVATIVA DO BOA VISTA VILLAGE SURF CLUB

E A EXCELÊNCIA JHSF

JÁ É REALIDADE.



CENTRO EQUESTRE COM PISTAS, COCHEIRAS E PICADEIRO COBERTO



TOWN CENTER COM MARCAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, RESTAURANTES, ENTRETENIMENTO E ATRAÇÕES CULTURAIS



CENTRO DE TÊNIS COM QUADRAS DE TÊNIS, BEACH TENNIS, PICKLEBALL E ARENA PARA TORNEIOS INTERNACIONAIS

SAIBA MAIS



VISITE O SHOWROOM • VENDAS: 11 3702.2121 • 11 97202.3702 • atendimento@centraldevendasfbv.com.br

Eleições Candidata do PSB em São Paulo foi a terceira sabatinada pelo ‘Valor’, ‘O Globo’ e rádio CBN

Tabata critica adversários e descarta apoio caso fique fora do segundo turno



Mariana Ribeiro
De São Paulo

Terceira candidata à Prefeitura de São Paulo a ser sabatinada pelo **Valor**, “O Globo” e rádio CBN, a deputada federal Tabata Amaral (PSB) criticou seus adversários na disputa e disse estar confiante de que chegará ao segundo turno. Ela acrescentou, no entanto, que, se isso não acontecer, não fará campanha nem comporá governo com nenhum deles.

“Não tem nenhum candidato nessa disputa que me represente. Se for para fazer a escolha do menos pior, eu estou fazendo essa escolha no Brasil há anos”, disse na entrevista. “Eu não fujo, o voto eu vou digitar, mas integrar governo, fazer campanha, pedir voto por qualquer um desses adversários eu não vou.”

Tabata chamou o candidato pelo PRTB, Pablo Marçal, de “fanfarrão” e “criminoso” e também disse que custa a acreditar que a cidade de São Paulo optaria pela “mesmice” e “mediocridade” do atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB). “O Nunes agora diz que é contra a vacina e desonra o legado do Bruno Covas só porque ele está louco pelo apoio do Bolsonaro”, afirmou, em referência à declaração recente do prefeito em que diz que ninguém acertou em tudo durante a gestão da pandemia e que hoje é contra a vacinação obrigatória.

A candidata do PSB afirmou ainda que Guilherme Boulos, do Psol, está “fazendo de tudo para levar” Marçal para o segundo turno. Isso porque as pesquisas de intenção de voto indicam que o psolista perderia para o atual prefeito. “Isso é covarde, é errado”, disse a deputada federal.

Ela frisou que não tem medo de enfrentar Marçal e que, para ela, essa é a “coisa certa a se fazer”, mesmo que eventualmente sua reação se reflita em aumento de rejeição. Segundo pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira, a rejeição da deputada bateu 37%, mesmo índice de Nunes. No levantamento anterior, de 11 de setembro, o índice era de 34%. Já na pesquisa Datafolha, divulgada na quinta-feira, ela é rejeitada por só 14% dos entrevistados.

“Valeu a pena ter enfrentado Marçal com tanta coragem? Minha resposta é absolutamente sim”, disse. “Se isso vai ser bom ou não para mim eleitoralmente eu sinceramente não sei, o que eu sei é que essa covardia do Boulos e do Nunes não está à altura de São Paulo.”

EDILSON DANTAS/O GLOBO



Tabata: "Eu cheguei no Congresso, há seis anos, e todo mundo olhava para mim e falava ‘é uma menina, vai ser engolida’. E se tem uma coisa que eu não fui é engolida"

Frisando que está otimista em relação à sua chegada no segundo turno, a candidata voltou a dizer que ainda tem a menor rejeição entre os candidatos e que não perderia para ninguém na reta final da disputa. “Eu sou a general dessa tropa. Eu não posso virar para essa tropa, que está acompanhando esse projeto, e dizer que existe qualquer outra possibilidade que não seja a gente estar lá [no segundo turno].”

Pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira mostra Nunes com 27% das intenções de voto e Boulos com 26%. Em terceiro lugar está Marçal com 19%. Tabata aparece com 8%. Na pesquisa Quaest, de quarta-feira, ela tinha 7% das intenções de voto.

A deputada também voltou a dizer que sua equipe processará a candidata Marina Helena (Novo), que, sem apresentar provas, insinuou que Tabata usou um jatinho particular para visitar o namorado, o prefeito de Recife, João Campos (PSB).

De acordo com Tabata, seu time jurídico já está dando andamento ao processo. “Ela fez a mesma aposta que os outros candidatos, na baixaria. E o palco que ele teve depois de contar uma mentira faz parecer que vale a pena. Há 48 horas a imprensa está falando disso.”

Frequentemente questionada sobre sua pouca idade, Tabata, que tem 30 anos, disse que essa não é uma desvantagem para a sua candidatura. “Eu cheguei no Congresso Nacional, há seis anos, e todo mundo olhava para mim e falava ‘é uma menina, vai ser engolida’. E se tem uma coisa que eu não fui é engolida”, afirmou. Para ela, muitas mulheres se identificam com a sua trajetória. “Muitas vezes a gente tem a casca muito mais grossa do que qualquer marmanjo.”

> “Eu não fujo, o voto eu vou digitar, mas integrar governo, fazer campanha, pedir voto, eu não vou”

Durante a sabatina, Tabata falou sobre sua proposta de implementar o aluguel social em áreas centrais da capital paulista por meio de uma plataforma digital. "É tipo um QuintoAndar da moradia", afirmou. A ideia é que a prefeitura banque parte do aluguel de pessoas de baixa renda em imóveis desocupados no centro da cidade, entrando como uma espécie de fiador na operação.

“O Brasil historicamente optou pelo modelo de construir grandes projetos de moradia, mas eles são caros e demoram para sair. Precisamos pensar em opções”, disse. Tabata afirmou que ainda não há definição sobre como exatamente seria implementado o programa, batizado de Prefeia, mas acrescentou que a iniciativa poderia contar com um parceiro privado.

A candidata também voltou a prometer que, se eleita, seu governo garantirá que ninguém espere mais de 30 dias por um exame. A proposta prevê que, se não houver disponibilidade no sistema público, a prefeitura contratará o exame na rede privada.

De acordo com ela, a diferença desse projeto para o Corujão da Saúde, do ex-prefeito João Doria, é que virá acompanhado de investimento “na base”, o que permitiria reduzir a fila por exames. “Vamos contratar 400 equipes de saúde da família, vamos ter coragem de investir em saneamento, atividade física, alimentação saudável.”

Ainda na área da saúde, Tabata propõe que toda Unidade Básica de Saúde (UBS) tenha uma equipe de saúde mental e que as escolas tenham uma UBS referenciada para fazer acompanhamento de alunos. Ela afirmou que tem havido aumento nos casos e depressão e ansiedade entre os jovens, mas que falar sobre saúde mental “ainda é um tabu”.

“Muita gente acha que é frescura, que depende da pessoa. Eu vi isso nessa eleição, o nível de sujeira e de chacota que foi feito pelo Pablo Marçal com o fato de eu ter perdido meu pai para o suicídio quando eu era adolescente”, afirmou.

Em outra crítica a Nunes, Tabata disse que o emedebista será o “o primeiro prefeito da história de São Paulo que vai entregar um resultado pior na educação básica do que recebeu”. Entre as propostas na área, ela reforçou que pretende levar o ensino integral a 100% das escolas municipais em oito anos. “Aqui em São Paulo, hoje são 6%. Em quatro anos, a proposta demanda um investimento de R$ 16 bilhões. Vamos fazer com operação de crédito, com repasse do governo federal e enfrentando denúncias de corrupção.”

Como medidas para aumentar os índices de alfabetização na cidade, ela também defendeu investimento em reforço e tutoria e mudanças na gratificação de profissionais para garantir que, nas escolas que melhorem seu resultado, todos os funcionários tenham um “reconhecimento salarial”.

Tabata destacou que repasses dos governos federal e do estadual serão importantes para colocar de pé parte de seus projetos. Ela afirmou que é uma candidata independente nessa eleição, mas que tanto o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) quanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já disseram que apoiariam seu governo. “Isso vai ser fundamental, porque para muita coisa que espero fazer vou precisar de repasse. Se não tiver articulação, você não consegue.”

A candidata comprometeu-se com igualdade de gênero no seu secretariado, se eleita, e disse que “irá buscar a igualdade racial” também.

Questionada sobre se tem o objetivo de disputar a Presidência, disse que não e que, pelos próximos oito anos, sua missão está ligada à Prefeitura de São Paulo.

A candidata foi a terceira a ser sabatinada. Na segunda-feira (16), o entrevistado foi o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB) e na quarta-feira (18), José Luiz Datena (PSDB). Na próxima semana, será a vez de Pablo Marçal (PRTB), no dia 23, e de Guilherme Boulos (Psol), no 24.

A ordem das sabatinas foi definida por sorteio, mas as datas precisaram passar por ajustes por conta da agenda de debates. Foram chamados os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Todas as entrevistas têm início às 10h30, duração aproximada de uma hora, e transmissão ao vivo pelos canais dos três veículos.

valor.com.br
Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/19/veja-o-que-fato-ou-fake-na-sabatina-de-tabata-amaral-para-valor-o-globo-extra-e-cbn.ghtml

Noman e Engler estão empatados em BH

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

Pesquisa Folha/TV Globo/Datafolha de intenções de voto para prefeito de Belo Horizonte, divulgada na quinta-feira (19), mostra que Mauro Tramonte (Republicanos) se mantém na liderança, e a disputa pelo segundo lugar tem dois concorrentes: o atual prefeito, Fuad Noman (PSD), e o deputado estadual Bruno Engler (PL), candidato apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Tramonte, candidato apoiado pelo governador Romeu Zema (Novo) e pelo ex-prefeito Alexandre Kalil (Republicanos), tem 28% das intenções de voto, ante 29% na pesquisa divulgada no dia 5. Engler e Noman estão agora empatados com 18% das intenções de voto cada um.

No levantamento anterior, Noman tinha 14% e Engler tinha 13%. Os candidatos agora se isolam em relação a outros candidatos que antes apareciam empatados na segunda colocação. E reduzem a distância em relação ao líder das pesquisas, que cai de 15 pontos percentuais para 10 pontos percentuais.

A deputada Duda Salabert (PDT) tem 9% das intenções de voto, uma queda de 3 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior. Ela aparece tecnicamente empatada com o deputado federal e candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Rogério Correia (PT), que tem 6% das menções (8% na anterior).

O senador licenciado Carlos Viana (Podemos) manteve 5% das intenções de voto. O presidente da Câmara Municipal, Gabriel Azevedo (MDB) ganhou 1 ponto percentual e agora tem 3%. Viana e Azevedo estão tecnicamente empatados com Viana.

Wanderson Rocha (PSTU) e Lourdes Francisco (PCO) não atingiram 1% das menções. Indira Xavier (UP) não foi citada pelos eleitores. Na pesquisa do dia 5, Rocha teve 1% das menções.

Entre os eleitores, 7% disseram que votarão em branco ou nulo, ante 8% na pesquisa anterior. Indecisos somam 5% (ante 8% na pesquisa passada).

O Datafolha ouviu 910 eleitores em Belo Horizonte nos dias 17 e 18. A pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou menos, e o nível de confiança é de 95%. O levantamento foi registrado na Justiça Eleitoral com o código MG-07919/2024.

O Datafolha também perguntou aos eleitores sobre cenários possíveis para o segundo turno.

Na disputa entre Tramonte e Engler, o candidatos do Republicanos marca 59% (62% na semana passada) e o do PL, 28% (antes, 18%). Votos em branco, nulos e nenhum foram 11% e indecisos, 3% (14% e 5%, respectivamente, na pesquisa anterior).

> Mauro Tramonte mantém-se na liderança da disputa com 28% das intenções de voto

Quando a disputa é entre Tramonte e Noman, o primeiro também aparece na frente e registra agora os mesmos 54% da semana passada. Já o prefeito varia dentro da margem de erro com 34% (31% no levantamento anterior). Votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum 8% (antes eram 10%) e os indecisos caíram 3 pontos e registram agora 3%.

A candidatura de Duda Salabert apresenta o maior nível de rejeição. Entre os eleitores ouvidos para a pesquisa, 30% afirmaram que não votariam de jeito nenhum na candidata. Rogério Correia fica em segundo lugar, citado por 26% dos eleitores.

Bruno Engler é o terceiro mais rejeitado, com 25% das menções. Carlos Viana vem em seguida, com 18%; Indira Xavier tem 17%. Fuad Noman tem 16% de rejeição; Gabriel Azevedo, 15%; Tramonte, Wanderson Rocha e Lourdes, têm 13%.

João Campos oscila 2 pontos e chega a 76%

José Matheus Santos
Folhapress, do Recife

A pesquisa Folha/TV Globo/Datafolha para a Prefeitura do Recife, divulgada nesta quinta-feira (19), mostra João Campos (PSB) com 76% das intenções de voto, o que lhe daria vitória no primeiro turno. No levantamento de 5 de setembro, o atual prefeito marcava 74%. Houve, portanto, uma oscilação dentro da margem de erro, que é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

A pesquisa mostra um empate técnico múltiplo na segunda colocação. Gilson Machado (PL) tem 9% das intenções de voto, e Daniel Coelho (PSD), 5%. Ambos mantiveram o mesmo índice do último levantamento, há duas semanas. Também empatado está Dani Portela (Psol), com 3%, que oscilou 1 ponto percentual para menos.

Tecio Teles (Novo) tem 1% das intenções de voto, após não pontuar na pesquisa anterior. Ludmila (UP) e Simone Fontana (PSTU) não atingiram 1% das intenções de voto. Victor Assis (PCO) não foi citado. O candidato teve registro de candidatura indeferido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco na quarta-feira (18), mas a pesquisa foi a campo antes da decisão. Votariam em branco, nulo ou nenhum 5% dos entrevistados, e 1% responderam que não sabem em quem votariam.

João Campos lidera de forma isolada em todos os segmentos sociodemográficos. A taxa de intenção de voto nele é mais alta entre as mulheres do que entre os homens (82%, ante 69%). Ele tem desempenho melhor também entre os que têm renda familiar mensal de até 2 salários mínimos (82%).

Foram entrevistados 910 eleitores no Recife nos dias 17 e 18 de setembro. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95% e tem o protocolo PE-02953/2024 na Justiça Eleitoral.

Eleições Na semana pós-cadeirada em debate, candidato do PRTB desmarca agendas, passa a cogitar derrota nas urnas e intensifica apelos por doações para candidatura

Pesquisas, cansaço e falta de verba ‘esfriam’ campanha de Marçal



Murillo Camarotto
De São Paulo

Estagnação nas pesquisas, cansaço físico e falta de dinheiro já começaram a afetar o ritmo da campanha do candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal. O ex-coach vem reduzindo o número de agendas públicas, algo incomum para a reta final de uma eleição dessa magnitude. Também tem se queixado de falta de dinheiro para a campanha e passou a considerar, em suas falas, a possibilidade de não ser eleito — o que vai na contramão de um reiterado discurso de vitória em primeiro turno.

Mesmo antes de ter levado uma cadeirada durante o debate da TV Cultura, no domingo (15), Marçal já havia confidenciado cansaço a alguns assessores. Pelo menos quatro compromissos foram adiados ou cancelados na semana passada, antes, portanto, do episódio. Depois da agressão cometida pelo candidato do PSDB, José Luiz Datena, o influenciador desmarcou várias outras atividades, cumprindo apenas três agendas públicas durante esta semana.

Na quinta-feira, por exemplo, Marçal desmarcou em cima da hora o seu único compromisso público, uma visita a um shopping center na zona norte da capital paulista. A justificativa dada pela assessoria do candidato foi a falta de tempo hábil para chegar ao local, que comprometeria uma outra agenda, que não foi divulgada.

“A cadeirada eu já levei, mas se me derem a cadeira [de prefeito], você vai ver a revolução que vamos fazer nesta cidade. Se não me derem, eu vou contribuir do mesmo jeito e vou tocar a vida”, disse Marçal a um eleitor, na quarta-feira. Mais tarde, em entrevista a um podcast de policiais, ele voltou a considerar a hipótese de não triunfar nas urnas. “Espero o voto do povo para eu servir eles (sic). Se não vier o voto, vou seguir a minha vida em paz.”

Sempre que é questionado por jornalistas sobre os cenários de um eventual segundo turno, o candidato se recusa a responder, garantindo que será eleito prefeito de São Paulo em 6 de outubro. Questionados sobre a mudança de tom nos últimos dias, assessores de Marçal garantem que ele segue confiante na vitória em primeiro turno, apesar do que mostram as pesquisas.



MARINA UEZIMA/BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS — 18/9/2024

Pablo Marçal: “Espero o voto do povo para eu servir eles (sic). Se não vier o voto, vou seguir a minha vida em paz”

Após um crescimento acentuado, a ponto de aparecer próximo da liderança em algumas sondagens, o ex-coach estagnou. Levantamento do Datafolha divulgado na quinta, mostrou-o estável em terceiro lugar, com 19% das intenções de voto. Pesquisa Quaest apresentada na véspera apontou oscilação negativa, de 2 pontos percentuais, para 20%.

Os números do influenciador movimentam-se mais, no entanto, quando o tema é rejeição. De acordo com o Datafolha, 47% dos eleitores declararam que não votariam nele em nenhuma hipótese, alta de 3 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior e de 17 pontos na comparação com o início da campanha, em agosto. O aumento da rejeição desde então coincide com uma queda de 66% no interesse pelo ex-coach nas buscas feitas no Google.

Marçal tem dito que a única rejeição que o preocupa é aquela acima de 50%, possibilidade que ficou maior nas últimas semanas. Seus principais conselheiros entendem que o candidato tem condições de reverter este movimento nas próximas semanas. Uma viagem aos Estados Unidos pode estar entre as “surpresas” preparadas por ele para recuperar terreno na corrida municipal.

Outro desafio verbalizado com mais frequência pelo candidato é a falta de dinheiro. O PRTB, partido de Marçal, não teve direito ao Fundo Partidário por conta dos resultados obtidos na última eleição, que ficaram abaixo do mínimo exigido. Questionado por um eleitor sobre a ausência de propaganda na zona leste, Marçal respondeu: “Falta de grana na campanha. Tamo (sic) remando com o que dá, irmão”.

Nesse cenário, ele tem aproveitado a participação em ‘podcasts’ para pedir doações. “Se vocês quiserem ajudar, estou em um campo de batalha e a única coisa que está faltando é munição”, afirmou o candidato, ontem. “Se por acaso chegar ao dia 6 e eu perder a eleição, terá sido por falta de munição”, completou.

Curtas

Sem bloqueio 1
O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinaram, na quinta-feira (19), uma portaria conjunta que proíbe o bloqueio de rodovias sem aviso prévio à Justiça nos dias 6 e 27 de outubro, quando ocorrem o primeiro e, se necessário, segundo turno das eleições municipais. Segundo a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, “experiências melancólicas” como nas eleições presidenciais de 2022, em que casos de blitz da Polícia Rodoviária Federal (PRF) dificultaram a circulação de eleitores, implicaram que a medida fosse tomada. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou que não quer uma repetição do que aconteceu em 2022. “Não queremos e não veremos a repetição dos vergonhosos atos que ocorreram no passado recente em que eleitores foram impedidos, por forças do próprio Estado, de percorrer livremente até o local das eleições”, afirmou Lewandowski.

Sem bloqueio 2
De acordo com portaria, o patrulhamento ostensivo da PRF nos dias das eleições “não poderá constituir obstáculo à livre circulação de pessoas eleitoras, sendo vedada a realização de bloqueios de rodovias federais para fins meramente administrativos ou para apuração de descumprimento de obrigação veicular”. Além disso, a abordagem será legítima apenas nos casos em que as condições do veículo caracterizam infração de trânsito e que coloquem em risco as pessoas no momento da realização da operação. A necessidade de eventual bloqueio de rodovias, sem que haja flagrante desrespeito às regras de segurança no trânsito ou de prática de crime deverá ser comunicada à presidência do respectivo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Sucessão em dois tempos: presente e futuro



Andrea Jubé

Para usar as palavras de um assessor que despacha no Palácio do Planalto, o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), "a preço de hoje, está eleito presidente da Câmara". E com a simpatia de uma ala expressiva do governo, que incluiria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Não é bem assim", retrucou um importante deputado do PT, ao ouvir da coluna as palavras proferidas pelo assessor palaciano. Este parlamentar petista argumentou que depois de se reunir com Motta, Lula e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, receberam em seus gabinetes os adversários dele na corrida sucessória, os dois líderes baianos Elmar Nascimento, do União Brasil, e Antonio Brito, do PSD.

Além da simpatia de Lula — apesar do passado entrelaçado ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, "pai do impeachment" — Motta tem cabos eleitorais ostensivos no governo, como os ministros Silvio Costa Filho (Republicanos), de Portos e Aeroportos, articulador de sua candidatura, e Renan Filho (MDB), dos Transportes. Em outra frente, Elmar e Brito batalham pelo apoio do titular da articulação política, Alexandre Padilha, e do chefe da Casa Civil, Rui Costa.

O mesmo assessor presidencial ressaltou que sua avaliação traduz a conjuntura atual, em que Hugo Motta já reuniria votos suficientes para suceder a Arthur Lira (PP-AL) na direção da Casa. Citou a máxima antiga, mas sempre atual, atribuída ao ex-governador mineiro Magalhães Pinto: "Mas a política é como nuvem", hoje está de um jeito, amanhã ninguém garante o mesmo céu.

A configuração pela qual o líder do Republicanos estaria eleito hoje para o lugar de Lira pressupõe um "acórdão" entre governistas e oposição, em que o PL de Jair Bolsonaro, com 92 deputados, indicaria o Primeiro Vice-Presidente da Câmara, e à federação PT-PCdoB-PV, com 80 integrantes, caberia a Primeira Secretaria — segundo cargo mais importante na hierarquia da Mesa Diretora.

Porém, como em toda corrida com obstáculos, há pedras no caminho nas quais os competidores podem tropeçar. A maior delas é a pressão cada vez mais explícita do PL para que o postulante à vaga de Lira declare-se favorável ao projeto de lei que anistia os condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro, que atentaram contra a democracia e depredaram as sedes dos três Poderes.

Um gesto que poderá consolidar os votos do PL, mas que de outro lado, terá o condão de afastar o eventual apoio da federação petista. Nesse quesito, Elmar deu uma no cravo e outra na ferradura. Para acenar à bancada bolsonarista, indicou o relator do projeto, favorável à matéria, Rodrigo Valadares (SE). Em contrapartida, no dia da apreciação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), articulou para que os deputados do União acompanhassem a obstrução governista para adiar a votação. Republicanos e PP, que estão com Motta, acompanharam o relator.

Outra pedra que entrou no sapato dos concorrentes foi o processo aberto no Conselho de Ética para cassar o mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), acusado de quebra de decoro pela agressão a um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) no dia 16 de abril no prédio da Câmara. Em sua defesa, Glauber alegou que reagiu à provocação do militante do MBL, que teria a intenção de fazer "cortes de vídeos" nas redes sociais para expô-lo como um político "agressivo".

O deputado do PT alertou que a postura dos candidatos sobre o processo de cassação de Glauber influenciará a posição da federação na sucessão de Lira. Observou que Elmar será testado porque seria capaz de influenciar os três deputados do União no Conselho de Ética. O partido tem o presidente do colegiado, Leur Lomanto Júnior (BA), um titular, Alexandre Leite (SP), e um suplente, Rafael Simões (MG). Leite já reclamou da conduta de Glauber no dia da sessão no Conselho, e disse que cogita pedir a suspensão cautelar do mandato do colega.

Aliados de Glauber atuam para evitar a cassação e, se não for possível evitar alguma punição, que se apliquem penas alternativas, como uma advertência ou a suspensão temporária do mandato. Por todos esses fatores, considerar a sucessão de Lira jogo jogado é um erro e um risco.

Sucessão em 2026

Se o debate prematuro sobre o sucessor de Arthur Lira deixa os deputados eriçados, a sucessão de Lula é outro tema que gera desassossego. O mesmo assessor palaciano que vê Hugo Motta sentado na cadeira de Lira "a preço de hoje", considera Lula o candidato favorito à sucessão presidencial, com PSB e MDB disputando, desde já, a vaga de vice na chapa petista.

Este auxiliar presidencial ressalta que Lula considera o atual vice e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, do PSB, um aliado de lealdade e dedicação inatacáveis, e não fará nenhum gesto que o contrarie. Somente se apetecer ao aliado, seria oportuno ele disputar uma das duas vagas ao Senado por São Paulo. Alckmin é visto como um dos poucos quadros competitivos pelo campo político de Lula para concorrer à cadeira de senador pelo Estado.

Porém, se o PSB perder a vaga de vice de Lula, duas lideranças em ascensão no MDB cobiçam o posto. O governador do Pará, Helder Barbalho, e o ministro dos Transportes e senador licenciado por Alagoas, Renan Filho. O primeiro ganhou projeção internacional com a realização da cúpula mundial do clima (COP 30) em Belém, em 2025, e valorizará o passe se o evento for um sucesso. E Renan atua para se cacifar como um dos melhores ministros de Lula. Tudo isso, entretanto, são cenários traçados nos bastidores porque a política é como nuvem.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Eleições Propostas preveem aumentar áreas verdes, mas faltam metas e definições sobre como as medidas serão implementadas na capital

Candidatos em SP tangenciam ações contra caos climático



Lilian Venturini e Cristiane Agostine
De São Paulo

Em menos de um ano, os 11,4 milhões de moradores de São Paulo vivenciaram situações extremas. Nos primeiros meses deste ano, chuvas intensas provocaram enchentes e quedas de árvores, que deixaram bairros por dias seguidos às escuras. Há poucas semanas, a longa estiagem, agravada pela fumaça de incêndios e pela poluição, fez com que o ar respirado na capital paulista fosse o pior do mundo e contribuísse para a coloração verde das águas do Rio Pinheiros. Os eventos mostraram, mais uma vez, os efeitos nocivos da crise climática e a fragilidade das gestões públicas em lidar com ela.

Em São Paulo, os seis candidatos à prefeitura mais bem posicionados nas pesquisas não ignoram a gravidade da situação, mas respondem a ela de formas diferentes. Alguns, com propostas ambientais pouco elaboradas e nem sempre integradas a outras áreas, como infraestrutura e saúde. Outros, apresentam metas, mas sem definir ao certo como conseguirão implementá-las.

Os planos de governo de Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (Psol), Pablo Marçal (PRTB), José Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB) e Marina Helena (Novo) tangenciam algumas das ações apontadas como necessárias por pesquisadores e organizações ambientais. Em comum, eles propõem o aumento de áreas verdes, com promessas de priorizar bairros com menor cobertura vegetal.

Nenhum pretende ampliar o rodízio de carros ou criar algum tipo de pedágio urbano, para restringir a circulação de veículos.

Com ênfases distintas, Nunes, Boulos, Marçal e Tabata propõem ações em parceria com o governo do Estado para proteção de mananciais e para evitar a ocupação irregular nessas áreas.

Ainda que a responsabilidade sobre a gestão ambiental recaia principalmente sobre o governo federal e Estados, prefeituras podem assumir diversas ações, algumas de baixo custo e capazes de melhorar a qualidade de vida. Coordenador de Relações Institucionais do Instituto Cidades Sustentáveis, Igor Pantoja aponta algumas, como aumento de áreas verdes e da arborização, mecanismos para reaproveitamento de água em prédios públicos, obras de drenagem, incentivo e adoção de energia solar, além de educação ambiental.

Pantoja acrescenta ações que demandam medidas intersetoriais, como a redução da emissão de gases poluentes associadas ao manejo de resíduos e políticas de mobilidade urbana. Na maior capital do país, a coleta seletiva chega a apenas 4% de tudo o que é coletado e apenas 2% é efetivamente reciclado, segundo o coordenador. A cidade do México, por exemplo, com características semelhantes a de São Paulo, recicla 47%.

Quatro dos candidatos citam de forma expressa investimentos em reciclagem. Boulos promete universalizar a coleta seletiva. Datena promete ampliar, mas não traz metas. Tabata e Marina não destacaram esse tema nos documentos registrados na Justiça Eleitoral.

A troca da frota de ônibus coletivo por modelos elétricos ou híbridos é outra medida de alçada municipal. No caso da eletrificação, o desafio não é pequeno: dos 13 mil ônibus em circulação, menos de 8% são elétricos, diz a SPTrans.

Mudanças na frota são um ponto comum entre os planos de governo analisados. A exceção é Pablo Marçal, que propõe teleféricos para mobilidade. A gestão atual já tem em andamento a troca da frota por modelos elétricos. Nunes promete dar sequência, mas não detalha os custos nem diz quantos veículos serão trocados.

A expansão da frota de elétricos tem esbarrado em problemas como a falta de infraestrutura na rede de distribuição e de recarga de baterias elétricas. Nunes prometia entregar até dezembro 2,6 mil ônibus elétricos, mas a cidade só tem 207.

Datena fala em ampliar a corredores de ônibus, ciclovias, ciclofaixas e faixas exclusivas para motos para reduzir a circulação de carros. Propõe ainda implantar VLT (veículos leve sobre trilhos) no centro e expandir o transporte sobre trilhos, este de competência do Estado. Não há estimativas de custo.

Tabata também aposta na eletrificação da frota, associada a um redesenho das linhas de ônibus para o transporte público ser mais rápido do que o carro. Marina Helena sugere substituir a frota de ônibus a diesel por biometano, em vez do modelo elétrico, segundo ela uma solução mais cara.

Igor Pantoja, do Instituto Cidades Sustentáveis, acrescenta a importância de as gestões, além de renovarem frotas, terem como foco também a redução dos deslocamentos pela cidade. Pesquisa promovida pela Rede Nossa São Paulo, divulgada nessa quinta-feira (19), mostrou que o tempo de deslocamento médio de quem vive em São Paulo é de 2h25 e chega a 2h47 para quem usa transporte público – 10 minutos a mais do que o registrado ano passado. O dado é preocupante quando se considera que os principais meios usados para esse deslocamento são poluentes, ônibus (38%) e carro (23%). Metrô responde por 12%.

Entre os seis candidatos, Boulos é um dos poucos a mencionar tentativas de incentivar a criação de empregos em bairros periféricos a fim de reduzir a necessidade de longos deslocamentos para outras regiões. O candidato do Psol promete transformar metade da frota atual de ônibus por modelos elétricos ou híbridos, além de criar corredores verdes e parques.

Nunes, em seu plano de governo, disse ter investido mais de R$ 280 milhões para criação e melhorias de parques e plantio de 191 mil árvores. O prefeito também promete um plano preventivo de chuvas de verão e um plano de ação climática. A ênfase no que já foi feito é também uma resposta de Nunes sobre uma área em que enfrentou desgastes, por ter indicado, já no primeiro mês de seu governo, o consultor ambiental Antônio Pinheiro Pedro para a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas. Um dos autores do programa ambiental de Jair Bolsonaro (PL) em 2018, Pinheiro Pedro deixou a gestão em 2023, sob críticas de ser negacionista, depois de declarar em uma palestra que o planeta Terra pode "se salvar sozinho" das mudanças climáticas.

Igor Pantoja observou avanços nos planos atuais, quando comparados a eleições anteriores. Ainda assim, diante dos problemas verificados apenas neste ano, considera a discussão ambiental medíocre. "Sempre que há uma crise, há debate, mas depois arrefece. A questão é como manter a mobilização porque só assim os políticos respondem. Até por isso muitas das propostas são pontuais. Se esse tema não for colocado para dentro da cidade, não terá resultado", disse Pantoja.

EDILSON DANTAS/O GLOBO — 9/9/2024



Coloração da água do Rio Pinheiros ficou esverdeada em razão da forte estiagem e da proliferação de algas

Projeto amplia punição para quem comete queimadas

Marcelo Ribeiro
De Brasília

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), protocolou na terça-feira (19) requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ampliar a punição a quem comete queimadas. A medida seria uma das respostas aos incêndios criminosos que afetam regiões do país.

Com o requerimento, Guimarães quer que a proposta, de autoria do senador Davi Alcolumbre (União-AP) e já aprovada no Senado, tramite diretamente no plenário da Câmara. Atualmente, o texto aguarda apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e tem o deputado Patrus Ananias (PT-RS) como relator.

Além de Guimarães, assinam o requerimento o líder do PT na Câmara, Odair Cunha (MG), o deputado Romero Rodrigues (Podemos-PB), que lidera o bloco formado por MDB, PSD, Republicanos e Podemos, e o deputado Elmar Nascimento (União-BA), que está à frente do grupo composto por União, PP, PSDB, Cidadania, PDT, Avante, Solidariedade e PRD. Em busca do apoio do Palácio do Planalto a sua candidatura à presidência da Câmara, Elmar tem feito uma série de gestos ao governo federal.

Na semana passada, governistas tentaram incluir a proposição na pauta da CCJ, mas o requerimento de inclusão extrapauta foi rejeitado por 31 votos a 2. Opositores do governo se mobilizaram e rejeitaram a iniciativa porque queriam que o colegiado se debruçasse rapidamente sobre o projeto que busca anistiar participantes de manifestações com teor golpista.

Por enquanto, não há expectativa de sessões do plenário da Casa ou da CCJ antes das eleições municipais, mas uma convocação para analisar o tema relatado por Ananias de forma emergencial poderia ocorrer.

Diante das queimadas que vem afetando várias regiões do país, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu, em reunião com Lula, ministros e chefes dos Poderes, que as punições aos responsáveis pelos incêndios fossem ampliadas.

No mesmo encontro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), concordou com a necessidade de adoção de medidas, mas alertou para o que chamou de "populismo legislativo".

A aliados, Guimarães teria indicado que o governo teria preferência pela proposta elaborada por Alcolumbre, porque a medida já tem tramitação adiantada e em função do poder de influência do senador amapaense no Congresso.

A lei vigente prevê pena de 2 a 4 anos a quem provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação. O projeto de Alcolumbre estabelece prisão de 3 a 6 anos a quem cometer esse tipo de delito e torna a queimada crime hediondo quando causar morte de pessoas, afetar gravemente a saúde pública, danificar zonas de preservação ou ameaçar a existência ou continuidade de um ecossistema.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) protocolou na terça-feira um projeto que sugere pena de 4 a 8 anos a quem provoca incêndios intencionalmente.

Apesar de contar com o apoio de Marina, o projeto não teria a preferência do Planalto, porque a tramitação começaria do zero, o que faria com que respostas às queimadas demorassem um pouco mais.

Ver também página 2

Eleições Com Melo (MDB) à frente, Maria do Rosário (PT) e Juliana Brizola (PDT) disputam voto da esquerda

Prefeito lidera em Porto Alegre quatro meses após enchente, que domina debate eleitoral



Fernanda Canofre
Para o **Valor**, de Porto Alegre

No início de maio, Ronei dos Santos Crispim, 61, deixou para trás a casa no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre, assim como todos seus vizinhos. A água começava a chegar à sua rua e iria ultrapassar em pouco tempo o teto do imóvel, para onde ele só voltaria cerca de 40 dias depois.

"Quando a gente voltou, começou a colocar tudo na rua, isso aqui era só lixo", lembra o cozinheiro aposentado apontando para lugares que em junho seguiam debaixo d'água. "Perdi tudo, recuperei uma televisão e a geladeira, e estou até me mudando daqui", conta.

A mudança já era pensada antes das enchentes devido à frequência de alagamentos ali. O Sarandi, onde Crispim vive há quase 40 anos, é um dos bairros mais populosos da capital gaúcha e foi um dos mais atingidos na catástrofe. Durante o tempo fora de casa, ele cogitou votar em Juliana Brizola (PDT), mas agora definiu que irá repetir a escolha de 2020: o atual prefeito Sebastião Melo (MDB).

"Não acho que ele foi culpado [pelas enchentes], praticamente todo o Rio Grande do Sul foi atingido", justifica. "Se mudar, quem entrar vai dizer que foi coisa de outra gestão. Se ele fica, a gente tem como cobrar."

Na maior catástrofe climática da história do Rio Grande do Sul, a capital gaúcha registrou cinco mortos e mais de 160 mil pessoas atingidas, com regiões inundadas por mais de um mês e bairros que ficaram semanas sem abastecimento de água. Porto Alegre tem uma população estimada em 1,3 milhão de habitantes, segundo o IBGE.

Vera Márcia da Silva Santos, 54, que vive há quase 50 anos no bairro, também deixou sua casa, próxima a um dique que rompeu. "Quando vai sair a obra do dique? Daqui dois ou três anos? É algo que a gente precisa agora, e se dá outra chuvarada?", questiona. "Ainda não sei em quem vou votar mas, com certeza, no Melo, não."

Quatro meses depois, as enchentes ainda são tempo presente para muitos moradores e a questão central nesta campanha. A capital gaúcha pode ser a primeira cidade a ter a questão climática e ambiental como protagonista em um pleito, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**.

"Porto Alegre talvez seja a primeira cidade do Brasil que terá um voto ideológico do ponto de vista climático. Talvez seja a primeira vez no país que a questão do meio ambiente defina um voto a prefeito", avalia Paulo Ramirez, professor da ESPM.

"A gente vê Porto Alegre como um 'case' de como atores, sistema político e eleitorado vão pensar e refletir sobre isso. Nos dá um alerta sobre como as democracias vão lidar com as situações de desastre", diz Augusto Neftali, professor do programa de pós-graduação em sociologia e ciência política da PUC-RS.

> "Talvez seja primeira vez que a questão ambiental definirá voto a prefeito"
> *Paulo Ramirez*



FERNANDA CANOFRE/VALOR

Ronei Crispim: "Não acho que ele [Melo] foi culpado pelas enchentes"

Abordada em debates e propaganda política pelos candidatos, no entanto, na avaliação da professora Silvana Krause, do departamento de ciências políticas da UFRGS, a questão é o recorte que se faz da catástrofe: discutir a tragédia em si e responsabilidades sobre ela ou o pós e as ações na reconstrução.

"Muitos candidatos não estão entendendo esses momentos como distintos, uma questão central para entender a tendência da intenção de votos em Porto Alegre", explica. "Você tem candidatos que criticam e responsabilizam pela enchente, e tem um prefeito que tem condições de fazer algo enquanto incumbente. Isso é uma tendência de vantagem, por isso eu faço essa separação dos dois momentos."

Ketlyn Godinho, 34, moradora do Sarandi, conta que ela e vizinhos tiveram que se manifestar nas redes sociais e falar com a imprensa para pedir soluções para os efeitos da enchente. "A prefeitura é um descaso, é mais ajuda voluntária", diz. "Ainda não sei se voto nulo ou na Maria do Rosário só para tirar o Melo. Ele só aparece em época de eleição".

A vizinha dela, Herica Pereira, 53, que também teve a casa alagada, discorda. "Eu vou votar no Melo porque eu odeio o PT, e Maria do Rosário nunca vai ter o meu voto", afirma. "O Melo fez o que ele conseguiu fazer. A enchente não é culpa dele."

Melo tem se consolidado na liderança das pesquisas. Na última Quaest, divulgada terça-feira (17), aparece com 41%, crescimento de cinco pontos em relação ao levantamento realizado no fim de agosto, contra 24% de Maria do Rosário (PT), que caiu sete pontos. Juliana Brizola (PDT) cresceu seis e está com 17%. Felipe Camozzato (Novo) tem 3% e Fabiana Sanguiné (PSTU), 1%. A margem de erro é de três pontos, para mais ou para menos.

Para Felipe Nunes, diretor da Quaest Pesquisa e Consultoria, a capital gaúcha tem dois padrões se desenhando. Por um lado, se encaixa na regra brasileira, com prefeitos conseguindo transformar avaliações positivas em intenção de voto — segundo a Quaest, 37% aprovam a gestão de Melo, 33% acham regular e 26%, avaliam como negativa. Por outro, há um duelo entre candidaturas do campo mais à esquerda pela vaga no segundo turno.

"O plebiscito sobre a enchente está aumentando a vantagem do prefeito. O que ele fez, entregou, está sendo mais relevante do que a possível falha da prefeitura em que relação ao que aconteceu antes", avalia Nunes. "O que é curioso observar é se as estratégias de campanha vão mudar a partir dessa pesquisa."

> "O plebiscito sobre a enchente está aumentando a vantagem de Melo"
> *Felipe Nunes*


FERNANDA CANOFRE/VALOR

Vera dos Santos: "Ainda não sei em quem vou votar, mas no Melo, não"

Outra vantagem de Melo, para Neftali, é a coalizão política reunida pelo prefeito — oito siglas, do seu MDB ao PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. Bolsonaro participou do ato que confirmou a chapa com Betina Worm, militar do Exército, filiada ao seu partido, como vice, mas não teve agenda na capital na visita ao Estado, feita na semana passada.

"Porto Alegre não tem candidato arriscando dividir voto bolsonarista", afirma Neftali. "Uma vantagem para a Juliana é que ela fez uma coalizão expressiva, com partidos importantes, como União Brasil e a federação do PSDB. Mas existe um voto volátil, que é concorrido pelas diferentes candidaturas."

O PT, com seis siglas coligadas, pode ter a chance de voltar ao Executivo de Porto Alegre depois 20 anos. Entre os anos 1990 e a eleição de 2000, o partido venceu quatro pleitos consecutivos, e ficou marcado pela criação do Orçamento Participativo (OP), que permitia que a população opinasse no destino dos recursos.

"Ao longo do tempo, em especial quando a coalizão política de oposição ao PT entrou, o OP passou a acumular um passivo de demandas não executadas. A partir daí houve um decréscimo desse empoderamento do processo, que se agravou nas duas últimas gestões, de Nelson Marchezan Jr. (PSDB) e Melo", diz Luciano Fedozzi, professor da UFRGS e autor do livro "Orçamento Participativo em Porto Alegre".

No Sarandi, boa parte dos portões de casas ainda com marcas das águas estão ocupadas agora com fotos e números de candidatos a vereador. Dois dos mais recorrentes ali parecem ter ganhado votos só com base na atuação durante e após as enchentes.

Antes da catástrofe, Rosa Nalu Vieira Nunes, 65. não conhecia o candidato que hoje está na placa em seu portão. A água na casa dela chegou ao segundo piso e a perda foi total. Ela ainda não conseguiu recomprar artigos essenciais. Assim como boa parte dos moradores, o voto dela é de Melo. "Ele errou, mas quem sabe agora aprendeu a lição e vai fazer. Porque as promessas desse e daquele outro são grandes, e depois a gente fica no esquecimento, como sempre ficou", explica.

Para evitar catástrofes semelhantes no futuro, os três candidatos mais bem posicionados nas pesquisas pretendem fortalecer o sistema de proteção da cidade. Melo diz que irá revisitar o modelo desenvolvido entre os anos 1960 e 1970 e promete investir R$ 510 milhões em obras de drenagem e segurança hídrica. Rosário propõe buscar recursos internacionais e junto ao governo federal, modernizar o sistema de contenção e usar estratégias como projetos das chamadas "cidades esponja". Já Juliana fala em recuperar diques e comportas e usar parcerias público-privada (PPPs), com apoio do BNDES, para aumentar a capacidade do sistema.

Pleito em Porto Velho pode ser definido em 1º turno

Guilherme Pimenta
De Brasília

A eleição para a Prefeitura de Porto Velho pode acabar já no primeiro turno, segundo pesquisas de intenção de voto divulgadas recentemente. Apoiada pelo atual prefeito e o governador, a ex-deputada federal Mariana Carvalho (União), apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), lidera uma campanha marcada pela concentração das discussões sobre pautas de costumes e menos debate a respeito de infraestrutura urbana e saneamento básico, um dos principais gargalos da capital de Rondônia.

Mariana Carvalho lidera as intenções de voto para o primeiro turno com 56%, segundo pesquisa Quaest divulgada em 17 de setembro. Em segundo lugar está o deputado federal Léo Moraes (Podemos), com 11% das intenções de voto. Em terceiro, aparece Juíza Euma Tourinho (MDB) com 10% dos votos. Na pesquisa Quaest anterior, divulgada em 27 de agosto, Mariana Carvalho tinha 51% das intenções de voto, ante 18% de Léo Moraes e 4% da Juíza Euma Tourinho.

Atualmente, a cidade é administrada pelo prefeito Hildon Chaves (PSDB), no cargo desde 2016, ano que, segundo analistas políticos locais, o Estado começou a tomar uma trajetória mais à direita. Segundo a pesquisa Quaest, 54% dos eleitores consideram sua gestão positiva, enquanto 30% a classificam regular.

Isso tem ajudado a candidatura de sua aliada. Mas, além da atual gestão local, a líder nas pesquisas também tem os apoios do governador Marcos Rocha (União) e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Marcelo Cruz (PRTB). Ela também é irmã do deputado federal Maurício Carvalho (União-RO).

Analistas políticos da capital destacam que o desempenho da candidata nas pesquisas tem relação direta com o poderio político de seu grupo na cidade. Com a maior coligação do pleito, a candidata tem mais de cinco minutos de propaganda em rádio e televisão. Léo Moraes, segundo colocado nas pesquisas, tem 29 segundos, enquanto a Juíza Euma Tourinho tem 55 segundos.

"É uma situação quase consolidada", avaliou João Paulo Viana, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisador do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (Legal). "É uma candidatura [de Mariana Carvalho] muito forte do ponto de vista da estrutura e do volume da campanha, do número de aliados e de partidos da coligação, além dos recursos financeiros. O momento é muito propício à candidatura da Mariana", acrescentou o especialista.

O **Valor** procurou os três candidatos mais bem posicionados nas pesquisas, mas conseguiu contato somente com os dois primeiros colocados — a Juíza Euma não foi localizada.

Líder nas pesquisas, a ex-deputada Mariana Carvalho afirmou que sua campanha tem focado na saúde e no saneamento básico da cidade — recentemente, o Instituto Trata Brasil classificou Porto Velho como a pior capital no ranking de saneamento básico. Assuntos que, ela destaca, são interligados.

"Hoje o saneamento está sob a responsabilidade do governo do Estado. A Assembleia Legislativa votou para que essa pauta seja administrada pelo governo, mas, como prefeita, vou me colocar à disposição e trazendo essa pauta também junto ao governo do Estado para que a gente possa resolver esse problema do saneamento básico aqui na capital", resumiu.


MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 27/3/2024

Mariana Carvalho: candidata do União faz campanha focada na pauta de costumes e do que nas questões da cidade

O candidato Léo Moraes, por sua vez, disse confiar que sua campanha ainda irá para o segundo turno, pois avalia que sua principal adversária atingiu um teto. Segundo ele, ainda há espaço para seu crescimento até o início de outubro.

Sobre a pauta do saneamento básico, disse que sua chapa, se eleita, quer tornar a cidade em referência no Norte. "Há uma distância inimaginável dos principais centros do Brasil, e a gente quer restabelecer essa conexão com o Brasil, ser referência no Norte, como já fomos em outros tempos", comentou.

Mas, apesar dos discursos dos candidatos, o professor João Paulo Viana destaca que a campanha eleitoral na cidade está mais focada, no dia a dia, em pautas de costumes do que em problemas reais. Ele cita, por exemplo, que os dois líderes nas pesquisas escolheram pastores para as respectivas vagas de vice-prefeito.

Na eleição presidencial de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) derrotou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno em Porto Velho, com 65% dos votos válidos. "Hoje, o campo conservador é muito forte em Porto Velho", afirmou o cientista político. Em 2012, foi o último ano que o PT elegeu um vereador na capital, ele relembrou.

Política

Atividade econômica
Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,41	1,36	0,36	0,38	-0,17	0,50	0,66	0,74	0,10
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	5,9	-4,1	2,2	-1,2	3,1	-0,6	2,4	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,9	2,0	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,6	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,0	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,7	-2,3	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,1	2,5	-0,8	0,6	1,8	-1,5	2,2	0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	1,7	-0,5	0,2	0,3	-0,4	0,4	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,4	0,6	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,99**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,05**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência set/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	set/24	ago/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice set/24	Número índice ago/24	Número índice dez/23	Número índice set/23
IBGE									
IPCA	-	-0,02	2,85	4,62	4,24	-	6.966,50	6.773,27	6.700,66
INPC	-	-0,14	2,80	3,71	3,71	-	7.149,55	6.954,74	6.901,51
IPCA-15	-	0,19	3,02	4,72	4,35	-	6.846,50	6.645,93	6.583,85
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.583,85
FGV									
IGP-DI	-	0,12	2,07	-3,30	4,23	-	1.128,41	1.105,54	1.087,42
Núcleo do IPC-DI	-	0,20	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,11	1,54	-5,92	4,11	-	1.314,28	1.294,35	1.268,88
IPA-Agro	-	0,30	2,48	-11,34	4,94	-	1.829,58	1.785,32	1.704,49
IPA-Ind.	-	0,04	1,19	-3,77	3,80	-	1.107,61	1.094,53	1.083,28
IPC-DI	-	-0,16	2,85	3,55	4,18	-	754,55	733,67	726,26
INCC-DI	-	0,70	4,27	3,49	5,23	-	1.134,78	1.088,31	1.082,10
IGP-M	-	0,29	2,00	-3,18	4,26	-	1.146,58	1.124,07	1.103,74
IPA-M	-	0,29	1,45	-5,60	4,20	-	1.353,52	1.334,20	1.304,27
IPC-M	-	0,09	3,05	3,40	4,19	-	738,33	716,46	710,56
INCC-M	-	0,64	4,00	3,32	4,84	-	1.129,64	1.086,15	1.080,07
IGP-10	0,18	0,72	2,54	-3,56	4,25	1.172,34	1.170,28	1.143,35	1.124,56
IPA-10	0,14	0,84	2,04	-6,02	4,12	1.394,69	1.392,81	1.366,78	1.339,54
IPC-10	0,02	0,33	3,34	3,43	4,23	744,92	744,76	720,87	714,68
INCC-10	0,79	0,59	4,69	3,04	5,28	1.120,46	1.111,71	1.070,21	1.064,31
FIPE									
IPC	-	0,18	2,12	3,15	3,56	-	689,58	675,27	667,80

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia set/24 0,47% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana set/24 0,10%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	+
3ª	31/07/2024		1,79%	Campo 8
4ª	30/08/2024		2,70%	+
5ª	30/09/2024		3,56%	Campo 9
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**

Discriminação	jul/24 Valor	jul/24 Var. %	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	jul/23 Valor	jul/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noniminais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conflito Grupo jura vingar ataques com explosões de dispositivos, atribuídos por ele a israelenses, que levam foco militar ao norte

Israel ataca alvos do Hezbollah, que denuncia ‘ato de guerra’

Agências internacionais



HASSAN AMMAR/AP

Libaneses assistem ao discurso de Nasrallah, líder do grupo xiita Hezbollah, em café de um subúrbio de Beirute

Israel lançou ontem uma onda de ataques aéreos contra alvos pontuais do Hezbollah no Líbano, um pouco antes de o líder do grupo islâmico xiita, Hassan Nasrallah, afirmar que a explosão de pagers e walkie-talkies de seus combatentes equivalem a uma declaração de guerra. Na terça-feira e na quarta-feira, 37 pessoas morreram e 3 mil ficaram feridas na explosão simultânea de dispositivos de comunicação — cuja autoria Israel não confirmou nem desmentiu.

Com as ações de sabotagem, que foram consideradas uma "humilhação" para o grupo xiita — que é também uma das maiores forças políticas do Parlamento libanês —, as tensões ao longo da fronteira entre Israel e Líbano aumentaram, com trocas de fogo mais intensas e operações israelenses mais agressivas. "Este ato criminoso é uma grande operação terrorista e equivale a uma declaração de guerra", disse Nasrallah, prometendo retaliação, mas também reconhecendo que as explosões dos dispositivos causaram ao grupo "um golpe duro e severo".

O Líbano e o Hezbollah culparam Israel pelas explosões dos dispositivos. Nasrallah afirmou que os israelenses "cruzaram todas as linhas vermelhas". Fontes de segurança dizem que os ataques foram provavelmente realizados pela agência de espionagem israelense Mossad, que tem uma longa história de realizar ataques sofisticados em solo estrangeiro.

Ainda enquanto ele falava, um par de estrondos sônicos ecoou por Beirute, que a agência oficial de notícias do Líbano atribuiu a aviões de guerra israelenses.

"Nesta nova fase da guerra, há oportunidades significativas, mas também riscos significativos", disse ontem o Ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant. Na véspera, Israel tinha anunciado que "o centro de gravidade" da guerra tinha mudado para a fronteira norte — ao mesmo tempo em que segue empreendendo a ofensiva contra o grupo terrorista Hamas ao sul, na Faixa de Gaza.

Ataques quase diários de foguetes, mísseis e drones do Hezbollah em apoio ao Hamas obrigaram Israel a retirar cerca de 60 mil moradores do norte de seu território e, agora, os israelenses têm como um dos objetivos militares permitir o retorno desses moradores. Nasrallah reiterou em seu discurso de ontem que não parará de atacar enquanto houver guerra em Gaza.

"A organização terrorista Hezbollah transformou o sul do Líbano em uma zona de combate", declarou, em um comunicado, o comando das forças militares israelenses — acrescentando que o exército "está operando para trazer segurança ao norte de Israel a fim de permitir o retorno dos moradores para suas casas, bem como para atingir todos os objetivos de guerra".

O principal general do exército israelense, Herzi Halevi, aprovou os planos de batalha para a frente norte contra o Hezbollah, de acordo com a agência Dow Jones.

O líder do partido xiita — que é financiado em grande parte pelo Irã e considerado "organização terrorista" pelo Departamento de Estado dos EUA — se dirigiu diretamente ao premiê israelense, Benjamin Netanyahu, e a Gallant, dizendo que eles não conseguirão devolver os israelenses com segurança ao norte de Israel. "Este é o desafio entre nós."

Uma solução diplomática no Oriente Médio é alcançável e urgente, disseram ontem assessores da Casa Branca, na medida em que ataques a instalações supostamente controladas pelo Hezbollah por parte de Israel pareciam mais extensas do que a de dias anteriores, de acordo com o relato da agência Reuters. A Casa Branca acredita que um acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas "reduziria a temperatura" na região.

Autoridades israelenses disseram nos últimos dias que o tempo para uma solução diplomática havia acabado. Fontes indicam que Israel considera a solução mais plausível para a sua segurança a implementação de uma "zona-tampão" ao longo da fronteira no território libanês e controlada por militares israelenses no sul do Líbano, para evitar novos disparos.

Com a resistência israelense e de grupos militantes regionais a uma saída pacífica, as opções de Washington têm se reduzido. Os EUA alertaram ontem todas as partes no Oriente Médio contra uma escalada, reiterando que a prioridade da Casa Branca é encontrar uma solução diplomática. "Continuaremos a defender o direito de Israel de se defender, mas não queremos ver nenhuma parte escalar esse conflito, ponto final", disse o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, em uma declaração.

Ao apelar para a contenção, Miller reconheceu os limites da diplomacia dos EUA. "Estamos engajados na região há algum tempo e, claro, desde 7 de outubro estamos empenhados em tentar reduzir as tensões. Mas cada país é responsável, e cada entidade é responsável pelas ações que toma."

Uma fonte de Washington disse que o Secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, adiou uma viagem para Israel que estava planejada para a próxima semana.

Série de explosões não produz ganhos militares a Israel

Michael R. Gordon e Shayndi Raice
Dow Jones, de Tel Aviv

Em uma longa história de operações audaciosas, explodir pagers e walkie-talkies pelo Líbano foi umas das mais complexas já feitas por Israel para desorganizar o grupo militante xiita Hezbollah e restaurar parte do poder de dissuasão perdido em 7 de outubro — quando militantes do Hamas invadiram o país a partir de Gaza e mataram 1,2 mil israelenses.

Porém, permanece a questão sobre se isso terá algum efeito prático nos problemas urgentes de Israel: parar os ataques de foguetes e mísseis do Hezbollah e permitir o retorno de 60 mil israelenses para a região da fronteira norte. A série de explosões no Líbano certamente aproximou os dois lados de um conflito em grande escala, uma vez que Israel agora se prepara para a retaliação do Hezbollah.

O ataque atingiu uma série de objetivos táticos de Israel, disseram ex-militares e analistas. Interrompeu as operações do Hezbollah, feriu milhares de seus membros e escancarou a vulnerabilidade da cadeia de suprimentos e da rede de comunicações do grupo militante xiita. Explosivos inseridos nos componentes de milhares de pagers, segundo pessoas informadas sobre a ação, detonaram simultaneamente esta semana.

Os ataques de pager e walkie-talkie, dizem especialistas militares, tiveram benefícios táticos claros. A operação expôs membros secretos do Hezbollah e paralisou a rede de comunicações do grupo. Ela feriu ou matou milhares de membros, colocando muitos combatentes fora de ação enquanto os dois lados se preparam para a possibilidade de uma guerra maior.

Também minou o senso de segurança do Hezbollah, levando o grupo a conduzir uma investigação interna que poderia expor aqueles que cooperaram com Israel, mas também poderia impactar agentes que não estavam envolvidos. O ataque criou paranoia dentro das fileiras do Hezbollah sobre o que mais Israel tem na manga e sabe sobre os planos internos do grupo.

Mas o rescaldo da operação também traz alguns riscos notáveis, incluindo a possibilidade de escalada antes que as forças israelenses estejam totalmente prontas para abrir outra frente no norte e enquanto ainda estão lutando com os remanescentes da força do Hamas em Gaza.

> "Parece estranho atingir o Hezbollah sem obter ganhos estratégicos"
> *Amos Harel*

Menny Barzilay, especialista em segurança cibernética da Universidade de Tel Aviv, disse que o ataque revelou as capacidades israelenses. Segundo ele, certamente gastou-se muito tempo para conseguir violar a cadeia de suprimentos do Hezbollah e construir a operação. Explodir os pagers e walkie-talkies significou a exposição de todo o segredo.

"Há um custo enorme aqui", disse ele. "Muitas coisas foram expostas. Trata-se de uma infraestrutura inteira que o país que executou esta operação não pode mais usar", disse Barzilay.

Em Israel, a operação desta semana foi comparada por alguns analistas ao ataque preventivo de Israel em 1967, que destruiu grande parte da força aérea egípcia e estabeleceu as bases para a vitória de Israel em seis dias contra uma coalizão de estados árabes.

Mas, diferentemente daquele ataque, esta operação não introduziu uma grande incursão que poderia ter empurrado o Hezbollah de volta para o Rio Litani, em linha com uma resolução das Nações Unidas e o objetivo declarado de Israel e dos EUA.

"Parece bastante estranho atingir o Hezbollah de forma tão massiva sem ganhos estratégicos além desta vaga ideia de dissuasão", disse Amos Harel, repórter militar do diário israelense "Haaretz".

A questão agora é se esse ataque terá um efeito duradouro. O Hezbollah indicou que não vai parar as hostilidades contra Israel ao longo da fronteira até que Israel cesse a guerra em Gaza.

Quando o ataque com pager aconteceu, alguns suspeitaram que seria o prelúdio de um ataque israelense em grande escala na fronteira norte. Quando walkie-talkies explodiram no dia seguinte, e Israel começou a mover algumas tropas para o norte, aumentaram as suspeitas de que uma operação maior estaria a caminho.

Mas desde então não houve mais ações militares israelenses e alguns analistas questionam se a vitória tática de Israel renderá algum sucesso duradouro.

"No curto prazo, esta é uma conquista tática extraordinária. No longo prazo, não produz nenhuma conquista militar e política", disse Eyal Pinko, um ex-membro da inteligência israelense.

Israel tem uma longa lista de ataques ousados ??e operações secretas de altos riscos, mas podem render grandes recompensas.

As operações desta semana vieram na sequência de outras operações audaciosas de Israel nos últimos meses, como o assassinato do principal líder militar do Hamas, Saleh al-Arouri, em Beirute, em janeiro. No mês passado, um ataque israelense em Beirute matou Fuad Shukr, o segundo em comando do Hezbollah e um terrorista procurado pelos EUA por 40 anos após planejar um atentado que matou 241 militares no Líbano em 1983.

Pouco depois desse ataque, o líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, foi morto por uma bomba colocada em seu quarto enquanto estava em Teerã para a posse do novo presidente iraniano. E na semana passada, as forças especiais israelenses conduziram um ataque em um complexo sírio dentro de uma montanha perto da cidade de Masyaf, que foi usada pelo Irã para desenvolver mísseis e foguetes para o Hezbollah. Os comandos voaram rapidamente de helicópteros pairando para o território sírio, segundo relatos locais.

Com operações tão ambiciosas, Israel está tentando enviar uma mensagem aos seus inimigos de que, apesar de 7 de outubro, ainda é uma força militar a ser temida.

"Israel está restaurando sua dissuasão tijolo por tijolo, operação por operação", disse Mark Dubowitz, presidente-executivo da Foundation for Defense of Democracies, think tank em Washington que defende uma política dura em relação ao Irã e seus aliados. *(Com Warren Strobel, de Washington, e Anat Peled, de Tel Aviv)*

‘Empresas europeias têm de competir globalmente’, diz nova dirigente da UE

Henry Foy, Alice Hancock e Javier Espinoza
Financial Times, de Bruxelas



MAGDA GIBELLI/BLOOMBERG

> "Com as decisões certas, criaremos oportunidades fantásticas"
> *Teresa Ribera*

A nova chefe de concorrência da União Europeia sinalizou uma nova era na forma como Bruxelas lida com as fusões e aquisições, prometendo que as regras de fusão do bloco "evoluirão" para ajudar as empresas europeias a crescerem e enfrentarem rivais globais.

Ribera disse que adotaria uma abordagem "passo a passo" para as reformas, removendo barreiras à inovação e aumentando a competitividade da UE, que tem ficado atrás dos EUA e da China.

A socialista espanhola, que foi vice-premiê em Madri, foi nomeada esta semana para assumir o que é, provavelmente, a pasta de políticas mais poderosa da nova Comissão Europeia, supervisionando a transição verde, a competitividade econômica e a aplicação do regime antitruste.

Em sua primeira entrevista desde que foi indicada para o cargo, ela afirmou que Bruxelas deveria trabalhar para incentivar "ecossistemas industriais" em torno de produtos, como a fabricação de carros, para atrair investimentos e melhor direcionar o capital limitado da região para uma transição verde suave.

Ela também apontou para uma possível mudança controvertida na forma como a UE lida com fusões e o surgimento de empresas que alguns líderes chamam de "campeões europeus". "Há uma questão de tamanho no nível internacional... Acho que pode haver a necessidade de melhorar as coisas", disse Ribera.

"Sobre o papel a ser desempenhado por esta [pasta de concorrência], claro, não é exatamente o mesmo [de antes], mas algo que precisa evoluir e se adaptar às circunstâncias", acrescentou.

Sua antecessora, a liberal dinamarquesa Margrethe Vestager, que dirigiu a pasta por uma década, disse esta semana que Bruxelas deve ter cuidado com uma reforma ampla das regras de fusão, pois isso poderia abrir uma "caixa de Pandora" e criar "muita incerteza".

"Margrethe fez um ótimo trabalho e precisamos ver até que ponto esse grande trabalho precisa evoluir... passo a passo", disse Ribera.

Ela disse ser a favor de oportunidades transfronteiriças ao pensar em como expandir a indústria europeia. "Precisamos ser um pouco mais inovadores na forma como construímos um mercado único europeu que funcione bem, onde não apenas os interesses nacionais e locais encontrem um lugar, mas onde esses interesses combinem com os interesses europeus", disse Ribera. "Este será um dos desafios: como podemos construir esse entendimento europeu. Não apenas campeões nacionais, mas o entendimento europeu."

Seus comentários vêm em um momento particularmente sensível em Bruxelas, onde os reguladores de concorrência estão sob pressão política por impedirem que as principais corporações europeias cresçam. Ao mesmo tempo, algumas capitais temem que reformas significativas deem aos Estados-membros poderosos, como França e Alemanha, a oportunidade de recuperar poder da comissão, a principal autoridade de concorrência da UE, em uma área onde Bruxelas provou sua independência.

Ribera também enfrenta a difícil tarefa de equilibrar as ambiciosas metas climáticas da UE, as aspirações de impulsionar a indústria e a resistência das capitais à velocidade e ao custo da transição verde.

Alguns governos de centro-direita da UE estão cautelosos com sua posição em questões climáticas.

Ela disse que revisar as regras de auxílio estatal do bloco para potencialmente favorecer investimentos verdes era uma maneira de satisfazer ambos os lados. "As metas [climáticas] fornecem alguns sinais sobre o que queremos alcançar, mas precisamos criar os elementos, os incentivos e a confiança para fazê-lo, e isso depende do custo do capital."

O ex-presidente do BCE, Mario Draghi, disse em um relatório marcante este mês que a UE precisava de investimentos adicionais no valor de € 800 bilhões por ano para corrigir sua competitividade atrasada. Ribera se absteve de citar sua própria avaliação, mas acrescentou: "O que está claro é que a quantidade de capital que precisa ser investida para acelerar essa transição é tão importante que é melhor não cometermos erros."

Aos 55 anos, ela também afirmou estar aberta ao entendimento com os Estados-membros sobre quais lições poderiam ser aprendidas com a aceleração e flexibilização das regras de auxílio estatal, particularmente durante a crise energética do bloco após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

"Se tomarmos as decisões certas, criaremos oportunidades fantásticas", disse ela. "Se atrasarmos essas decisões, podemos matar oportunidades. "Teremos de enfrentar as consequências em longo prazo."

Ribera, que também foi ministra da Transição Ecológica da Espanha antes de sua mudança para Bruxelas, há muito é uma defensora poderosa de políticas climáticas ambiciosas e foi uma das principais arquitetas do Acordo Climático de Paris de 2015.

Ela já foi militante na postura de oposição à energia nuclear, o que pode colocá-la em conflito com legisladores pró-nucleares da França e da Europa Oriental no Parlamento Europeu, onde terá que passar por uma audiência para assumir o cargo.

Abrandando seu tom anterior, ela disse que não era uma questão de "sim ou não" quando perguntada se achava que Bruxelas deveria apoiar investimentos em energia nuclear. As capitais da UE devem decidir quais tecnologias usarão para descarbonizar, disse, mas alertou que "devemos evitar matar as oportunidades fáceis de alcançar e que podem ocorrer de forma muito mais rápida". Usinas nucleares são notoriamente caras e muitas vezes levam muitos anos para serem construídas.

Curtas

Economia dos EUA

O crescimento econômico dos EUA está diante de mais desafios, apesar do Fed ter iniciado um ciclo de corte de juros, aponta o Leading Economic Index, uma série mensal de indicadores da Conference Board. O LEI, caiu 0,2% em agosto, marcando seis meses de queda consecutiva do índice.

Desemprego na Argentina

O desemprego na Argentina no segundo trimestre foi de 7,6% — 1,4 ponto percentual maior do que o do mesmo período de 2023. Já a balança comercial teve superávit de US$ 1,963 bilhão no segundo trimestre, com a queda de 29,8% nas importações, na comparação com o período de 2023.

Valor ECONÔMICO

Milei mantém austeridade, mas crescimento é desafio

O presidente da Argentina, Javier Milei, apresentou o orçamento de 2025 na segunda-feira prometendo mais do mesmo: dureza fiscal com um superávit primário de 1,3% do PIB. Com a melhora inegável do resultado fiscal neste ano, o primeiro em um ano em duas décadas e mais progressos em 2025, Milei consegue uma façanha pela qual conta com apoio de boa parte do empresariado. Mas o restante do orçamento foi visto por economistas de fora do governo como pouco crível e sem resposta a um problema fundamental — como escapar dos controles cambiais, uma das promessas de sua campanha.

Os pressupostos da peça orçamentária são otimistas, se não fora da realidade. A inflação de 2024 terminará o ano em 104%, o que obriga o índice de preços a não subir mais que 1,2% em média nos quatro meses finais do ano. Desde maio, ela se situa um pouco acima dos 4%, com resistência a descer abaixo desse nível. Ainda assim, é um feito. Quando assumiu, em dezembro, o Índice de Preços ao Consumidor mensal marcou 25,8%.

Em setembro, o governo reduziu o imposto de importação de 17,5% para 7,5%, o que terá influência baixista na inflação nos próximos meses. Mas, em oposição a esse movimento, foram reajustados os preços administrados. Gás e eletricidade subiram 4%, combustíveis, 3% e transporte público, 37,5%. O dólar está se valorizando sob controle a 2% ao mês, o que ajuda a derrubar os preços, mas amplia perigosamente a brecha entre o dólar blue (paralelo) e a cotação oficial. Ontem, a distância entre as duas cotações era de 23%. O orçamento de 2025 projeta inflação de 18,3%, praticamente a metade do que os analistas privados estimam, 38%. O Fundo Monetário Internacional indicou que o IPC deve encerrar 2025 em 45%.

O governo argentino prevê que a recessão está acabando e, depois de a economia encolher 3,8% no atual exercício, irá se expandir 5% no próximo. No entanto, pode faltar fôlego para isso. Milei aposta que o fim do financiamento da dívida pelo Banco Central, com controle rígido da emissão de moeda, pode por si só aniquilar a inflação, o que é possível, e que isso relançará o crescimento, o que é duvidoso. O orçamento mantém a penúria de investimentos estatais e, em reunião com os governadores — exceto peronistas —, Milei pediu a eles economia de US$ 60 bilhões nos gastos públicos. O pedido foi recebido com incredulidade, e a equipe econômica depois não quis cravar números.

O estilo de Milei continua o mesmo, de críticas pesadas à "casta", especialmente aos políticos peronistas. Em um espírito oposto ao que se esperaria de um presidente que vai ao Congresso anunciar o orçamento e pedir sua aprovação, Milei declarou aos deputados: "Os cidadãos vão decidir se colocam vocês na avenida dos virtuosos ou no canto dos miseráveis ratos que apostam contra o país".

Sem maioria no Congresso, o presidente faz discursos não para os políticos, mas para audiências amplas, nas quais ainda dispõe de popularidade maior do que fariam supor as dificuldades econômicas por que passam os argentinos. Minoritário no Congresso, faz pressão política sobre os parlamentares de fora para dentro e mantém seu estilo belicoso.

O problema principal da Argentina é a falta de dólares. Empresas e cidadãos não confiam no peso e estima-se que mantenham US$ 258 bilhões no exterior, ou entesourados no país. Para cumprir com pagamento de importações, serviços e outras obrigações, as reservas líquidas do Banco Central continuam negativas, apesar do aporte de US$ 41,4 bilhões (a maior parte durante o governo de Mauricio Macri). Economistas preveem que se chegará ao fim do ano com US$ 9 bilhões negativos. Sem recursos, o governo tem poucos meios de obter mais reservas, condição essencial para unificar e liberar o câmbio e normalizar a economia.

Para obter divisas, recorreu a outros expedientes, como dar incentivos fiscais à repatriação de recursos, que se encerra em dezembro e tem trazido algum alento. Nos oito primeiros meses do ano, houve depósitos líquidos de US$ 5 bilhões, com baixa multa de regularização (5%) ou nenhuma penalidade, se o dinheiro for aplicado em bônus do governo ou privados, ações de empresas locais e fundos imobiliários. Ainda assim, é uma gota d'água em um oceano de necessidade de dólares. Os investimentos externos não decolarão enquanto a Argentina não arrumar a casa. Isso implica eliminar o cipoal do câmbio evitando nova megadesvalorização, que poria a perder muito do que foi feito para debelar a inflação, reforçaria a desconfiança no plano e realimentaria a fuga de dólares.

Milei enfrenta forte oposição política, mas tem impedido derrotas desfigurantes de seus planos por meio dos vetos presidenciais. Ele conseguiu formar bloco de um terço de deputados para impedir a derrubada de seu veto no aumento das aposentadorias. Milei, um radical, consegue avançar em seus planos a uma velocidade muito menor do que gostaria. Ele tem alguns trunfos na economia e no manejo político-parlamentar. A impressão de que faria um governo fugaz e caótico está ficando para trás. Se a economia não se recuperar — e ela começa a fazê-lo com timidez —, a perda de apoio popular lhe será fatal. Ele tem encontro marcado para saber o apoio a seu governo: as eleições legislativas de 2025.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Apropriar recursos deixados em contas como receita primária fere LRF. Por **Daniel Couri e Jeferson Bittencourt**

Quebrar o termômetro para não ver a febre subir

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para empresas e municípios (PL 1847/2024), a um custo estimado de R$ 26,2 bilhões apenas em 2024.

Entre as medidas para compensar a continuidade do benefício está a incorporação pela União dos saldos não reclamados de contas de depósitos nos bancos cujo cadastro não tenha sido atualizado. Espera-se que a medida renda R$ 8,5 bilhões ao Tesouro.

Um dos dispositivos do projeto obriga que o ingresso dos recursos esquecidos na conta única do Tesouro seja considerado receita primária para fins de cumprimento da meta de resultado fiscal.

Originalmente, o substitutivo apresentado no Senado determinava que os recursos fossem incorporados como receita primária para "todos os fins das estatísticas fiscais" e da apuração do resultado primário, semelhante ao que foi feito na PEC da Transição (EC 126/2022) com as contas do PIS/Pasep. Após o Banco Central publicar uma nota defendendo sua metodologia contra a arbitrariedade legal, o texto foi alterado.

Do ponto de vista do fluxo de ativos financeiros, a entrada dos recursos esquecidos no caixa da União se assemelha a receita primária: há um aumento do ativo financeiro da União, reduzindo o endividamento líquido, e não está relacionada a juros da dívida.

Mas os padrões internacionais de apuração das estatísticas fiscais procuram captar efeitos econômicos, e não apenas financeiros. Esses padrões indicam que tais fluxos devem se sujeitar a um ajuste patrimonial, porque não envolvem transação de mútuo acordo entre setor privado e público e não representam esforço fiscal efetivo do governo.

Afinal, em termos econômicos, o resultado primário pretende dizer quanto o governo poupou ou despoupou de sua renda. Contudo, a apropriação de recursos privados, como no caso dos recursos esquecidos, não é uma renda do governo. Ela pode reduzir a dívida líquida, como a quitação de títulos com recursos encontrados por acaso na rua também a reduziria, mas não houve transação na qual o setor público extraísse renda do setor privado.

No sentido desta relação público x privado, caberia ainda uma discussão sobre o mérito da apropriação, viabilizada pela significativa revisão do prazo de abandono de 25 para dois anos, mas isso foge ao escopo deste artigo.

É possível ter opiniões distintas sobre o tema. No entanto, nenhuma opinião ou comando legal é capaz de mudar a natureza do dado que a estatística produz. A aplicação dos padrões convencionados internacionalmente cabe a quem tem o dever legal de produzir a estatística. No caso do resultado primário, pelo chamado critério "acima da linha", a Secretaria do Tesouro Nacional, e pelo chamado critério "abaixo da linha", o Banco Central.

A tentativa de impor legalmente uma apuração estatística desrespeita princípios básicos de autonomia institucional. Imagine que o governo, incomodado com o aumento do preço do tomate, aprove lei retirando-o do cálculo da inflação. Efeito imediato seria a perda total de credibilidade da estatística oficial e da instituição responsável por ela. Por outro lado, a sensação de perda de poder aquisitivo decorrente da inflação seguiria exatamente a mesma. Com as devidas adaptações, era isso que o PL 1847 buscava fazer com as estatísticas fiscais.


PIXABAY

No passado, era comum usar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para excluir despesas da apuração da meta de resultado primário, facilitando seu cumprimento. Em 2023, ao aprovar o arcabouço fiscal, o Congresso incluiu na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) uma vedação à prática. O Executivo vetou a iniciativa e o Legislativo reforçou sua posição derrubando o veto. Apesar disso, o desejo que recursos esquecidos nas contas reforçassem o primário foi trazido de volta no PL 1847, como um valor que pode ser adicionado ao resultado apurado para fins de cumprimento da meta.

O atalho previsto, em substituição à investida contra a estatística fiscal, fere o espírito da proibição de abatimentos da meta, não pela exclusão de despesas, mas pela inclusão ad hoc de receitas no cômputo do resultado primário.

O mesmo Congresso que no arcabouço fiscal (LC 200/2023) atribuiu ao Banco Central a apuração do resultado primário, agora, por meio de lei ordinária, buscava interferir no seu cálculo. O mesmo Congresso que fechou a porta para abatimentos de despesas para cumprimento da meta na LRF, abriu a janela da incorporação de receitas para facilitar o cumprimento da meta, por lei ordinária. O mesmo Congresso que, na Constituição, decidiu que regras gerais de finanças públicas devem ser estabelecidas por lei complementar.

A consequência desta iniciativa vai além de um número mais vistoso para o primário. À luz da própria LC 200/2023, tal medida distancia o governo dos mecanismos automáticos de ajuste da despesa que seriam acionados em caso de descumprimento da meta. Ante dificuldades de se cumprir a regra, alternativas como esta evitam o desgaste político de mudar a meta, cortar despesas, aumentar tributos, ou acionar gatilhos. E, ato contínuo, sustentam o crescimento da despesa com base em receitas temporárias e controversas.

Iniciativas similares foram e continuam sendo propostas. Nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade sobre a PEC dos Precatórios, a Advocacia-Geral da União pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para classificar parte da despesa da quitação do passivo do regime de precatórios como despesa financeira e não primária. A mudança na classificação não se sustenta tecnicamente e, por enquanto, não prosperou.

Mais recentemente, o PL 3335/2024 propõe executar o programa Auxílio Gás diretamente, via Caixa Econômica, com recursos do Fundo Social, sem passar pelo orçamento. Se o orçamento público não contempla toda a despesa, não se pode cobrar credibilidade de uma regra que limite o gasto.

É essencial que os números fiscais reflitam a real situação das finanças públicas. Manipular conceitos e estatísticas para atender conveniências políticas desvirtua o papel das regras fiscais, enfraquece a transparência e a confiança na gestão pública.

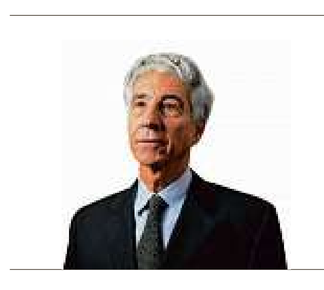
Quando esses indicadores são centrais para deflagrar mecanismos legais de ajuste fiscal, como no caso da LC 200/2023, desvirtuá-los significa, ainda, afastar a regra do seu objetivo precípuo que é garantir a solvência do país.

Daniel Couri é consultor do Senado e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Jeferson Bittencourt é head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional.

O futuro em 12 perguntas

José Eli da Veiga



Um esperançoso "Pacto pelo Futuro", de 29 páginas, será concluído, neste fim de semana, na sede da ONU, em Nova York. Com dois notáveis acompanhamentos: um "Compacto", de 17 páginas, sobre tecnologias digitais, e uma quase sucinta "Declaração sobre as Futuras Gerações", de cinco páginas.

Por mais interesse que mereçam, será azucrinante a leitura das 207 cláusulas contidas nessas três altíssimas concentrações de sensatez e esperteza diplomáticas. Mesmo assim, talvez valha a pena fazer buscas com palavras-chave nos arquivos do site da "Cúpula sobre o Futuro": www.un.org/en/summit-of-the-future

Não há muito risco em antecipar que dificilmente serão encontradas relevantes novidades em comparações com outros documentos já elaborados no âmbito das Nações Unidas. Este novo trio parece uma tentativa de consolidação das melhores aspirações.

Exemplo bem expressivo está na louvável ambição de se criar algum modo de governança global da inteligência artificial, o tema mais quente do "Compacto". Nas pertinentes 20 cláusulas, não parece haver nada que tenha escapado à esplêndida "Recomendação sobre a Ética da IA", formulada na Unesco, desde o fim de 2021.

Mais: se já é dificílimo alcançar governança global sobre pontos inerentes às esferas públicas das nações, ainda menos se pode esperar de eventual influência de acordos na ONU em assunto tão dependente de protagonismo do setor privado.

Mesmo nos casos dos raros governos capacitados a pôr em prática as orientações da Unesco, é muito duvidoso que possam ter influência decisiva sobre as acirradas investidas das big techs.

Tudo isto remete à própria aposta em "governança global", expressão que só começou a emergir no fim da década de 1980. Basicamente para designar atividades geradoras de instituições — regras do jogo —, que possam levar um mundo formado por Estados-nação a se governar sem dispor de governo central.

Por este prisma, muito mais interessante que o trio de diplomas a serem adotados na Cúpula deste fim de semana é a dúzia de perguntas que põem em pauta. Depois de indiscreto, mas suave, copidesque, seriam as seguintes:

- Com base na Carta das Nações Unidas e no direito internacional, como pode ser revigorada e aprimorada a cooperação multilateral para enfrentar as violações atuais à paz e à segurança internacionais, em um mundo cada vez mais interconectado e em contexto de tão graves conflitos entre Estados-membros?

Pouco se pode esperar de eventual influência de acordos na ONU em IA, assunto tão dependente da ação do setor privado

- De que maneiras eles podem colaborar de forma menos ineficaz para fortalecer os mecanismos de cooperação internacional e promover a paz e a segurança em todo o mundo?
- Como a comunidade internacional pode garantir que o princípio de não causar dano seja respeitado na criação e no uso de novas tecnologias, ao mesmo tempo que impulsiona visões inovadoras e estruturas colaborativas para manter a segurança, aprimorar os esforços de edificação da paz, combater o discurso de ódio e o extremismo violento, e as raízes do terrorismo?
- Como se pode promover maior interação e coesão entre as partes interessadas para garantir que políticas e ações sejam projetadas e beneficiem a todos, incluindo as gerações futuras?
- Como se pode promover ações eficazes e ambiciosas — perfiladas à Agenda 2030 e ao Acordo de Paris —, para garantir que as escolhas de hoje atendam as gerações atuais sem comprometer oportunidades de bem-estar para gerações futuras?
- Como as tecnologias digitais podem ser aprimoradas para promover o desenvolvimento sustentável de maneira equilibrada e inclusiva, principalmente diante de desafios como mudanças climáticas, conquista de resiliência, aumento da inclusão financeira e empoderamento econômico?
- De que maneiras a colaboração e as parcerias multissetoriais podem promover a capacitação e reforçar a cooperação tecnológica e científica para terminar com a exclusão digital entre os países e dentro deles?
- Como se pode garantir que a criação e o uso de novas tecnologias promovam um ambiente digital inclusivo, aberto, seguro e protegido no qual todos — especialmente mulheres e crianças — estejam protegidos contra danos on-line?
- Que planos inovadores e rotinas podem ser adotados para promover a solidariedade intergeracional na salvaguarda de razoável porvir para as gerações presentes e futuras?
- Quais as principais vulnerabilidades e desigualdades na atual arquitetura financeira internacional e como elas podem ser tratadas para garantir crescimento econômico equitativo, com estabilidade social e cuidado com a natureza?
- Como a arquitetura financeira internacional pode ser reformada para melhor apoiar o cumprimento da Agenda 2030 e seus ODS e para bem responder às diversas crises globais?
- Como as ações recentes e contínuas das instituições financeiras internacionais podem aumentar o seu impacto — assim como a própria transparência, responsabilidade e governança inclusiva — e como elas poderiam ser ainda mais aprofundadas?

A íntegra literal das 12 perguntas acima está no arquivo "Concept Notes for the Interactive Dialogues" (4 páginas), também no website da Cúpula.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP. www.zeeli.pro.br

Frase do dia

"Por qualquer vetor que você olhe, a política monetária tem que ser mais conservadora do que vinha sendo recentemente".

De Bruno Serra, gestor de fundo da Itaú Asset, sobre alta da Selic

Cartas de Leitores

Novas cidades

Boa Esperança do Norte é o 5.569º município brasileiro. Um dos 1.670 municípios que sobrevivem basicamente graças ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, mais um custo significativo para a população brasileira, que precisa arcar com prefeitos, vereadores e toda a estrutura da máquina pública.

Não seria o caso de criarmos um novo modelo administrativo, composto por um conselho voluntário de cidadãos, que elegeriam um CEO profissional para administrar a cidade?

Esse sistema poderia gerar uma economia de bilhões de reais para o país, além de possibilitar a criação de cidades muito melhores de se viver.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com

Mercado livre de energia

Sobre o artigo "Poucos consumidores de energia (ainda)", de Pedro Rio (**Valor**, 18/9), é certo que no cálculo das tarifas de energia elétrica do mercado cativo há uma série de custos extras (conforme o texto, são diversos subsídios, encargos e tributos).

Se a abertura para o mercado livre for total, como estes "penduricalhos" serão arcados? Eles não deixarão de existir e em algum momento a conta virá.

Será que abrir o mercado para todas as classes de clientes vai resolver o problema do alto custo da tarifa de energia elétrica no Brasil?

Ricardo Geribello Anders
ricardo.anders@fatorsolar.eco.br

Hamas e Israel

O Hamas cruzou a linha vermelha, iniciando uma guerra na Faixa de Gaza, quando sequestrou cerca de 250 pessoas tornando-as reféns e matou mais de 1.200 israelenses, em 7 de outubro do ano passado. Agora, Israel faz a mesma coisa ao explodir pagers e walkie-talkies de milhares de pessoas do Hezbollah no Líbano. Um grande ataque em larga escala e, portanto, muito diferente quando, em 1996, Yahya Ayyash, conhecido como "O Engenheiro", foi morto por um "celular-bomba". Na época, ele era o principal fabricante de bombas do Hamas e o autor intelectual de atentados que mataram mais de 70 pessoas.

Luiz Roberto da Costa Júnior
da_costa_junior@hotmail.com

Desperdício

O governo Lula perde R$ 260 milhões em seu Ministério da Saúde por ter comprado vacinas em desuso. São 8 milhões de doses. Qual a resposta que será dada aos pagadores de impostos? Por essas e outras é que esse governo anda de pires na mão recolhendo o dinheiro do povo esquecido no banco. Para gastar não há limites. Desperdiçar pode. Onde estão os críticos do governo anterior que se calam diante de mais esse abuso com o dinheiro suado do cidadão?

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Pagamentos sobem no momento em que os países menos podem fazê-los. Por **Stiglitz e outros**

Pelo fim das sobretaxas destrutivas do FMI

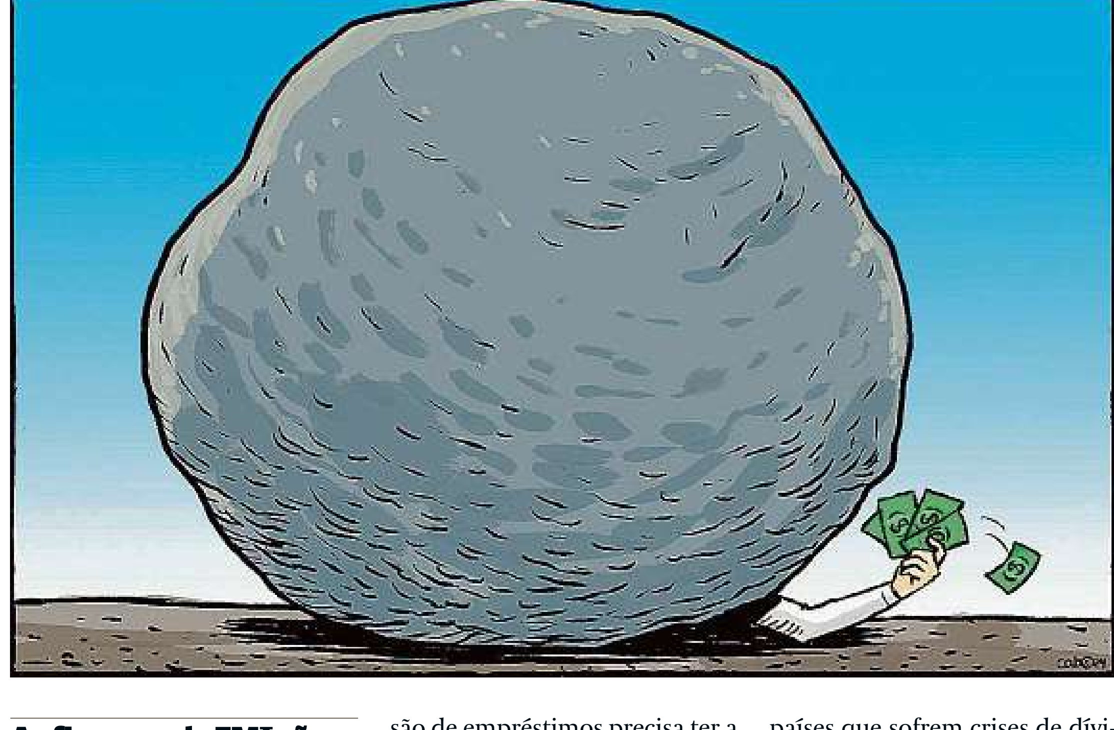
Um grupo de 22 países com dificuldades financeiras, entre eles Paquistão e Ucrânia, se tornou a maior fonte de receita líquida para o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos últimos anos, com pagamentos que excedem os custos operacionais do Fundo. A instituição encarregada de proporcionar o bem público mundial de um sistema financeiro internacional que funcione bem está, na verdade, pedindo a países que mal conseguem pagar as próprias contas que paguem a conta do resto do mundo.

Esse estado de coisas indecoroso é o resultado da política de sobretaxas do FMI, que cobra taxas adicionais dos países que ultrapassam os limites de valor ou de duração de seus empréstimos com o Fundo. Impor multas a países como a Ucrânia, devastada pela guerra, ou o Paquistão, um país de renda média-baixa em que inundações deixaram um terço de seu território debaixo d'água dois anos atrás, parece incompatível com a missão do FMI de manter a estabilidade no sistema financeiro mundial.

As sobretaxas nem garantem o pagamento dos empréstimos, nem protegem as finanças do FMI. Seu principal efeito é aumentar a carga dos pagamentos com o serviço da dívida justamente no momento em que os países menos podem arcar com isso, em contradição com a própria lógica do Fundo, que foi criado para oferecer financiamento contracíclico.

Pior ainda, nos últimos anos as sobretaxas se tornaram muito mais onerosas para países endividados e, por isso, muito mais difíceis de justificar. Em 2020, 10 países pagavam essas taxas adicionais ao FMI; em 2023, com o choque da covid-19, a guerra na Ucrânia e a elevação das taxas de juro, esse número subiu para 22. E, o mais importante, a taxa básica do FMI subiu de menos de 1% para perto de 5%, o que aumentou a taxa total dos juros sobre os empréstimos em até 7,8% para aqueles que pagam sobretaxas. Não é de admirar que esses países estejam achando difícil sair da crise da dívida. Está na hora de acabar com as sobretaxas.

Os que defendem as sobretaxas argumentam que esses valores adicionais desencorajam devedores de contrair empréstimos do FMI de maneira excessiva. Mas esse argumento de risco moral não leva em conta que a concessão de empréstimos precisa ter a aprovação do Conselho Executivo do Fundo, que pode rejeitar solicitações frívolas, e desconsidera o fato de que as sobretaxas tornam os países mais dependentes do FMI, e não menos.



As finanças do FMI são robustas; já as de países como o Paquistão e a Ucrânia não. Obrigar que eles paguem sobretaxas onerosas só aumenta sua carga. Isso não é uma maneira de proteger a economia mundial ou financiar a instituição responsável pela estabilidade financeira

O FMI é um credor preferencial, o que significa que os países precisam pagar o Fundo antes de outros credores. Empilhar sobretaxas por cima do que os países já devem exige que eles usem mais moeda estrangeira escassa para pagar o FMI, o que limita sua capacidade de acumular reservas cambiais e de recuperar acesso aos mercados internacionais de capital. Considerando tudo isso, muitos países não terão outra opção que não seja a de continuarem dependentes de empréstimos do Fundo para pagar empréstimos anteriores do próprio FMI.

Mas mesmo sem levar em conta as particularidades do status de credor preferencial do FMI, as sobretaxas são pró-cíclicas por natureza. Fatores externos, como elevação das taxas de juro, choques nos preços de commodities, moedas supervalorizadas e fenômenos climáticos extremos, frequentemente levam os países a tomarem grandes quantias emprestadas do Fundo.

De forma similar, a capacidade de acessar mercados internacionais de crédito e quitar a dívida com o FMI "mais cedo" depende em grande parte das condições financeiras mundiais, que também é um fator externo. Em um ambiente internacional desfavorável, aumentar a carga sobre países que sofrem crises de dívida é contraproducente para o objetivo de restaurar trajetórias de crescimento estáveis.

Os defensores das sobretaxas também argumentam que elas são necessárias para fortalecer as proteções financeiras do FMI. Mas, deixando de lado a questão óbvia de que impor o ônus de criar essas proteções a países que passam por dificuldades está em desacordo com a missão do Fundo de proteger a estabilidade financeira, essa lógica não se sustenta mais, se é que alguma vez se sustentou.

Este ano, o FMI está prestes a alcançar sua meta de médio prazo para as reservas de contingência (cuja necessidade foi muito exagerada, dado que calotes de tomadores de crédito são extremamente raras). Depois que essa meta for cumprida, as sobretaxas vão tirar dinheiro de países de renda média muito endividados para administrar o FMI — ao mesmo tempo que reduzirão o ônus colocado sobre os países ricos. Pedir a esses países em dificuldades que financiem os bens públicos mundiais que o Fundo oferece é errado, em especial em um momento em que eles deveriam estar reforçando o investimento para cumprir as Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030 e suas contribuições determinadas em nível nacional pelo acordo sobre o clima de Paris.

A revisão que o FMI iniciou recentemente sobre sua política de sobretaxas oferece uma oportunidade de consertar um sistema quebrado. O Fundo deve ouvir aqueles que reivindicam uma reforma das sobretaxas, como a primeira-ministra de Barbados, Mia Amor Mottley, o grupo de países em desenvolvimento G-24 e vários parlamentares dos Estados Unidos.

A opção mais simples e eficaz seria eliminar as sobretaxas por completo. Se isso se mostrar impossível politicamente, as reformas poderiam incluir um teto para os encargos totais de juros (a taxa básica mais as sobretaxas). O FMI, portanto, imporia menos cargas excessivas a países endividados, em especial em condições monetárias apertadas, e as sobretaxas diminuiriam à medida que a taxa básica de juros do Fundo subisse.

Outros ajustes técnicos ajudariam a reduzir a carga das sobretaxas. Por exemplo, o FMI poderia elevar os patamares a partir dos quais impõe sobretaxas e alinhá-los com os limites atuais de "acesso excepcional", que, quando ultrapassados, fazem a situação de um país ser considerada extraordinária o suficiente para permitir empréstimos fora da estrutura padrão do FMI. Contar o que um país paga em sobretaxas como pagamentos do principal de empréstimos do FMI também faria uma grande diferença.

Mesmo que em algum momento as sobretaxas fizessem sentido como uma política, hoje elas com certeza não fazem mais. As finanças do FMI são robustas; as finanças de países como o Paquistão e a Ucrânia não são. Obrigar países a pagarem sobretaxas onerosas só aumenta sua carga. Isso não é de jeito nenhum uma maneira de proteger a economia mundial ou financiar a instituição responsável pela estabilidade financeira do mundo.

Joseph E. Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente dos Estados Unidos, é professor na Universidade Columbia, ganhador do Prêmio Nobel de economia. **Kevin P. Gallagher** é professor de Política de Desenvolvimento Mundial e diretor do Global Development Policy Center da Universidade de Boston. **Martín Guzmán** foi ministro da Economia da Argentina no governo de Alberto Fernández. **Marilou Uy**, ex-diretora do Secretariado do Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro sobre Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24), é pesquisadora sênior no Global Development Policy Center da Universidade de Boston.

Diplomacia Achim Steiner vê espaço para líderes mandarem 'sinais positivos' sobre temas como conflitos geopolíticos, crise climática e reforma do sistema financeiro

Mundo tem dificuldade de responder a 'múltiplas crises', diz executivo da ONU

Estevão Taiar
De Brasília

SANDRA BLASER/WORLD ECONOMIC FORUM



Achim Steiner: "Muitos dos sinais que os líderes podem mandar é que seus países reconhecem que o sistema multilateral é um ativo essencial para o mundo"

O mundo vive uma era de "múltiplas crises", e autoridades e sociedade civil estão "com dificuldade de responder" a todos esses movimentos. Por isso, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) não fará "milagre" ou "produzirá um único resultado mágico". Mas há espaço para líderes mundiais mandarem "sinais" positivos a respeito de temas como conflitos geopolíticos, crise climática e reforma do sistema financeiro internacional. A avaliação é do subsecretário geral da ONU e administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Achim Steiner. Ele também defende reformas internas da instituição. A série de eventos ligados à Assembleia Geral começará neste sábado, 21.

"Muitas pessoas esperam que a ONU, em momentos de grandes tensões, conflitos ou crises, encontre soluções imediatas", diz em entrevista exclusiva ao **Valor**, afirmando que a combinação de crises torna difícil para a sociedade "enxergar um caminho adiante". "Mas é justamente em momentos em que o mundo está com dificuldades para resolver os seus problemas que a ONU precisa dar um passo adiante e fazer o que faz melhor: criar um espaço e um lugar para que os países se encontrem e conversem."

De acordo com ele, mais do que uma promessa "abstrata", a possibilidade de algum avanço é concreta por causa da realização, pela primeira vez, da Cúpula do Futuro. O evento, que começará no sábado e antecederá a Assembleia Geral, terá um amplo espectro de participantes: o secretário-geral da ONU, António Guterres, e representantes dos 193 países membros da instituição (incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva), da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica.

O objetivo, diz a instituição em seu portal, é debater uma forma "mais eficaz" de lidar com questões que vão desde "paz e segurança internacional", passando pela reforma da própria ONU, até "cooperação digital" e políticas voltadas para a população mais jovem. No fim, será divulgado um documento principal, o Pacto para o Futuro, com o resultado das reuniões.

"Se [os envolvidos] concordarem [com o conteúdo do documento] ou os chefes de governo ou Estado o apoiarem, isso será um sinal poderoso", diz.

Para a Assembleia Geral, que terá início na terça-feira, 24, é esperada a participação de aproximadamente cem chefes de Estado e governo, um patamar parecido com o do ano passado.

"É outro indicador de que neste momento a ONU é um lugar em que os líderes se encontram e negociam", afirma.

Um dos principais desafios é a crise climática — tema que será abordado por Lula no discurso de abertura da Assembleia Geral, tradicionalmente realizado pelo presidente do Brasil. Steiner menciona estudo conduzido por pesquisadores espanhóis que afirma que o calor extremo foi responsável por 50 mil mortes na Europa no ano passado.

Ele destaca avanços, como o fato de que "há países em que 80% ou 90% da energia vem de fontes renováveis", o crescimento da venda de veículos elétricos na China e os "gigantescos gastos públicos" de Estados Unidos e Europa para descarbonizar suas economias. Ainda assim, as respostas têm sido "muito lentas" em relação ao ritmo necessário.

Uma dificuldade adicional no combate às mudanças climáticas é "o mundo cada vez mais polarizado". Ele lembra que o orçamento militar de todos países somados foi de aproximadamente US$ 2,3 trilhões no ano passado, enquanto no mesmo período os países desembolsaram "menos de US$ 200 bilhões em cooperação [internacional] nos grandes desafios da nossa época, seja pobreza, seja mudanças climáticas, seja oportunidades de tecnologia digital". Nesse contexto, em que "diferenças políticas, geográficas e ideológicas estão levando a mais conflitos armados, inclusive dentro dos países, nossa capacidade de agir fica gravemente limitada".

Outro desafio é a reforma do sistema financeiro mundial — uma das prioridades do Brasil na presidência do G20. Steiner chama atenção para o fato de que mais de 50 países não conseguem pagar o serviço de suas dívidas.

> Países gastaram "menos de US$ 200 bilhões em cooperação nos grandes desafios: pobreza, mudanças climáticas, oportunidades de tecnologia digital"

"Muitos dos sinais que os líderes podem mandar é que os seus países reconhecem que o sistema multilateral é um ativo essencial para o mundo", diz, sobre a Assembleia Geral.

Steiner também afirma que há a necessidade de reforma da ONU. Um exemplo seriam mudanças no Conselho de Segurança, criado há aproximadamente 80 anos e que neste momento precisa "refletir melhor" o equilíbrio geopolítico global. A reforma do Conselho de Segurança é um pleito antigo do Brasil e que foi externado novamente na semana passada por Lula.

Outro exemplo é a adoção de "instrumentos e mandatos mais efetivos", já em discussão, para endereçar a "atual incapacidade da ONU de agir em conflitos e guerras". Apresentada no ano passado, a Nova Agenda para a Paz da instituição defende, por exemplo, a erradicação das armas nucleares e o "fortalecimento das operações de paz". A ideia, de acordo com Steiner, é que a instituição "tenha papel mais significativo na prevenção de conflitos, mas também na mediação e na resolução de conflitos".

"No momento, parece que alguns Estados-membros estão mais interessados em usar a ONU para criticar o outro lado do que usá-la para o que ela foi criada, que é ser um lugar para resolver conflitos por meio de negociações", afirma.

O subsecretário geral da ONU nasceu no Brasil, mas se mudou ainda na infância e também tem nacionalidade alemã. Ele é administrador do Pnud desde 2017, atualmente no segundo mandato. É graduado em filosofia, política e economia pela Universidade de Oxford e tem passagens acadêmicas, entre outras instituições, pela Universidade Harvard e pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento. Steiner morou em Porto Alegre no último ano e meio do período em que viveu no Brasil.

"Foi catastrófico", diz, a respeito das enchentes que atingiram a capital gaúcha no primeiro semestre, e lembrando de eventos semelhantes em Áustria, Eslováquia e Polônia. "Me preocupa por que as pessoas recebem essas notícias todos os dias, não apenas do outro lado do planeta, mas em sua vizinhança, e ainda pensam que não precisam agir. As pessoas estão mais e mais convencidas de que precisam agir, mas é extraordinário como ainda dividimos os problemas."

Brasil reforça compromisso com sustentabilidade

Robson Rodrigues
De Nova York

Em discurso nesta quinta-feira, 19, durante o evento SDGs in Brazil, organizado pelo Pacto Global da ONU no Brasil, em Nova York, o embaixador Sérgio Danese ressaltou a centralidade do desenvolvimento sustentável como um dos pilares fundamentais da política internacional. Ele destacou a importância da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma conquista crucial na trajetória do país em defesa do multilateralismo e da cooperação global.

Segundo o embaixador, o Brasil tem sido um defensor histórico do desenvolvimento como um dos três pilares fundamentais das Nações Unidas, ao lado da paz e da segurança. "O Brasil procura levar essa mensagem da centralidade do desenvolvimento sustentável como um dos pilares da política mundial", afirmou.

Durante o evento, Danese lembrou que no âmbito do G20 o Brasil está lançando a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A proposta visa criar sinergias internacionais para combater a pobreza, com a criação de um banco de dados de políticas sociais e promover a troca de conhecimentos e o fortalecimento de instrumentos de combate à pobreza no cenário mundial.

O embaixador também destacou os avanços que o Brasil tem alcançado em suas políticas sociais, citando o último relatório da ONU sobre Segurança Alimentar (SOFI 2024), divulgado em julho. "O relatório da ONU mostra que a insegurança alimentar severa caiu 85% em 2023, dado que 14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome no país", disse.

Apesar dos avanços, o embaixador alertou para os desafios que o Brasil ainda enfrenta na esfera ambiental. Ele mencionou as recentes tragédias das enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios que devastam parte do território nacional como sinais da urgência de ações mais robustas para mitigar as mudanças climáticas.

No evento, a primeira-dama Janja Lula da Silva afirmou que o país sofreu "retrocessos" nas políticas públicas recentes e apontou a COP30, que ocorrerá em Belém em 2025, como uma oportunidade crucial para o avanço das negociações climáticas globais. Ela enfatizou a importância da conferência para abordar os desafios ambientais, especialmente na Amazônia, e restaurar o protagonismo do Brasil na luta contra as mudanças climáticas.

Janja destacou o papel crucial da próxima Conferência do Clima (COP30) em Belém para avançar nas negociações climáticas globais. Ela disse que, quando a Agenda 2030 foi lançada em 2015, os países-membros da ONU estavam empenhados em manter o progresso dos Objetivos do Milênio. No entanto, o Brasil passou por um período de desmontes e retrocessos, que impactaram negativamente sua capacidade de atingir as metas estabelecidas.

Finanças Otimismo do investidor institucional local com o real volta a aumentar C1

Academia
Bio Ritmo, do grupo Smart Fit, vai se internacionalizar, conta a diretora Julia Michelin B3



Vestuário
CEO da Nike anuncia que vai se aposentar e ações sobem mais de 10% B4

Rede social
Manobra do X, de Elon Musk, gera multa de R$ 5 milhões por dia B7

Agronegócio
Agrogalaxy pediu RJ para proteger o caixa e a operação, diz CEO B11

Siderurgia Plataforma de inovação do grupo tem 10 investidas no portfólio e mira em descarbonização

CSN busca startups no mercado internacional

Stella Fontes
De São Paulo

A CSN Inova, plataforma de inovação do grupo da família Steinbruch, está ampliando investimentos em startups, bem como as geografias de prospecção de futuros parceiros. O objetivo é encontrar soluções para os diferentes desafios enfrentados pela CSN em seus cinco negócios — aço, minério de ferro, cimento, energia e logística — e escalar essas empresas dentro de casa, acompanhando, ao mesmo tempo, os planos de internacionalização do conglomerado.

"Nossa ideia, hoje, é fazer uma rodada de inovação global e trazer o melhor do mundo para o Brasil", diz o líder e cofundador da CSN Inova, Felipe Steinbruch. Neste momento, o foco da CSN está em tecnologias de descarbonização e em indústria do futuro, mas esse não é um filtro definitivo. "Estamos olhando tudo. Novos negócios corporativos também seriam uma área de interesse".

Com uma equipe de 35 pessoas e presença em Nova York, São Paulo, Volta Redonda (RJ) e Araucária (PR) — onde a siderúrgica tem operações —, o braço de inovação da CSN tem 10 startups em seu portfólio, das quais 6 brasileiras. Até agora, os investimentos somam R$ 50 milhões, com retorno (TIR) ao ano estimado em 40%. Olhando para frente, não há capital comprometido, sendo o grupo a fonte dos recursos aportados.

Depois de seis meses de busca nos Estados Unidos e no Canadá, concluída com êxito há poucas semanas, a CSN Inova parte agora para prospectar potenciais investidas em Israel. A jornada será liderada pela SOSA, multinacional de inovação aberta que conecta empresas e startups ao redor do mundo, que também conduziu a rodada na América do Norte.

Com hubs em Nova York, Londres, Tel Aviv e Cingapura, a SOSA tem acesso aos diversos ecossistemas de inovação e consegue identificar, com eficiência e agilidade, tecnologias em desenvolvimento que atendem às necessidades de seus parceiros, neste caso a CSN. No Brasil, a empresa de inovação aberta tem nomes de peso em seu hall de parcerias, como Braskem, Embraer, Klabin, Natura e Suzano.


KEINY ANDRADE/VALOR
Felipe Steinbruch, da Inova: "Nossa ideia é fazer uma rodada de inovação global"

Na primeira etapa dos trabalhos com a CSN Inova, na América do Norte, a SOSA apresentou 12 startups, num ritmo de 2 por mês, com tecnologias que atendiam a desafios colocados pela siderúrgica. Deste grupo, uma já recebeu investimento da CSN e outra está em conversas adiantadas.

A primeira escolhida foi a canadense EnviCore, que desenvolveu uma solução que transforma resíduos industriais em insumos para a fabricação de cimento, com substituição de até 30% do clínquer usado no processo. Da CSN, a EnviCore está aproveitando escória de aciaria e rejeitos de mineração para obtenção do cimento. "Agora, vamos certificar os testes, que foram muito bons. O futuro seria discutir uma potencial operação deles no Brasil."

Diante do desempenho das parcerias com os brasileiros, a SOSA decidiu se estabelecer no país, no começo deste ano. As startups também se beneficiam dessa conexão, com visibilidade internacional para seus projetos. "Ajudamos na conexão com hubs, levando suas tecnologias e trazendo outras que não estão no Brasil", diz Gianna Sagazio, CEO da SOSA Brasil.

Em Israel, a expectativa é manter a média de aproximação com duas startups por mês. "Queremos replicar o que foi feito nos Estados Unidos e no Canadá com o ecossistema israelense. O desafio é transição ESG e buscamos projetos com alguma maturidade", diz Felipe.

Filho do empresário Benjamin Steinbruch, Felipe diz que inovação e sustentabilidade sempre estiveram no radar da companhia, mas, ter uma plataforma própria passou a fazer ainda mais sentido depois da crise das commodities de 2015. O colapso dos preços dos metais industriais também contribuiu para a transformação da companhia siderúrgica em um conglomerado com atuação em diferentes setores. Nesse ambiente, em 2018, nascia a CSN Inova, "para posicionar o grupo de forma ativa no ecossistema de inovação brasileiro e global", diz.

Regulação Mercado aponta lentidão para nomeação de diretores em agências, definição de regras para leilão e na MP do marco legal

Impasses do MME travam investimentos do setor elétrico

Robson Rodrigues e Fábio Couto
De São Paulo e do Rio

A demora do Ministério de Minas e Energia em nomear diretores para autarquias e estatais, a falta de definição de regras para leilões e a edição de uma Medida Provisória (MP) para a modernização do setor elétrico são alvo de críticas de especialistas ouvidos pelo **Valor**.

O setor elétrico aguarda essas medidas — consideradas essenciais na tomada de decisões importantes — e que podem destravar investimentos e gerar ambiente jurídico e regulatório mais estável para empresas do setor e investidores estrangeiros.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem dito que o setor elétrico precisa de reestruturação para corrigir distorções, como a ampliação do mercado livre de energia e a alocação adequada de subsídios, que impactam sobretudo os consumidores mais pobres. A promessa era que o governo editaria uma MP sobre o assunto, aguardado há mais de um ano pelo setor. Em paralelo, está parado no Congresso Nacional o projeto de lei (PL) 414/2021, com novo marco legal para o segmento.

O presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Barata, enfatiza que as atuais regras do setor elétrico foram construídas em cima de bases que já mudaram e que o governo precisa cumprir as promessas que fez. "Defendo uma revisão ampla, geral e irrestrita dentro do setor elétrico. Estamos escutando desde o início do governo uma série de promessas, mas as ações concretas foram pouquíssimas e as iniciativas mais ativas partem do Legislativo e são prejudiciais aos interesses dos consumidores."

A falta de indicação de um diretor para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é mais um fator de pressão sobre a agência, que trabalha com quadro defasado e baixo orçamento. Em ofício enviado ao MME em agosto, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, contestou as declarações de Silveira, que havia ameaçado intervir na agência por suposta "inércia" na análise de processos de interesse do governo. Feitosa defendeu a autonomia da Aneel, citou o déficit de servidores e os cortes no orçamento e frisou que a vaga aberta na diretoria tem causado dificuldades à autarquia.

"Desde 24 de maio de 2024, com o término do mandato do diretor Hélvio Guerra, a diretoria colegiada está incompleta, apesar de a Aneel ter enviado a lista de substituição, em 13 de maio, ao MME (...). O colegiado incompleto traz sérias repercussões à gestão da agência, tais como o acúmulo de atividades e processos administrativos, votações empatadas ou sem maioria mínima, problema de quórum mínimo para deliberações, dentre outras", disse Feitosa.

A indicação de quem irá ocupar a vaga aberta já foi feita pelo MME e está no Planalto, mas ainda não há sinal de quando ela se tornará pública, disse Silveira na semana passada, sem informar qual seria o nome proposto pela pasta.

O leilão de reserva de capacidade é outra demanda que tem causado expectativa nas empresas do setor. O certame pretende contratar usinas para disponibilizarem uma quantidade específica de geração em um determinado período. Inicialmente previsto para agosto, a pasta ainda não divulgou as diretrizes do certame, como fontes de energia, preços máximos e tipo de combustível permitido.


LEO PINHEIRO/VALOR

Para Vieira Filho, da Abraget, é arriscado não cumprir prazos do leilão

> "Estamos escutando uma série de promessas, mas as ações concretas foram pouquíssimas"
> *Luiz Eduardo Barata*

O presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Xisto Vieira Filho, considera "extremamente arriscado" não cumprir prazos referentes a um leilão cujo objetivo é manter a confiabilidade do sistema em uma época em que se afigura uma crise hídrica. Apesar do setor considerar improvável, Silveira garantiu na semana passada a jornalistas que o certame ocorrerá em 2024.

Outro ponto em aberto é a negociação com o Paraguai da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu Binacional, que trata da parte financeira do acordo firmado para construção da usina. Em maio, o ministro foi ao Paraguai e negociou o aumento da tarifa de energia da usina em 15%. A promessa de Silveira era que seria "antecipada a negociação do Anexo C, programada para ser concluída e apresentada ao Congresso até 31 de dezembro de 2024". A reportagem apurou que, até o momento, não houve reunião entre as partes.

Questionado pelo **Valor** em evento, Silveira disse que a negociação é de responsabilidade das partes superiores e não inclui o MME. "Eu fiz o compromisso de participar apoiando as altas partes. Tenho dezenas de ligações com o ministro Mauro Vieira [ministro das Relações Exteriores] e estamos marcando uma data para apresentar um esboço daquilo que foi construído pela parte brasileira e consensuar com a parte paraguaia. O anexo C deve refletir um acordo com o Paraguai. Caso não reflita este acordo, posso pensar em revisão tarifária", disse.

Para Jerson Kelman, ex-diretor da Aneel, é importante fazer valer o item 5 do documento assinado pelo ministro, onde consta que, após o exercício social de 2026, os dois países comprometem-se a aplicar alíquota que reflita apenas o custo estrito de operação de Itaipu sem incluir custos discricionários. Kelman destacou que, segundo relatório da Academia Nacional de Engenharia, o adiamento para 2027 traz custo extra de US$ 4,4 bilhões aos consumidores.

"Esta regra já deveria estar sendo aplicada desde 2022 quando começou a diminuir o custo de amortização da dívida de construção da usina. Em vez disso, a direção de Itaipu decidiu fazer bondade com chapéu alheio. Compensou a diminuição do custo da dívida, que deveria ter barateado a conta de luz de milhões de brasileiros, criando custos discricionários socioambientais, desconectados", disse Kelman.

No setor nuclear, as demandas se acumulam. Às vésperas de o Brasil decidir sobre o destino da usina de Angra 3, o governo ainda não indicou um nome para chefiar a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), autarquia que tem como função monitorar, regular e fiscalizar atividades e instalações nucleares no país. Também falta definição da licença de Angra 1, que vence em dezembro.

"Até hoje o governo não conseguiu estabelecer governança, não conseguiu implantar a ANSN, trocar o presidente da ENBPar [controladora da Eletronuclear]. (...). Tem autores puxando cada um para um lado, sem direcionamento do governo, sem programa nuclear estabelecido, o nosso data de 1977, ou seja, não tem menor aderência com a realidade", disse o presidente da Abdan, associação das empresas do setor, Celso Cunha.

Procurado sobre as críticas feitas por integrantes do setor elétrico, o MME não respondeu.

Fala de Tallis Gomes 'Deus me livre de mulher CEO' provoca reação nas redes

Liderança

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

"Deus me livre de mulher CEO". Essa foi a resposta do empreendedor Tallis Gomes, da G4 Educação, à pergunta "Se sua mulher fosse CEO de uma grande companhia, vocês estariam noivos?", feita por um usuário do Instagram e publicada no stories de Gomes.

Em sua resposta, ele disse: "Vcs não fazem ideia da quantidade de stress e pressão envolvida em uma cadeira como a minha. Fisicamente vc fica muito abalado, psicologicamente vc precisa ser MUITO, mas MUITO cascudo para suportar. Na média, essa [sic] não é o melhor uso da energia feminina. A mulher tem o monopólio do poder de construir um lar e ser base de uma família — um homem jamais seria capaz de fazer isso. Pra quê fazer a vida dessa mulher pior dessa forma?".

Ele ainda continuou: "O mundo começou a desabar exatamente quando o movimento feminista começou a obrigar a mulher a fazer papel de homem. Hoje, vejo um bando de marmanjo encostado trabalhando pouco e dividindo conta com mulher. Eu entendo que temporariamente pode acontecer, eu mesmo já passei por isso no passado — mas tem que ser algo transitório". Ele finaliza: "Homem que tem condições de bancar sua mulher e não o faz, está perdendo o maior benefício de uma mulher, que é o uso da energia feminina nos lugares certos, lar e família."

A resposta de Gomes repercutiu entre executivas, nas redes sociais e em grupos de WhatsApp. "A independência da mulher causa dor, né? A perda do controle então, nem se fala. Essa declaração clama por urgência", publicou no LinkedIn Renata Vieira, diretora comercial e de marketing sênior da multinacional Reckitt.

Rafaela Rezende, general manager da VTex no Brasil, também escreveu no LinkedIn. "Estamos em 2024 e a tentativa de colocar nós mulheres em uma única caixa, continua. Estamos em 2024 e há quem acredite que a mulher deveria canalizar suas energias na família e no lar. Uma caixa. Uma das muitas caixas que podemos querer."

Questionada nas redes sociais sobre o assunto — já que o Magalu teve relação comercial recente com a G4 Educação, a empresa de Tallis Gomes —, Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza e presidente do Grupo Mulheres do Brasil, se posicionou no LinkedIn.

"O Magalu fez uma parceria pontual com o G4 para oferecer um curso a pedido dos 'sellers' do nosso marketplace. Não concordo em nada com o posicionamento de um dos sócios da empresa a respeito das mulheres. Criei três filhos trabalhando muito, inclusive como CEO do Magalu. Soube cuidar deles e dos idosos da família. Tenho amigas íntimas que optaram por ficar em casa para criar seus filhos mais de perto. Simplesmente escolheram outro estilo de vida, e nunca as critiquei. Tanto os meus filhos quanto os delas são felizes, comprometidos e legais. Sempre digo: não há receita para criar uma família. De uma coisa tenho certeza: nós, mulheres, podemos ser aquilo que queremos e optamos ser."

CEO do Magazine Luiza, Frederico Trajano participava do evento Latam Retail Show, em São Paulo, ontem, quando disse que precisava se posicionar sobre a fala de Gomes. "Vindo de uma empresa que foi fundada por uma mulher, a minha tia, e que até hoje tem na presidência do conselho a minha mãe, que tem mais de 30% de mulheres no conselho". Disse ainda: "Minha mãe criou três filhos trabalhando muito, e nós somos felizes, bem-sucedidos, realizados. Como a minha mãe disse no LinkedIn, não tem fórmula para criar filhos, e a mulher pode ser o que ela quiser."

No final da tarde, Daniel Mazini, CEO da Amazon, se posicionou sobre o assunto por meio de post no LinkedIn. "Dia difícil para todas as pessoas que sabem que mulheres são tão competentes quanto os homens em diversas áreas do mundo de negócios por conviverem, trabalharem para elas, admirarem e se inspirarem em suas atuações como líderes fortes e capazes. Basta existir o espaço para isso acontecer."

Depois da repercussão, Gomes fez outro stories no Instagram dizendo que sua resposta se deu à pergunta se a noiva dele fosse CEO e que sua posição não tem a ver com seu juízo de valor sobre a capacidade ou não de uma mulher ser CEO de uma grande empresa.

Em nota enviada por sua assessoria, ele disse: "Eu errei feio num texto no Instagram. E quero reconhecer o erro e pedir desculpas". Gomes encerrou a nota comentando que "o lugar das mulheres é onde elas quiserem estar".

Esta não é a primeira vez que Gomes faz comentários polêmicos. Este ano, disse em um podcast que não contrata "esquerdista" e que seus funcionários trabalham 80 horas por semana. Em um vídeo no Instagram, comentou que falar de saúde mental no trabalho é coisa de "bullshiteiro". "Quem anda falando isso na internet é um bando de vagabundo que não faz nada e está querendo arrumar desculpa para trabalhar pouco". O assunto também repercutiu nas redes.

O bilionário (e ignorado) negócio do podcast

Mídia



Isabel Clemente

Fenômeno ainda jovem de comunicação de massa, o podcasting vem criando vínculos com um grupo cada vez maior de ouvintes. Há programas com centenas de milhares de downloads. Comunidade de fãs. Seguidores fiéis. O rádio sem ondas que dispensou o tempo real e foi para a internet representa um potencial de negócios ainda inexplorado no Brasil.

"Tem uma mina de ouro aí, um meio que atinge um público numeroso por um custo baixo ainda", diz Marcelo Kischinhevsky, professor da pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e autor do livro "Cultura do Podcast — reconfigurações do rádio expandido" (Editora Mauad X).

A obra — escrita com o rigor acadêmico e a fluência do texto jornalístico — oferece análises embasadas e informações relevantes para quem quer entender esse mercado, tema que Kischinhevsky pesquisa há 15 anos. Da forma como são produzidos e ouvidos até as limitações regulatórias, está tudo na obra, a ser lançada nos próximos dias.

"Nos últimos anos, vi muita coisa nova acontecendo, uma diferenciação na linguagem usada, se comparada ao rádio, na construção do conteúdo, com o formato de contação de histórias, uma despreocupação com o tempo — também diferente do rádio — e o hábito da audiência de maratonar os episódios", diz o autor.

Embora recente, a história do podcasting inclui altos e baixos. Há 20 anos, quando um jornalista do jornal britânico "The Guardian" publicou um texto sobre a novidade para a qual sugeriu três nomes — um deles, podcasting —, as condições não facilitaram a propagação da nova mídia, explica o pesquisador. Smartphones não eram tão comuns e internet banda larga, um luxo para poucos.

Superado o nó da tecnologia, o mercado cresceu. As grandes empresas jornalísticas aderiram. A produção de podcasts se profissionalizou. A podosfera brasileira produziu sucessos retumbantes, como o Nerdcast, o terceiro no mundo a atingir a marca de 1 bilhão de downloads — sendo posteriormente comprado pelo Magazine Luiza. A Rádio Novelo surge nesse horizonte como uma das grandes produtoras nacionais, com mais de 20 podcasts lançados, com produções sofisticadas e histórias boas de acompanhar.

"O podcasting, assim como o rádio, constrói uma relação íntima com a audiência, principalmente pelo fato de que, diferentemente da visão, o som ressoa dentro de nós", escreveu o autor.

Com algum atraso, a Spotify aderiu ao que já não era nem tanta novidade assim em 2019. Naquele ano, a empresa de origem sueca saiu comprando produtoras e contratando podcasters. Investiu mais de US$ 1 bilhão, mas parece ter pisado no freio de uns tempos para cá. Este ano, cancelou algumas iniciativas nos EUA.

Graças a financiamento coletivo, o setor ganhou impulso no Brasil e muitos, até os mais populares, ainda se sustentam dessa maneira. "Há vários shows com mais de 500 mil plays sem nenhum anúncio. Há uma grande dificuldade para rentabilizar", diz Kischinhevsky. Por esse e outros motivos, ele ouviu depoimentos muito cautelosos de quem está empreendendo. "Eu sei que o que está funcionando hoje para mim não necessariamente vai funcionar para outras pessoas", disse, em depoimento no livro, Rodrigo Alves, do Vida de Jornalista, que tem, entre os serviços mais rentáveis, oficinas de produção de podcasting.

Estima-se em 1,7 bilhão o número de ouvintes de podcasts no mundo (Deloitte). Menos do que os 4 bilhões sintonizados no rádio mas, ainda assim, uma oportunidade que o mercado publicitário está deixando passar por aqui, diz Kischinhevsky.

Um dos entraves à adesão do mercado publicitário vem justamente das métricas. Ninguém sabe o real tamanho do mercado brasileiro. Estima-se que a audiência de podcasting no Brasil possa estar entre 23% e 40% da população, segundo Kischinhevsky. A incerteza atrapalha. Apple e Spotify guardam as métricas para si. "O mercado não sabe o que as pessoas ouvem até o fim", diz.

O autor deixa alguns alertas no livro. Um é o risco de oligopolização desse rádio expandido, mercado dominado pelas "big techs" (Apple, Spotify, YouTube Music, Amazon), reduzindo "o espaço de crescimento das plataformas de menor porte."

A consequência é a inviabilidade econômica das vozes que fizeram do podcasting um negócio diversificado e apaixonante para tantas pessoas.

E uma outra ameaça vem do uso indiscriminado da inteligência artificial. Como algumas ferramentas de IA podem se apropriar de conteúdos sem pagar por eles, o produtor original fica cada vez mais invisível nas redes. Isso afeta em cheio as produtoras independentes de conteúdo jornalístico, por exemplo. Para ele, resolver esse imbróglio e dar sustentabilidade à oferta de conteúdos qualificados de áudio é essencial para fortalecer a democracia brasileira.

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of Londo
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Academia Companhia levará marca de alto padrão para países da América Latina; bandeira de baixo custo tem inauguração na África

Bio Ritmo, do Grupo Smart Fit, inicia expansão internacional

Cristian Favaro
De São Paulo

Marca de alto padrão do Grupo Smart Fit, a Bio Ritmo também será internacionalizada. A empresa vai inaugurar no segundo semestre quatro unidades espalhadas pelo Chile, Peru e Panamá, disse Julia Michelin, diretora de operações da marca, ao **Valor**.

Em paralelo, o grupo também tem acelerado seus planos de crescimento da marca no Brasil, com quatro unidades previstas para este ano, em meio a um bom momento da indústria depois de anos de crise e reestruturações de diversos players.

"Estamos vendo uma lacuna no mercado e queremos acelerar a expansão. Não tem nenhuma outra marca 'high end' [de alto padrão], no Brasil e na América Latina, que deverá se expandir nos próximos cinco anos além de nós", disse Michelin.

Após a crise da pandemia, assim como a popularização de modelos de baixo custo (como a própria marca Smart Fit), muitos grupos passaram a enfrentar dificuldades e tiveram de se reestruturar — como a concorrente Bodytech. O mercado, entretanto, tem buscado crescer no Brasil, com franquias ganhando espaço e modelos de negócio para além da musculação.

Apenas a Bio Ritmo espera fechar 2024 com margem bruta de 47% — antes da pandemia, esse percentual era de 37%. Considerando todo o grupo Smart Fit, o maior do Brasil, o lucro líquido no segundo trimestre foi de R$ 114,2 milhões, queda de 60% no ano. Ignorando fatores não recorrentes, como a reavaliação de ativos no Panamá, o lucro da empresa subiu 19%, para R$ 142,8 milhões.

Michelin contou que desde a fundação da Bio Ritmo, há cerca de 30 anos (a marca, por sinal, foi a primeira do grupo), o ritmo médio de abertura era de uma unidade ao ano. No total, hoje são 28 unidades espalhadas pelo país.

A executiva contou que os planos de expansão começaram a ser desenhados no ano passado, após um forte ajuste de curso necessário por causa dos impactos da pandemia. "O ano de 2022 foi de muita recuperação. Até então, não era crescer em unidades, era crescer receita, serviços e posicionamento. A partir dessas iniciativas, começamos a olhar o segmento de alto padrão", disse.

Parte dos esforços do grupo foi entender o efeito do crescimento do modelo "low cost" (baixo custo) sobre a demanda de unidades de alto padrão. Redes como a Smart Fit e a concorrente Bluefit elevaram o padrão das academias populares, o que passou a jogar contra as unidades mais caras.

"Por um bom tempo, com o crescimento do modelo 'low cost', sobretudo com a Smart Fit, a gente não sabia se as academias de alto padrão iriam sobreviver. Mas o que a gente descobriu foi uma oportunidade enorme não explorada. Hoje, as academias 'high end' que existem são as butiques [que são menores]. As academias de rede não estavam abrindo novas unidades diante do receio do modelo 'low cost'", disse a executiva.

Com isso, o grupo resolveu ampliar a marca Bio Ritmo, na esteira de uma reestruturação de negócios já adquiridos fora do país, assim como colhendo sinergias com unidades da Smart Fit no exterior — o grupo não abriu o valor investido no projeto.

No Chile, a chegada acontece por meio de uma mudança de bandeira entre marcas do grupo. A O2fit será convertida em Bio Ritmo. A marca, que tinha quatro academias, foi comprada em 2018, mas três foram fechadas por causa da crise da covid-19.

Já no Peru, haverá uma transformação de duas academias Bodytech Colômbia (não se trata do mesmo grupo brasileiro), rede adquirida pelo grupo Smart Fit em maio passado. A rede comprada tinha sete academias, mas cinco foram fechadas com as consequências da crise.

Enquanto isso, no Panamá, a rede viu oportunidade ao ser abordada pela equipe do shopping Multiplaza, na Cidade do Panamá, que buscava uma academia de alto padrão para compor o portfólio. Como o grupo já tinha operação da Smart Fit na cidade e escritórios, a conversa acabou caminhando de forma mais acelerada.

Segundo Michelin, a previsão de inauguração das unidades do Chile e Panamá é final de 2024, enquanto no Peru é para o começo do ano que vem.

Além da internacionalização da marca Bio Ritmo, o grupo Smart Fit tem lançado esforços também para levar sua marca mais popular para outros continentes, como a África, contou o CEO da empresa, Edgard Corona, ao **Valor**. O grupo anunciou recentemente seu plano de levar unidades ao Marrocos.

No Brasil, os planos de crescimento da Bio Ritmo incluem a inauguração de outras quatro unidades ainda neste semestre. Entre elas está a sua primeira academia na zona leste, na Anália Franco, e uma nova unidade no Shopping Ibirapuera, zona sul de São Paulo. Há ainda uma academia no modelo empresarial, a sexta da marca, em parceria com a Porto Seguro.

A marca chegará também pela primeira vez ao Espírito Santo, na cidade de Vila Velha. A nova unidade, localizada na Praia da Costa, também tem previsão de abertura ainda em 2024.

"No Brasil, nosso plano é continuar explorando regiões nobres, especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro, onde já temos um público estabelecido", disse a diretora. Para o ano que vem, a estimativa é abrir outras cinco academias no país.

O setor tem visto movimentos de crescimento, após um ajuste de curso provocado pela pandemia. A Bodytech, por exemplo, teve de recorrer ao mercado de dívida para levantar recursos para capital de giro e manter o negócio. Fontes do setor afirmam que a companhia poderia ser alvo de concorrentes.

Já o próprio grupo Smart Fit tem aproveitado oportunidades de consolidação e, recentemente, fez a compra da rede Velocity, por R$ 183 milhões.

A Bluefit, por sua vez, tentou fazer uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) em 2021, mas encontrou um cenário mais adverso e investidores sem interesse no setor. No fim do ano passado, a gestora Mubadala Capital, de Abu Dhabi, comprou 51% da rede, em uma transação de R$ 464,1 milhões. A empresa fechou o primeiro trimestre com lucro de R$ 5,5 milhões.

Uma força do negócio hoje tem sido o modelo de franquias, que tem levado grupos como a rede paulista Gaviões a saltar seu número de unidades de 7 em 2019 para 33 ativas neste ano, além de outras 37 franqueadas em obras.

GABRIEL REIS/VALOR



"Estamos vendo uma lacuna no mercado e queremos acelerar o crescimento"
Julia Michelin

Vestuário Companhia tem sentido o peso da concorrência e desaceleração na China

Nike aposenta CEO e traz ex-executivo veterano para resgatar a marca

Sabrina Escobar e Ben Levisohn
Dow Jones Newswires, de Nova York

A fabricante de calçados esportivos e vestuário Nike tem sofrido nos últimos anos, devido à desaceleração na China e à concorrência de novas marcas, como Hoka, da Deckers Outdoor, e On, da On Holding. Neste ano, suas ações caíram 24%.

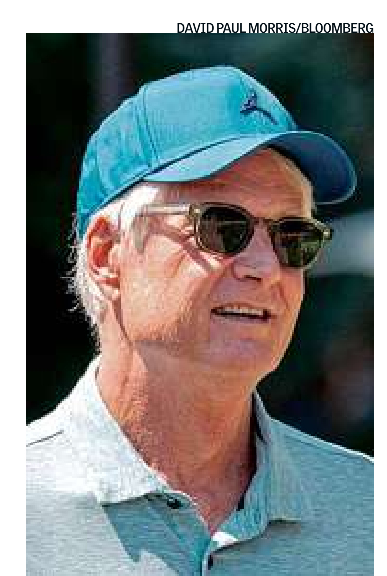
Ontem (19), o CEO John Donahoe anunciou que deixará o cargo em 13 de outubro, mas permanecerá como conselheiro até 31 de janeiro. Ele será substituído por um ex-executivo da Nike, Elliott Hill, que assumirá o posto em 14 de outubro. Depois do anúncio, as ações da empresa subiram mais de 10%, chegando a US$ 89,43 após o fechamento do mercado.

O balanço mais recente da Nike, divulgado no fim de junho, representou um "golpe" para as ações da empresa, segundo um analista. A Nike não apenas perdeu as estimativas de vendas do trimestre como reduziu suas projeções de receita para o ano fiscal completo, levando a quedas sucessivas no preço da ação.

De fato, a indústria de vestuário esportivo em geral viu uma desaceleração após crescimento explosivo dos anos de pandemia. Mas o recente sucesso da On e da Hoka indica que alguns dos problemas da Nike foram autoinfligidos.

Sob a liderança de Donahoe, por exemplo, a empresa reduziu sua rede de distribuição por atacado, optando por se concentrar nos esforços diretos ao consumidor. Nesse processo, cortou laços com muitos de seus antigos parceiros de lojas físicas, como Foot Locker, DSW e Macy's, o que abriu espaço para concorrentes capturarem parte de sua participação de mercado.

Após os resultados trimestrais, a Nike reiterou seu apoio a Donahoe. "Vi os planos da Nike para o futuro e acredito totalmente neles", disse Phil Knight, cofundador e ex-presidente da empresa, em comunicado em junho. "Estou otimista sobre o futuro da Nike e John Donahoe tem minha confiança inabalável e total apoio."


DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

John Donahoe será substituído por um ex-executivo da empresa, que já estava aposentado

No entanto, o anúncio de ontem sugere que a confiança do conselho em seu CEO, que assumiu o cargo em 2020, diminuiu drasticamente — a ponto de terem persuadido um veterano da empresa a retornar da aposentadoria.

Hill se aposentou da Nike em 2020. Antes de se aposentar, ele foi presidente de consumidor e mercado, liderando todas as operações comerciais e de marketing da Nike e da marca Jordan. Ao longo de sua carreira na Nike, ele ocupou cargos de liderança na Europa e na América do Norte, informou a empresa.

"Dadas as nossas necessidades para o futuro e o desempenho passado da empresa, e após um processo de sucessão cuidadoso, o conselho concluiu que a expertise global de Elliott, seu estilo de liderança e profundo entendimento de nossa indústria e parceiros, combinados com sua paixão pelo esporte, nossas marcas, produtos, consumidores, atletas e funcionários, o tornam a pessoa certa para liderar a próxima fase de crescimento da Nike", disse Mark Parker, presidente-executivo da companhia. A Nike divulgará os resultados do primeiro trimestre fiscal, encerrado em agosto, em 1º de outubro.

"Hill é conhecido e respeitado internamente e pelos parceiros de varejo, o que pode trazer um impulso imediato ao moral", escreveu Simeon Siegel, analista da BMO Capital Markets. "Claramente, o sucesso exige produtos empolgantes e tempo, mas esperamos que Hill impulsione o retorno das vantagens competitivas da Nike, com mais foco em produto e marketing, em comparação com as mudanças dos últimos anos."

Curtas

Parceria Enel e Nestlé

A Nestlé Brasil e Enel Brasil anunciaram ontem um acordo para criar três consórcios de autoprodução de energia eólica, que irão abastecer cinco unidades fabris da multinacional suíça. As usinas eólicas, localizadas no complexo Cumaru, no Rio Grande do Norte, foram construídas e são operadas pela Enel Green Power, divisão de geração renovável do Grupo Enel. A Nestlé terá participação de 40% a 47% nas três usinas.

Construtores otimistas

Pesquisa feita por analistas do Santander com 25 incorporadores, listados e não-listados, mostra que a parcela de participantes que pretende acelerar lançamentos acima de 20% nos próximos 12 meses saltou de 37,5% para 56%, do segundo para o terceiro trimestre. A parcela de incorporadoras que conseguiu atingir sua meta de vendas subiu de 25% para 36%. Para os próximos 12 meses, 76% das empresas planejam elevar seu volume vendas em pelo menos 5%, e 72% querem aumentar os lançamentos no mínimo nessa proporção. O poder de compra dos consumidores é a maior preocupação dos incorporadores no terceiro trimestre — no segundo, era a quarta maior preocupação.

Agenda Tributária

Mês de Setembro de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Agosto/2024
20	Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico	Agosto/2024
20	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Agosto/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979*	"
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Agosto/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960*	"

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Agosto/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987*	"
20	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta		
	Art. 7º da Lei 12.546/2011	2985*	Agosto/2024
	Art. 8º da Lei 12.546/2011	2991*	"
20	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Entidades financeiras e equiparadas	4574*	Agosto/2024
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Entidades financeiras e equiparadas	7987*	Agosto/2024
20	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208*	Agosto/2024
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277*	"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva	3223*	"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva	3556*	"
	Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	3579*	"
	Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva	3540*	"
	Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	5565*	"
	Rendimentos do Trabalho		
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561*	"
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588*	"
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533*	"
	Participação nos Lucros ou Resultados – PLR	3562*	"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5936*	"
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1889*	"
	Outros Rendimentos		
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708*	"
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944*	"
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280*	"
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204*	"
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891*	"
	Indenização por danos morais	6904*	"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5928*	"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1895*	"
	Demais rendimentos	8045*	"
20	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI	2852**	Diversos
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2879**	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ	2950**	"

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2976**	"
20	Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6106**	Diversos
	Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	6505**	"
20	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Agosto/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112*	"
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Agosto/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153*	"
20	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Agosto/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4138*	"
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Agosto/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4166*	"
20	Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Agosto/2024
20	Pagamento Unificado - Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)	6177*	Agosto/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DA 1ª - RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 - FZEA-USP.
Licitação ComprasGov - Nº 90002/2024 - Processo SEI n.º 154.00003613/2024-49

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO QUE ABRIGARÁ AS INSTALAÇÕES DO BIOPIRA-FZEA, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIA ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
Em virtude da necessidade de alterar o edital e seus anexos afim prestar esclarecimentos aos interessados, procedemos as seguintes **RETIFICAÇÕES do EDITAL**, na forma do disposto no artigo 55, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, garantindo o amplo conhecimento das disposições do instrumento convocatório, sendo que a retificação não compromete a formulação da proposta.
A ÍNTEGRA DA RETIFICAÇÃO encontra-se disponível nos seguintes endereços: **https://www.gov.br/pncp/ptbr; www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA USP
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°: 02/2024 - IOUSP - PROCESSO Nº: 154.00003414/2024-31

O Instituto Oceanográfico da USP, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 02/2024 - IOUSP**, do tipo menor preço, cujo objeto é **prestação de serviço de produção editorial do periódico Ocean and Coastal Research**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 23/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 15/10/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível **a partir do dia 23/09/2024**, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – PUSP-FC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 19/2024 - PUSP-FC
Processo SEI nº 154.00004567/2024-03

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa", realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, sob nº 19/2024**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO** conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 20/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 07/10/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 20/09/2024**, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes, www.puspfc.usp.br** e **www. doe.sp.gov.br**.



EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 254ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. LOCAL: Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM - Guarapuava, PR. **2. DATA:** 11.09.2024 - 09h. **3. MESA DIRIGENTE:** MARCEL MARTINS MALCZEWSKI; e VICTÓRIA BARALDI MENDES BATISTA - Secretária da Reunião. **4. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:** O Conselho de Administração: **I.** deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Diretoria para distribuição de dividendos intercalares do exercício de 2024; e **II.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar a prestação de garantia para a 9ª Emissão de Debêntures da Copel Geração e Transmissão S.A.; **III.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Desenvolvimento Sustentável - CDS, aprovar o encaminhamento da proposta de reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia à Assembleia Geral Extraordinária, convocada para 17.10.2024; **IV.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o CDS, aprovar a proposta de atualização do Regimento Interno das Diretorias da Copel (Holding) e de suas Subsidiárias Integrais. **5. ASSINATURAS: MARCEL MARTINS MALCZEWSKI (Presidente); CARLOS BIEDERMANN; FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA; GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR; JACILDO LARA MARTINS; MARCELO SOUZA MONTEIRO; MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO; PEDRO FRANCO SALES; VIVIANE ISABELA DE OLIVEIRA MARTINS;** e **VICTÓRIA BARALDI MENDES BATISTA** (Secretária). Certidão da ata da 254ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20246943157, em 19.09.2024, e publicada na íntegra em https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ---



BANCO COOPERATIVO SICOOB S. A.
CNPJ Nº 02.038.232/0001-64 – NIRE Nº 5330000552-4

AVISO AOS ACIONISTAS

Avisamos aos Senhores Acionistas que, em Reunião do Conselho de Administração de 18/09/2024, às 09:30, foi aprovado o aumento do capital social, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), elevando-o de R$ 3.943.570.597,74 (três bilhões, novecentos e quarenta e três milhões, quinhentos e setenta mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), para R$ 4.143.570.597,74 (quatro bilhões, cento e quarenta e três milhões, quinhentos e setenta mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), mediante a emissão de 83.309.035 (oitenta e três milhões, trezentos e nove mil e trinta e cinco) novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 41.883.122 (quarenta e um milhões, oitocentos e oitenta e três mil, cento e vinte e duas) novas ações ordinárias e 41.425.913 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e treze) novas ações preferenciais, ao preço unitário de emissão de R$ 2,4007 (dois reais e quatro mil e sete milésimos de real), calculado com base em 31/7/2024. Notas: 1) As ações subscritas serão integralizadas em dinheiro e à vista no ato da subscrição. 2) Na conformidade do prazo decadencial, previsto em lei, para o exercício do direito de preferência pelos acionistas, a subscrição obedecerá ao prazo legal de 30 (trinta) dias, por todos os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a contar da publicação deste Aviso, e, em ambos os casos, a subscrição será feita na proporção da posição acionária que cada acionista possuir em 31/7/2024. 3) Findo o referido prazo e verificadas as subscrições feitas, as eventuais sobras de ações serão subscritas pelos optantes no prazo improrrogável de 1 (um) dia, que será o dia seguinte à data do término do período de subscrição. 4) É assegurado aos acionistas ordinaristas cederem seu direito de preferência nos termos do acordo de acionistas vigente, e, se preferencialistas, a qualquer outro acionista. 5) O Boletim de Subscrição de Ações, emitido pelo custodiante, foi fornecido às Cooperativas Centrais Acionistas para distribuição, além de estar à disposição de todos os acionistas na sede do Banco Sicoob.

Brasília, 18 de setembro de 2024.

Miguel Ferreira de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Movimento Falimentar

Nota da redação: Excepcionalmente, não publicaremos a coluna nesta data.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Universidade de São Paulo através do Instituto de Matemática e Estatística torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob n°: 09/2024 – IME**, do tipo menor preço, cujo objeto é **contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza de telhados, calhas, passarela, caixa de inspeção e claraboia**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 20/09/2024 a partir das 10h00,** estando a sessão de disputa agendada para **o dia 07/10/2024 às 09h15**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 20/09/2024,** além da página do **ComprasGov**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

CLARO S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47 - NIRE nº 35.300.145.801

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Claro S.A. ("**Companhia**") a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110, na Cidade e Estado de São Paulo, no dia 27 de setembro de 2024, às 8:15 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** emissão e as características da 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160/22, conforme em vigor, e, das demais leis e regulamentações aplicáveis, no valor total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) ("**Emissão**" e "**Debêntures**"); **(b)** delegação de poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre qualquer alteração nas condições da Emissão, nos termos do artigo 10º, parágrafo 7º, inciso XXII, do Estatuto Social e do art. 59, §4º da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada; **(c)** autorização à Diretoria para adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, à prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão e eventuais aditamentos, conforme aplicável, a negociação dos termos da escritura de emissão, contratos relacionados e eventuais aditamentos, conforme aplicável, a contratação de instituições financeiras para coordenar e efetuar a distribuição das Debêntures ao público investidor, e, a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão; **(d)** autorização à Diretoria para contratar assessores legais e demais prestadores de serviços necessários à Emissão; e **(e)** ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria em conexão com a Emissão anteriormente à data da Assembleia Geral Extraordinária que deliberar acerca desta. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de setembro de 2024, até às 17:00 horas. (b) Os documentos relativos à ordem do dia da referida Assembleia se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedade por Ações. São Paulo, 19 de setembro de 2024.

Daniel Hajj Aboumrad - **Presidente do Conselho de Administração**

Marketing Chilli Beans, Prudential, Coca-Cola e Seara investem no festival que termina no domingo

No Rock in Rio, ‘millenials’ atraem marcas

Alessandra Saraiva
Do Rio

As marcas estão de olho no poder dos “millennials”, comprovado na mais recente edição do Rock In Rio, que termina no domingo (22). Cerca de 65% do público tem até 34 anos, segundo o festival. Assim, na prática, parcela expressiva do público é de “millennials”, nascidos entre 1981 e meados de 1990. Embora mirem todas as faixas etárias, Seara, Chilli Beans, Prudential e Coca-Cola têm produtos, experiências e ativações para esses jovens adultos.

Não é de hoje que a marca de alimentos Seara mira esse público, disse Tannia Bruno, diretora da marketing da empresa que pertence ao grupo JBS. A Seara, que está em terceira edição como patrocinadora do Rock In Rio, acompanha perfis de consumo para mensurar que produtos e serviços querem diferentes gerações, afirmou. Nas pesquisas, é percebido que ‘millennials’ são mais abertos a novidades. “Fazer com que essa jornada de consumo e de interação com a marca aconteça, não apenas no ponto de venda, mas fora também, é relevante para se manter importante para essa geração”, completou.

30%
é a expansão de vendas da Chilli Beans

Para a diretora, o ambiente de festivais de música é propício para fomentar esse tipo de estratégia. “Um público super característico que passa pelo Rock in Rio são os ‘millennials’ certamente, essa faixa de 35 a 39 anos, 40 anos, e que são hoje 23% da população. É quase um quarto da população brasileira, e é superconsumidora.”

Assim, a Seara triplicou investimento em marketing na edição de 2024, ante às duas edições anteriores (que haviam recebido valores praticamente iguais). A empresa não revela quanto investiu. Mas, a parceria, entre empresa e festival, parece ter rendido frutos, segundo Bruno. “No primeiro ano [no Rock In Rio] vendemos mais ou menos 11 toneladas de produtos. Nós estamos vendendo [em 2024, no festival] quase 50 toneladas”, disse.

A Seara não é a única a prever o retorno de investimentos. A marca de óculos e acessórios Chilli Beans espera faturar R$ 1 milhão na loja que instalou no evento, 30% a mais que no festival anterior, informou Caito Maia, fundador da companhia. Embora a empresa, assim como Seara, não revele valores de investimento no Rock in Rio, a parceria parece estar dando resultado positivo. Essa é sétima participação seguida da Chilli Beans, no evento, disse Maia.

O empresário reconhece a força dos ‘millennials’ em consumo e em público de festivais, como o Rock In Rio, mas vai além. “Temos que entender todas as safras de gerações para nos posicionarmos”, afirmou. “E, graças a Deus, os ‘millennials’ estão muito junto com a gente”, disse.

A atratividade do evento faz com que o empresário não descarte novas parcerias, nos próximos festivais.

A seguradora Prudential do Brasil, pela terceira vez patrocinadora, também permanece atenta a novas oportunidades relacionadas ao Rock In Rio. “Desde que a Prudential se associou ao Rock in Rio, observamos que a marca ficou muito mais conhecida”, disse diretora de marketing da empresa Fernanda Riezemberg. Esse maior conhecimento, da marca, foi expressivo entre jovens, e na base de clientes.

De 2022 a 2023, a faixa etária de clientes entre 20 e 29 anos cresceu 7% dentro da companhia, disse. “Entendemos que o festival amplia visibilidade da marca e dos nossos produtos e, por isso, queremos conversar desde cedo com esse público que é o nosso consumidor do futuro”, concluiu.

Atrair visibilidade é algo que a Coca-Cola conhece bem. Também sem revelar valor de investimento no evento, a empresa é patrocinadora pela oitava vez. E a companhia levou em consideração o perfil do público, na decisão de voltar como parceira, afirmou Ted Ketterer, chefe de marketing da Coca-Cola Brasil. “E a presença dos ‘millennials’ como parte significativa do público foi, sem dúvida, fator importante em nossa decisão” disse. “No entanto, o mais relevante é que o festival tem público muito abrangente e diversificado, que busca inovar constantemente para continuar atraindo os ‘millennials’, mas também conquistar a Geração Z, que é cada vez mais importante para a marca”, disse o executivo.

“É quase um quarto da população brasileira e é superconsumidora”
Tannia Bruno

DIVULGAÇÃO

Tannia Bruno, diretora da Seara, projeta vender 50 toneladas no festival

Música e dança geram energia limpa

Do Rio

Boa parte do público “millennial” tem se preocupado cada vez mais em consumir produtos e serviços de empresas que tenham a sustentabilidade em suas diretrizes. Uma das companhias a não perder esse tema de vista é a Coca-Cola, que promove no festival de música Rock In Rio, que termina neste domingo (22), uma ação de marketing nesse sentido. A empresa montou um mini estúdio no festival, 100% apoiado em sistemas de energia limpa.

O “Coke Studio” conta com pista de dança cinética, que transforma o movimento e o tempo de dança dos participantes em energia. A chamada “ecopista” funciona com o apoio da empresa de energia Neoenergia.

“Os ‘millennials’ e a geração Z [também jovens adultos, nascidos entre 1995 e 2010] são a nossa base de comunicação e eles nos dizem que sustentabilidade importa muito”, afirmou Katielle Haffner, diretora de Relações Corporativas e ESG para Brasil e Cone Sul da Coca-Cola. “Então, para além da agenda corporativa, das metas que a gente tem como empresa, a gente tem aqui uma possibilidade de se conectar com esse público jovem e falar de sustentabilidade de um jeito mais ‘fun’, mais divertido, de uma forma que entretenha”, completou Haffner.

Hugo Nunes, diretor da Neoenergia, observou que “a música tem um enorme poder transformador, e sabemos de sua capacidade de influência junto ao público jovem e à sociedade em geral”. *(AS)*

Após dois anos, Burger King reverte vitória da Ajinomoto no Conar

Campanha

Luana Dandara
De São Paulo

Uma campanha da rede de “fast food” Burger King veiculada entre fevereiro e março de 2022, que destacava a retirada de conservantes e aromatizantes de seus produtos, teve seu desfecho revertido no Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) no último dia 11 de setembro.

A ação publicitária, criada pela agência David, falava sobre a eliminação de “ingredientes desnecessários” e fazia comparações sobre aditivos, incluindo o glutamato monossódico, amplamente utilizado na indústria alimentícia.

A Ajinomoto, fabricante de temperos com glutamato monossódico, entrou com uma contestação à publicidade em fevereiro de 2022 no Conar, alegando que o composto estava sendo depreciado de modo equivocado. Em abril de 2022, o Conar deu razão à Ajinomoto. Determinou que a rede de “fast food” mudasse a campanha para remover o termo questionado. Na época, o anúncio já havia saído do ar.

Mesmo assim, o Burger King, representado pelo escritório de advocacia Mannrich e Vasconcelos, entrou com recurso e, mais de dois anos depois, conseguiu reverter o resultado de forma unânime. A conclusão do Conar foi de que a publicidade não desqualificava a Ajinomoto ou seus produtos, uma vez que a empresa não foi mencionada diretamente, e que comunicava adequadamente a melhoria dos alimentos oferecidos.

“Embora o processo tenha sido mais demorado do que o habitual, essa decisão é crucial, pois dá aval ao Burger King para criar novas campanhas sobre alimentação saudável e reconhece os esforços da indústria de fast food em promover opções mais saudáveis”, afirmou o sócio do escritório responsável pela ação, Marco Antonio Sabino.

Em nota, a Ajinomoto do Brasil reiterou que o glutamato monossódico é uma substância aprovada nacionalmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e internacionalmente por órgãos como a Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos, e o Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives (JECFA), comitê internacional conjunto da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A Zamp, dona do Burger King no Brasil, informou que “temos o objetivo de remover 100% dos aditivos artificiais (conservantes, corantes e aromatizantes) dos produtos Burger King e Popeyes até 2025”.

2025
é quando o BK elimina 100% dos aditivos

Tecnologia Rede social já protocolou uma petição nos autos dizendo que vai indicar um representante legal no país em breve

Manobra do X gera multa de R$ 5 milhões por dia

Daniela Braun e Flávia Maia
De São Paulo e Brasília

A manobra da rede social X ao contratar serviços que alteraram seus endereços de protocolos de internet (IP, na sigla em inglês) e acabaram furando o bloqueio à plataforma no Brasil, se refletiu em uma nova multa diária de R$ 5 milhões para as empresas do bilionário Elon Musk.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), impôs a multa diária ao X e à empresa de acesso à internet via satélite Starlink porque a rede social burlou o bloqueio imposto à plataforma desde 30 de agosto. O bloqueio foi determinado por descumprimento de ordens judiciais ao X e por não ter representante legal no país. A rede social é investigada por abrigar perfis que disseminam conteúdo antidemocrático.

A nova multa foi determinada pelo STF na noite desta quarta-feira (18), após usuários brasileiros relatarem que conseguiram acesso à rede social.

A brecha no bloqueio ocorreu após o X contratar serviços de "proxy reverso" das empresas Cloudflare, Fastly e Edgeuno, que alteraram os endereços IPs (protocolos de internet) bloqueados. Tais serviços criam endereços IP intermediários, como uma camada de segurança ao endereço final.

Na decisão proferida ontem, Moraes cita um post de Musk, no X — "Qualquer magia suficientemente avançada é indistinguível da tecnologia" — como uma provocação ao STF.

"Não há, portanto, dúvidas de que a plataforma X — sob o comando direto de Elon Musk —, novamente, pretende desrespeitar o Poder Judiciário brasileiro, pois a Anatel identificou a estratégia utilizada para desobedecer a ordem judicial proferida nos autos, inclusive com a sugestão das providências a serem adotadas para a manutenção da suspensão", disse o ministro do STF.

O X se manifestou em um post argumentando que os acessos dos brasileiros à rede social foram um reflexo involuntário de uma alteração nos provedores de rede da empresa.

"Quando o X foi encerrado no Brasil, nossa infraestrutura para prover serviços à América Latina não estava mais acessível à nossa equipe. Para continuar a oferecer um serviço ideal aos nossos usuários, alteramos os provedores de rede. Esta mudança resultou em uma restauração inadvertida e temporária dos serviços aos usuários brasileiros", disse a área de relações governamentais do X.

"Embora esperemos que a plataforma fique inacessível em breve, seguimos nossos esforços para trabalhar com o governo brasileiro e retornar muito em breve ao povo do Brasil", completou a empresa.

O STF já cobrou multas anteriores das empresas de Musk. No dia 11, Moraes determinou a transferência de R$ 18,35 milhões bloqueados em contas das empresas X Brasil Internet e Starlink Brazil Serviços de Internet.

Quanto à falta de representação legal no país, o advogado Sérgio Rosenthal, do escritório Rosenthal Advogados, disse ao **Valor** que já protocolou uma petição nos autos dizendo que a empresa vai indicar um representante legal no país em breve.

Moraes determinou, na tarde desta quinta-feira (19), que os advogados André Zonaro Giacchetta, do Pinheiro Neto, e Rosenthal, comprovem em 24 horas a regularidade do contrato para atuar na defesa da rede social X nos processos na Corte. Para Moraes, enquanto não houver comprovação de que a contratação se deu por um representante legal do X no país, os advogados não podem ser constituídos.

O termo "voltou" foi um dos assuntos mais comentados no X entre os brasileiros que acessaram a rede social temporariamente. Políticos de direita, inclusive, o ex-presidente Jair Bolsonaro, comemoraram a burla à decisão do STF.

Usuários que estão driblando o acesso ao X durante o bloqueio usando recursos como serviços de redes virtuais privadas (VPNs, na sigla em inglês) também estão na mira da Polícia Federal e serão investigados a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A determinação de Moraes prevê que a PF monitore os casos que chama de "extremados" do uso da rede X, conforme trechos da decisão aos quais o **Valor** teve acesso. "A Polícia Federal proceda ao monitoramento de casos extremados do uso do 'X', para que, identificado o usuário, seja, em um primeiro momento, notificado da decisão desta Suprema Corte que suspendeu a referida plataforma, dando margem a que, mantido ou reiterado o comportamento, a multa seja aplicada", afirma Moraes na determinação.

A multa é de R$ 50 mil por dia, conforme prevê a decisão do ministro Moraes validada pela Primeira Turma do Supremo.

Identificar quem acessou o X no Brasil usando VPNs é uma tarefa complexa para a polícia. "Seria um trabalho imenso analisar e varrer as postagens a partir da data do bloqueio e a partir dela chegar no usuário", avalia a advogada especialista em direito digital e presidente do Peck Advogados, Patricia Peck. "Este caminho também pode ocorrer pela análise de acessos. E juntando ambas [postagens e acessos] buscar uma prova inequívoca de violação", nota Peck.

O X voltou a ser bloqueado no Brasil nesta quinta-feira, contando com a colaboração da Cloudflare, uma das principais fornecedoras de serviços de "proxy reverso" do mundo. No fim da tarde, entretanto, ao testar os novos endereços IP que deveriam ser bloqueados, provedores identificaram que o próprio X desabilitou os serviços das empresas de "proxy reverso" no Brasil. "O próprio X se colocou na configuração anterior então o bloqueio daquele caminho não faria mais diferença", disse o conselheiro da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), Basílio Perez.

> "A Polícia Federal proceda ao monitoramento de casos extremados"
> *Alexandre de Moraes*

GUSTAVO MORENO/STF



Moraes, do STF: 'A plataforma X pretende desrespeitar o Poder Judiciário'

Axel Springer e KKR têm acordo de € 13,6 bilhões

Mídia

Laura Pitel e Ivan Levingston
Financial Times, de Berlim e Londres

A Axel Springer, dona do site Politico, e o grupo de private equity KKR fecharam um acordo de € 13,6 bilhões para desmembrar a empresa, separando o lucrativo negócio de publicidade da divisão de mídia.

Com isso, os altos executivos da Axel Springer estão perto de receber bônus enormes. Se os € 13,6 bilhões forem confirmados, mais de 100 executivos de alto escalão receberão 8,6 vezes o valor que investiram na empresa desde 2021, quando o esquema atual foi acertado, segundo fontes .

Com a divisão, o negócio de anúncios classificados, que inclui a plataforma de empregos StepStone e a unidade de anúncios imobiliários Aviv, está avaliado em € 10 bilhões.

A divisão de meios de comunicação, proprietária dos jornais alemães "Bild" e "Die Welt", bem como dos sites de notícias norte-americanos Politico e Insider, está avaliada em € 3,5 bilhões, segundo pessoas próximas do negócio.

A KKR sairá da divisão de mídia, permitindo que Mathias Döpfner, executivo-chefe (CEO) de Axel Springer, de 61 anos e um de seus maiores acionistas, consolide seu controle sobre o novo negócio e prossiga suas ambições de expansão na mídia de língua inglesa. Ele e Friede Springer, viúva do fundador da empresa, deterão juntos cerca de 98% da divisão de mídia.

A KKR e seu parceiro, o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), se tornarão os proprietários majoritários do negócio de classificados.

€ 10 bi
é o valor do negócio de publicidade

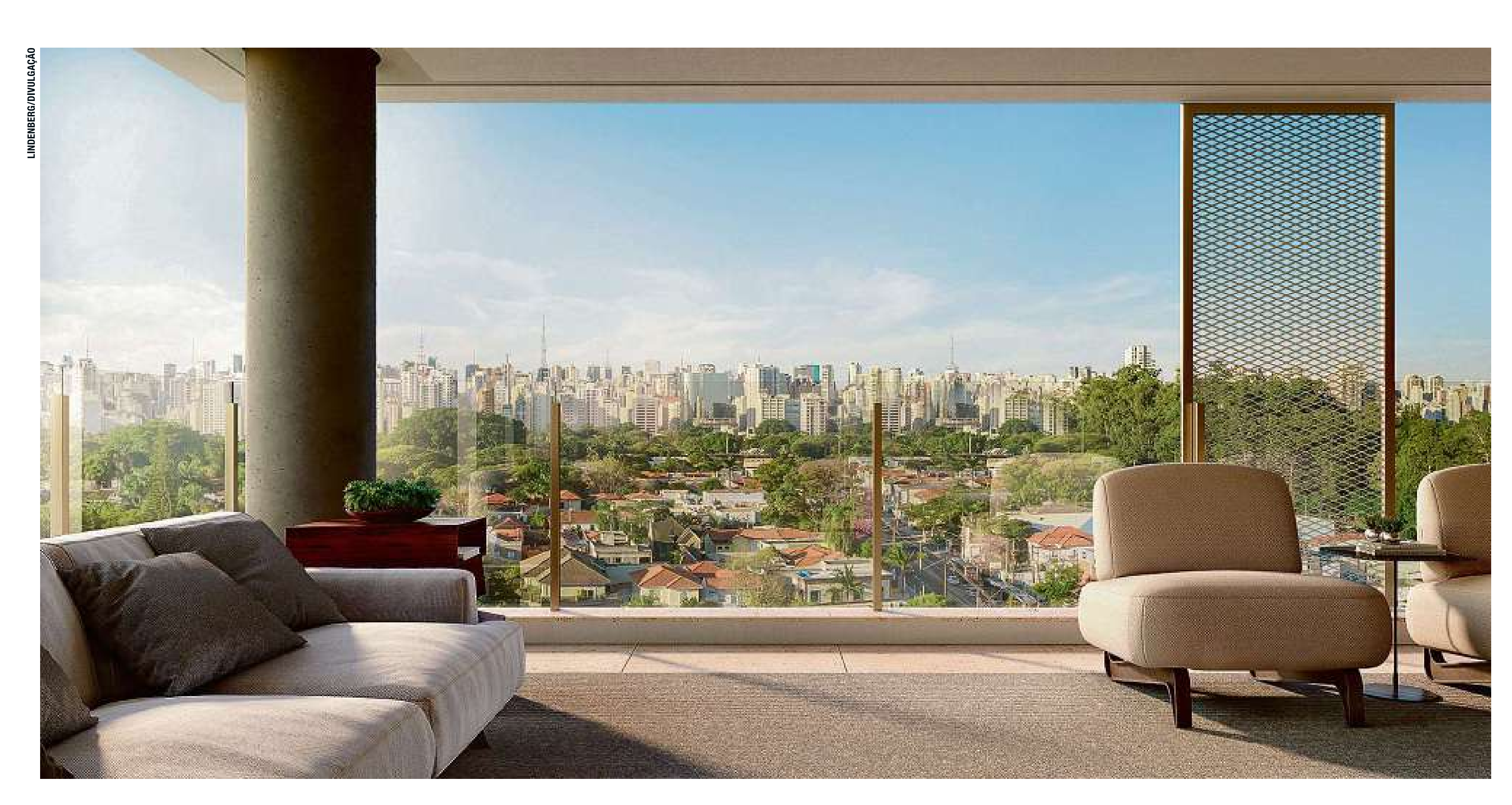
Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração. 1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de agosto de 2024, às 10 horas, os membros do Conselho de Administração da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") se reuniram, na forma do parágrafo 5º do artigo 12 do Estatuto Social, por teleconferência. **2. Convocação e Presenças**: Dispensada a convocação, face à presença da totalidade dos Conselheiros. **3. Mesa**: Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. **4. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, aprovar: **4.1.** A realização da 22ª (vigésima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em três séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), que terão as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas no "*Instrumento Particular de Escritura da 22ª (Vigésima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Três Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial*", a ser celebrada entre a Companhia e o agente fiduciário da Emissão ("Escritura de Emissão"): **(i) Número da Emissão**: a Emissão constitui a 22ª (vigésima segunda) emissão de debêntures da Companhia; **(ii) Valor Total da Emissão**: o valor total da Emissão será de até R$ 1.875.000.000,00 (um bilhão e oitocentos e setenta e cinco milhões de reais), conforme previsto na Cláusula 6.2.6.3 do Plano de Recuperação Judicial, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(iii) Número de Séries**: a Emissão será realizada em três séries ("Primeira Série", "Segunda Série" e "Terceira Série", cada uma, individualmente "Série" e, em conjunto, "Séries"); **(iv) Destinação de Recursos**: as Debêntures serão integralizadas mediante a entrega das debêntures da 21ª (vigésima primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em quatro séries, da Companhia ("Debêntures Privadas"), e de Créditos Quirografários - Opção II (conforme definido abaixo), sem captação de novos recursos, visando o cumprimento do plano de recuperação judicial da Companhia homologado pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Plano de Recuperação Judicial") conforme decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 27 de fevereiro de 2024, no âmbito do processo de recuperação judicial nº 0803087-20.2023.8.19.0001 ("Recuperação Judicial"); **(v) Preço e Forma de Subscrição e Integralização**: As Debêntures serão subscritas pelos Debenturistas e integralizadas no mercado primário à vista, no ato da subscrição, por meio da transferência, (i) pelos titulares das Debêntures Privadas, de suas respectivas Debêntures Privadas; e (ii) pelos Credores Quirografários Opção II que por qualquer razão não puderam receber em pagamento, na forma do Plano de Recuperação Judicial, as Debêntures Privadas, com os Saldos Créditos Quirografários Opção II – Pós Leilão Reverso (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial), na Data de Integralização ("Créditos Quirografários – Opção II"). Referida transferência será realizada por meio de "dação em pagamento", por cada Debenturista e titulares de Saldos Créditos Quirografários Opção II – Pós Leilão Reverso em qualquer Dia Útil durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160 ("Período de Distribuição"), nos termos do Plano de Distribuição (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), de acordo com as regras e procedimentos determinados pela B3 e pelo Escriturador ("Primeira Data de Integralização"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em qualquer data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização de Debêntures da mesma Série, o preço de integralização considerará o Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Unitário Atualizado da respectiva Série (conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva Série, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva Série até a data da efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 e dentro do período de distribuição; **(vi) Data de Emissão**: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(vii) Data de Início da Rentabilidade**: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures de cada Série será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Início da Rentabilidade"); **(viii) Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(ix) Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória adicional. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, uma vez formalizados e registrados os Contratos de Garantia perante os Cartórios Competentes – Garantia Real pertinentes, bem como a averbação dos ônus nos respectivos livros de ações nominativas, conforme aplicável; **(x) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures**: As Debêntures serão emitidas sob forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(i) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante do seu resgate antecipado ou vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão e/ou do Plano de Recuperação Judicial, (i) as Debêntures da Primeira Série terão vencimento em 26 de julho de 2028 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série terão vencimento em 26 de julho de 2029 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e "Data de Vencimento da Terceira Série", respectivamente e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, a "Data de Vencimento"); **(ii) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Debêntures de cada Série será aquele previsto na Escritura de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(iii) Quantidade de Debêntures**: serão emitidas as quantidades previstas na Escritura de Emissão de (i) Debêntures da Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"); e (iii) Debêntures da Terceira Série ("Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, as "Debêntures"); **(iv) Depósito para Distribuição e Negociação:** as Debêntures deverão ser depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sendo a distribuição liquidada por meio da B3, observado que as subscrições e integralizações por cada Debenturista (conforme definido na Escritura de Emissão) será realizada sem movimentação financeira, por meio de "dação em pagamento", observados os procedimentos determinados pela B3 e/ou pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme o caso; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(v) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e dos artigos 25 e 26, inciso XIV, da Resolução CVM 160, sob regime de melhores esforços de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, Sob o Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Três Séries, da 22ª (Vigésima Segunda) Emissão das Americanas S.A. – em Recuperação Judicial*" a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores com a interveniência e anuência da Garantidora (conforme definido abaixo) ("Contrato de Distribuição"); **(vi) Garantia Real**: Em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia em razão das Debêntures, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento de todo e qualquer valor devido pela Companhia em razão das Debêntures, incluindo o Valor Nominal Unitário (para as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série) ou o Valor Nominal Unitário Atualizado (para as Debêntures da Terceira Série), ou o saldo do Valor Nominal Unitário (para as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série) ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado (para as Debêntures da Terceira Série), os Juros Remuneratórios, todos os Encargos Moratórios das Debêntures, o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios, multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, impostos, taxas, honorários advocatícios e de sucumbência, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todos os eventuais tributos, custos e despesas devidos pela Companhia com relação às Debêntures e à excussão da Garantia Real, incluindo gastos com honorários advocatícios razoáveis, obrigações relativas à B3, ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante e Escriturador, incluindo, mas não se limitando, suas remunerações, reembolsos, multas, perdas, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciárias ou extrajudiciais ("Obrigações Garantidas"), a Companhia constituirá, em favor dos titulares das Debêntures, (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da SPE Uni.Co (conforme definido abaixo) detidas pela Companhia ("Ações SPE Uni.Co" e "Garantia Real Uni.Co", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*", celebrado entre a Companhia, SPE Uni.Co e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantia Uni.Co"); e (ii) no Prazo de Constituição da Garantia Real HNT, desde que verificada a Condição Suspensiva Garantia Real HNT, alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da SPE HNT (conforme definido abaixo) ou sobre a parcela das ações de emissão da SPE HNT que não tiver sido alienada, detidas pela Companhia à época da constituição da referida alienação fiduciária, que em qualquer caso deverá(ão) compreender todos os Pontos Comerciais HNT porventura não alienados na forma do Plano de Recuperação Judicial ("Ações SPE HNT" e, em conjunto com as Ações SPE Uni.Co, as "Ações SPEs"; e "Garantia Real HNT" e, em conjunto com a Garantia Real Uni.Co, a "Garantia Real", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, a SPE HNT e o Agente Fiduciário na forma da minuta prevista no Anexo I à Escritura de Emissão (o "Contrato de Garantia HNT" e, em conjunto com o Contrato de Garantia Uni.Co, os "Contratos de Garantia"); **(vii) Garantia Fidejussória**: Em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a ST IMPORTAÇÕES LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade limitada, com sede na ROD SC 281, Galpão 1 e 2, Picada do Sul, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.867.220/0001-42, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42202604556 ("ST" ou "Garantidora") prestará, por meio da assinatura da Escritura de Emissão, garantia fidejussória na modalidade fiança, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsáveis com a Companhia, pelo valor total das Obrigações Garantidas, nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e renunciando expressamente aos benefícios previstos nos termos dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), conforme alterados ("Fiança ST"); **(viii) Classificação de Risco**: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* à Debêntures; **(ix) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("Local de Pagamento"); **(x) Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso: (a) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não serão atualizados monetariamente; e (b) das Debêntures da Terceira Série serão atualizados monetariamente pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de Dólares dos Estados Unidos da América, disponível no Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, por meio do Sistema PTAX, conforme divulgada na página do Banco Central na rede mundial de computadores (https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes), na opção "Cotações e Boletins - Cotações de fechamento de todas as moedas em uma data", que será utilizada com 4 (quatro) casas decimais, de 1 (um) Dia Útil imediatamente anterior à data de referência ("Taxa Cambial"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Taxa Cambial ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **(xi) Juros Remuneratórios**: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (i) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, incidirão em cada Período de Capitalização, nos termos da Escritura de Emissão, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 128% (cento e vinte oito por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI" e "Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série", respectivamente) e serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e (ii) das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão em cada Período de Capitalização, nos termos da Escritura de Emissão, juros remuneratórios correspondentes a 8,35% (oito inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, "Juros Remuneratórios") e serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **(xii) Periodicidade de Amortização do Valor Nominal Unitário:** ressalvadas as hipóteses de amortização extraordinária, prevista na Escritura de Emissão, ou de liquidação antecipada das Debêntures resultante do seu resgate antecipado ou vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão e/ou do Plano de Recuperação Judicial, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (para as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série) ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (para as Debêntures da Terceira Série), será integralmente amortizado da seguinte forma: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série; (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, em uma única parcela, na Data de Vencimento da Segunda Série; e (iii) em relação às Debêntures da Terceira Série, em uma única parcela, na Data de Vencimento da Terceira Série; **(xiii) Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e amortização extraordinária, previstas na Escritura de Emissão, e vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão, os valores relativos aos Juros Remuneratórios de cada Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, trimestralmente e, sempre nas datas previstas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas de pagamento, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série"); e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, trimestralmente e, sempre nas datas previstas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas de pagamento, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série" ou "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série", conforme o caso, e, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, as "Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios"); **(xiv) Vencimento Antecipado**: as titulares das Debêntures e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, observado o disposto na Escritura de Emissão, deverão, em caso de hipótese de vencimento antecipado automático, ou poderão, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas em caso de hipótese de vencimento antecipado não automático, e respeitados os prazos de cura, quando aplicáveis, declarar ou considerar, respectivamente, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), no caso das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, ou do Valor Nominal Unitário Atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso), no caso das Debêntures da Terceira Série, acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva Série, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do efetivo pagamento, e dos demais Encargos Moratórios devidos nos termos da Escritura de Emissão, fora do âmbito B3, observado o disposto na Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, nos termos da Escritura, na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado previstos na versão final da Escritura de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"), sendo certo que tais Eventos de Vencimento Antecipado, prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais eventos foram negociados e serão definidos pela Diretoria da Companhia na Escritura de Emissão, bem como se tais eventos são eventos de vencimento automático ou não automático; **(xv) Resgate Antecipado Facultativo Total**: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem a incidência de nenhuma penalidade, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, sendo que as Debêntures da Primeira Série somente poderão ser resgatadas na sua totalidade, e as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série somente poderão ser resgatadas, em conjunto e na sua totalidade ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo certo ainda que o Resgate Antecipado Facultativo, caso realizado, deverá respeitar, obrigatoriamente, a ordem de prioridade entre as Séries, só podendo ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série após realizado o Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures da Primeira Série, ou a liquidação integral do saldo devedor das Debêntures da Primeira Série, o que ocorrer primeiro. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário (para as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série), Valor Nominal Unitário Atualizado (para as Debêntures da Terceira Série), saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (para as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série) ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (para as Debêntures da Terceira Série), conforme o caso, da respectiva Série a serem resgatadas, acrescido (b) dos Juros Remuneratórios da respectiva Série e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da respectiva Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo; **(xvi) Amortização Extraordinária Facultativa**: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, sem a necessidade de qualquer aprovação adicional pelos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas ("Amortização Extraordinária Facultativa"), sendo certo que **(i)** a Amortização Extraordinária Facultativa, caso realizada, deverá respeitar, obrigatoriamente, a ordem de prioridade entre as Séries, só podendo ocorrer a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, de forma *pro rata* entre ambas as Séries, após realizado o Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures da Primeira Série, ou a liquidação integral do saldo devedor das Debêntures da Primeira Série, o que ocorrer primeiro; e **(ii)** uma vez realizado o Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures da Primeira Série ou a liquidação integral das Debêntures da Primeira Série, o que ocorrer primeiro, não haverá prioridade de Amortização Extraordinária Facultativa entre as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série, uma vez que a eventual Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série será realizada juntamente com a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Terceira Série, de forma *pro rata* entre as respectivas Séries. O valor correspondente ao pagamento será (1) no caso das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados conforme previsto na Escritura de Emissão ou (2) no caso das Debêntures da Terceira Série, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva Série, calculados conforme previsto na Escritura de Emissão; **(xvii) Resgate Antecipado Obrigatório Total e Amortização Extraordinária Obrigatória**: Nos termos do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia, exceto na hipótese do item (iv) abaixo, destinará ao Agente Fiduciário no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento dos respectivos recursos, os quais serão depositados na Conta de Pagamentos M&A (conforme definição na Escritura de Emissão) (ou outra conta indicada pelo Agente Fiduciário da qual o mesmo seja titular ou beneficiário): **(i)** a totalidade do Valor Excedente Aumento de Capital Reestruturação (conforme definido na Escritura de Emissão); **(ii)** a totalidade do Excedente Recursos Recompra (conforme definido na Escritura de Emissão); **(iii)** eventual saldo dos Recursos Destinados à Recompra (conforme definido na Escritura de Emissão); bem como **(iv)** nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.1.1, 6.2.1.2, 6.2.1.3, 6.2.2 e 6.2.3 abaixo, a Receita Líquida de Eventos de Liquidez (conforme definido na Escritura de Emissão) resultante da alienação da totalidade ou de parte das UPIs Definidas e/ou de quaisquer Pontos Comerciais HNT, incluindo a remuneração de quaisquer recursos depositados na Conta de Pagamento M&A e, em todo caso, em montante equivalente a pelo menos os valores depositados pelo adquirente na Conta de Pagamento M&A (sendo os valores indicados no item (iv) referidos como "Valor Cash Sweep"), no montante necessário para o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório Total") ou para a amortização extraordinária das Debêntures emitidas e em circulação ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), conforme o caso, observado, em qualquer caso, a (a) prioridade das Debêntures da Primeira Série em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, de forma pro rata; bem como (b) o limite do valor total da Emissão. Para fins de clareza, (1) os valores previstos nos itens (i), (ii) e (iii) desta cláusula deverão sempre ser utilizados de forma prioritária aos recursos relativos ao Valor Cash Sweep; e (2) eventuais valores previstos nos itens (i), (ii) e (iii) desta cláusula que não sejam transferidos para o Agente Fiduciário em razão do limite do valor total das Debêntures já ter sido atingido, tais valores poderão ser utilizados pela Companhia, a seu exclusivo critério, para investimentos em suas atividades; **(xviii) Aquisição Facultativa**: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato ser noticiado ao mercado na mesma data da aquisição e, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com este item poderão, a critério da Companhia: ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia; ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures; **(xix) Repactuação Programada**: não haverá repactuação programada das Debêntures; **(xx) Encargos Moratórios**: sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, e observado ainda o disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento financeiro até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); **(xxi) Classificação de Risco**: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* à Debêntures; e **(xxii) Demais características**: As demais características da Oferta, da Emissão e das Debêntures serão descritas na Escritura de Emissão. **4.2.** Autorizar a constituição e outorga, pela Companhia, da Garantia Real em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas; **4.3.** Autorizar a outorga de fiança pela ST em benefício da Companhia em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão; **4.4.** Autorizar a Diretoria da Companhia a: (a) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta, inclusive no que se refere à contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e, dentre outros, dos seguintes prestadores de serviços: (i) os Coordenadores; (ii) assessores jurídicos; (iii) banco liquidante; (iv) escriturador; e (v) agente fiduciário; e (b) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e assinar os documentos necessários à efetivação da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantia, e todas as eventuais declarações, procurações, aditamentos, termos e anexos a tais documentos, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas; e **4.5.** Ratificar todos os atos relativos à Emissão e à Oferta que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos Conselheiros presentes: Eduardo Saggioro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Carlos Alberto da Veiga Sicupira, (Conselheiro), Paulo Alberto Lemann (Conselheiro), Cláudio Moniz Barreto Garcia (Conselheiro), Sidney Victor da Costa Breyer (Conselheiro Independente), Celio de Melo Almada Neto (Conselheiro Independente) e Vanessa Claro Lopes (Conselheira Independente). **Confere com o original lavrado em livro próprio.** Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024. **Fabio Fernandes Medeiros** - Secretário. JUCERJA n° 6453919 em 18/09/2024.

Imóveis de Valor

LINDENBERG/DIVULGAÇÃO



Embora longe dos recordistas Rio e Balneário Camboriú, a capital paulista deve observar alta no valor do metro quadrado de altíssimo padrão nos próximos anos

O mercado imobiliário paulistano parece distante do valor do metro quadrado praticado no Rio e em Balneário Camboriú, que supera a casa dos R$ 100 mil

São Paulo resiste ao 'clube dos R$ 100 mil'

Em meados de julho, a negociação de uma cobertura duplex em um empreendimento de luxo localizado em Balneário Camboriú (SC) ganhou as manchetes do noticiário nacional e, dessa vez, não foi por causa da altura do prédio, mas do valor do metro quadrado: R$ 131 mil.

O mesmo frisson já havia sido observado meses antes, no Rio de Janeiro, quando foi anunciado o último empreendimento à venda na orla do Leblon. No Tom Delfim Moreira, edifício ultraluxuoso da Gafisa, o metro quadrado chegou a R$ 134 mil.

Jardim Europa é exemplo de preços que romperam barreiras simbólicas do mercado e mantêm o viés de alta

ESQUEMA IMÓVEIS/DIVULGAÇÃO



Os dois casos inauguram no Brasil uma espécie de "clube dos R$ 100 mil": uma categoria de produtos novos e de altíssimo padrão que rompe o limite simbólico dos três dígitos no valor do metro quadrado e empurra a régua de preços para as alturas.

Mas o que também causa espanto nesse grupo tão exclusivo é a ausência de São Paulo. A cidade que tem o principal mercado imobiliário do país, palco de tendências que influenciam o setor nacionalmente, não registra lançamentos com valores acima dessa marca. Neste ano, o cume alcançado pelo metro quadrado de alto padrão na capital paulista ficou entre R$ 60 mil e R$ 70 mil. O que impede um avanço mais significativo?

GAFISA/DIVULGAÇÃO



Ultraexclusivo, apartamento no Edifício Tom Delfim Moreira, no Leblon, tem metro quadrado avaliado em R$ 134 mil

Para Marcello Romero, CEO da Bossa Nova, a extrema dificuldade na formação de terrenos para incorporação em bairros cobiçados define a questão no Rio. "Na Zona Sul carioca, é quase impossível compor uma área para o alto padrão sem ter que comprar um prédio para demolir e construir outro no lugar. O custo do terreno fica muito elevado, e isso acaba refletindo no valor do novo imóvel", analisa Romero.

Na comparação com São Paulo, o executivo aponta o surgimento de microrregiões de alto padrão dentro de bairros mais nobres como um dos fatores que mantêm os preços do metro quadrado em dois dígitos.

"São alternativas exploradas pelas incorporadoras para desenvolver produtos sem bancar o risco de demorar anos para montar uma área 'premium' no coração dos bairros. Ainda existem oportunidades assim na cidade", explica.

A questão geográfica também é apontada por Marco Túlio Vilela Lima, CEO da Esquema Imóveis, como um dos motivos para a defasagem de preços na comparação com Rio e Balneário. Para ele, a supervalorização do metro quadrado nos casos citados está diretamente ligada à escassez de lançamentos de frente para o mar, o que justificaria preços tão altos.

BNSIR/DIVULGAÇÃO



O valor do metro quadrado de altíssimo padrão deve continuar subindo na capital paulista nos próximos anos, mas o momento é de estabilidade

FG EMPREENDIMENTOS/DIVULGAÇÃO



Titanium Tower, em Balneário: cobertura duplex de 686 metros quadrados negociada por R$ 90 milhões

"São Paulo tem uma geografia diferente, com polos de alto padrão mais espalhados. Porém, em áreas como a região entre o Clube Pinheiros e o Parque do Povo, no Itaim, já vimos coberturas revendidas a preços similares", diz Lima.

BATEU NO TETO?

Outra hipótese seria uma certa indisposição do cliente de alta renda em pagar mais caro por imóveis de luxo em São Paulo. Mas essa versão divide opiniões no setor.

"De maneira geral, as pessoas estão assustadas com os altos preços praticados na cidade. Em parte, a estabilidade dos valores atuais reflete isso", afirma Romero, para quem o mercado teria chegado ao limite na capital.

"Poucos produtos conseguem ultrapassar a faixa de preços que já vem sendo praticada em bairros nobres. São somente aqueles projetos mais bem resolvidos quanto à localização, planta e lazer", diz.

Essa percepção demandaria mais "esgrima" nas negociações com os clientes, segundo ele, que, ainda assim, identifica um momento de forte aquecimento do segmento imobiliário AAA paulistano.

"Neste ano, houve aumento de 40% nas transações dos imóveis acima de R$ 3 milhões. Nas propriedades com valor entre R$ 10 milhões e R$ 15 milhões, o crescimento foi ainda maior: 56% na comparação com 2023", informa Romero.

Para Vilela Lima, como o mercado está com forte demanda, o topo de valores tende a ser superado ao longo do tempo. As operações da Esquema Imóveis, acrescenta ele, deverão crescer 50% em volume neste ano.

"O mercado vai testando o limite dos preços. Há uma década, isso ocorreu no Jardim Europa, quando o metro quadrado ultrapassou R$ 10 mil. Hoje, é vendido pelo dobro desse valor", recorda Lima.

A sensação é que o teto ainda não foi atingido no alto padrão da capital paulista, avalia Cyro Naufel, diretor Institucional do Grupo Lopes — pelo contrário.

"A revisão recente do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo tornou possível para as incorporadoras comprar terrenos antes inviáveis para construção, criando uma perspectiva de elevação no preço do metro quadrado nos novos lançamentos", afirma.

Para ele, o momento é favorável à compra no segmento AAA. "Com a aquisição de novos terrenos em bairros nobres, as incorporadoras já planejam seus lançamentos sob tendência de alta. Tudo indica que os preços subirão, portanto, é hora de decidir a compra."

Rio de Janeiro

O mercado da região vem atraindo compradores com empreendimentos que fogem do modelo tradicional dos condomínios de 'second home'

Originalidade marca projetos lançados na Serra Fluminense

Lazer, conforto e sofisticação em meio a belas paisagens já não são suficientes para seduzir os compradores de imóveis de alto padrão na Serra Fluminense. Endereço de casas de fins de semana, as chamadas "second home", a região vem recebendo projetos diferenciados e com propostas temáticas.

O mais novo deles é o Quinta Portuguesa, do Grupo Santinon, no pequeno município de Areal, que será lançado amanhã. A ideia é reproduzir a atmosfera do Vale do Douro, em Portugal, com características que remetem ao país lusitano tanto na arquitetura quanto no olival — cujo plantio já foi iniciado. "A expectativa é que em dois anos já seja possível produzir um azeite com rótulo da Quinta", diz Cláudio Leite, coordenador de Vendas do empreendimento.

CONSTRUTORA MAUAD/DIVULGAÇÃO

No Reserva Guinle, na serrana Teresópolis, a sede ficará em um casarão histórico de 1945, que passará por retrofit e será transformado em hotel-butique

CONSTRUTORA MAUAD/DIVULGAÇÃO

O condomínio terá ainda clube, restaurante de culinária típica portuguesa e loja com produtos lusitanos. "Já fomos procurados por portugueses radicados no Brasil interessados em comprar um terreno aqui", conta Leite. Serão 126 lotes com áreas de 500 a três mil metros quadrados, além de 21 casas já em construção.

Areal é a bola da vez da Região Serrana para sediar condomínios com traços característicos de países europeus — já existe um de perfil italiano. "Várias incorporadoras estão seguindo essa tendência. Areal vai ser uma espécie de região das nações", aposta Leite. A localização também é um diferencial: o município fica fora do eixo Petrópolis-Teresópolis, já próximo à divisa com Minas Gerais, atraindo também o público da Zona da Mata mineira.

Outro projeto que vem chamando atenção é o Fazendas Secretário, em Pedro do Rio, em Petrópolis, cujo conceito é o de condomínio hotel-fazenda, com propriedades rurais, horta, curral com vacas leiteiras e até uma queijaria. O complexo engloba cinco fazendas com vinícola, pousada, espaço para venda de produtos locais, supermercado, escola e universidade. "Os compradores já não veem as propriedades como casas de campo, mas como residências fixas, só que em um ambiente rural", diz Carlos Moreira, CEO do empreendimento.

São 230 lotes — dos quais 90 já vendidos — com áreas de 2,5 mil a 16 mil metros quadrados. A previsão é que, em julho de 2025, a infraestrutura esteja pronta para a construção das casas. O primeiro projeto será inaugurado em outubro e abrigará a pousada, o clube e o restaurante, além de uma fazendinha.

No Reserva Guinle, em Teresópolis, o diferencial é histórico — a propriedade foi o refúgio serrano da tradicional família Guinle. A sede, um casarão de 1945 projetado pelo arquiteto norte-americano Byron Simonson, passará por retrofit e será transformada em hotel-butique e restaurante. As cocheiras construídas no mesmo estilo formarão a Vila Toscana, com 22 lofts, todos já vendidos. O condomínio terá 135 unidades. Em 2025, a venda de casas e lotes entra na segunda fase. "Os lotes terão regras construtivas bastante rígidas", informa Felipe Mauad, sócio-fundador da Construtora Mauad, dona do empreendimento.

Uma peculiaridade do Reserva Guinle é, literalmente, de outra natureza: o terreno, com 300 mil metros quadrados, inclui um trecho de Mata Atlântica, que integra o Parque Municipal Montanhas de Teresópolis e um jardim inglês, com grandes árvores em meio a um extenso gramado. "É uma área muito bonita, que estamos preservando e valorizando ao máximo. A ideia é criar um ambiente harmônico, de modo que o casarão e o jardim continuem em destaque", diz Mauad.

FOTOS DE NOVASTUDIO/DIVULGAÇÃO



O Fazendas Secretário, em Pedro do Rio, reúne cinco propriedades rurais, uma delas com pousada e restaurante

GRUPO SANTINON/DIVULGAÇÃO



GRUPO SANTINON/DIVULGAÇÃO



O principal diferencial do Quinta Portuguesa, em Areal, é o olival. A produção de azeite no local deve ser iniciada em dois anos



G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | **CONTATO COMERCIAL RJ:** Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | **DEMAIS REGIÕES:** ana.lima@edglobo.com.br | **SUGESTÕES DE PAUTA:** imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

VW Conhecemos três versões emblemáticas dos ícones, que somaram mais de 10 milhões de unidades

Gol, Fusca e Kombi, um trio de campeões

André Schaun
Da Autoesporte

A década de 1950 foi um período de transição na história do Brasil. Começou de forma trágica com a derrota do Brasil por 2 a 1 contra o Uruguai na final da Copa do Mundo no Maracanã, com 200 mil torcedores. Dois meses depois, em setembro, foi inaugurada a primeira emissora de televisão do país, a TV Tupi, revolucionando a comunicação e o jornalismo. Em 1951, Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Brasil e criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial para montadoras se instalarem no país em troca de incentivos fiscais.

A partir daí, chegou a Volkswagen, em 1953, abrindo seu primeiro galpão no bairro do Ipiranga, em São Paulo, para montar a Kombi e o Fusca. Em 1980, a televisão já tinha imagens coloridas, a seleção já era tricampeã de futebol e o esporte mais amado do país inspirava o nome de um novo carro: Gol. Juntos, Kombi, Fusca e Gol venderam mais de 10 milhões de unidades no Brasil. “Autoesporte” foi até o acervo da Volkswagen relembrar a história e dirigir versões emblemáticas de três dos projetos mais bem-sucedidos da indústria automotiva nacional.

Foi em 23 de março de 1953, na Rua do Manifesto, 1.183, bairro do Ipiranga, que a Volkswagen abriu seu primeiro galpão com apenas 12 funcionários para montar a Kombinationsfahrzeug e o Sedan. Não houve um erro de digitação. Esse nome com 20 letras é como a nossa Kombi é chamada na Alemanha.

Em português, significa algo como “veículo de uso combinado”. O Sedan era o Fusca. A dupla só recebeu os nomes que conhecemos já aqui, no Brasil. Depois de 500 unidades feitas no galpão, que cresceu do decorrer dos anos, em 2 de setembro de 1957 a Kombi inaugurou as linhas de produção da fábrica de São Bernardo do Campo (SP), tornando-se o primeiro veículo da Volkswagen produzido fora da Alemanha.

A versão brasileira foi lançada com o mesmo motor de quatro cilindros contrapostos (boxer) de 1.200 cm³ refrigerado a ar, de 30 cv de potência e 7,7 kgfm de torque. O câmbio era manual de quatro marchas. Menos de quatro anos depois, em 1961, chegava a opção com seis portas, nas versões luxo e padrão, com a incrível nacionalização de 95% das peças.

A carroceria picape surgiu em 1967, já com motor de 1.500 cm³ e 52 cv. Em 1975, a Kombi foi reestilizada e teve a capacidade do motor ampliada para 1.600 cm³, com 58 cv. Três anos mais tarde, esse motor ganhou dupla carburação e a potência subiu para 65 cv. Os anos passaram e a Kombi começou a fazer parte da vida dos brasileiros com sua versatilidade e as diferentes carrocerias. Virou veículo de polícia, dos bombeiros, de ambulância, da Telesp, do transporte escolar, dos feirantes e trabalhadores brasileiros em todos os cantos.

DIVULGAÇÃO



O Fusca só chegou à linha de montagem da fábrica de São Bernardo, no ABC paulista, em 3 de janeiro de 1959, e por muito tempo foi chamado de “sedan”

> Em outubro de 1986, a primeira fase do Fusca terminou no Brasil; mas ele voltaria em agosto de 1993

Em mais uma reportagem do especial de 60 anos, “Autoesporte” conheceu uma das variantes mais icônicas da van: a Kombi “corujinha”, que ficou eternizada pelos viajantes e pelo movimento hippie. A unidade que dirigimos, com uma pintura chamada saia-e-blusa (vermelho e branco), é de 1961 e foi comprada de um colecionador para ser restaurada com processos originais na fábrica de São Bernardo.

Essa Kombi tinha o motor 1.200 de 33 cv, que foi trocado pelo 1.600 de 58 cv no restauro. No interior, estofamento impecável de couro branco e teto forrado com tecido do mesmo tom. E, como um item de série comum na época, tem um cinzeiro para os passageiros de trás e outro para os da frente.

Sento no confortável banco do motorista e levanto o vidro retrátil do para-brisa para dar uma rápida volta dentro da fábrica tomando vento no rosto.

A postura para dirigir é desconfortável. As pernas ficam ajeitadas de forma estranha para sincronizar os pés nos pedais. O enorme volante tem inclinação de quase 90 graus e os movimentos exigem força. Os engates das marchas precisam de um pouquinho de prática. Nada que alguns minutos não resolvam. Imediatamente, a Kombi vira atração nos perímetros da fábrica.

O sorriso das pessoas e os registros de imagens com celulares indicam que muitas memórias são desbloqueadas ao ver uma Kombi passar. Não é para menos: daquele distante março de 1953 até o ponto final, em 19 de dezembro de 2013, foram mais de 60 anos de Kombi no Brasil, sendo 56 anos consecutivos de produção (ao todo, 1,5 milhão de exemplares foram montados). Mas muitos sorrisos e registros ainda viriam com outro item do museu — afinal, não dá para falar de Kombi sem falar de Fusca.

A história da dupla começou junto. Porém, o Fusca só chegou à linha de montagem da fábrica no ABC paulista em 3 de janeiro de 1959. Durante o período em que o Fusca foi chamado de Sedan, todas as versões tinham motor de quatro cilindros refrigerado a ar e câmbio manual de quatro marchas com tração traseira. Primeiro, o motor passou de 1.200 cm³ com 33 cv para 1.300 cm³ com 45 cv, a partir de 1967. Em seguida, foi a vez de chegar a versão de 1.500 cm³, com 52 cv, em 1970.

Tal qual a Kombi, o Fusca serviu autoridades e órgãos públicos, invadiu os lares das famílias brasileiras e virou figura carimbada na televisão, na música, no cinema e no futebol.

Em 31 de outubro de 1986, a primeira fase do Fusca terminou no Brasil, depois de 37 anos de produção. O carro retornou às linhas em 23 de agosto de 1993. “Autoesporte” conheceu a primeira unidade a sair de fábrica, o famoso “Fusca Itamar”. Para incentivar a compra de carros populares, na época o governo reduziu de 20% para 0,1% o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) dos carros com motor 1.0. Querendo muito a volta do Fusca, o então presidente, Itamar Franco, reduziu também o IPI para veículos com motores até 1.6 refrigerados a ar e abastecidos com álcool.

Para ressuscitar o Fusca, a Volks contratou 800 funcionários e investiu US$ 30 milhões na compra de parte do maquinário que havia vendido anos antes. O “sedã” também foi modernizado para atender às novas legislações da época: passou a ter itens como freios a disco nas rodas da frente, catalisador, suspensão com barras estabilizadoras e mudou o sistema de escapamento.

A posição no banco do motorista com o corpo projetado para trás é um clássico do Fusca. O motor 1.6 de 59 cv e 11,9 kgfm dá um fôlego surpreendente. As trocas de marchas têm engates precisos e a trilha sonora do motor a ar, que todo mundo conhece, também arranca suspiros durante o passeio na fábrica. O susto fica por conta dos freios, com atrasos nas respostas. A história do Fusca no Brasil terminou em 11 de julho de 1996, com mais de 3 milhões de unidades vendidas na soma das duas fases.

Produzido na fábrica de Taubaté (SP), o Gol surgiu como um sucessor do Fusca, mesmo chegando antes de o clássico sair de linha. A origem do nome, claro, vem do futebol. Seu lançamento foi em maio de 1980, com motor 1.3 a ar de 42 cv derivado do Fusca, só que montado na dianteira. Isso trazia muita vibração para a cabine e logo o Gol virou motivo de crítica, ganhando o apelido de “batedeira”. Na época, não colocaram o motor refrigerado a água do Passat para não elevar o preço, já que o Gol era um carro popular. Em 1982, o hatch recebeu um novo motor 1.6, também a ar, mas com dupla carburação e 51 cv, para dar mais fôlego. O 1.6 de 81 cv refrigerado a água veio só em 1984.

Dirigindo o Gol “batedeira”, posso dizer: foi o carro que menos arrancou suspiros no passeio, mas é o que tem a direção mais confortável dos três. A vibração na cabine existe e o fôlego não é dos melhores: faz o zero a 100 km/h em 24,3 segundos. Por outro lado, a postura é boa, os engates do câmbio são mais precisos e a suspensão é confortável. Nada como uma evolução de 30 anos entre os projetos.

O Gol prova que uma história de sucesso pode começar mal. Só se tornou líder de mercado em 1987 e ficou nessa posição por 27 anos, até 2013. Foram três gerações e 8,5 milhões de unidades vendidas até o fim de linha, em dezembro de 2022 — o carro mais vendido na história do país. Mais do que o legado de sucesso, o trio lendário da Volkswagen traz muitas memórias afetivas aos brasileiros. Qual é a sua?

Mercedes eActros 600 é caminhão elétrico com autonomia de diesel

Jady Peroni
Da Autoesporte

O movimento de investir na eletrificação não acontece só nos carros. Aliás, já é uma prática bem estabelecida no setor dos pesados. A Mercedes-Benz, por exemplo, trabalha com caminhões elétricos como o novo eActros 600, apresentado pela primeira vez em 2023. Agora, o modelo ganhará produção em série em novembro, na fábrica de Wörth, na Alemanha.

“Autoesporte” foi conhecer o caminhão de perto na IAA Transportation 2024, neste mês, em Hannover (Alemanha). De acordo com a Mercedes, desde o início das vendas no final do ano passado, já houve registro de 2.000 pedidos. As primeiras unidades estão previstas para serem entregues ainda neste ano. O preço, entretanto, não foi revelado.

O eActros 600 é o caminhão de maior autonomia da marca. São 531 km de alcance com uma carga, graças ao pacote de três baterias individuais com capacidade combinada de 621 kWh. Ou seja, só fica atrás do Tesla Semi, que tem baterias de 900 kWh e pode rodar até 800 km.

No caso do caminhão da Mercedes, elas são de LFP (fosfato de ferro-lítio) e podem ser carregadas em estações rápidas de até 400 kW. No entanto, futuramente, o modelo também aceitará o carregamento de megawatts, já utilizado no modelo da Tesla. Dessa forma, a promessa é recuperar de 20% a 80% de carga em cerca de 30 minutos, segundo a Daimler Truck, braço de caminhões e ônibus da Mercedes.

Com esse nível de carregamento, e considerando a pausa de descanso onde o motorista colocaria o caminhão em uma estação de recarga, seria possível cobrir mais de 1.000 km sem dificuldade. Para dar uma ideia dessa distância, é o mesmo que ir de São Paulo a Brasília.

O eActros 600 foi projetado como uma alternativa aos modelos a diesel, que podem percorrer até 1,2 milhão de quilômetros ao longo de dez anos, de acordo com a Daimler. A promessa da fabricante é que, mesmo após esse período, a integridade das baterias ainda esteja acima dos 80% do total. O resultado dessa conta foi constatado durante um teste da Mercedes-Benz com dois protótipos do eActros 600. Ambos partiram em uma viagem de mais de mais de 15 mil km pela Europa. Ao todo, foi uma jornada de 45 dias por 22 países diferentes, com início e fim em Frankfurt, na Alemanha.

DIVULGAÇÃO



São três pacotes de baterias com alcance de mais de 500 km com uma carga

O trajeto incluiu paradas a cada 500 km para recarregar as baterias. Segundo a Mercedes, um protótipo percorreu 15.269 km e o outro 15.939 km. O consumo médio registrado foi de 103 kWh por 100 km. Com diesel, seria um consumo próximo de 10 km/l, números difíceis de serem alcançados, ainda mais considerando o peso da carga. A velocidade ficou entre 52 km/h e 82 km/h durante a viagem.

Agora, falando em desempenho, o Mercedes-Benz eActros 600 é equipado com dois motores elétricos de 536 cv de potência montados em um único eixo e que podem alcançar um pico temporário de 804 cv. O câmbio, por sua vez, é automático de quatro marchas.

O caminhão tem peso bruto total combinado, ou seja, com cavalo mecânico, implementos e a carga máxima, de 44 toneladas. A carga útil é de 22 toneladas e há versões 6x2 e 4x2.

O habitáculo traz um design simples, mas é tecnológico. No painel, são duas telas que correspondem ao painel de instrumentos e à central multimídia. Além disso, há recursos de segurança ativa como frenagem automática de emergência, detecção de pedestres e ciclistas, alerta de colisão frontal, entre outros. Um ponto interessante são os quatro radares e uma câmera de 270°.

Insumos Segundo ele, pedido de recuperação judicial foi um meio de proteger a operação; dívida da empresa é de ao menos R$ 3,8 bi

Não houve erro na estratégia do Agrogalaxy, diz novo CEO

Isadora Camargo e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Em sua primeira entrevista como novo CEO do Agrogalaxy, Eron Martins avaliou que não houve erros estratégicos da companhia, atribuiu o pedido de recuperação judicial à dinâmica do mercado e tentou demonstrar “otimismo”. Segundo ele, o pedido de recuperação judicial protocolado no dia 18 foi um meio de proteger o caixa e a operação.

“Ninguém trabalha a recuperação judicial como plano A. Esse nunca foi o plano”, afirmou Martins em entrevista ao **Valor**. Foi “uma decisão consciente”, mas que não reflete eventuais erros nos últimos anos, sustentou.

A dívida total da companhia estaria em cerca de R$ 4,7 bilhões, apurou o **Valor**. Uma lista de credores que circulou ontem entre envolvidos no processo mostrava dívidas de R$ 3,8 bilhões com credores classe 1, 3 e 4 (trabalhistas, credores sem garantia e fornecedores, respectivamente), além de uma lista de 37 páginas com nomes de produtores com os quais o Agrogalaxy tem grãos a fixar. O maior credor é o Banco do Brasil, com montante de R$ 391,159 milhões.

Ao **Valor**, Martins não confirmou números por causa do segredo de Justiça, e disse que a diretoria decidiu manter o processo em sigilo para proteger acionistas e envolvidos na empresa.

Segundo ele, o Agrogalaxy vinha renovando empréstimos nos últimos dois a três meses “em um tom de parceria muito grande com os bancos”, até encontrar resistência com um banco específico.

“A prova de que não era nosso plano A é que a gente, inclusive, pagou uma parte da dívida com esse banco, tentando buscar uma solução e um prolongamento, como todos estavam fazendo”, disse. Questionado sobre qual é o banco e o valor pago, Martins afirmou que não poderia abrir as informações devido ao segredo de Justiça.

O **Valor** apurou com uma fonte que um credor financeiro, que tinha operações com o Agrogalaxy, como derivativos, liquidou as operações e sacou R$ 35 milhões da conta vinculada da companhia no fim da semana passada, sem notificá-la. Segundo a fonte, a companhia pagou, há quatro semanas, R$ 20 milhões da dívida para garantir as conversas para uma rolagem dos vencimentos, mas a tentativa não teve sucesso.

Sem a renovação, disse Martins, a companhia foi “forçada” a uma situação de dificuldade para pagar uma parcela de R$ 70 milhões de um CRA na segunda-feira e teve de optar pela recuperação judicial.

Na noite de quarta-feira (18), a distribuidora conseguiu uma liminar para proteger o caixa, incluindo travas bancárias (recebíveis dados em garantia) de execuções até que o pedido de proteção contra credores seja deferido pela Justiça, segundo uma fonte. A empresa também ganhou um fôlego com o aceite da Justiça do pedido para que os contratos não sejam rompidos com o pedido de recuperação (vencimento antecipado).

> “Ninguém trabalha a recuperação judicial como plano A. Nunca foi plano”
> *Eron Martins*

Apesar do pedido de recuperação judicial, Martins disse que a estratégia da companhia continua e não citou como possíveis soluções a venda de ativos, nem fechamento de capital. “A estratégia não muda muito: vender mix interessante que tiver melhor margem, tirar o pé de fertilizante, priorizar especialidade, sementes e defensivos, e ter um controle importante do nível de despesas. Cada vez mais ter o espírito de revenda e gerenciar o capital de giro”, disse ele.

Na avaliação do executivo, não houve erros de estratégia. Segundo ele, o crescimento da empresa em 2021 e 2022 foi um impulso que acompanhou a dinâmica do varejo e estimulou aquisições e investimentos, assim como a crise que se instalou em 2023 chegou em todo segmento como um efeito dominó.

“Nós fizemos um ótimo trabalho dentro desses tópicos. Mas a gente sofre um pouco com o contexto do agro do ano passado para cá, com a queda de mais da metade do preço de defensivos, fertilizantes, até as commodities derretendo de preço de 2022 para 2023. Isso afetou a rentabilidade do produtor, que caiu mais de metade de um ano para outro”, afirmou.

Segundo ele, o processo de recuperação judicial é uma “medida de proteção do caixa da empresa”, e não é um instrumento de deterioração dos negócios.

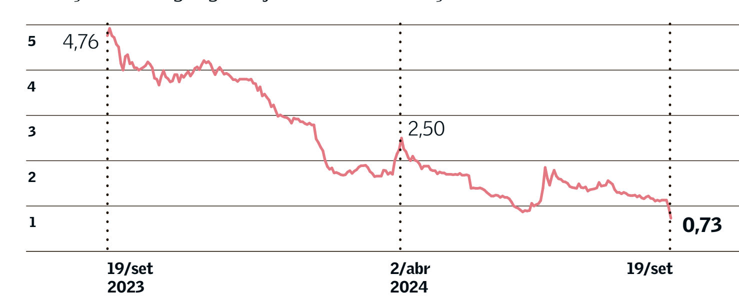
O CEO também afirmou que a renúncia de conselheiros foi uma decisão conjunta para preparar a empresa “para essa nova fase, que é mais enxuta de tamanho”. Ele descartou demissões e novos fechamentos de lojas.

O mercado financeiro sentiu o tranco. As ações do Agrogagalaxy caíram 25,51% na B3. Também houve queda expressiva das cotas dos Fiagros com exposição aos CRAs emitidos pela companhia

A XP interrompeu temporariamente as negociações de Fiagros cetipados com exposição aos CRAs da companhia no mercado secundário. Ao todo, 11 Fiagros são credores dos CRAs inadimplentes do Agrogalaxy, dos quais seis são negociados em bolsa e outros cinco no mercado balcão. Mais de 10 podem ter a distribuição de dividendos impactada pela crise envolvendo a empresa. *(Colaborou Rafael Walendorff)*

Mais à página C3

Queda livre
Cotações do Agrogalaxy (dia a dia R$/ação)



Variações
No dia -25,51% | No ano -79,89% | 12 meses -84,66%

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data.

valor.com.br
Veja a cobertura completa do pedido de recuperação judicial em www.valor.com.br/agro

valor.com.br

Estratégia
Capal investe R$ 80 milhões
A cooperativa Capal anunciou que está investindo R$ 80,8 milhões em obras na infraestrutura de suas unidades no Paraná e em São Paulo. Um dos investimentos é em melhorias nas instalações para recebimento de grãos e produção de sementes em Wenceslau Braz (PR). Também está em construção um armazém de sementes em sua unidade de Arapoti (PR).

valor.com.br/agro

Sustentabilidade
SBTi valida metas verdes da Tereos
A Science Based Targets initiative (SBTi) validou as metas de descarbonização da francesa Tereos, de açúcar, amido e bioenergia. A companhia quer neutralizar suas emissões até 2050, e para isso criou metas intermediárias por escopo. A Tereos também se comprometeu a acabar com o desmatamento na cadeia até 2025.

valor.com.br/agro

Sanidade
Plataforma reforça combate ao greening
O Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) lançou a plataforma Avalia Greening que mostra gratuitamente a eficácia de produtos comerciais e de tratamentos para a mitigação dos danos e sintomas provocados pelo greening em pomares comerciais de citros. O banco de dados reúne 12 experimentos feitos pelo Fundecitrus e terá atualização constante.

valor.com.br/agro

Plano para reduzir uso de agrotóxicos gera discórdia

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

Um programa para a redução do uso de agrotóxicos no país, elaborado ainda no governo Dilma Rousseff, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltou à pauta neste ano e enfrenta resistência do Ministério da Agricultura. A Pasta tem divergências técnicas e políticas em relação ao Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), o que fez o tema chegar ao Palácio do Planalto.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, convocou uma reunião nesta semana, após receber carta com críticas à posição da Agricultura, e precisou mediar um acordo com a Pasta comandada pelo ministro Carlos Fávaro para rever o veto dele ao programa em discussões preliminares.

O assunto foi “consensuado” em reunião realizada na terça-feira entre Lula, Fávaro, Paulo Teixeira (MDA), ministros palacianos e representantes do Meio Ambiente e Saúde, disseram duas fontes gabaritadas em Brasília.

Ficou acertado que o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que incluía a implementação do Pronara, será publicado em breve e trará um objetivo específico de “construir um programa de redução de uso de agrotóxicos”. O lançamento do Planapo foi adiado quatro vezes pelas discordâncias da Agricultura sobre os defensivos químicos.

A estratégia prevista é reduzir o uso daqueles com maior toxidade e perigo ao meio ambiente e ampliar investimentos em bioinsumos. O debate será ampliado para envolver todos os setores interessados, como especialistas, entidades do agronegócio e da agricultura familiar, saúde, meio ambiente e a indústria. A falta de “voz ativa” nas discussões do Pronara era uma das críticas dos fabricantes de agrotóxicos e do Ministério da Agricultura.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO



Paulo Teixeira, do MDA: Pronara busca aportar recursos para pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos

No mesmo dia, Lula disse que está disposto a conversar com a bancada ruralista sobre o tema e que ninguém será “pego de surpresa” com propostas enviadas na calada da noite ao Congresso.

“Não é possível que a gente não tome uma atitude com o crescimento da utilização de agrotóxico neste país. Vamos fazer uma proposta, vamos chamar as lideranças dos partidos, vamos chamar a Embrapa, vamos chamar os empresários e vamos discutir porque não é possível que 80% dos agrotóxicos proibidos na Alemanha possam ser vendidos no Brasil, como se fôssemos uma republiqueta de bananas”, disse Lula, na terça-feira.

O Pronara foi elaborado em 2014, mas nunca foi lançado. Na época, o Ministério da Agricultura, comandado por Kátia Abreu, também barrou a implementação do programa. Em 2023, Lula reativou a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Formada por 14 ministérios e entidades governamentais e da sociedade civil, é responsável por revisar o programa.

A CNAPO está elaborando a terceira fase do Planapo. O primeiro anúncio havia sido programado para julho. Relatório da reunião da comissão daquele mês diz que o encontro foi marcado por discussões sobre esse adiamento, “o qual ocorreu devido à dificuldade de consenso sobre a permanência do objetivo específico que trata da implementação do Pronara”.

No dia 13, movimentos sociais e integrantes da CNAPO enviaram uma carta a Lula manifestando “repúdio à atitude do Ministério da Agricultura e Pecuária” sobre o veto da Pasta ao lançamento do Planapo, por conta do Pronara, e apelando pela intervenção direta do presidente na questão.

Os signatários expressaram “indignação” pela forma como o governo tem encaminhado a pauta da redução de agrotóxicos. Na carta, o grupo diz que o posicionamento da Agricultura “bloqueia a instituição do Pronara e fere profundamente o Estado Democrático de Direito”, já que o programa foi defendido pela participação popular.

Hoje, membros da CNAPO deverão ter uma resposta do governo à carta, em reunião agendada com o MDA e a Secretaria-Geral da Presidência. Rogério Dias, representante do Instituto Brasil Orgânico na comissão, disse que a situação ainda não está clara, mas que o objetivo de alertar o governo para a importância do tema foi alcançado.

Paulo Petersen, representante da Articulação Nacional de Agroecologia, defendeu a versão original do Pronara e disse que o programa não prejudica o agronegócio. “Não estamos falando de abolição de agrotóxicos, não estamos falando de eliminação abrupta ou qualquer coisa que vá colocar em risco a produtividade do agronegócio, nada disso. Estamos falando que é possível reduzir drasticamente [o uso de agrotóxicos] sem comprometer a economia do agronegócio”, afirmou.

“Existe um bloqueio enorme por parte da indústria, que é a única beneficiária [da não implementação do programa], sequer é o agronegócio. O agronegócio ganharia com o Pronara lançado na base que foi concebido há alguns anos”, completou Petersen.

No fim de agosto, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse ao **Valor** que o Pronara visa aportar recursos para pesquisa pública e privada para o desenvolvimento de novos produtos químicos e biológicos que possam substituir cerca de 20 defensivos “ultraperigosos” e “altamente tóxicos” em uso atualmente.

“Estamos agora voltados para fechar o acordo governamental. O programa visa descobrir moléculas ou bioinsumos que possam substituir esse conjunto de produtos. Ele tem como objetivo desenvolver produtos que os substituam, e a cada novo produto que for descoberto, vamos proibir esses ultra perigosos e altamente tóxicos”, afirmou Teixeira.

Segundo ele, essa ideia contemplava os interesses da Pasta de Fávaro e seria passível de entendimento a nível de governo.

Consultada, a secretaria da CNAPO disse que a comissão “não foi signatária da Carta dirigida ao Presidente Lula”.

Versão original prevê fomento a produtos de menor risco

De Brasília

A primeira versão do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), elaborada em 2014, tinha 153 iniciativas. O texto previa ações para substituir agrotóxicos considerados de alta toxicidade e ultraperigosos. A iniciativa também dava comandos para a retirada subsídios e a taxação progressiva desse tipo de produto. Ele precisa ser revisado por conta da sanção da nova lei de defensivos agrícolas, de 2023, e mudanças no mercado em geral.

Entre as ações previstas no texto original estavam ampliar e fomentar o registro de produtos de menor perigo e risco para a saúde e meio ambiente, estruturar o serviço de reavaliação de agrotóxicos, diminuir o número de produtos registrados, uso e acesso a agrotóxicos de maior perigo e risco toxicológico e ecotoxicológico e alterar a lógica do registro de forma a atender a demanda da agricultura e da sociedade, e não da indústria.

O programa também estimulava o aumento das taxas para registros desses produtos e a eliminação de subsídios e da taxação progressiva sobre os agrotóxicos de maior perigo toxicológico e ecotoxicológico, zerando as alíquotas aos aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico.

Procurado, o Ministério da Agricultura não respondeu aos pedidos de comentário. Uma fonte graduada do governo, que participou de debates sobre o programa há anos, disse que a condução do tema mostrou falta de habilidade e sensibilidade da gestão atual. Segundo essa fonte, diferentemente de 2014, quando houve a posição política contrária ao Pronara, a pauta evoluiu e poderia ter sido usada positivamente para aproximar a Pasta do presidente.

> **153**
> **iniciativas estavam previstas na versão original do plano**

Ela afirma que a própria indústria de defensivos químicos está atenta aos movimentos do crescente mercado de biológicos e interessada nas políticas de promoção de bioinsumos.

“Já superamos a polêmica do agrotóxico e a produção. A produção orgânica está na alçada do ministério. Era uma oportunidade de fazer as pazes e usar a pauta como ponto de equilíbrio, mostrar que estamos diminuindo o consumo de agrotóxicos pelo crescimento dos bioinsumos”, disse.

Esse especialista afirmou ainda que a participação do ministério na CNAPO poderia ter sido mais propositiva para alinhar os interesses, e não apenas vetar o programa. *(RW)*

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Cenários Em MG, clima adverso afeta floradas da safra 2025/26; SP deve ter replantio após incêndio

Seca e ‘sol escaldante’ já comprometem a próxima safra de café

Cibelle Bouças e Isadora Camargo
De Belo Horizonte e São Paulo

A combinação de seca prolongada, temperaturas acima da média e incêndios já causam perdas nas lavouras de café do país. Como na cana — outra cultura afetada por essas condições —, os prejuízos não se restringem à atual safra. Produtores já consideram replantar parte de cafeeiros em formação — com menos de dois anos, e que ainda não entraram em produção. O impacto dessa medida será sentido nas colheitas das duas próximas safras, segundo especialistas.

Se Minas Gerais, o maior produtor de café arábica do país, sofre com falta de chuvas e temperaturas elevadas, São Paulo enfrentou, além disso, incêndios, como os que destruíram áreas de cafezais na Alta Mogiana.

A cafeicultora e diretora da Associação de Produtores de cafés especiais da Região da Alta Mogiana (AMSC), Fernanda Maciel, conta que a altitude de 960 metros e o frescor do local já não existem mais. Segundo ela, a seca e os incêndios em algumas propriedades da região queimaram alguns cafés, que precisarão ser replantados. Outros, que já vinham castigados por uma geada no início de agosto, estão desfolhando e não irão produzir a quantidade esperada na próxima safra, a 2025/26.

A propriedade de Fernanda Maciel, em Pedregulho, não chegou a ser atingida pelo fogo, como ocorreu com alguns vizinhos, mas a falta de chuvas deve frustrar sua expectativa de colher 5 mil sacas de arábica. “Seria nosso ano de melhor safra, pois sofremos com a geada de 2021 e tivemos que trocar 60% do cafezal e recomeçar os cuidados com a planta. Recuperamos na safra 2023/24, colhendo 4 mil sacas, e a expectativa era que 2025/26 rendesse 5 mil sacas, o que será impossível”, lamenta.

O pesquisador da Embrapa Café, Carlos Cesar Ronquim, explica que quando altas temperaturas se somam a um período seco, a perda de água do solo e das folhas da planta para a atmosfera cresce. Para evitar essa perda, a planta fecha os estômatos (poros), o que reduz a captação de CO_2, diminuindo a fotossíntese, e consequentemente, a produção de grãos.

Nesse cenário de seca em várias regiões produtoras do país, produtores já veem impactos na florada da safra 2025/26 — que acontece entre setembro e dezembro.

Ronquim afirma que a seca pode levar ao amplo abortamento das flores e produção de frutos menores e mais leves, com efeitos na produtividade das lavouras. O clima irregular afeta ainda a uniformidade do florescimento do café, levando também a uma maturação também desuniforme.

No sul de Minas Gerais, a estiagem prolongada e as temperaturas acima do normal também têm feito os cafeeiros murcharem e lesa a florada, conforme relatos de agricultores. Eugênio Andrade Souza, de Alterosa (MG), cultiva 25 mil plantas em seis hectares e começa a calcular as perdas causadas pela seca.

> “O déficit hídrico já afetou a primeira florada, que é a mais importante” *Arnaldo Bottrel*

“As lavouras em formação vão ter de ser replantadas. Serão dois anos sem produção”, diz Souza, segundo quem a última chuva na região aconteceu há mais de 160 dias. Ele estima que terá que replantar em torno de 4 mil pés de café, de 10 mil em fase de formação. “O sol está escaldante, está cozinhando a florada. Se continuar assim vamos ter uma perda de 20% a 25% na nova safra”, afirma.

Arnaldo Bottrel Reis, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Varginha e da Comissão Técnica do Café da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), afirma que o sul de Minas e o Cerrado Mineiro são as regiões que mais sofrem com o clima adverso, além da Mogiana, em São Paulo.

“O déficit hídrico já afetou a primeira florada, que é a mais importante. Vai ter que chover muito para que a planta se recupere para as duas floradas seguintes”, diz.

De acordo com a Fundação Procafé, as regiões cafeeiras do sul de Minas apresentam um déficit hídrico no solo de 125 milímetros. Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o déficit médio é de 243 mm, chegando a 332 mm em Araguari. Na região da Mogiana, o déficit hídrico é de 292 mm.

Além do risco de abortamento de flores, um eventual prolongamento da seca pode levar à queda dos chumbinhos (micrograo do café) no caso das flores que vingaram, segundo a Procafé.

“O cenário climático segue muito preocupante, com previsão de chuvas só no fim de setembro ou início de outubro. O tempo ideal para favorecer as floradas dos cafezais é de chuvas em setembro e com maior intensidade em outubro”, diz Sandra Moraes, da Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (Expocacer).

Segundo ela, não chove no Cerrado desde maio. “Com certeza a lavoura vai responder de forma negativa. Mas ainda não há como estimar o dano”, afirma.

O que chama a atenção na seca deste ano é a extensão de período sem chuva, diz Juliano Tarabal, diretor-executivo da Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Segundo ele, o déficit hídrico já está em 300mm em muitos locais, mais ou menos 50mm a mais se comparado a anos anteriores. A temperatura média também está maior, e foi de 19,7º C nos últimos meses, cerca de 0,6º C a mais que a média.

Sérgio Brás Regina, coordenador técnico estadual de culturas da Emater-MG, diz que as altas temperaturas são mais preocupantes do que a estiagem. “No geral, há um pouco de escaldadura nas folhas. Isso é preocupante porque causa perda na produção, mas isso se deve às altas temperaturas. Já o déficit hídrico, se chover semana que vem as plantas voltam ao estado normal e vão florir”, estima.

O presidente da Faemg, Antonio De Salvo, também avalia que lavouras podem se recuperar caso chova ainda em setembro.

Olhando mais à frente, também há preocupação. O clima adverso agora pode interferir até na produção da safra 2026/27. Isso porque a seca diminui a capacidade das plantas de gerarem novos ramos, que irão produzir no ano seguinte, observa Ronquim, da Embrapa.

FERNANDA MACIEL/ARQUIVO PESSOAL



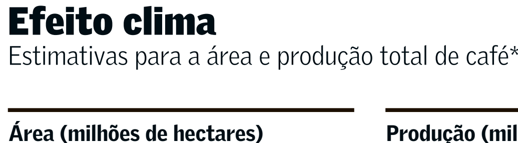
Fuligem em solo de cafezais após incêndios em Pedregulho, interior paulista

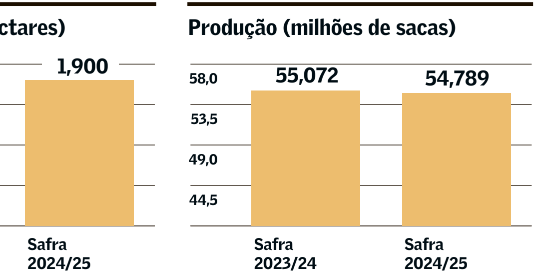
Conab reduz previsão para colheita atual no país

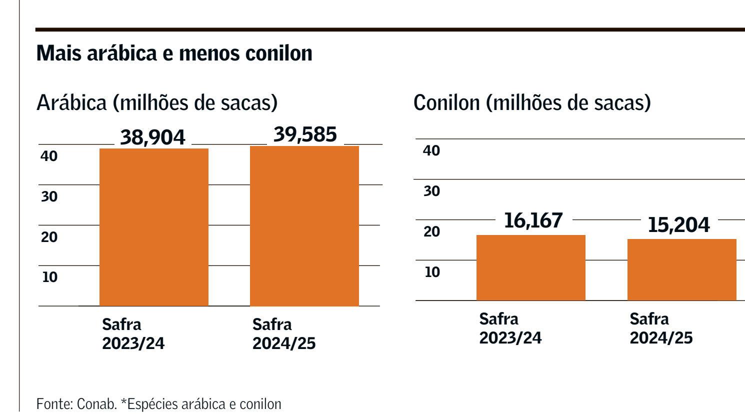
Fernanda Pressinott
De São Paulo

Chuvas mal distribuídas e altas temperaturas atrapalharam o desenvolvimento das lavouras de café da safra 2024/25. Como resultado, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reduziu em 6,8% sua estimativa para a temporada, que será finalizada oficialmente em maio do ano que vem, para 54,79 milhões de sacas. Se comparada a 2023/24, a colheita nacional deve cair 0,5%, conforme o 3º levantamento para a safra divulgado na quinta-feira.

“O início da atual safra indicava um novo crescimento na colheita, considerando a situação das lavouras na época e o ciclo de alta bienalidade. No entanto, as condições climáticas adversas, como estiagens e chuvas mal distribuídas, durante as fases de desenvolvimento dos frutos, reduziram as produtividades previstas”, disse a Conab, em relatório.







Fonte: Conab. *Espécies arábica e conilon

Diante desse quadro, a estatal estimou a produtividade em 28,8 sacas por hectare, 1,9% abaixo da obtida na safra de 2023/24.

A projeção para a colheita do arábica ficou em 39,59 milhões de sacas, o que ainda representa um crescimento de 1,7% em relação à temporada anterior.

Apenas Minas Gerais, principal produtor de café no Brasil, será responsável pela colheita de 27,69 milhões de sacas de arábica, redução de 3,4% em comparação ao colhido em 2023/24.

“Essa redução se deve às estiagens, acompanhadas por altas temperaturas durante o ciclo reprodutivo das lavouras e agravadas a partir de abril, quando as chuvas praticamente cessaram em todo o Estado”, diz o relatório.

Em São Paulo, o clima também afetou o desempenho dos cafezais. Ainda assim, a Conab estimou aumento de 8,2% em comparação ao resultado obtido em 2023/24, e projetou uma produção de 5,44 milhões de sacas.

Cenário semelhante é verificado nas regiões produtoras de arábica no Espírito Santo, Rio de Janeiro e no Cerrado baiano, onde o aumento projetado deverá ser menor que o inicialmente estimado.

Já para o conilon, a Conab estima uma colheita de 15,2 milhões de sacas, uma queda de 6%. No Espírito Santo, principal produtor da espécie, a safra deve somar 9,97 milhões de sacas, redução de 1,9%. Já em Rondônia e na região do atlântico baiano, a colheita deve registrar uma queda expressiva de 16,4% e 13,3% respectivamente.

Na Bahia, essa diminuição é explicada principalmente pela menor produtividade, e em Rondônia, pela menor área cultivada.

A Conab informou ainda a área destinada à cafeicultura no país em 2024/25, para o arábica e conilon, totalizou 2,25 milhões de hectares. São 1,9 milhão de hectares em produção e 345,16 mil hectares em formação.

Rebanho bovino cresce e atinge novo recorde, mostra IBGE

Pecuária

Lucianne Carneiro e Rafael Rosas
Do Rio

O rebanho bovino cresceu 1,6% no ano passado e alcançou novo recorde no país, informou ontem a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) 2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O plantel, de 238,6 milhões de cabeças, é o maior da série histórica da pesquisa, que existe desde 1974.

O ritmo de expansão, no entanto, desacelerou-se no ano passado. Segundo a supervisora da pesquisa, Mariana Oliveira, isso mostra a reversão da tendência de retenção de fêmeas para reprodução que vigorou nos últimos anos.

O número de galináceos também cresceu no Brasil em 2023, informou o IBGE. A alta foi de 0,6%, para 1,6 bilhão. Desse total, 263,5 milhões, ou 16,7%, são de galinhas. O efetivo de galinhas — que considera apenas as fêmeas em idade reprodutiva e com a finalidade de produção de ovos — cresceu 2,4% em relação a 2022.

Já o efetivo de suínos caiu 3,1% de um ano a outro, para 43 milhões de animais. O número de matrizes de suínos manteve-se estável em 5 milhões de animais.

A produção de ovos de galinha cresceu 2,9% no ano passado, para 5 bilhões de dúzias, um volume recorde. Desde 1999, a produção de ovos de galinha tem crescido no país ano após ano.

O IBGE também registrou volume recorde na produção de leite, que cresceu 2,4% em 2023, para 35,4 bilhões de litros. Esse aumento ocorreu a despeito da diminuição do número de vacas ordenhadas — com a queda, de 0,1%, o plantel de vacas ordenhadas passou a ser de 15,7 milhões, o mais baixo desde 1979.

A supervisora da pesquisa explicou que o movimento refletiu a melhora da produtividade, que ocorreu graças à disseminação do uso de tecnologias e de investimentos em genética e manejo do rebanho no segmento leiteiro. “O ano de 2023 foi marcado pelo fenômeno La Niña, que teve como consequência estiagem no Sul do país e clima bem favorável no Norte e no Nordeste”, disse Oliveira.

O valor de produção dos principais produtos pecuários cresceu 4,5% no ano passado e chegou a R$ 112,3 bilhões. O montante é recorde, informou o IBGE.

No caso do leite, o valor da produção aumentou 0,4%, para R$ 80,4 bilhões, ou 71,5% do total. O desempenho refletiu o crescimento do volume de produção, de 2,4%, para 35,4 bilhões de litros; o preço médio do litro de leite recuou 1,9% em relação a 2022.

Para calcular o valor da produção da pecuária, o IBGE inclui seis produtos de origem animal. Entram na conta do instituto ovos de galinha, mel, ovos de codorna, casulos do bicho-da-seda e lã de ovelha, além do leite.

Com R$ 30,4 bilhões, ou 27,1%, os ovos de galinha foram o segundo produto mais importante no valor total da produção da pecuária. O montante cresceu 17,3% no ano passado. Mel (0,8%), ovos de codorna (0,5%), lã (menos de 0,1%) e casulos de bicho-da-seda (menos de 0,1%) apareceram na sequência.

Na lista dos principais produtos pecuários, Minas Gerais foi líder em valor de produção, com R$ 24,6 bilhões, ou 21,9% do total; a produção de leite mineira respondeu pela maioria absoluta (87,5%) do valor. O Estado está muito à frente do segundo e do terceiro colocados: Paraná (R$ 14,3 bilhões) e Rio Grande do Sul (R$ 11,3 bilhões).

valor.com.br
Leia mais informações sobre a pesquisa do IBGE em valor.com.br/agro

Insumos
Novo CEO do Agrogalaxy diz que pedido de recuperação visa proteger o caixa e a operação
B11

Entrevista Para ex-BC Bruno Serra, da Itaú Asset, ciclo de aperto deve ficar em torno de 2,5 pontos C6



Investimentos Fiagros têm forte baixa na bolsa com crise do AgroGalaxy C3

Pagamentos Metade dos lojistas acha que 'maquininha' deixará de existir C3

Mercados Tom duro adotado pelo Copom na quarta-feira dá apoio à valorização do real, que foi destaque na sessão; Ibovespa termina em baixa

BC provoca disparada dos juros futuros e nova queda do dólar

Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O viés mais "duro" adotado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) provocou um forte ajuste nos ativos domésticos na sessão de ontem. O mercado embarcou de vez em uma aceleração do ritmo de elevação da Selic a partir de novembro, o que resultou em uma disparada dos juros futuros e na queda do Ibovespa. O câmbio doméstico, porém, se favoreceu do aumento do diferencial de juros, o que levou o dólar a anotar a sétima queda consecutiva contra o real na sessão de ontem, ao menor nível em um mês.

No mercado de opções digitais para a reunião de novembro do Copom, a chance de um aumento de 0,5 ponto estava em 65% no fim do dia contra 22% de possibilidade de uma alta de 0,25 ponto e 9% de probabilidade de um aumento ainda mais agressivo, de 0,75 ponto.

"Aumentou a chance de uma alta de 0,50 ponto na próxima reunião", resume o gestor Evandro Buccini, da Rio Bravo Investimentos, que se surpreendeu com o fato de que a valorização do real não foi tão grande quanto os movimentos de alta vistos na curva de juros futuros ao longo da sessão.

O dólar encerrou o dia em queda de 0,70%, cotado a R$ 5,4241. Já no mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2026 saltou de 11,77% para 12,05%, com a curva embutindo nos preços uma Selic de cerca de 12,5% no fim do ciclo de aperto.

Entre os pontos mais destacados pelos agentes do mercado desde a divulgação do comunicado do Copom, a avaliação de que o chamado hiato do produto (medida sobre o grau de ociosidade da economia) é positivo; o aumento da projeção de inflação no horizonte relevante; e a preocupação com a desancoragem das expectativas inflacionárias poderiam justificar um início mais agressivo do ciclo de aperto.

Na contramão dessa visão, Camilo Cavalcanti, sócio e gestor da Oby Capital, acredita que o comunicado da decisão foi apenas suficientemente duro para defender o início do ajuste na taxa de juros. "Achamos o comunicado mais neutro. O vocabulário e as expressões mostram muito mais uma justificativa para um aumento de juros do que um 'guidance' [prescrição futura] de que vão acelerar o passo. Talvez na ata vejamos explicações mais detalhadas", argumenta Cavalcanti. Para ele, o BC ter reconhecido o hiato do produto como positivo foi apenas um ajuste em relação ao que o mercado já via.

Cavalcanti, assim, avalia a precificação do mercado na sessão de ontem como "exagerada", já que entende que o Copom pode manter o ritmo de aumento da Selic em 0,25 ponto por reunião até janeiro de 2025, com uma taxa de 11,5% no fim do ciclo. Ele cita, por exemplo, o fato de que o horizonte de projeções incluirá em breve o segundo trimestre de 2026, que pode mostrar uma inflação mais comportada e aliviar a necessidade por um aumento muito agressivo da Selic.

A maior parte dos agentes de mercado agora espera a ata da decisão, que será divulgada na próxima semana, para começar a calibrar as apostas para os rumos da taxa Selic. Já no mercado de câmbio, o real ganhou ainda mais força e ficou entre as moedas de melhor desempenho no dia, diante do aumento no diferencial de juros, que favorece apostas na valorização da moeda brasileira.

Caso não haja nenhuma surpresa com os dados americanos, o gestor Jorge Dib, da Galapagos Capital, vê uma janela que pode beneficiar a moeda brasileira. "Dentro dos ativos do Brasil, o que gostamos hoje é o real", diz, ao revelar que abriu posição na divisa brasileira contra o dólar na última semana. "O real é uma das moedas mais líquidas entre emergentes, então é uma moeda convidativa para atrair fluxos mais rápidos, da mesma forma que sai rápido se precisar."

Ainda na avaliação de Dib, há uma precificação já bastante forte sobre o corte das taxas na curva de juros americana. "Eventualmente, o mercado pode até subir os juros mais longos nos EUA, e isso talvez possa frear a busca pela moeda brasileira, embora a direção seja de apreciação do real no curto prazo", afirma. Para ele, o momento atual indica um real mais forte não apenas contra o dólar, mas também frente a outras moedas pares, como o peso mexicano.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



"Estamos vendo agora uma combinação muito favorável ao real"
Luís Garcia

Na avaliação do CIO da SulAmérica Investimentos, Luís Garcia, mais importante do que a diferença crescente entre os juros do Brasil e EUA para o desempenho do real é o diferencial de crescimento entre os países. "Tanto o Federal Reserve [Fed, BC americano] quanto o Banco Central estão tomando decisões de política monetária baseadas primordialmente no estado geral da economia, e menos por conta da evolução da inflação na margem", diz. "Isso, indiretamente, passa uma mensagem muito forte de que a performance relativa das duas economias está em descompasso."

Garcia explica que, enquanto a economia brasileira está apresentando surpresas positivas de crescimento, a economia americana está começando a exibir sinais negativos da atividade econômica. "Isso é mais poderoso do que só o diferencial da taxa de juros."

"Antes, você tinha o componente do diferencial de juros, mas não tinha o componente de diferencial de crescimento para jogar a favor da moeda. O que estamos vendo agora é uma combinação muito mais favorável para o real", avalia Garcia. E é justamente por enxergar um bom potencial nessa combinação que o executivo vê espaço para apreciação adicional do real. "Claro que continuamos tendo uma discussão sensível, que é a discussão fiscal, mas ganhamos o auxílio do mercado internacional."

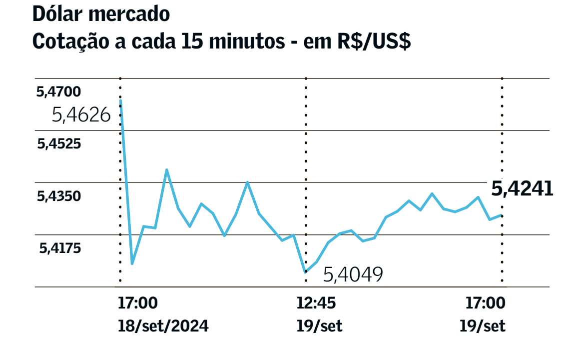
Vale notar que o salto dos juros futuros teve reflexo direto no Ibovespa, que encerrou o dia em queda de 0,47%, aos 133.123 pontos, na mínima intradiária, em um pregão marcado pela volatilidade. "Talvez, com o discurso mais duro do comitê, os investidores estejam reprecificando toda a curva, o que não ajuda a bolsa no primeiro momento", afirma o estrategista Alexandre Póvoa, da Meta Asset Management. Ele, contudo, avalia que, a longo prazo, a elevação dos juros brasileiros, com o fator credibilidade, e a queda das taxas nos EUA devem favorecer o Ibovespa.

Entre as blue chips, as ações ordinárias da Vale se destacaram, em alta de 1,20%, a R$ 58,23. O desempenho foi impulsionado pela subida dos preços do minério de ferro.

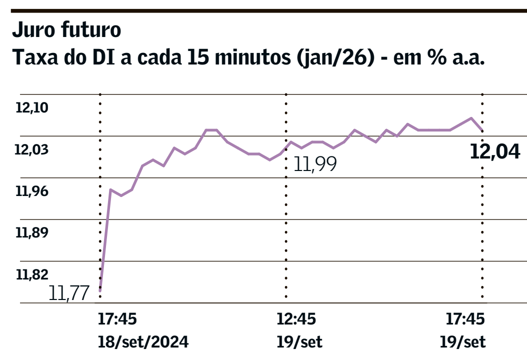
Buccini, da Rio Bravo, conta que vê valor e retorno na posição comprada (aposta na alta) que a casa detém em Vale. Ele diz que os preços do minério de ferro passam por um período de forte volatilidade, mas defende que a matéria-prima "ainda tem desaforo para aguentar". O gestor, inclusive, não nega que a ação tem sido penalizada por perspectivas piores para o crescimento chinês, mas acredita que não haverá uma desaceleração muito maior do que o que já ocorreu até agora.

Ajustes pós-Copom
Juros futuros disparam e dólar têm queda firme após tom duro do BC

Dólar mercado
Cotação a cada 15 minutos - em R$/US$



Juro futuro
Taxa do DI a cada 15 minutos (jan/26) - em % a.a.



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Diferencial de taxas alimenta aposta favorável ao real

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O otimismo do investidor institucional local com a moeda brasileira voltou a aumentar. A aposta a favor do real contra o dólar no mercado de derivativos ficou acima de US$ 10 bilhões no fechamento de quarta-feira, pela primeira vez acima desse nível desde 3 de abril, de acordo com dados da B3.

Os dados do mercado de dólar futuro, dólar mini, swap e cupom cambial (DDI) apontam que a posição vendida em dólar e comprada em real pelo investidor institucional doméstico atingiu US$ 10,196 bilhões na sessão de anteontem.

Em meados de junho, durante um período de forte pessimismo com a moeda brasileira, essa posição chegou a US$ 3,5 bilhões, na mínima do ano. Depois, ainda em junho, houve uma melhora leve até o nível de US$ 4 bilhões, patamar que se manteve até agosto. Desde então, a perspectiva quanto ao desempenho do real tem melhorado.

No caso do investidor estrangeiro, houve também uma melhora, com a aposta a favor do dólar contra o real em torno de US$ 70 bilhões no fim da sessão de quarta-feira. Também em junho, durante o mau humor com o câmbio doméstico, essa posição chegou a rondar os US$ 80 bilhões. Até o começo de agosto, esse patamar caiu para perto de US$ 75 bilhões e, desde então, melhorou gradativamente.

Nos últimos dias, a sensação de que o câmbio poderia se beneficiar do aumento do diferencial de juros já constava, em especial, nas análises de bancos estrangeiros e alguns abriram posição no real para capturar algum ganho com a valorização esperada da moeda brasileira, que se concretizou. Foi o caso do Barclays, que abriu recomendação para uma aposta vendida em dólar contra o real, ou seja, via uma queda da moeda americana no câmbio doméstico.

Em relatório enviado a clientes, a chefe de estratégia para Américas do banco britânico, Andrea Kiguel, avalia que o real deve continuar a se beneficiar da divergência da política monetária entre o Brasil e os Estados Unidos. "O Brasil passou por uma grande crise de confiança ao longo do ano, onde o ruído monetário serviu, essencialmente, como um alerta de que a âncora fiscal está fraca. No entanto, a mensagem coordenada entre o governo e o BC sugere que o pessimismo atingiu o pico, por enquanto. A estrutura fiscal continua vulnerável, mas, por ora, achamos que as autoridades fizeram o suficiente para acalmar os mercados nesse front."

"Mensagem coordenada sugere que pessimismo [com o real] atingiu pico"
Andrea Kiguel

No caso do Citi, o estrategista Ivan Riveros acredita que o ciclo de aperto na Selic deve permanecer favorável ao real. "Ainda mantemos um viés em direção a uma força maior do real após o primeiro aumento nos juros, particularmente porque ele entra no ciclo tendo acumulado um prêmio de termo ('term premium', o prêmio exigido para carregar uma posição ao longo do tempo) com as preocupações fiscais", afirma o profissional em nota enviada a clientes.

Também o estrategista Roque Montero, do UBS, diz observar o potencial de valorização do real ante o peso mexicano. "Acreditamos que o BC do Brasil provavelmente será o banco central mais 'hawkish' [favorável ao aperto] nos próximos três meses na América Latina, enquanto os 'valuations' estão atraentes e o posicionamento é leve", diz o estrategista, ao observar que o peso mexicano parece vulnerável a riscos políticos, "especialmente se o risco de reformas constitucionais ressurgirem nas próximas semanas, mas também devido aos riscos das eleições nos EUA".

Destaque

Mudança no Bradesco

O Bradesco informou que o vice-presidente Rogério Câmara irá para o conselho de administração, em substituição a Milton Matsumoto, que deixa a organização após 67 anos. Com a mudança, ele deixa o cargo na diretoria. Câmara era responsável pela área de tecnologia. No mês passado, o banco anunciou a contratação de Francesco di Marcello, vindo da McKinsey, para tocar a área de TI. O executivo, italiano, está no Brasil desde 2020 e atuou na transformação digital de instituições financeiras. Na ocasião, o Bradesco disse que Di Marcello ficaria subordinado a Câmara e seria responsável pelo "change the bank" (mudanças) em tecnologia. No "run the bank" (dia a dia de TI), ficariam Edilson Reis e Cíntia Barcelos. Não está claro se alguém assumirá a vice-presidência ou se as funções serão divididas. *(Álvaro Campos)*

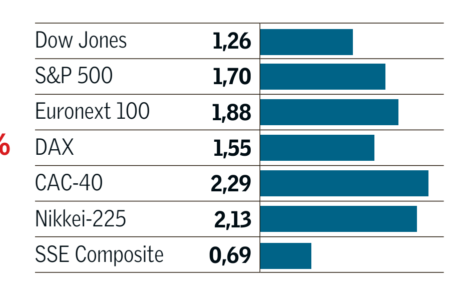
Ibovespa
Em pontos

136.004 — 133.123 — 30/ago/24 — 19/set/24

Queda de **0,47%**

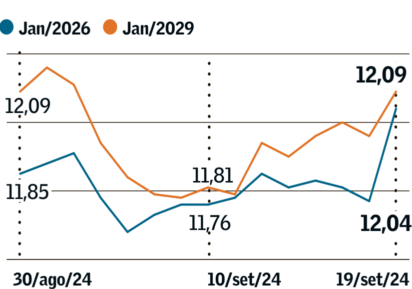
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 19/set/24 - em %

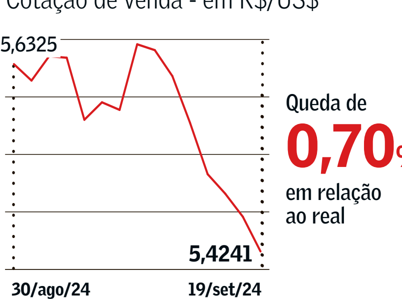


Dow Jones	1,26
S&P 500	1,70
Euronext 100	1,88
DAX	1,55
CAC-40	2,29
Nikkei-225	2,13
SSE Composite	0,69

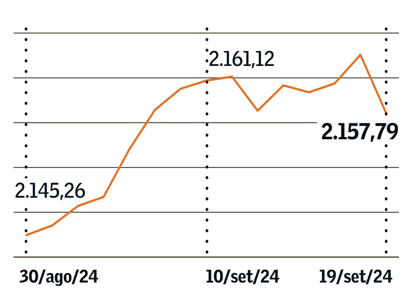
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Redução de 0,5 ponto nas taxas sustenta bom humor nos EUA; bancos têm disparada

Bolsas de NY têm recordes após corte de juros

Cristiana Euclydes e Igor Sodré
De São Paulo

Na esteira de um início mais forte no ciclo de cortes de juros nos Estados Unidos pelo Federal Reserve (Fed), Wall Street foi às compras na sessão de ontem e levou os índices Dow Jones e S&P 500 a novas máximas históricas de fechamento. A percepção no mercado de que o Fed, banco central americano, pode ser mais célere ao reduzir o nível de aperto monetário deu apoio a quase todos os setores das bolsas de Nova York, em especial o de tecnologia. Enquanto isso, a reprecificação atingiu os juros de curto prazo nos EUA com investidores esperando novos dados.

Em Wall Street, o índice Dow Jones fechou em alta de 1,26%, aos 42.025,19 pontos, novo recorde de fechamento; e o S&P 500 subiu 1,70%, para 5.713,64 pontos, também na máxima histórica. Já o índice eletrônico Nasdaq anotou valorização de 2,51% na sessão, aos 18.013,98 pontos.

"O Fed parece se importar muito mais com proteger a economia de uma desaceleração do que com qualquer potencial aumento da inflação", avalia o diretor de investimentos (CIO) para Américas da DWS, David Bianco, para quem um corte de 0,5 ponto nos juros diminui as chances de uma recessão nos EUA e pode dar apoio a um aumento da inclinação da curva de juros americana, ou seja, uma ampliação da diferença entre as taxas dos Treasuries de longo prazo e as de curto prazo.

Ontem, por exemplo, o spread entre os juros americanos de dois e de dez anos aumentou de 7,7 pontos-base (0,077 ponto percentual) para 12,5 pontos-base, uma alta bastante expressiva ao se dar em apenas uma sessão.

"Acho que a ameaça ou o dano à economia (e ao Fed) caso a inflação acelere novamente é maior do que aquele que uma pequena recessão causaria. É por isso que acho que o risco de cortar os juros em 0,5 ponto foi um risco maior a ser assumido", avalia Bianco. Ele pondera, contudo, que a economia americana está mais preparada, no momento, para potenciais aumentos de impostos caso ocorram.

Em relação aos mercados acionários, o executivo da DWS diz acreditar que o setor bancário pode se favorecer, assim como ações com crescimento sólido e com "valuations" (avaliações de mercado) razoáveis, como nos setores de saúde e de software. Entre ações de destaque em Nova York ontem, os papéis do Goldman Sachs saltaram 3,97%; os do Citigroup dispararam, em alta de 5,21%.

Parte do bom desempenho na sessão veio da aposta em um processo mais célere de ajuste da política monetária pelo Fed. Na avaliação do gestor de juros de mercados desenvolvidos da gestora britânica PGIM, John Young, se os próximos números do mercado de trabalho continuarem fracos, o argumento para cortes maiores nos juros será "aparente" para a ala mais conservadora dos dirigentes. "E o oposto também será verdadeiro."

Na avaliação de Young, será possível que o Fed chegue ao nível neutro mais cedo que o esperado. No "gráfico de pontos", a mediana das projeções para os juros dos dirigentes indica as taxas e 2,9% somente em 2026. "O mercado está precificando a chegada ao nível final dos juros em setembro de 2025. Uma mudança na política do Fed que chegue ao nível neutro mais cedo pode ser justificada para estender o atual ciclo de crescimento econômico", diz o gestor.

Por que o Fed optou por redução agressiva de taxas neste momento

Colby Smith
Financial Times

Falando no mês passado em Jackson Hole, Jerome Powell foi explícito sobre o que ele considerava a missão do Federal Reserve (Fed, banco central americano) à medida que a economia dos EUA emergia de um impacto inflacionário desgastante. "Faremos tudo o que pudermos para apoiar um mercado de trabalho forte à medida que avançamos em direção à estabilidade de preços", disse o presidente, aos pés da cordilheira Teton, em Wyoming.

Na quarta-feira, Powell cumpriu sua promessa, reduzindo a taxa básica de juros do Fed em meio ponto percentual, para o intervalo entre 4,75% e 5%, dando início ao primeiro ciclo de flexibilização do banco central americano em mais de quatro anos.

As autoridades deixaram claro que não iriam parar por aí. As projeções divulgadas na quarta, no chamado gráfico de pontos, mostraram que a maioria dos membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) estimava que a taxa de juros cairia mais meio ponto percentual este ano, seguida por uma série de cortes em 2025, levando os juros para o intervalo entre 3,25% e 3,5%.

Longe de causar pânico — uma preocupação de muitos antes da reunião — o corte de meio ponto foi aceito de forma tranquila pelos mercados financeiros. Os principais índices de ações e títulos do governo terminaram o dia praticamente inalterados; na quinta, os futuros de ações dos EUA subiram, assim como os índices na Ásia e na Europa.

"Foi inovador", disse Peter Hooper, vice-presidente de pesquisa do Deutsche Bank. "Foi como um seguro para prolongar o que é um ótimo lugar para se estar na economia."

Hooper, que trabalhou no Federal Reserve por quase 30 anos, acrescentou: "Powell quer garantir um pouso suave."

A decisão é um movimento ousado para o Fed e, ocorrendo apenas semanas antes da eleição presidencial de novembro, inevitavelmente atraiu críticas. Já o candidato republicano Donald Trump disse que o corte foi feito por "razões políticas" — para ajudar Kamala Harris, sua adversária na corrida pela Casa Branca — ou porque a economia está em "muito mau estado".

A decisão encerrou um período tumultuado na liderança de Powell, que abrangeu uma pandemia global, a maior contração econômica desde a Grande Depressão, guerra e choques severos de oferta que amplificaram o pior surto de inflação em 40 anos.


SIMON DAWSON/BLOOMBERG

> "Ciclo de flexibilização do Fed pode ser abreviado"
> *Jean Boivin*

Muitos economistas duvidavam que Powell conseguiria conter as pressões inflacionárias sem levar a maior economia do mundo à recessão. Mas, dois anos após o pico da alta inflacionária, a inflação foi quase trazida de volta à meta de 2% do Fed, enquanto o crescimento econômico permaneceu sólido.

Ao explicar a decisão de quarta, o presidente do Fed enquadrou o corte de juros maior do que o habitual como uma "recalibração" da política monetária para se adequar a uma economia em que as pressões de preços estão diminuindo materialmente, enquanto a demanda no mercado de trabalho também está esfriando.

"A economia dos EUA está em um bom lugar e nossa decisão de hoje foi projetada para mantê-la lá", disse Powell na entrevista de imprensa após a reunião.

No passado, o Fed normalmente só se desviava do ritmo tradicional de ajustes de um quarto de ponto quando enfrentava um choque extraordinário — como no início da crise da covid-19, por exemplo, ou quando ficou claro em 2022 que o banco central havia diagnosticado erroneamente o problema inflacionário dos EUA.

O fato de o corte de meio ponto ter sido invocado sem esse tipo de estresse econômico ou financeiro acentuou o desejo do Fed de evitar uma recessão desnecessária. Diane Swonk, da KPMG, disse que, se Powell conseguir realizar esse pouso suave, isso "selaria" seu legado como presidente.

Em vez disso, a decisão de quarta refletiu os esforços do Fed para equilibrar os riscos que a economia enfrenta. Depois de controlar a inflação, o foco agora mudou para o mercado de trabalho, onde o crescimento mensal mais lento e o aumento do desemprego levantaram preocupações.

"O Fed está totalmente ciente de que, do ponto de vista da gestão de risco, aproximar-se de uma posição neutra é provavelmente o melhor lugar para estar, dado o estado da economia", disse Tiffany Wilding, economista da Pimco, referindo-se ao nível de taxas de juros que nem acelera o crescimento nem o reprime.

O próximo passo para as autoridades é descobrir com que rapidez devem cortar as taxas para atingir esse nível neutro. Na entrevista à imprensa, Powell disse que não havia "pressa para fazer isso". O gráfico de pontos também mostrou uma dispersão entre as autoridades, não apenas para este ano, mas também em 2025.

Dois dos 19 membros que fizeram estimativas pensaram que o Fed deveria manter as taxas no novo nível de 4,75%-5% até o final do ano. Outros sete previram apenas mais um corte de um quarto de ponto este ano. A gama de previsões era ainda mais ampla para as taxas em 2025.

Powell terá a tarefa de forjar um consenso no Fomc, tendo encontrado uma dissidência nesta reunião da governadora Michelle Bowman, que votou por um movimento de um quarto de ponto. Isso a tornou a primeira integrante do Fed a discordar de uma decisão de taxa desde 2005.

Alcançar esse consenso será mais difícil devido a um quadro econômico confuso, que mostra alguma persistência na inflação, apesar das melhorias gerais, e uma fraqueza emergente em um mercado de trabalho que ainda é sólido.

A eleição presidencial também tem grande influência, embora Powell tenha reiterado na quarta que as decisões do Fed seriam tomadas exclusivamente com base nos dados econômicos.

Jean Boivin, ex-vice-governador do Banco do Canadá e agora chefe do BlackRock Investment Institute, alertou que o ciclo de flexibilização poderia ser mais "abreviado" do que o esperado pelos mercados financeiros.

Já os traders de mercados futuros precificaram que as taxas cairão mais do que o previsto pelos oficiais, para a faixa entre 4% e 4,25% até o final do ano, o que implica outro corte significativo em uma das duas reuniões restantes de 2024. Os operadores de mercado esperam que a taxa caia para menos de 3% até meados de 2025.

"A perspectiva para a inflação é significativamente incerta", disse Boivin, acrescentando uma nota de cautela sobre o quanto de alívio o Fed pode fornecer aos tomadores de empréstimos, dado esse cenário.

"Não acho que este seja o início de um ciclo de flexibilização. Acho que isso é apenas o afrouxamento do aperto."

BC dos EUA quer repetir feito de Greenspan

Dow Jones Newswires

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) guiou a economia para um "pouso suave" em 1995, abrindo caminho para o "boom" econômico que se seguiu. Isso pode acontecer novamente? Com o corte considerável de juros efetuado nesta semana, começou bem.

Em 1994, o Fed aumentou as taxas de forma agressiva para fazer face às pressões inflacionárias. Em 1995, o mercado de trabalho estava claramente desacelerando. Na época, como agora, não havia sinais de recessão iminente. Mas em maio de 1995 houve uma leitura negativa para o emprego mensal, ajudando a empurrar o Fed para o primeiro de três cortes no mês seguinte.

Esse número assustador acabou por ser uma anomalia — os empregos se recuperaram no mês seguinte. Mas olhando uma média móvel de três meses para suavizar a volatilidade, a tendência de arrefecimento era clara. Nos três meses até junho de 1995, a economia tinha criado uma média de 126 mil empregos, abaixo da média de 332 mil em igual período do ano anterior.

Avançando para 2024: os números do emprego voltaram a oscilar mês a mês, mas nos três meses até agosto, a criação de empregos foi em média de 116 mil por mês, em comparação a 211 mil um ano antes.

Os três cortes de taxas de 0,25 ponto percentual por parte do Fed em 1995 e no início de 1996 foram bem-sucedidos: em meados de 1996, a criação de emprego tinha se recuperado para uma média de cerca de 250 mil por mês, e a inflação só se tornou uma grande preocupação muito tempo depois.

Por que então o Fed optou por iniciar seu ciclo de flexibilização desta vez com um corte mais agressivo de 0,50 ponto? Não é, como alguns temem, que o Fed veja riscos econômicos muito maiores hoje. Na verdade, o presidente do Fed, Jerome Powell, parecia bastante positivo na entrevista coletiva na quarta-feira. "A economia dos EUA está basicamente bem", disse. "Nossa intenção é realmente manter a força que vemos atualmente na economia dos EUA."

Em vez disso, tem a ver com diferenças fundamentais entre a economia e o ambiente de taxas da década de 1990 e os de hoje.

Em 1995, a era de taxas ultrabaixas que começou no início do século XXI não tinha sido sonhada. Quando o Fed de Alan Greenspan começou a subir juros em 1994, levou-os de 3% no início daquele ano para 6% em fevereiro de 1995. Em contrapartida, no ciclo de aperto desta vez, as taxas começaram num intervalo entre zero e 0,25% no início de 2022 e subiram para 5,25% a 5,5% em julho de 2023. O aperto foi muito maior desta vez.

A postura relativa da política monetária também é mais rígida. Como observou Dario Perkins, economista da TS Lombard, numa nota esta semana, Greenspan argumentou, por volta de 1995, que a chamada "taxa neutra" estava apenas três quartos de ponto abaixo da posição do Fed em junho daquele ano. Esta é essencialmente a taxa de juro teórica que o Fed acredita que permite que o emprego seja tão elevado quanto possível enquanto a inflação se encontra dentro do intervalo-alvo. Três cortes de um quarto de ponto percentual acabaram por ser exatamente o que o médico receitou para a economia na época.

Embora haja um debate generalizado sobre a atual taxa neutra, a maioria dos economistas acredita que seja muito mais baixa, o que significa que a economia é menos capaz de absorver juros altos hoje do que há três décadas. Isto pode se dever a uma série de fatores, incluindo dados demográficos, diferenças no crescimento da produtividade e alterações no sistema financeiro.

Powell disse na quarta-feira que não sabe qual é a atual taxa neutra, exceto que acredita que é "significativamente mais alta" do que quando estava em torno de zero ou negativa, como em momentos antes da pandemia de covid.

Ainda assim, a taxa dos Fed Funds a "longo prazo" prevista pelos dirigentes do Fed no resumo de projeções econômicas dá alguma indicação de onde o BC acredita que o juro neutro poderá estar. A taxa subiu a 2,9% nas últimas projeções, de 2,8% em junho. Mas isso ainda está muito longe do atual intervalo de política monetária após o corte para 4,75% a 5,0%.

Isso significa que, após o aumento inflacionário pós-pandemia, o Fed manteve as taxas em níveis que, por suas próprias estimativas, equivalem a níveis extraordinariamente restritivos. Eles têm um longo caminho para voltar a um nível que não prejudique a economia. Isto ajuda a explicar não só por que optaram por iniciar este ciclo com força, mas também porque suas projeções implicam mais dois cortes de 0,25 ponto este ano e 1 no próximo.

O Fed de meados da década de 1990 manteve-se à frente da curva e evitou uma recessão. O Fed de Powell procura hoje fazer o mesmo. Considerando de onde está começando, desta vez tem que se mover mais rápido.

> Os três cortes de juros do Fed em 1995 e no início de 1996 foram muito bem-sucedidos

Pagamentos Pesquisa da Cielo mostra que 78% dos entrevistados conhecem o 'tap on phone' e só 21% usam terminais inteligentes

Metade dos lojistas acha que 'maquininha' deixará de existir

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Cerca de 53% dos varejistas brasileiros acham que a "maquininha" tradicional de cartão, no formato físico, vai deixar de existir. O dado é de pesquisa conduzida pela Cielo em parceria com a Expertise/Opinion Box, e antecipada ao **Valor**.

Dos participantes, 12% acreditam que isso já acontecerá nos próximos dois anos, 16% acham que a extinção ocorrerá em até cinco anos e 17%, em mais que cinco anos. Outros 9% acham que o terminal deixará de existir, mas não sabem dizer em quanto tempo.

"A maquininha como a gente enxerga hoje tende mesmo a desaparecer. O surgimento de novas tecnologias vai contribuir com essa mudança de realidade", diz o presidente da Cielo, Estanislau Bassols.

Ele cita, por exemplo, que, nos estabelecimentos comerciais de menor porte, tecnologias como o link de pagamento e o "tap on phone", que permite que o lojista aceite pagamentos utilizando o celular no lugar do terminal estão ganhando cada vez mais espaço. "Outra variável que influencia o cenário para pagamentos no Brasil é o uso muito intenso de smartphones e das redes sociais."

De acordo com a pesquisa, 78% dos entrevistados já ouviram falar da tecnologia de "tap on phone". Desses, 58% têm a intenção de utilizá-la — 20% imaginam substituir totalmente a maquininha e 38%, usar as duas opções. Não há dados sobre quantos lojistas já utilizam o recurso atualmente, mas, de acordo com Bassols, a expectativa é de adoção crescente.


CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

"A maquininha como a gente enxerga hoje tende a desaparecer"
Estanislau Bassols

O presidente da Cielo afirmou ainda que a credenciadora vem investindo na melhoria da jornada do cliente com o link de pagamento, por meio, por exemplo, da integração com carteiras digitais e com o próprio Click to Pay, carteira capitaneada pelas bandeiras que foi lançada oficialmente neste ano no país.

A pesquisa foi feita com 205 lojistas de todas as regiões. O estudo foi realizado entre 31 de julho e 6 de agosto e tem margem de erro de até 6,9 pontos percentuais.

Bassols vê ainda potencial de expandir a utilização dos chamados "terminais inteligentes", que trazem outras funções integradas na maquininha, como de emissão de nota fiscal e gestão de estoque.

De acordo com a pesquisa, só 21% dos estabelecimentos usam o recurso. Nesse grupo, 29% dizem que o principal atributo do equipamento é a praticidade para emitir notas fiscais. As possibilidades de integração com outros aplicativos e de gestão de estoque foram mencionadas por 28% e 26% dos entrevistados, respectivamente. Ao todo, 66% dos participantes não aderiram aos terminais inteligentes e 13% nem conhecem a opção.

"A maquininha também vem sendo ressignificada", diz o executivo. "Os terminais inteligentes ainda estão muito abaixo do seu potencial de uso. Hoje, eles estão mais utilizados por clientes maiores ou menores de nichos específicos, como restaurantes."

A pesquisa mostra ainda que 93% dos entrevistados acreditam que os pagamentos com biometria vão se popularizar em dez anos. Para eles, a segurança é seu principal atributo. Dos participantes, 34% acham que essas opções substituirão completamente a maquininha, enquanto 59% acham que as opções eram coexistir.

Crise do AgroGalaxy abala Fiagros negociados na bolsa

Yasmim Tavares
Do Rio

A crise que atinge o AgroGalaxy, empresa de insumos agrícolas que entrou com pedido de recuperação judicial (RJ) na última quarta-feira, acertou em cheio os fundos de investimentos nas cadeias produtivas agroindustriais (Fiagros) com exposição aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) emitidos pela companhia. Ao todo, 11 fundos do agronegócio são credores dos CRAs inadimplentes do AgroGalaxy, dos quais seis são negociados em bolsa e outros cinco no mercado de balcão.

Entre os Fiagros listados na B3, o XPCA11, gerido pela XP, possui 8,20% do patrimônio líquido (PL) exposto a títulos de dívida da companhia do setor agrícola. No fechamento de ontem, as cotas do fundo desvalorizaram 8,06%, negociadas a R$ 7,99. No saldo parcial da semana, as perdas são de 9,10%.

O JGPX11, Fiagro sob gestão da JGP, também detém uma fatia relevante de 8,0% do patrimônio líquido concentrado nos CRAs do AgroGalaxy. O fundo registrou o segundo maior recuo entre os ativos afetados pela crise da empresa. No fim dos negócios, caiu 6,11%, a R$ 75,43, acumulando expressiva queda de 11,77% na semana.

Ainda entre os Fiagros negociados em bolsa, o CPTR11, da Capitânia, tem 7,0% do patrimônio líquido investido em CRAs da companhia. Com uma participação menor no portfólio, o fundo registrou queda de 5,16% ontem, negociado a R$ 7,72. Na semana, a variação é negativa em 8,75%.

Outros Fiagros listados com exposição aos títulos de dívida do AgroGalaxy são o AGRX11, BBGO11 e o AAZQ11. Todos encerraram a sessão de ontem no negativo, com perdas de 4,58%, 2,85% e 1,53%, respectivamente.

No início da semana, o AgroGalaxy deixou de pagar uma dívida de R$ 70 milhões referente a um CRA de R$ 500 milhões emitido pela companhia há dois anos com vencimento em 2027. Pouco depois de a inadimplência se tornar pública, a companhia emitiu um fato relevante, na quarta-feira, para comunicar a renúncia do até então presidente da empresa no Brasil, Axel Labourt, e de outros membros de conselhos, totalizando seis saídas ao todo.

No mesmo dia, a empresa divulgou um novo fato relevante para anunciar o pedido de recuperação judicial. A medida foi aprovada em caráter de urgência pelo conselho de administração do AgroGalaxy.

A inadimplência e o pedido de recuperação judicial da companhia acontecem dentro de um contexto desafiador para o agronegócio do Brasil. Conforme explicam analistas, além da queda no preço de algumas commodities agrícolas, como soja e milho, houve, no ano passado, um aumento no estoque de insumos como fertilizantes e defensivos. No entanto, a maior oferta não foi acompanhada pela demanda, que seguiu enfraquecida por parte dos produtores de grãos. Consequentemente, os preços dos fertilizantes caíram, deteriorando a saúde financeira das empresas de insumos agrícolas e comprimindo as margens de revendedoras, como o AgroGalaxy.

Leia mais na pág. B11

Valor investe.com
Leia a íntegra da reportagem no site
www.valorinveste.com

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 19/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.254,4677950	-0,01	0,56	6,90
IRF-M	1+**	20.523,3067710	-0,34	0,52	2,92
IRF-M	Total	18.678,1621850	-0,23	0,53	4,10
IMA-B	5***	9.442,1015660	-0,33	0,29	5,18
IMA-B	5+****	11.339,3421490	-0,75	-1,09	-2,29
IMA-B	Total	10.003,0012430	-0,57	-0,52	0,97
IMA-S	Total	6.894,0069440	0,04	0,57	7,88
IMA-Geral	Total	8.341,0299360	-0,18	0,28	4,92

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	05/09	04/09	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	35,60	33,44	32,42	32,55	33,96	32,92
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,71	24,54	23,99	23,58	25,13	24,70
Conta garantida pré - a.a.	42,49	39,43	48,05	45,01	38,38	48,25
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,48	21,44	20,69	21,37	21,69	27,13
Vendor pré - a.a.	18,73	16,17	15,99	16,90	15,22	17,71
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,05	16,36	14,87	15,23	17,44	18,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,10	18,34	18,43	18,24	18,43	17,90
Conta garantida pós - a.a.	24,57	24,70	24,79	24,41	24,36	27,26
ACC pós - a.a.	7,73	8,24	8,14	8,10	8,24	7,91
Factoring - a.m.	3,24	3,24	3,20	3,22	3,25	3,52

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	19/09/24	18/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3300	5,3200	5,3200	5,3100
1 mês	-	5,3454	5,3421	5,3465	5,3502	5,3146
3 meses	-	5,3709	5,3690	5,3684	5,3675	5,2380
6 meses	-	5,3980	5,3968	5,3951	5,3939	5,1376
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,4160	3,6640	3,6540	3,6640	3,6510
1 mês	-	3,6686	3,6682	3,6690	3,6689	3,6575
3 meses	-	3,6795	3,6794	3,7145	3,7414	3,5425
6 meses	-	3,8130	3,8212	3,8379	3,8507	3,2765
1 ano	-	3,9135	3,9133	3,9130	3,9120	2,4515
Euribor ***						
1 mês	-	3,398	3,436	3,589	3,587	3,891
3 meses	-	3,458	3,481	3,490	3,538	3,934
6 meses	-	3,239	3,265	3,360	3,407	4,071
1 ano	-	2,921	2,929	3,088	3,159	4,216
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,00	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	4,65	4,80	5,02	5,26	5,32	5,40
T-Bill (3 meses)	4,73	4,81	4,97	5,09	5,18	5,45
T-Bill (6 meses)	4,49	4,54	4,71	4,85	4,93	5,52
T-Note (2 anos)	3,59	3,62	3,64	3,90	3,99	5,10
T-Note (5 anos)	3,49	3,48	3,47	3,67	3,69	4,51
T-Note (10 anos)	3,72	3,71	3,68	3,86	3,81	4,36
T-Bond (30 anos)	4,05	4,02	3,99	4,15	4,06	4,43

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês set/24*	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,55	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,68	11,20
CDI	0,55	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,68	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,53	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,10	8,26
IMA-B	-0,52	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,97	5,32
IMA-S	0,57	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,88	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-2,12	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,79	17,51
Índice Small Cap	-1,81	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-11,32	-2,18
IBrX 50	-2,33	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	0,74	19,46
ISE	-0,59	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-2,64	9,55
IMOB	2,66	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-5,26	4,77
IDIV	-0,86	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	4,11	21,94
IFIX	-1,56	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	0,88	5,63
Dólar Ptax (BC)	-4,20	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	11,93	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-3,70	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	11,78	13,79
Euro (BC) (4)	-3,44	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	12,88	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-2,76	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	12,76	16,00
Ouro (BC)	-0,93	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	40,24	48,11
Inflação								
IPCA	-	-0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,85	4,24
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 19/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 16/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.734.244,70					-10.864,79	42.694,46	350.329,98	291.600,22
RF Indexados (2)	144.926,63	-0,04	0,37	4,46	7,78	597,88	-414,46	-12.302,67	-19.247,78
RF Duração Baixa Soberano (2)	692.237,74	0,04	0,40	6,96	10,27	-6.255,87	12.182,52	38.751,74	8.798,14
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	916.114,00	0,04	0,45	7,94	11,71	-2.981,92	9.038,85	100.994,84	102.992,05
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	197.792,03	0,04	0,05	8,02	11,79	388,02	3.947,20	87.094,80	89.843,91
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.661,66	-0,01	0,17	6,19	9,12	40,75	1.437,86	-3.612,01	-5.636,64
RF Duração Livre Soberano (2)	224.026,99	0,02	0,36	6,48	9,88	-27,95	6.521,28	-8.790,46	-24.438,03
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	674.697,87	0,03	0,37	7,10	10,64	-440,93	2.193,01	-15.428,64	-30.204,70
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	413.572,57	-0,01	0,45	7,28	11,17	-68,78	3.102,92	116.562,44	150.176,05
Ações	647.033,07					-690,48	-3.056,33	17,40	44.869,57
Ações Indexados (2)	10.802,63	0,17	-0,58	0,76	13,53	-107,76	24,80	204,62	-1.884,54
Ações Índice Ativo (2)	29.438,87	0,00	0,17	-0,25	10,81	41,07	-1.010,89	-8.158,91	-7.507,76
Ações Livre	233.726,90	-0,11	0,49	2,07	11,46	-461,95	-1.552,07	-2.603,28	-6.027,47
Fechados de Ações	126.081,60	0,13	0,29	-3,86	-1,75	0,00	1.188,83	-1.116,46	13.088,54
Multimercados	1.574.210,18					-1.134,61	-44.190,28	-189.197,35	-321.309,17
Multimercados Macro	143.646,86	0,09	0,91	3,80	7,41	-292,75	6.615,70	-37.439,58	-56.968,68
Multimercados Livre	587.336,11	-0,03	0,39	6,62	10,71	232,29	-42.316,74	-56.647,21	-115.684,25
Multimercados Juros e Moedas	47.277,28	-0,03	0,40	6,96	10,69	-49,03	-1.911,08	-11.499,25	-15.668,88
Multimercados Invest. no Exterior (2)	713.438,44	-0,23	-0,20	7,81	12,67	-1.005,93	-6.764,75	-84.502,31	-129.928,99
Cambial	6.210,69	-0,89	-2,00	18,45	20,23	-26,20	-122,80	-758,80	-1.052,06
Previdência	1.480.704,46					-577,70	-293,78	29.071,76	40.621,63
ETF	42.996,55					159,18	181,05	-3.160,79	-1.385,61
Demais Tipos	2.109.414,25					-2.874,72	2.871,07	88.714,12	104.081,29
Total Fundos de Investimentos	**7.485.399,65**					**-13.134,60**	**-4.787,68**	**186.302,20**	**53.344,58**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.776.938,28**					**1.518,06**	**9.492,17**	**116.814,09**	**176.651,52**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.311.795,70**					**-11.616,53**	**4.704,49**	**303.116,29**	**229.996,10**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	19/09/24	18/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,50	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8351	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,50	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8351	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,25
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8921
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,60
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9938
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,90	10,86	10,82	10,77	10,60	12,36
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,39	11,31	11,31	11,28	11,04	11,80
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,62	10,53	10,45	12,70
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,75	10,73	10,70	10,62	10,52	12,54
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,91	10,87	10,85	10,79	10,61	12,34
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	11,07	11,04	11,01	10,98	10,74	12,17
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,39	11,29	11,30	11,30	11,02	11,80
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,92	11,69	11,74	11,74	11,45	10,83

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 19/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.679,18	10,652	214.374	10,646	10,658	10,648
Vencimento em nov/24	98.762,22	10,655	19.843	10,652	10,658	10,654
Vencimento em dez/24	97.987,11	10,792	18.830	10,786	10,800	10,800
Vencimento em jan/25	97.107,68	10,979	1.700.479	10,960	11,000	10,980
Vencimento em fev/25	96.174,54	11,148	15.011	11,130	11,165	11,155
Vencimento em mar/25	95.302,38	11,327	1.859	11,320	11,350	11,330
Vencimento em abr/25	94.476,26	11,458	376.282	11,370	11,470	11,455
Vencimento em mai/25	93.607,11	11,575	1.209	11,555	11,595	11,595
Vencimento em jun/25	92.702,45	11,670	202	11,680	11,690	11,690
Vencimento em jul/25	91.834,71	11,764	628.456	11,660	11,775	11,765
Vencimento em ago/25	90.856,35	11,837	4.298	11,815	11,850	11,830

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.431,78	-0,19	288.240	5.401,50	5.447,00	5.428,50
Vencimento em nov/24	5.450,86	-0,19	285	5.434,00	5.459,00	5.459,00
Vencimento em dez/24	5.468,14	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.488,42	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.514,08	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.067,80	0,03	10	6.047,00	6.047,00	6.047,00
Vencimento em nov/24	6.097,27	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.122,93	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	134.004	-0,50	82.580	133.675	136.170	133.710
Vencimento em dez/24	136.175	-0,50	40	136.950	137.720	136.950
Vencimento em fev/25	138.251	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 19/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4183	5,4189	-1,06	-4,20	11,93	11,56
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4235	5,4241	-0,70	-3,70	11,78	11,32
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4558	5,6358	-0,28	-3,84	11,66	11,43
Euro (BC) - (R$/€)	6,0392	6,0410	-0,77	-3,44	12,88	16,41
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0538	6,0545	-0,22	-2,76	12,76	16,34
Euro Turismo (R$/€)	6,1208	6,3008	-0,18	-3,03	12,37	16,27
Euro (BC) - (US$/€)	1,1146	1,1148	0,29	0,79	0,85	4,35
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	450,7737	450,8236	-0,31	-0,93	40,24	49,33
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.586,40	1,06	3,34	25,24	33,92
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.590,60	0,87	2,63	25,61	33,88

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	19/09/24	18/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	174.765,83	174.645,31	178.922,92	173.997,89	0,07	-2,32	0,44
Valor-Coppead Mínima Variância	102.761,65	102.990,19	105.748,61	93.533,91	-0,22	-2,82	9,87

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-
Raízen (2)	17/09/24	17/01/35	124	1.000	5,7	2,18	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 19/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 19/09/24

Índice	19/09/24	18/09/24	Em 30/08/24	29/12/23	19/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	187,93	183,66	188,53	165,54	157,05	2,32	-0,32	13,53	19,66
S&P BNY Emergentes	364,58	352,64	354,71	312,75	288,16	3,39	2,78	16,57	26,52
S&P BNY América Latina	199,58	198,28	196,58	225,28	201,87	0,66	1,52	-11,41	-1,13
S&P BNY Brasil	198,88	197,99	197,44	232,95	206,62	0,45	0,73	-14,63	-3,75
S&P BNY México	293,89	291,92	286,82	331,67	307,81	0,68	2,46	-11,39	-4,52
S&P BNY Argentina	306,91	298,05	268,80	178,27	141,63	2,97	14,18	72,17	116,70
S&P BNY Chile	139,35	138,33	143,28	162,12	157,35	0,74	-2,74	-14,04	-11,44
S&P BNY Índia	3.263,31	3.217,48	3.175,88	2.923,01	2.811,17	1,42	2,75	11,64	16,08
S&P BNY Ásia	221,81	213,96	218,99	189,60	181,24	3,67	1,29	16,99	22,38
S&P BNY China	308,07	296,11	294,08	336,11	329,49	4,04	4,76	-8,34	-6,50
S&P BNY África do Sul	199,82	196,03	192,07	199,87	196,23	1,93	4,04	-0,02	1,83
S&P BNY Turquia	31,97	31,33	33,07	22,45	22,40	2,03	-3,34	42,37	42,72

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648	0,5648	0,7460
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687	0,5687	0,7846
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726	0,5726	0,8231
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728	0,5728	0,8245
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730	0,5730	0,8269
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734	0,5734	0,8312
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696	0,5696	0,7943
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659	0,5659	0,7566
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697	0,5697	0,7952
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737	0,5737	0,8338
17/09 a 17/10	0,0734	0,5738	0,5738	0,8345
18/09 a 18/10	0,0737	0,5741	0,5741	0,8379

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 19/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	133.123	-0,47	-2,12	-0,79	12,96
IBrX	56.279	-0,48	-2,06	-0,30	13,36
IBrX 50	22.381	-0,43	-2,33	0,74	14,27
IEE	92.415	-0,62	-0,51	-2,68	5,12
SMLL	2.087	-1,76	-1,81	-11,32	-3,61
ISE	3.664	-1,05	-0,59	-2,64	8,59
IMOB	957	-2,03	2,66	-5,26	7,43
IDIV	9.446	-0,50	-0,86	4,11	17,78
IFIX	3.341	-0,28	-1,56	0,88	3,44
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.566	0,59	2,17	-11,37	1,26
IBrX	10.386	0,58	2,23	-10,93	1,62
IBrX 50	4.130	0,64	1,95	-10,00	2,43
IEE	17.054	0,44	3,84	-13,05	-5,77
SMLL	385	-0,71	2,49	-20,78	-13,60
ISE	676	0,01	3,77	-13,01	-2,66
IMOB	177	-0,98	7,16	-15,36	-3,70
IDIV	1.743	0,56	3,49	-6,99	5,58
IFIX	616	0,78	2,75	-9,87	-7,28

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	09/09/24	369.339
fev/24	352.705	10/09/24	369.785
mar/24	355.008	11/09/24	370.260
abr/24	351.599	12/09/24	370.017
mai/24	355.560	13/09/24	371.009
jun/24	357.827	16/09/24	371.538
jul/24	363.282	17/09/24	371.197
ago/24	369.214	18/09/24	370.865

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	19/09/24	18/09/24	17/09/24	16/09/24	13/09/24	12/09/24
Índice	2.157,79	2.163,77	2.160,84	2.159,92	2.160,63	2.158,03
Var. no dia	-0,28%	0,14%	0,04%	-0,03%	0,12%	-0,16%
Var. no mês	0,58%	0,86%	0,73%	0,68%	0,72%	0,59%
Var. no ano	4,48%	4,77%	4,63%	4,59%	4,62%	4,49%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 19/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	33,1400	33,2000	0,16320	0,16350
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4183	5,4189
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,6870	36,7789	0,1473000	0,1477000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7729	0,7899
Colon (Costa Rica)	515,2100	521,3600	0,010390	0,010520
Coroa (Dinamarca)	6,6918	6,6923	0,8096	0,8098
Coroa (Islândia)	136,4500	136,7300	0,03963	0,03971
Coroa (Noruega)	10,4885	10,4922	0,5164	0,5167
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5020	22,5160	0,2406	0,2408
Coroa (Suécia)	10,1721	10,1735	0,5326	0,5327
Dinar (Argélia)	132,2496	132,8396	0,04079	0,04097
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3051	17,7591	17,7669
Dinar (Líbia)	4,7371	4,7594	1,1384	1,1439
Direitos Especiais de Saque ***	1,3530	1,3530	7,3310	7,3318
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,4751	1,4754
Dirham (Marrocos)	9,7045	9,7095	0,5580	0,5584
Dólar (Austrália)***	0,6814	0,6815	3,6920	3,6930
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4183	5,4189
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6649	2,7119
Dólar (Canadá)	1,3560	1,3561	3,9955	3,9962
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4890	6,5684
Dólar (Cingapura)	1,2923	1,2925	4,1921	4,1932
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4183	5,4189
Dólar (Hong Kong)	7,7946	7,7947	0,6951	0,6952
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6240	0,6245	3,3810	3,3841
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7767	6,8260	0,7938	0,7996
Euro (Comunidade Européia)***	1,1146	1,1148	6,0392	6,0410
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9771	3,0366
Franco (Suíça)	0,8478	0,8479	6,3903	6,3917
Guarani (Paraguai)	7801,3200	7807,2200	0,0006940	0,0006946
Hryvnia (Ucrânia)	41,3000	41,6000	0,1302	0,1312
Iene (Japão)	142,8800	142,8900	0,03792	0,03793
Lev (Bulgária)	1,7538	1,7543	3,0886	3,0898
Libra (Egito)	48,4800	48,5800	0,1115	0,1118
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3279	1,3280	7,1950	7,1963
Naira (Nigéria)	1614,2000	1664,2000	0,00326	0,00336
Lira (Turquia)	34,0047	34,0327	0,1592	0,1594
Novo Dólar (Taiwan)	31,9480	31,9660	0,16950	0,16960
Novo Sol (Peru)	3,7418	3,7446	1,4470	1,4482
Peso (Argentina)	962,5000	963,0000	0,00563	0,00563
Peso (Chile)	930,3500	932,2200	0,005812	0,005825
Peso (Colômbia)	4172,6000	4175,5000	0,001298	0,001299
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2258	0,2258
Peso (Filipinas)	55,5200	55,5400	0,09756	0,09760
Peso (México)	19,2355	19,2460	0,2815	0,2817
Peso (Rep. Dominicana)	59,8300	60,2100	0,08999	0,09057
Peso (Uruguai)	41,3100	41,3400	0,13110	0,13120
Rande (África do Sul)	17,4751	17,4812	0,3100	0,3101
Rial (Arábia Saudita)	3,7524	3,7526	1,4439	1,4441
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001290	0,0001290
Ringgit (Malásia)	4,2050	4,2150	1,2855	1,2887
Rublo (Rússia)	92,1705	92,1795	0,05878	0,05879
Rúpia (Índia)	83,6160	83,6710	0,06476	0,06481
Rúpia (Indonésia)	15230,0000	15240,0000	0,0003555	0,0003558
Rúpia (Paquistão)	277,7200	278,2800	0,01947	0,01951
Shekel (Israel)	3,7628	3,7667	1,4385	1,4401
Won (Coréia do Sul)	1328,8300	1329,3400	0,004076	0,004078
Yuan Renminbi (China)	7,0675	7,0682	0,7666	0,7667
Zloty (Polônia)	3,8326	3,8335	1,4134	1,4139

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2588,59	0,01202	450,7737	450,8236

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	19/09/24	18/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	42.025,19	41.503,10	1,26	1,11	11,50	21,75	32.417,59	42.025,19
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.839,83	19.344,49	2,56	1,35	17,91	30,60	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.013,98	17.573,30	2,51	1,70	20,00	31,70	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.713,64	5.618,26	1,70	1,16	19,79	28,57	4.117,37	5.713,64
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.866,27	23.592,60	1,16	2,23	13,87	18,04	18.737,39	23.866,27
México	Cidade do México	IPC	52.918,04	52.582,89	0,64	1,79	-7,79	1,34	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.320,58	1.307,24	1,02	-3,06	10,49	19,54	1.083,95	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	96.970,25	96.871,44	0,10	5,94	67,67	148,20	38.957,57	98.913,06
Chile	Santiago	IPSA	Feriado	Feriado	-	-1,96	2,18	5,51	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.213,76	29.093,80	0,41	2,71	12,53	28,48	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.847.053,09	1.815.098,88	1,76	7,54	98,67	220,29	543.252,12	1.847.053,09
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.492,06	1.464,49	1,88	-0,42	6,92	10,90	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	19.002,38	18.711,49	1,55	0,50	13,44	21,31	14.687,41	19.002,38
França	Paris	CAC-40	7.615,41	7.444,90	2,29	-0,20	0,96	4,58	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.044,86	33.655,49	1,16	-0,95	12,17	18,39	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.253,10	4.224,97	0,67	1,64	14,71	15,64	3.290,68	4.253,10
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.729,34	2.696,22	1,23	-1,95	19,52	27,43	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.778,10	11.684,70	0,80	3,30	16,59	23,63	8.918,30	11.778,10
Grécia	Atenas	ASE General	1.428,39	1.419,50	0,63	-0,20	10,46	16,34	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	908,42	892,63	1,77	-1,11	15,45	23,61	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.084,05	72.768,53	0,43	0,30	20,56	26,66	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.203,78	82.705,16	0,60	-1,96	6,05	25,81	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.720,43	6.754,67	-0,51	-0,59	5,06	9,19	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	937,60	945,61	-0,85	2,40	-13,46	-6,55	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.592,91	2.544,25	1,91	-0,12	8,12	19,09	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.058,30	11.982,30	0,63	-3,04	8,26	8,94	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.975,61	9.774,49	2,06	1,45	33,54	28,16	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.991,28	1.997,20	-0,30	-4,34	6,16	6,96	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	83.706,06	82.718,56	1,19	-0,05	8,86	13,41	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.155,33	36.380,17	2,13	-3,86	11,03	11,77	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.417,00	8.364,30	0,63	1,21	7,50	13,82	6.960,20	8.417,00
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.497,00	1.473,73	1,58	-3,06	-18,55	-21,40	1.433,10	1.936,49
China	Xangai	SSE Composite	2.736,02	2.717,28	0,69	-3,74	-8,03	-12,45	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.580,80	Feriado	0,21	-3,50	-2,80	0,84	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.013,16	Feriado	2,00	0,13	5,67	0,09	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	83.184,80	82.948,23	0,29	0,99	15,15	23,06	63.148,15	83.184,80
Indonésia	Jacarta	JCI	7.905,39	7.829,14	0,97	3,06	8,70	13,25	6.642,42	7.905,39
Tailândia	Bangcoc	SET	1.454,84	1.435,77	1,33	7,05	2,75	-4,47	1.274,01	1.522,96
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.042,69	21.678,84	1,68	-1,01	22,93	32,50	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°: 08/2024 - FFCLRP
PROCESSO SEI Nº: 154.00004968/2024-55

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – (UASG 102147), torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO sob N°: 08/2024 - FFCLRP**, do tipo menor preço, cujo objeto é **aquisição de GÁS HÉLIO LÍQUIDO (de alta pureza)**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 23/09/2024**, estando a sessão de disputa agendada para **o dia 03/10/2024 às 08h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Compras.gov.br"** através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 20/09/2024**, no **PNCP, https://pncp.gov.br/app/editais** conforme Art. 54 da Lei 14.133/21, e no seguinte endereço eletrônico: **https://portalservicos.usp.br/contratacoes.**

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.026/2024 – Processo Administrativo: 20231222987-SMS (UASG: 925162) – Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Fardamentos – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 07/OUTUBRO/2024, às 09h30min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 19 de Setembro de 2024.
Suely Meneses Barreto– Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
PARANÁ ESPORTE





AVISO DE LICITAÇÃO	
PARANÁ ESPORTE	
Curitiba, 19 de setembro de 2024	
PROTOCOLO	22.746.125-0
Nº EDITAL GMS	145/2024
Nº COMPRAS GOV	90145/2024
UASG	927716
MODALIDADE	Concorrência Eletrônica
TIPO	Integrada
MODO DE DISPUTA	Fechado / Aberto
OBJETO	Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para prestação de serviços técnicos de implantação da "Escola de Surf", no município de Matinhos – PR, incluindo a elaboração de projeto básico e executivo de arquitetura e engenharia bem como a execução da obra de construção, no regime de contratação integrada de obras públicas, conforme elementos técnicos instrutores e anexos ao edital
VALOR MÁXIMO	O valor máximo referente ao CRITÉRIO PREÇO admitido para execução do objeto é de R$ 2.444.182,25 (Dois milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil e cento e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), sendo R$ 2.312.256,00 (Dois milhões e trezentos e doze mil duzentos e cinquenta e seis reais), referente à execução da obra e R$ 131.926,25 (Cento e trinta e um mil novecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos), referente à elaboração dos projetos.
ABERTURA / LANCE	19/12/2024 – às 09:00 - Horário de Brasília – Abertura e Lances
LOCAL DA DISPUTA	https://www.gov.br/compras
INFORMAÇÕES	https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/Pagina/Compras-Parana-Consulta-de-Editais-e-Licitacoes
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Ronald Pedro Catarino

Fato Relevante - A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **Agrogalaxy Fornecedores Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro - Direitos Creditórios**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.286.115/0001-98 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, em atenção ao artigo 46, da Instrução Normativa CVM nº 356 de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, informar que **(i)** em razão do Fato Relevante publicado no dia 18 de setembro de 2024 pela Agrogalaxy Participações S/A ("Companhia" ou "Agrogalaxy"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.240.146/0001-84, informando o ajuizamento de pedido de recuperação judicial pela Companhia e suas subsidiárias ("Pedido de Recuperação Judicial"), **(ii)** em razão do Fato Relevante publicado no dia 18 de setembro de 2024 pela Vert Companhia Securitizadora, inscrita no CNPJ MF sob o nº 25.005.683/0001-09, informando o descumprimento de obrigação pecuniária pela Companhia no âmbito de operação lastreada na "*Emissão de Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada*" da Companhia ("Emissão de Debênture"), configurando assim um evento de vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes da Emissão de Debênture ("Vencimento Antecipado da Emissão de Debênture"), e (iii) nos termos da cláusula 17.1, alíneas (xix) e (xxi) do Regulamento do Fundo, o Pedido de Recuperação Judicial e o Vencimento Antecipado da Emissão de Debênture são configurados como Eventos de Avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação"), a Administradora informa que convocará Assembleia Geral de Extraordinária de Cotistas para deliberar acerca da continuidade das operações do Fundo ou a conversão dos Eventos de Avaliação em um Evento de Liquidação ("Assembleia"). Sem prejuízo, na forma da cláusula 17.2 do Regulamento do Fundo, a Administradora interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios até a realização da Assembleia. A Administradora permanece à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**




ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DELIBERAÇÃO Nº 001/2024-APPA

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Cláusula Segunda do Convênio de Delegação de Competências 001/2019 e considerando o que consta do Protocolo nº 21.083.302-1 APPA, resolve:

1.Estabelecer que a Audiência Pública prevista no âmbito do Aviso de Consulta e Audiência Pública nº 01/2024-APPA, referente a área PAR25, ocorra no modelo híbrido, presencial e telepresencial, no dia 15 de outubro de 2024, com início às 14h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento.

2.A dinâmica da audiência pública será a seguinte:

2.1. Toda a sessão virtual será transmitida via streaming para toda a internet, gravada e disponibilizada no canal APPA LICITACAO no Youtube;

2.2. Não é necessária inscrição para assistir a Audiência Pública;

2.3. Os interessados em se manifestar na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, através do número (41) 99189-7720. O período de inscrição será das 07h00 às 11h00 do dia 15 de outubro de 2024. Não serão aceitas inscrições feitas fora do prazo e/ou de modo diverso ao estabelecido neste item;

2.4. A participação dos interessados será exclusivamente ao vivo, através da sala virtual ou em modo presencial, de acordo com a ordem de inscrição na sessão da Audiência Pública, e em no máximo 10 (dez) minutos;

2.5. Após a conclusão da etapa de inscrição, cada interessado em participar em modo telepresencial receberá o link para acesso a sala virtual da sessão no e-mail cadastrado no ato da inscrição;

2.6. Em caso de problemas computacionais, será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições. Caso os problemas persistam, o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo aplicativo de mensagens Whatsapp;

2.7. Independentemente da modalidade de participação, todas as contribuições devem ser formalizadas por meio do link http://web.antaq.gov.br/sistemas/leilaointernetv2/default.aspx?audiencia=152, disponibilizado no site da APPA, até às 23h59 do dia 21 de outubro de 2024.

3.Ficam mantidas as demais disposições constantes no Aviso de Convocação de Consulta e Audiência Pública nº 001/2024-APPA.

4.Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

5.Publique-se no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado do Paraná e em jornais de grande circulação local e nacional.

Paranaguá, 17 de setembro de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2024 - MZ - PROCESSO Nº: 154.00004798/2024-17

O Museu de Zoologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 90004/2024 - MZ**, do tipo menor preço, cujo objeto é **SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE GAVETAS DE MADEIRA**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 23/09/2024 a partir das 08h**, estando a sessão de disputa agendada para **o dia 07/10/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 23/09/2024**, além da página do **ComprasGov**, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **https://portalservicos.usp.br/contratacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A COOPER JACAREPAGUÁ LTDA.COOPERATIVA DE TRANSPORTES GERAIS, VANS E AFINS, VIAGENS E TURISMO, CNPJ. 01.250.856/0001-88, CONVOCA seus Cooperados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia 30 de setembro de 2024, na sua sede social na Estrada dos Bandeirantes, 8.591/292, Camorim, Rio de Janeiro/RJ, às 14:00, 14:30 ou 15:00 h, respectivamente, em 1ª., 2ª. ou 3ª. Convocações, com a presença de 2/3, metade mais um e de, no mínimo, 10 (dez) Cooperados com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de Contas 23/24; 2. Eleição do Conselho Fiscal; 3. Admissão, Demissão e Exclusão de Cooperados; 4. Ratificação dos Atos da Diretoria e 5. Assuntos Gerais. Rio de Janeiro/RJ, 16 de setembro de 2024. A DIRETORIA.

megaleilões — **1ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara/SP**

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **dos executados MULTI ATACADO E VAREJO DE UTILIDADES DO LAR LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.126.361/0001-09; **UDBRAX DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.909.753/0001-78; **PROMO ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.343.602/0001-09; **SELLEF ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (depositário)**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.467.587/0001-95; e **MARCELO VIDAURRE MATHIAS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 453.720.637-34. **A Dra. Cristiane Vieira**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **ITAÚ UNIBANCO S.A** em face de **MULTI ATACADO E VAREJO DE UTILIDADES DO LAR LTDA e outros - Processo nº 1178035-53.2023.8.26.0100 – Controle nº 235/2024**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em visitar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 01/10/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 04/10/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 04/10/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 25/10/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação atualizado. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em suma o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve ofertar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo o mesmo ser analisado pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS** - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. O pagamento deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus à comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no CPC e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 45.779 DO 3º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO GONÇALO/RJ - IMÓVEL:** Área P2, situado na Rodovia Amaral Peixoto, no 2º distrito deste Município, em zona urbana, desmembrado da área 01, da Fazenda Santa Eulália, que mede: 294,50m de frente, para a Rodovia Amaral Peixoto, 777,38m nos fundos em dois alinhamentos: o 1º com 500,45m e o 2º com 276,93, confrontando-se com terras do Dr. Carlos Paranhos (Pedreira Epar), por 1.006,38m do lado direito, em dois alinhamentos: o 1º com 735,80m e o 2º com 271,00m, confrontando-se para a área P.3 e do lado esquerdo com 611,56m, para a área P.01, com a área total de 272.778,18m2. **Consta na Av.04 desta matrícula** que o correto logradouro desta matrícula é Avenida Rio do Ouro. **Consta na Av.06 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 50059363420194025117, em trâmite na 1ª Vara Federal de São Gonçalo/SP, foi decretada a indisponibilidade de bens de SELLEF ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. **Consta no R.07 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Contribuinte nº 80585000.** Consta no site da Prefeitura de São Gonçalo/RJ que há débitos tributários no valor de R$ 42.482,24 (28/08/2024). **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 22.394.840,00 (vinte e dois milhões trezentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta reais) para agosto de 2023, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. OBSERVAÇÃO:** Consta Agravo de Instrumento nº 2095804-24.2024.8.26.0000, pendente de julgamento definitivo. **Consta as fls.348 dos autos** licença de instalação com vencimento em fevereiro de 2025. São Paulo, 29 de agosto de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dra. Cristiane Vieira - Juíza de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

AGROGALAXY FORNECEDORES FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 52.286.115/0001-98 - **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS** - Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024. Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **AGROGALAXY FORNECEDORES FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.286.115/0001-98 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se na sede da Administradora, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ e/ou via videoconferência, no link disponibilizado abaixo, em primeira convocação, em **30 de setembro de 2024, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **07 de outubro de 2024, às 17:00 horas**, nos termos a seguir descritos: **CONSIDERANDO QUE:** (A) A Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia"), divulgou fato relevante em 18 de setembro de 2024 informando seus acionistas e o mercado em geral sobre o ajuizamento de pedido de recuperação judicial pela Companhia e suas subsidiárias ("Pedido de Recuperação Judicial"); (B) A Vert Companhia Securitizadora, inscrita no CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 ("Vert"), divulgou fato relevante em 18 de setembro de 2024 informando sobre o descumprimento de obrigação pecuniária pela Companhia no âmbito de operação lastreada na "*Emissão de Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada*" da Companhia ("Emissão de Debênture"), configurando assim um evento de vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes da Emissão de Debênture ("Vencimento Antecipado da Emissão de Debêntures"); (C) A apresentação do Pedido de Recuperação Judicial e o Vencimento Antecipado da Emissão de Debêntures são considerados Eventos de Avaliação, conforme estabelecido nas alíneas (xix) e (xxi) da cláusula 17.1 do Regulamento do Fundo. Isso posto, a Administradora convoca os cotistas do Fundo a deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (i)** se os Eventos de Avaliação descritos nos itens 17.1, alíneas (xix) e (xxi) do Regulamento do Fundo, devem ser considerados um Evento de Liquidação Antecipada; **(ii)** caso os Eventos de Avaliação descritos no item (i) não sejam considerados um Evento de Liquidação, a alteração das Condições de Aquisição dos Direitos Creditórios do Fundo, de modo a excluir a restrição relacionada ao Cedente/Endossante da alínea (iii) da cláusula 4.2 do Regulamento do Fundo, sendo que a referida cláusula passará a vigorar, caso aprovada, na forma descrita abaixo: *"4.2 Não obstante o disposto neste Regulamento, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que cumpram, cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade, na respectiva Data de Aquisição, as seguintes Condições de Aquisição:* ***(i)*** *O prazo máximo de vencimento dos Direitos Creditórios não poderá exceder 450 (quatrocentos e cinquenta) dias corridos, contados da Data de Aquisição;* ***(ii)*** *Os Direitos Creditórios deverão observar as seguintes regras de concentração em relação ao Patrimônio Líquido:* ***(a)*** *Até 1% (um inteiro por cento) para o maior Devedor, limitado a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);* ***(b)*** *Até 25% (vinte e cinco inteiros por cento), para os 50 (cinquenta) maiores Devedores, em conjunto; e* ***(c)*** *Até 50% (cinquenta por cento) por Cedente;* ***(d)*** *Até 70% (setenta por cento), para os 2 (dois) maiores Cedentes.* ***(iii)*** *O Devedor não pode estar em recuperação judicial; e* ***(iv)*** *A Taxa de Desconto dos Direitos Creditórios deverá ser igual ou superior à Taxa de Desconto Média Mínima."* **(iii)** Autorizar a Administradora para que efetive todos e quaisquer procedimentos necessários para implementação das matérias, caso aprovadas, sendo certo que, caso seja aprovada a Liquidação Antecipada do Fundo, esta seguirá os procedimentos previstos no Capítulo 18 do Regulamento do Fundo. A avaliação das matérias da ordem do dia deve ocorrer de forma integral, não sendo possível aprovação parcial das matérias. O link para participação via videoconferência, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, nos *links* que seguem abaixo: **AGROGALAXY FIAGRO DC - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS 1ª CONVOCAÇÃO (30.09.2024) OU 2ª CONVOCAÇÃO (07.10.2024) -** Segunda-feira, 30 de setembro - 5:00 até 6:00 pm; Link da videochamada: https://meet.google.com/suq-cxre-bcn ou disque: (BR) +55 11 4949-9691 - PIN: 543 998 157#; Outros números de telefone: https://tel.meet/suq-cxre-bcn?pin=3503796811405 - Destaca-se que o e-mail para envio dos documentos de comprovação de poderes são os seguintes: ger1.fundos@oliveiratrust.com.br e pedro.oliveira@oliveiratrust.com.br. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Administradora.

Entrevista Bruno Serra, ex-diretor de política monetária do BC, vê decisão do Copom como acertada e espera aceleração já em novembro

‘É mais provável que o ciclo de aperto seja em torno de 2,5 pontos’

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Serra: Projeção de inflação e balanço de riscos assimétrico dá ideia do que BC vê como necessário para fazer seu trabalho

Alex Ribeiro, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

A aposta de que o Copom iria fazer o necessário para levar a inflação para a meta orientou, nos últimos 12 meses, as decisões de investimento da família de fundos Janeiro, da Itaú Asset Management, comandada pelo gestor e ex-diretor de política monetária do BC Bruno Serra. Nesse sentido, a retomada do aperto monetário com um discurso firme, na quarta-feira, aponta que o ciclo de alta de juros deve ficar entre 2 pontos percentuais e 2,5, com a aceleração do ritmo já na próxima reunião do comitê do BC, avalia.

Em entrevista ao **Valor**, Serra vê a possibilidade de valorização do real no ambiente de um diferencial de juros crescente entre Brasil e Estados Unidos. A reação do mercado à decisão do Copom, segundo ele, indica que “é um sinal que estamos indo na direção certa”.

Valor: *O que achou da decisão e da comunicação do Copom?*

Bruno Serra: A decisão foi perfeita, bem-vinda. Nosso time tinha uma cabeça de que o BC ia precisar, nesse período de transição [de comando], ter uma atitude conservadora. O processo de transição sempre gera um momento desafiador, vimos isso em outros períodos. E o ritmo de atividade é bem forte. O processo veio ocorrendo desde maio, quando o Copom reduziu o ritmo de corte [de juro]. De lá para cá, apesar de tudo, no fim o mercado entendeu claramente que era um início de ciclo com uma alta de 0,25 ponto percentual. Achei bem importante o BC não se prender a movimento [futuro da taxa de juro] e não fazer nenhuma menção a cautela, a gradualismo. O BC vai fazer o ciclo que tiver que ser feito para trazer a inflação para a meta. Obviamente, isso não vem sozinho. A projeção [de inflação] do BC está em 3,5%, mais um balanço de riscos assimétrico, o que dá uma ordem de magnitude do que o BC está vendo como necessário para fazer o trabalho. Isso nos leva a crer que é um ciclo que começou com 0,25 ponto e que os próximos passos tendem a ser de 0,5 ponto.

Valor: *Na sua avaliação, qual é a magnitude do ciclo indicada pelas projeções e balanço de riscos?*

Serra: O Focus tem [uma projeção de alta de juros] de 1 ponto, e [a projeção de inflação divulgada pelo Copom] dá 3,5%. Eles ainda estão vendo uma assimetria altista. Estamos falando de pelo menos 2 pontos, o mais provável alguma coisa em torno de 2,5 pontos. Agora, eles deixaram em aberto. A realidade pode se mostrar, eventualmente, um pouco mais que 2,5 pontos. Ou, se tiver um pouco de sorte, se a inflação surpreender para baixo, se a atividade desacelerar mais rápido, se o fiscal acabar sendo um pouco melhor, pode ser menos.

Valor: *E ritmo?*

Serra: 0,5 ponto. Se você faz um ciclo de 2 pontos a 2,5 pontos, não combina muito com passos de 0,25 ponto. Para o início, faz sentido. Natural começar mais cauteloso. Mas o ritmo de 0,5 ponto daqui para frente parece adequado.

Valor: *O Copom deveria ter subido 0,5 ponto, já que emitiu uma mensagem bastante dura?*

Serra: Não achei isso. O comunicado foi duro e projeta um ciclo duro. Não é um ciclo de 0,75 ponto ou 1 ponto, como o Focus está ventilando. A escolha por começar por 0,25 é natural. Eu prefiro a postura do BC, achei que foi mais adequada do que a do Fed. Disse que começa com 0,25 ponto e está claro que vai precisar acelerar. O Fed começa com 0,5 ponto e sinalizou que, daqui para frente, é mais provável que seja em um ritmo menor.

Valor: *Essa alta de juros foi feita para a nova direção mostrar credibilidade ou porque as condições do cenário inflacionário exigiam?*

Serra: Vou falar sobre como o fundo se posicionou ao longo desse [primeiro] ano de vida. Sempre tivemos a cabeça de que o BC ia precisar ser conservador ao longo do ciclo. A gente não tinha nenhuma exposição otimista ou pessimista. Em geral, a posição do fundo era tomada [aposta na alta] em juro curto no Brasil, aplicada [aposta na queda] na ponta longa, vendida em dólar e vendida em inflação implícita. Todas as posições se beneficiam de um BC mais austero e cauteloso. Achava natural que a transição exigiria uma política monetária mais conservadora. Mas o cenário evoluiu de uma forma que a gente não está mais discutindo credibilidade. Agora o debate é por que a economia está rodando acima da sua capacidade. A gente tem inflação corrente rodando acima da meta, perto do topo da banda, e expectativas de inflação desancoradas. Por qualquer vetor que você olhe, a política monetária tem que ser mais conservadora do que vinha sendo recentemente.

> “Agora o debate é por que a economia está rodando acima da sua capacidade”

Valor: *O BC errou então ao cortar a Selic a 10,5%?*

Serra: Não acho. Iniciou um processo quando as condições pareciam ser adequadas para cortar. Ele ajustou a taxa de juros e apertou mais quando as condições viraram. Bancos centrais normais caem juros quando podem e sobem quando precisam. É bom que nosso BC seja um banco central normal. É ruim quando os agentes têm uma percepção de que o BC não vai fazer o necessário, por qualquer razão.

Valor: *Este ciclo de alta de 2,5 pontos pode trazer as expectativas para mais perto da meta?*

Serra: Ninguém tem dúvida que a política monetária está apertada, estamos falando de 7,5% de juro real. A questão é se ela é apertada o suficiente. É uma conjuntura que teve uma expansão de gasto primário bastante significativa, da ordem de dois dígitos acima da inflação. A gente tem um arcabouço fiscal aprovado que, ele sendo cumprido, entrega 2,5% de crescimento do gasto público em termos reais, contra um crescimento de dois dígitos que vigorou até agora. Daqui para frente, esse ritmo desacelera, e o BC faz uma política monetária mais apertada. Aí, sim, eu acho que esses 2 a 2,5 pontos de alta têm uma boa chance de fazer o trabalho.

Valor: *O que levaria o BC a parar de subir o juro?*

Serra: Ele vai seguir o próprio modelo e olhar a cada reunião. Atualizar o hiato, as expectativas de inflação, o câmbio e as outras variáveis explicativas do modelo.

Valor: *O que pode ajudar?*

Serra: Se tivermos um pouco de sorte com o ambiente externo, com o BC sendo mais duro, esperaria ver um câmbio mais valorizado. Além disso, parte do mercado ainda questionava se o BC subiria de fato a taxa de juros. Com o BC iniciando o ciclo, da forma decisiva como foi a comunicação, podemos ver efeitos nas expectativas de inflação. É preciso ver como essas variáveis vão evoluir. Em cima disso, a economia precisa desacelerar do ritmo atual, porque já não há tanta capacidade ociosa para continuar crescendo nesse ritmo.

Valor: *Por que espera que o câmbio se valorize?*

Serra: O diferencial de juros joga a favor. O Fed cortando e o nosso BC mostrando que vai atuar de forma diligente com a inflação é um cenário favorável. Será importante deixar para trás esse questionamento sobre se o BC vai fazer o necessário. Isso pesou no câmbio nos últimos seis meses.

Valor: *A inflação “implícita” costuma ser um antecedente para o Focus. O que espera delas?*

Serra: As implícitas são muito voláteis, muito ruidosas, mas, quando você filtra o que é ruído e o que é sinal, elas costumam dar a direção do Focus. Elas estão sugerindo, agora, que o Focus precisa subir. Quem está colocando dinheiro na mesa, os investidores que compram os títulos indexados à inflação, estão aceitando pagar uma inflação implícita que é de 5% ou mais, em vez dos 3,8% ou 4% do Focus. Esse é um mau sinal para o BC.

Valor: *Isso pode mudar?*

Serra: Esse conservadorismo de maio para cá — em maio cortando menos do que o mercado esperava, depois interrompendo o ciclo, depois falando duro e agora começando um ciclo de alta de forma contundente — vai na direção de mostrar para o mercado que o BC vai entregar as suas metas de inflação. Hoje [ontem] é um dia que o mercado reagiu muito bem. As implícitas nos títulos públicos estão caindo, o que é um bom sinal, o câmbio se valoriza mais que os pares. O juro curto sobe bastante, precificando um ciclo maior do que era a expectativa, mas a curva longa sobe menos. É um sinal de que estamos indo na direção certa.

Valor: *Há risco de desaceleração forte? Qual é o risco de recessão?*

Serra: Estamos bem longe de discutir uma recessão. O que estamos vendo, ainda, é a economia acelerar. O PIB ex-agro vem subindo em linha reta há vários trimestres. O primeiro corte do BC, em agosto do ano passado, vai fazer aniversário de 13 meses. O horizonte de política monetária é de 18 meses. Então ele ainda vai fazer seu efeito total na economia. Vemos um mercado de crédito e de capitais muito fortes. O único vetor de desaceleração que consigo imaginar para os próximos meses seria uma redução do crescimento do gasto. Não estamos em qualquer proximidade de discutir uma desaceleração forte do PIB.

Valor: *Agora que o BC subiu juros, pode ser mais ativo em intervenções cambiais?*

Serra: Não precisa, mas pode, se for necessário, estar mais livre para atuar em momentos pontuais. Como eu acreditava que a política monetária precisava estar mais apertada e que isso teve efeito no câmbio, um BC mais duro pode ancorar a moeda, e por isso estou mais otimista com o real. Agora, se tiver qualquer ruído ou volatilidade não usual, o BC pode agir.

Valor: *O governo tirou um pouco da tensão ao indicar o Galípolo como presidente do BC. Deveria fazer a mesma coisa com a diretoria de política monetária?*

Serra: É um caso diferente. Do presidente do BC, acho que a antecipação foi muito bem-vinda. Quando a gente discute a diretoria, não acho que tenha o mesmo grau de importância.

Valor: *Há um perfil ideal para o escolhido?*

Serra: O mercado sempre vai ler como adequado alguém que entenda de mesa de operações. Mas a equipe do BC é muito qualificada. No fim, eu acho que tem muita gente boa que pode assumir aquela cadeira, com a equipe toda embaixo, a pessoa consegue tocar facilmente.

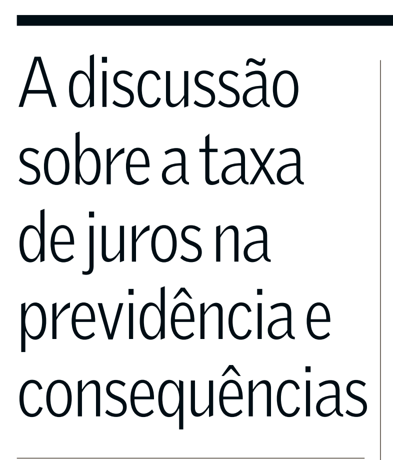
> “Será importante deixar para trás questionamento sobre se o BC vai fazer o necessário”

Valor: *Ao olhar o comunicado, parece que o BC deu um peso pequeno para a decisão do Fed. O BC não está subestimando o poder positivo que pode ter para o cenário?*

Serra: O canal em que as decisões do Fed se transmitem para nós é o câmbio. O que vimos ontem [na quarta-feira] foi uma dinâmica em que a performance do real está muito mais ligada à decisão do nosso BC e não com a do Fed. O real foi muito melhor que os pares nos últimos dois dias. Eu não imaginaria que o BC fosse ter uma decisão dependente do que o Fed fizesse, de entrar na sala na dúvida se faria uma coisa ou outra dependendo do Fed... Existe uma institucionalidade no processo decisório, de olhar os modelos, atualizar variáveis, além da comunicação que antecede a reunião. Tudo isso sugeria uma decisão de início de ciclo duro. Não imaginaria que o Fed fizesse tanta diferença para a nossa reunião.

Valor: *O Fed ter se antecipado não pode significar que o risco de uma recessão nos EUA é maior?*

Serra: Economia é uma ciência interessante, em que a parte humana e comportamental é importante. Na nossa visão, até mais importante do que ele ter dado um corte de 0,5 ponto foi ele ter colocado na mesa essa possibilidade em Jackson Hole. Foi o ‘game changer’. Na hora em que ele fez isso, reduziu a probabilidade de recessão. O Fed está aumentando o grau de estímulo que já vigorava na economia americana. Pensando daqui em diante, se você continuar com o grau de estímulo que existe hoje na atividade americana, existe uma chance razoável da economia reacelerar de um nível que já é robusto de crescimento. E se não houver um aumento da oferta de trabalho e a economia acelerar, a taxa de desemprego vai cair e aí o ciclo de juros vai ter que ser desacelerado.



A discussão sobre a taxa de juros na previdência e consequências

Palavra do gestor

Walter Mendes, Luciana Dalcanale e Ane Conde

Em um plano de previdência complementar, o cálculo do passivo corresponde à estimativa do dinheiro necessário para fazer frente aos benefícios futuros dos participantes. A partir da comparação destas obrigações com o patrimônio do plano, verifica-se a necessidade das empresas e dos participantes realizarem contribuições adicionais para seu equilíbrio.

Esse cálculo, fundamental para a sustentabilidade dos planos, envolve uma série de hipóteses para sua projeção, sendo a taxa de juros a mais relevante.

A legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) prevê que essa taxa deve ser determinada com base no retorno esperado do patrimônio no longo prazo, a chamada “meta atuarial” ou “taxa de juros atuarial” — metodologia similar é adotada em diversos países como Austrália, Áustria, Bélgica, Irlanda, Suíça e Canadá.

Desde 2023, o Ministério da Fazenda vem discutindo a utilização de outra metodologia para determinar a taxa de juros, por uma de “taxa de mercado” ou “taxa de livre risco”, com baixo risco de crédito e mercado. Para sustentar a recomendação, o ministério faz referência às metodologias utilizadas nos EUA, onde papéis corporativos de alta qualidade são usados nos planos privados, e pelas normas para contabilização dos benefícios a empregados (CPC 33, IAS 19 e ASC 715), que também se baseiam em títulos corporativos de alta qualidade ou, na ausência destes, os títulos do Tesouro Nacional (no Brasil, as NTN-Bs são adotadas como referência).

Entretanto, a aplicação desses critérios pode resultar em enorme volatilidade do passivo no Brasil, além de, eventualmente, comprometer a solvência dos planos. Vejamos os motivos a partir da análise de alguns dos argumentos do ministério:

- “Descontar o passivo pela taxa de retorno dos ativos subestima seu valor e incentiva a tomada de riscos excessiva.”

Diferentemente dos EUA, onde a taxa de livre risco é menor e mais estável, no Brasil, devido à volatilidade econômica e ao risco inerente do nosso país, a taxa livre de risco (NTN-Bs) é muito mais alta e instável, sofrendo oscilação nos últimos dez anos em torno de 3% a 7% ao ano acima da inflação.

Quando os juros estão altos, nas projeções adotadas pelas EFPCs para determinar a meta atuarial, muitas vezes é assumida a premissa de que estes cairão, com base nas expectativas de longo prazo. Dessa forma, a “taxa livre de risco” brasileira muitas vezes acaba sendo maior que as metas atuariais das EFPCs.

O momento atual pode ser tomado como referência: se utilizássemos as NTN-Bs para cálculo do passivo (taxa real em torno de 6% ao ano), o valor deste poderia cair de 9% a 15%. Portanto, a regra atual não subestimaria o passivo.

Outro aspecto é que a adoção da taxa livre de risco incentivaria a EFPC a concentrar todo o seu patrimônio em somente um papel, a NTN-B, para um melhor casamento entre passivo e ativo, indo contra outra medida que busca a mitigação de risco: a diversificação dos ativos.

- “Taxa de desconto não deve estar exposta aos demais riscos do mercado.”

Esse conceito se aplica às normas contábeis (CPC 33, IAS 19 e ASC 715) cujo objetivo é mensurar as provisões das empresas no mundo todo utilizando uma mesma “régua”, inclusive para benefícios que sequer são lastreados por patrimônio. Entretanto, no Brasil, a adoção dessa metodologia para determinação das contribuições geraria imprevisibilidade para patrocinadoras e participantes.

Além disso, o patrimônio de um plano pode estar alocado em diversos ativos (debêntures, ações etc.), que terão retornos distintos, e esse descasamento entre os juros do ativo e passivo também resultaria em volatilidade.

- “Um fundo de pensão não pode alterar o passivo por meio de decisão estratégica de alocação.”

Se através de um trabalho profissional ficar evidenciada a obtenção de retornos superiores pelas EFPCs, nada mais justo refletir no cálculo do passivo essa expectativa.

- “Regra (atual) carrega excessiva discricionariedade no seu processo de formação.”

Neste aspecto, há oportunidades de melhoria. A legislação poderia prever critérios mais equânimes para as EFPCs projetarem as suas rentabilidades, como, por exemplo, o comportamento histórico de determinado ativo, e permitir projeções diferentes, desde que haja justificativa técnica mediante autorização à Previc.

Em resumo, embora a discussão sobre “taxa de mercado” seja relevante, é essencial que as metodologias considerem as particularidades do Brasil e promovam equilíbrio e estabilidade. Ajustes pontuais na legislação e maior padronização das projeções de retorno podem contribuir para reduzir a discricionariedade e assegurar que as decisões reflitam de forma justa e precisa a realidade econômica.

Walter Mendes é presidente da Vivest

Luciana Dalcanale é diretora de previdência da Vivest

Ane Conde é gerente executiva atuarial da Vivest
E-mail walter.mendes@vivest.com.br



Moda
‘À Mesa’, Cristina Betts fala sobre expansão da Iguatemi S/A **3**

Tecnologia
Yuval Noah Harari trata dos perigos da IA em novo livro **14**

Menopausa sem tabus

Saúde Personalidades passam a compartilhar experiências e estimular o debate sobre uma questão por muitos anos negligenciada e sujeita a preconceitos. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

A chegada da menopausa pode ser considerada um período complexo para muitas pessoas que menstruam. No entanto, o envelhecimento da população e as transformações contemporâneas têm trazido uma nova dinâmica para esse momento da vida. Impulsionadas por um novo protagonismo, muitas pessoas que, durante anos, guardaram as dificuldades dessa fase numa espécie de caixa-preta começaram a romper o silêncio. Personalidades do meio artístico, político e intelectual passaram a compartilhar suas experiências e a estimular o debate.

A ex-primeira-dama americana Michelle Obama, de 60 anos, é uma delas e, publicamente, lamenta a falta de informação sobre o assunto. “Há muita coisa que não sabemos. Não se conversa muito sobre menopausa. Estou passando por isso, assim como muitas das minhas amigas”, disse ela numa entrevista à revista “People”.

A atriz Naomi Watts, de 55 anos, também se tornou porta-voz do tema depois de entrar precocemente na menopausa, quando tinha 36 anos. Em janeiro de 2025 será lançado seu livro “Dare I Say It - Everything I Wish I’d Know About Menopause” (Atrevo-me a dizer - Tudo o que eu gostaria de saber sobre a menopausa, ainda sem previsão de ser editado no Brasil). A estrela de Hollywood até pensa em levar o tema ao cinema devido à sua relevância. No seu perfil no Instagram, ela divulga eventos, leva pessoas para mesas-redondas e discute vários aspectos dessa fase.

Em outra frente, Watts criou uma marca de cosméticos, Stripes, voltada para as especificidades dessa etapa da vida, que se caracteriza por questões como pele ressecada, aumento de rugas e perda de colágeno. Com sua empresa, Watts é coorganizadora do terceiro Simpósio Anual de Menopausa, que vai acontecer em outubro em Nova York.

O evento reunirá médicos, cientistas e um time vasto de especialistas com o intuito de discutir o que há de mais avançado e relevante sobre o assunto. Entre os temas há destaque para sexo, reposição hormonal, alimentação, atividade física e a promessa de algumas risadas com “uma dose necessária de comédia”.

“Menopower pra quem foge às regras/ Menomale, quando roça e esfrega/ Menopower pra quem nunca se entrega/ Melancólicas, vocês são piegas”: na música “Menopower” (1993), Rita Lee (1947-2023) também usou o humor para tocar no assunto. Ela levantava ali a bandeira que várias atrizes brasileiras erguem hoje para dizer que o fim da vida fértil não é o enterro do desejo nem o passaporte para a velhice.

Fernanda Lima , Luana Piovani e Ingrid Guimarães são alguns nomes que se tornaram expoentes da discussão, falando de seus sintomas, da falta de informação e do preconceito que envolve o tema.

A influenciadora e atriz Monica Martelli, em seu canal no Instagram, fala sobre isso de maneira proativa e com humor. Recentemente, em um de seus vídeos, disse: “Gente, estou aqui reclamando, mas a menopausa também tem várias coisas boas. Sabe quais? Xii, agora esqueci quais são...”.

Em entrevista ao **Valor**, Martelli citou algumas das coisas boas. “Tem um lado maravilhoso”, diz. “Como a menopausa te deixa muitas vezes irritada, você começa a dizer ‘não’ com mais facilidade. Passa a dizer verdades que antes não tinha coragem. O medo de dizer ‘não’ é consequência do medo que temos de desagradar e, na menopausa, acho que a gente não tem mais esse medo.”

Ao falar das mudanças que ocorreram da geração da mãe para a sua, ela lembra que a fase era vista como algo fatal. As mulheres eram desencorajadas de pensar na sua sexualidade, na sensualidade e, em geral, eram retratadas pela mídia como avós.

“Cada vez mais temos que nos afastar da ideia antiquada de tratar a menopausa como uma passagem para a velhice, para o fim da vida sexual”, diz Martelli. “Hoje em dia ela aponta para um caminho de liberdade, autoconhecimento e busca por novas realizações.” A atriz sugere que ter acompanhamento médico é fundamental, bem como acesso a informação. “Na nossa cultura ainda se enxerga a menopausa como sinal de envelhecimento, e o envelhecimento é outro tabu, torna as mulheres invisíveis.”

Tratar o assunto com naturalidade é a saída, segundo Martelli: “Muitas mulheres ainda têm vergonha de falar disso. Mas não precisa ser assim. Temos que falar dessa fase como um período da vida que representa o fim do ciclo reprodutivo. São as mudanças naturais do corpo feminino, os ciclos da vida. Então, toda informação é importante para as mulheres que estão passando por isso, para as jovens se prepararem e para os homens darem suporte a elas.”

Do ponto de vista fisiológico, o momento é de queda hormonal, o que afeta a saúde de forma integral, afirma a endocrinologista Isabela Bussade, que estuda o fenômeno há mais de 20 anos. Ela segue a corrente que defende a reposição hormonal até os 70 anos e acredita que adiar a menopausa é uma chave para a longevidade, como têm sugerido diversos estudos mundo afora.

“Essa discussão é muito atual”, diz a médica, e ela cita os efeitos negativos causados pelo estudo “WHI - Women’s Health Initiative” (iniciativa da saúde da mulher), divulgado nos anos 90, que associava a reposição hormonal ao câncer e levou mulheres a parar com a terapia. “Hoje se sabe que foi um estudo muito mal desenhado e com uma amostra populacional mal selecionada. Os estudos atuais mostram que a reposição, numa condição clínica adequada, é extremamente protetora e fundamental para diminuir o declínio cognitivo.”

Bussade explica que, quando cessa a produção de estrogênio, vários órgãos e tecidos sofrem com essa redução abrupta. E lembra que a expectativa de vida era outra na primeira metade do século XX. “Hoje, a mulher pode passar quase metade da vida na menopausa. Vai ficar sem os hormônios? E há outro aspecto: o protagonismo social da mulher mudou. Suas preocupações profissionais, corporais, estéticas — tudo isso mudou.”

Vários estudos internacionais publicados no “The Journal of Sexual Medicine” sugerem que, em média, ape-

ALESSANDRO GAROFALO/REUTERS

Com livro e postagens sobre menopausa, a atriz Naomi Watts criou marca de cosméticos e tornou-se porta-voz do tema

“A mulher que envelhece passa a ser alvo de projeções muito negativas”
Cristina Lindenmeyer

nas 30% das pessoas reconhecem os sintomas da menopausa — que são múltiplos e variados: vão das mudanças de humor aos distúrbios do sono, ressecamento vaginal e diminuição da libido. Os estudos são heterogêneos, mas costumam apontar o mesmo.

“A gente sabe que apenas 15% têm acesso a tratamento”, afirma a endocrinologista. “Por isso, precisamos desenvolver o ‘letramento’. É necessário fazer um trabalho social e disseminar a possibilidade da terapia hormonal para mais mulheres. Porque há alterações celulares já muito bem descritas e mapeadas pela ciência, que levam a uma perda de qualidade de vida inexorável se não forem tratadas.”

Outro aspecto da menopausa que começou a ser levado em conta muito recentemente, mas ainda é quase desconhecido, diz respeito à questão dessa etapa da vida para as pessoas transgêneras — que não se identificam com o gênero atribuído a elas pelo nascimento. O caso diz respeito a homens trans, que nasceram biologicamente mulheres.

Os sintomas costumam ficar atenuados nos homens trans, já que grande parte faz uso de testosterona antes da menopausa, explica Karen de Marca, diretora da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabiologia e coordenadora do ambulatório multiprofissional de identidade de gênero do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia, do Rio de Janeiro.

“Tenho um caso interessante de um paciente que começou a terapia só depois da menopausa”, conta. “Ele entrou no climatério com tudo o que tem direito, mas não quis usar a terapia para manter os hormônios femininos e me procurou para usar testosterona. Aí fiz toda a avaliação de risco cardiovascular e começamos.”

A profissional acentua que nos homens trans a manutenção do cuidado nessa fase é tão importante quanto para as mulheres. “É necessário que existam especialistas na área e mais capacitados para esse cuidado específico de avaliar os riscos do uso da testosterona em longo prazo”. E lamenta que, no Brasil, a sociedade médica ainda não esteja preparada para atender essas pessoas: “A gente está começando a olhar para esse público. Posso dizer que há pouquíssimas pessoas com preparo e interesse para lidar com essa comunidade”.

No caso específico das mulheres cisgêneras, a psicanalista Cristina Lindenmeyer, que vive na França e é professora titular na Universidade Sorbonne Paris Nord, diz que todas as questões que aparecem nessa fase são radicalizadas como consequência de uma cultura que celebra o corpo e a aparência. “A mulher que envelhece passa a ser alvo de projeções muito negativas, o que aumenta o sentimento de incompletude.”

Além de ter uma diversidade de pacientes, que inclui europeus e brasileiros, ela trabalha há muitos anos com a questão do corpo da mulher, estuda o excesso de cirurgias plásticas e é autora do livro “Os impasses do feminino” (Contra Capa Editora, 2023). Essa experiência a leva a observar que se pode comparar a situação de crise provocada pela menopausa com a adolescência.

“A diferença é que a adolescência leva o sujeito a construir um projeto, enquanto a menopausa o leva a se confrontar com uma vivência de perda radical”, afirma a psicanalista. “Ainda mais porque a juventude é valorizada, e a velhice, desprezada.”

No terreno editorial há um número crescente de livros e publicações que se debruçam sobre o tema e buscam difundir a informação no Brasil e no exterior. Recentemente, a editora Fontanar lançou “O que ninguém conta sobre a menopausa – Um guia para entender e abraçar essa fase da vida”, da jornalista e escritora americana Jancee Dunn.

Ela conta a forma como entrou na perimenopausa e como vivenciou todas essas transformações em busca de conhecimento adequado. A obra contém entrevistas com médicos e especialistas. Eles observam que dez minutos, o tempo habitual de uma consulta ginecológica de rotina, não é o bastante para tratar de um assunto tão complexo.

Uma das entrevistadas, a ginecologista Makeba Williams, da Universidade de Washington, em St. Louis, afirma: “Pesquisa após pesquisa comprovam que nós, ginecologistas e profissionais da área da saúde, fazemos um péssimo trabalho quando se trata de perguntas sobre sintomas geniturinários da menopausa e saúde sexual. E sabemos que, se não perguntarmos, as pacientes não entrarão no assunto. Precisamos dar a esse período da vida a atenção que ele merece”.

Uma das recomendações da autora é evitar o “faça como eu”, já que essa experiência é diferente para todas e não existe uma receita universal. Mesmo assim, Dunn dá algumas receitas. Sugere que é fundamental não “internalizar o que é conhecido como etarismo de gênero”, pois torna as mulheres invisíveis. Entre suas conclusões conclama as mulheres a falar: “Não silencie, minimize ou negue o que está sentindo. Ao contrário: Reconheça. Mobilize. Normalize”. “Menopositividade” é o seu recado.

A falta de informação generalizada foi o que levou a dupla Camila Faus e Fernanda Guerreiro a criarem no Instagram a plataforma SHE_Talks. As duas têm 51 anos e são profissionais de audiovisual. Guerreiro é roteirista e Faus, diretora de cena. A plataforma nasceu há cinco anos, a partir da experiência pessoal de Faus — e só vem crescendo. Atualmente, elas concentram a atividade nisso e há quatro meses lançaram uma marca, a SHE Treats, com um suplemento nutricional “menofriendly” para perimenopausa e pós-menopausa.

O canal tem uma temática ampla e discute os temas ligados ao envelhecimento: moda, beleza, saúde e comportamento. Faus conta que no início as pessoas não davam likes quando o tema era menopausa, mas que isso foi mudando. De três anos para cá elas começaram a ser chamadas por marcas como consultoras para orientar a melhor forma de falar com essa mulher.

“O mercado está entendendo que essa faixa etária tem grande potencial de consumo e cada vez mais existem produtos destinados a ela. No início, as marcas queriam se dirigir a essa mulher, mas sem falar de menopausa. Maluco, né?”, diz Faus. “Aí a gente sonhou alto e pensou em fazer nossa marca. Nós somos as mulheres que não têm vergonha: podemos falar sobre todos os temas sem medo.”

“Ainda é frequente a ideia de que uma mulher de 50, 60 ou 70 anos é uma vovó”, diz Faus. “O que a gente prega é a liberdade fora dos clichês. Meu cabelo está grisalho, mas isso não significa que aderi a um determinado padrão. Hoje eu posso querer usar uma calça rasgada e amanhã sair com o tricô da vovó. Nós, mulheres, temos que parar de nos colocar em gavetas.”

Para enfrentar todas as mudanças que a menopausa traz, a família pode ser uma aliada ou uma inimiga. Em algumas, o tema é mais tabu do que em outras, lembra a hoteleira Paula Muniz, de 51 anos, que compartilha suas experiências em casa, com a mãe e com a irmã. “Eu tenho algumas amigas que dizem que não entraram na menopausa, embora eu tenha a impressão de que já entraram. Noto que há vergonha e vejo que ainda há muito preconceito com a palavra.”

Ela atribui sua abertura para conversar sobre o tema a uma família que fala de tudo. “Falar ajuda a gente a tratar nossos sintomas e procurar apoio”, diz. “Se você não trata a questão física, ela afeta muito sua qualidade de vida por acarretar falta de pique, de estímulos, de desejo. Na menopausa você percebe quanto o hormônio é importante na vida gente.” Muniz conta que a menopausa a deixou irritada com seus sintomas. Consultou alguns médicos até acertar a reposição hormonal. “Tentei várias possibilidades que não deram certo. É preciso paciência.”

Paciência também é requisito para tratar do tema nas relações afetivas. A menopausa é um período desafiador, que toca na maneira como a mulher é vista na sociedade e como é julgada pelas próprias mulheres e pelos homens.

Para os homens também é uma questão importante. Mas raramente eles falam disso com as mulheres, observa o psicanalista Christian Dunker: “A gente percebe muitas dificuldades na menopausa derivadas da falta de compreensão entre homens e mulheres”.

O silêncio ocorre entre parceiros independentemente do estatuto da relação, sejam eles casados, namorados ou ficantes. “Há todo um discurso de encobrimento da questão”, diz Dunker. “Vejo no consultório que ainda é um segredo que gera vergonha e muitas incertezas.” Ao escutar os homens, nota que para eles a questão mais recorrente é a sexualidade. “A lubrificação diminui, e muitas mulheres têm dificuldade para chegar ao orgasmo. Essa condição física requer um processo de renegociação na vida íntima do casal.”

O psicanalista lembra que muitos casamentos se dissolvem nesse período porque é um período crítico e não há esse diálogo. Para Dunker, a queda de libido deveria envolver a retomada do sexo em outras bases. “Mais lento, mais atento às mudanças corporais, em novas bases de intimidade”, diz.

Dunker lembra que, em geral, a mulher se sente menos atraente, menos ousada, menos sedutora. “No caso de histórias longas, eu costumo dizer que é preciso um ‘recasamento’. Mas os homens são terrivelmente preguiçosos e pouco imaginativos nessa fase.”

O que o psicanalista tem constatado é que os homens falam sobre o tema, mas entre eles. A maioria não entende o momento como uma fase de transição, mas como um momento de término num relacionamento longo. Daí, é mais fácil para muitos procurarem outra pessoa.

“Os homens nessa faixa etária também estão menos viris, o que é muito doloroso para a maioria deles assumir”, diz Dunker. “Muitos não aceitam tomar medicamentos para a disfunção erétil, porque o simples fato de recorrer à medicação confirma que há um problema nesse âmbito. Outros tomam escondido. Aí fica mais fácil para eles atribuírem os problemas todos à menopausa. Ela serve como uma espécie de pretexto até para os caras não enxergarem o que está acontecendo com eles também.” ■

DIVULGAÇÃO

A psicanalista Cristina Lindenmeyer compara a situação de crise provocada pela menopausa com a adolescência

DIVULGAÇÃO

‘Temos que nos afastar da ideia antiquada de tratar a menopausa como uma passagem para a velhice, para o fim da vida sexual’, afirma a atriz Monica Martelli

DIVULGAÇÃO

Para a endocrinologista Isabela Bussade, adiar a menopausa é uma chave para a longevidade

FABIO AUDI/DIVULGAÇÃO


Camila Faus e Fernanda Guerreiro criaram a plataforma SHE_Talks e uma marca de suplemento nutricional para o segmento



Um think tank de alma carioca

Economia Instituto 12, no Leblon, reúne líderes empresariais e executivos para debater ideias e sustentabilidade e prepara agenda para coincidir com o encontro do G20. Por *Liane Thedim*, do Rio

Um clube de ideias, um think tank underground, uma Soho House "modo business" com jeitão carioca. São várias as definições que os fundadores do Instituto 12, no Rio, dão para o local, mas a motivação foi uma queixa em comum: a falta de um lugar para encontrar pessoas de negócios, uma carência que persiste desde que a cidade deixou de ser o centro financeiro do país.

Dos encontros desse grupo de empresários e executivos bem-sucedidos no badalado Sushi Leblon até a inauguração do instituto, no mesmo bairro, foram cinco anos. "Começamos a fazer esses almoços com um grupo pequeno que, aos poucos, foi crescendo", diz Rafael Duton, cofundador da Movile, controladora do iFood. "Percebemos que éramos cariocas que se encontravam em São Paulo."

O grupo começou a buscar caminhos para realizar o projeto. A pandemia atrasou os planos, mas, em abril deste ano, nasceu o projeto inspirado no Instituto Caldeira, instituição sem fins lucrativos fundada por 42 empresas no Rio Grande do Sul que se tornou um "distrito de inovação". O "12" do nome vem da localização da sede, na altura do Posto 12 da praia do Leblon, bairro que é a meca das gestoras independentes de recursos no Rio, o que restou de atividade no setor financeiro na cidade.

"O Rio tem um problema para manter as empresas. Para criar, nunca teve", diz Duton. "Foi assim com o mercado financeiro, o publicitário, de tecnologia... Mas, se olharmos sob a perspectiva de país, somos um hub de criatividade. Nisso, somos bons." Como o tema da sustentabilidade é bastante ligado à cidade, ele virou um dos pilares do Instituto 12, registrado como entidade sem fins lucrativos.

Desde abril, quando espaço foi inaugurado, o projeto captou 6 mantenedores do total de 12 que precisa para funcionar — Hashdex, Transfero, Prio, Grupo Trigo, TIM e a Invest.Rio, agência de atração e promoção de investimentos da prefeitura — e foi aprovado no Ministério da Cultura para captar até R$ 2,5 milhões via Lei Rouanet. Em breve, vai inaugurar um estúdio para produção de conteúdo com transmissão ao vivo.

O espaço pode ser considerado um latifúndio no bairro que é um dos mais caros do Rio. São 1.500 m² divididos em dois andares dos quais uma grande loja de celulares desistiu na pandemia. No térreo, está o restaurante Solo Café, que teve a consultoria do premiado chef Rafa Costa e Silva e tem parte da receita destinada ao Instituto 12.

No subsolo cabem 300 pessoas em pé e 130 sentadas e é onde acontecem as palestras, encontros e eventos. Está planejada uma espécie de quiosque do restaurante e lounges com espaço para 80 lugares. Em 2023, a Hashdex, gestora especializada em criptoativos, chegou a ocupar o local, batizado de Hashtown, e o restaurante, de Crypto Kitchen.

O projeto foi ampliado, mas Marcelo Sampaio, fundador e CEO da asset, continua e é hoje uma das principais cabeças à frente do Instituto 12. Além dele e de Duton, a lista de nomes inclui Felipe Hanszmann, fundador do Grey Matter e sócio do Vieira Rezende; Alexandre Icaza, fundador do Weblock e do Zuca; Rafael de Albuquerque, fundador e CEO da Zoox (que vai assumir o estúdio).

Há ainda o time que eles chamam de "embaixadores": André Street, cofundador da Stone; Luis Justo, CEO do Rock In Rio; Bernardinho, do vôlei; Maria Silvia Bastos Marques, ex-CSN e Goldman Sachs; e Paulo Vieira, sócio-fundador do Vieira Rezende e diretor-executivo do Museu de Arte Moderna do Rio (MAM), entre outros. A Visagio apoia a gestão estratégica e o Vieira Rezende, a área jurídica.

A agenda será ainda mais agitada em novembro, durante o encontro do G20. Duton conta que o instituto está organizando vários eventos paralelos, como debates, palestras e exposições, inclusive em conjunto com a ONU.

Também sediará eventos paralelos à ArtRio, a feira de arte do Rio, que acontecerá na Marina da Glória entre os dias 25 e 29. O modelo já foi usado no Web Summit Rio, conferência sobre tecnologia, em abril, e na Rio Innovation Week, de tecnologia e inovação, em agosto.


LEO PINHEIRO/VALOR

Hanszmann, Icaza, Duton, Sampaio e Albuquerque (da esq. para dir.): falta de um lugar para encontrar pessoas de negócios motivou a criação do Instituto 12

"Nos Estados Unidos, os 'business clubs' são comuns. Aqui, algumas pessoas até usam clubes esportivos, como o Jockey ou o Country, para reuniões. Queremos que o instituto seja um espaço de convivência", diz Duton. À medida que o projeto amadurecer, a ideia é ampliar a atuação e criar projetos em parceria com outros institutos a serem executados no exterior.

O cofundador da Movile diz que o modelo é uma variação do tradicional think tank, "que dá uma ideia muito acadêmica". Na apresentação usada para angariar apoio, o instituto é apresentado com a intenção de ser o "epicentro da inovação, dos negócios e da cultura, atraindo visitantes e conectando associados de todo o mundo".

Ainda sem recursos para bancar um quadro de funcionários, a entidade funciona com o trabalho voluntário de empresários e executivos de elaboração de estratégias e parcerias e apenas um gestor operacional. A equipe será ampliada à medida que novas cotas de mantenedores — cada uma de R$ 250 mil anuais — forem ganhando donos. Outra fonte de receita são as anuidades de R$ 7 mil dos membros associados, que já somam 150 e que têm direito a frequentar os eventos, a usar as salas de reunião e a consumir no restaurante com desconto.

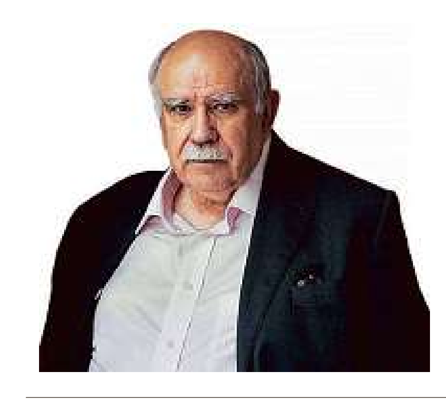
A ideia é chegar a 500 associados. Novatos precisam ser aprovados pela direção do instituto. Cada candidato é entrevistado e precisa explicar como vai contribuir com o instituto e com o Rio. Hanszmann, do Vieira Rezende, diz que o objetivo não é ser restritivo.

"Não é seletivo, porque temos vários perfis, inclusive de integrantes de projetos ligados a periferia e comunidades. Somos plurais e inclusivos, mas como temos limitação física precisamos dar prioridade a pessoas que venham agregar, construir, criar, melhorar a cidade." Haverá títulos de associado que serão dados gratuitamente a quem se enquadrar no perfil, mas não puder pagar a anuidade.

Mas como empresários desse porte conseguem conciliar as obrigações com um projeto como o Instituto 12? Duton e Hanszmann evocam a experiência pregressa dos dois na Endeavor e dizem que, assim como fizeram 20 anos atrás na organização dando mentorias a empreendedores, estão doando do tempo a uma "chamada para a cidade, empresas e a sociedade civil". ■

Coluna Social

A lentidão da consciência eleitoral



José de Souza Martins

Já próximos do dia de votação, mesmo na nebulosidade da campanha, o eleitor começa a compreender qual é o jogo, quanto há de falso e de verdadeiro nas candidaturas

Não está claro em que momento do processo eleitoral o eleitor começa a tomar consciência de que já começou e começa a se interessar por seu lugar e seu protagonismo nele. Refiro-me à subjetividade política do cidadão.

Esse é um momento cíclico e rotineiro da manifestação da vontade política dos cidadãos. A decisão do voto é a da sua invenção na tomada de consciência das armadilhas que procuram tolher-lhe o direito de livre opção eleitoral.

Aqui esse momento é demorado e não é rotineiro. Os partidos e os eleitores com ele se defrontam e nele se integram como um movimento anômalo e convulsivo da política.

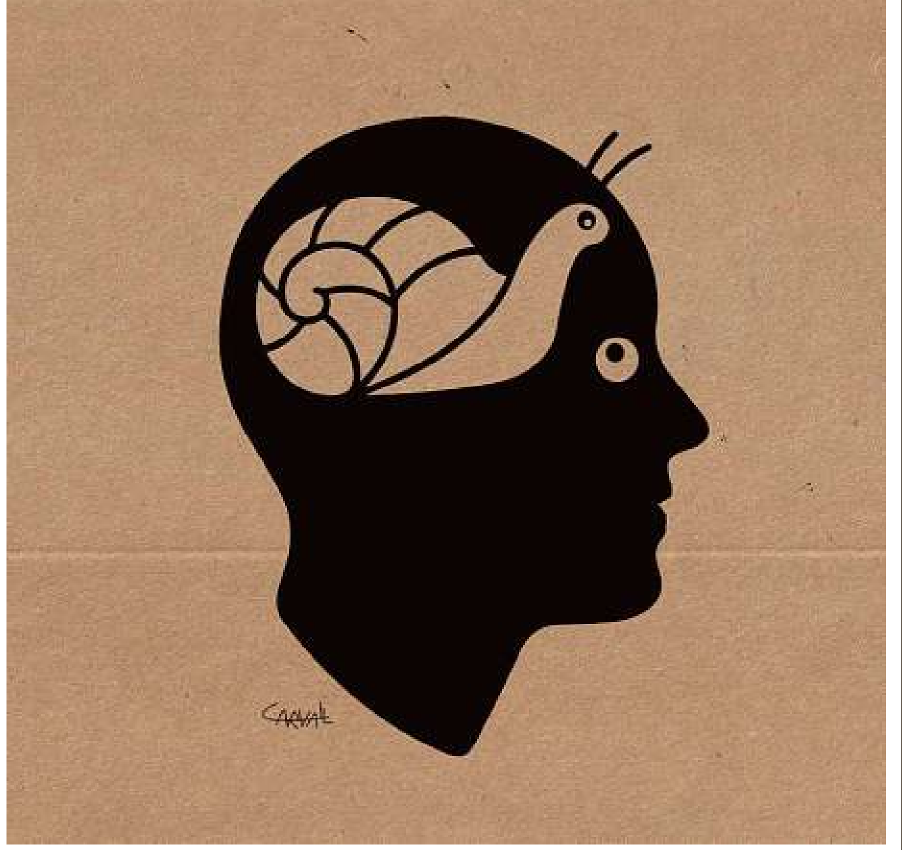
Não raro pressupõem que as possíveis mudanças decorrentes de uma eleição devem ser temidas. A insurreição golpista de 8 de janeiro de 2023 expressou essa concepção anômala da política de maneira dramática, muitas pessoas levadas ao desespero na manifestação apocalíptica do seu inconformismo.

A incerteza tem enredo e protagonistas, mesmo em eleições municipais como a de agora. Dois agrupamentos de circunstância disputam os votos.

De um lado, o "partido" dos grupos e agremiações que tomam o pleito por decidido antes que o eleitor chegue a conclusões próprias sobre o que pode estar em jogo no processo eleitoral. De outro lado o dos que conseguem compreender a peculiar diversidade de possibilidades ao longo do processo eleitoral e a examinam elaborando seu discernimento político.

Para esse eleitor a consciência política é dinâmica. Expressa o entendimento de que a eleição só termina com o fechamento das urnas e a proclamação dos resultados. A escolha do eleitor não é apenas entre candidatos e partidos. É escolha entre as revelações do jogo político e suas artimanhas.

Aqui, o eleitor consciente sabe que querem enganá-lo ao não lhe dizerem tanto o que a campanha eleitoral revela quanto, principalmente, o que esconde. A descrença na política e nos partidos deve muito à equivocada concepção de que a eleição é uma fraude e de que o político é um mentiroso.


CARVALL

Esse eleitor, porém, consegue definir o que está em jogo sem enunciar suas próprias referências em face das alternativas que melhor expressem o que de fato está em jogo na disputa. Seu candidato, em última instância, será o que, nas horas finais da campanha, resultará não de sua escolha, mas de sua invenção. É muito difícil, apurados os votos, saber em que, e não apenas em quem, os eleitores votaram.

Este é o momento em que o tempo da verdade do voto começa a se definir. Não um nome necessariamente. Já próximos do dia de votação, mesmo na nebulosidade da campanha eleitoral, o eleitor já começa a compreender qual é o jogo, o quanto há de falso e o quanto há de verdadeiro nas candidaturas em disputa. O resultado da eleição não será o de nomes, mas o de revelações políticas.

Nas grandes cidades, sua diversificação social e política, a intensidade e amplitude dos problemas sociais, a fragilidade de vários dos candidatos na compreensão dos dramas decorrentes da urbanização patológica, clara em cidades como São Paulo, a distância entre os poderes públicos e as complexas necessidades sociais da população, criam uma peculiar consciência urbana, que é a das insuficiências. Hoje, a cidade de São Paulo está muito aquém do que poderia ser e do que precisa ser para torná-la a metrópole que se pretende.

A disputa eleitoral pela prefeitura e pelo poder de governá-la envolve uma personagem política oculta na trama confusa da manipulação, tão própria do que é a eleição. Envolve o morador, o protagonista decisivo da sociedade urbana e da cidade.

Henri Lefebvre foi motorista de táxi, em Paris, para compreender sociologicamente as categorias de pensamento que o morador desenvolve e mobiliza para nela viver. Ele é sobretudo seu usuário, personagem das tensões entre o de que carece nessa condição e as insuficiências do que pode dispor para seu uso social.

Por esse meio, Lefebvre descobriu as três categorias de consciência social relativas à espacialidade urbana: o vivido, o percebido e o concebido. Em muitos municípios brasileiros, nesta eleição, esses níveis de compreensão estão de algum modo presentes, em diferentes intensidades.

No caso de São Paulo, a maioria dos eleitores e dos partidos mostra que se movem apenas do terreno do percebido. Não conseguem reconhecer as contradições do vivido. E não se interessam pelas revelações possibilitadas pelo percebido e pelo vivido. Isto é, pela dimensão propriamente política da política.

O eleitor consciente, como indicam as pesquisas de opinião eleitoral, está à beira do abismo de se tornar minoria na cultura da decadência política. Ele será nesta eleição o eleitor insurgente das revelações do vivido.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Urgências que colocam o país em risco



Fernando Luiz Abrucio

Entre os grandes problemas atuais, o primeiríssimo da lista é a questão ambiental e climática

Países que não enfrentam urgências severas podem pagar um custo muito alto. E não se trata apenas dos efeitos mais imediatos, capazes de matar pessoas, como na pandemia de covid-19, ou gerar recessão e perda de empregos. Algumas questões prementes têm consequências temporais mais longas.

O Brasil tem hoje temas urgentes a enfrentar que podem piorar as condições de curto e de longo prazo. Se a sociedade não se mexer para tirar a classe política do modo tartaruga ou avestruz de ser, teremos uma década muito difícil pela frente, com perdas que afetarão fortemente a qualidade de vida dos cidadãos.

A procrastinação das urgências é uma marca da história brasileira. A abolição da escravatura é o melhor exemplo. O país tinha sido colonizado por um padrão escravocrata que gerara uma sociedade muito desigual, embebida na barbárie. O patriarca da Independência, José Bonifácio, já propusera em 1823 o fim gradual da escravidão, que teria terminado, se sua proposta tivesse sido aceita, na década de 1850.

Mas o fim desse modelo bárbaro só se deu em 1888, quase 40 anos depois do que imaginava o membro mais ilustrado da elite brasileira. E assim o Brasil foi o último país ocidental a sair da lista infame dos que escravizavam pessoas, com efeitos terríveis no curto prazo de então e consequências nefastas até hoje.

A resolução da questão educacional passou por um processo ainda mais longo de procrastinação. Embora a primeira legislação (Lei da Instrução Pública) seja de 1827, o acesso e a permanência das crianças pobres na escola só foi efetivamente garantida depois da Constituição de 1988!

Durante mais de 160 anos, a imensa maioria da população infantil não teve suas oportunidades educacionais garantidas, gerando uma desigualdade profunda. Ou não havia vagas e infraestrutura escolar por perto ou então, e da forma mais relevante depois da Segunda Guerra Mundial, o processo pedagógico fora montado para expulsar os estudantes mais pobres dos níveis mais altos de escolarização, com taxas de repetência e distorção idade-série gigantescas, colocando o Brasil entre os líderes no fracasso escolar pelo mundo.

Ao perder o acesso às oportunidades educacionais, a grande maioria da população tinha menos chance de ascensão social. Por décadas o Brasil reproduziu essa enorme desigualdade em termos de formação escolar, com efeitos para os que viviam aquilo e para seus filhos, netos e bisnetos.

Começamos a mudar esse cenário recentemente, mas ainda há uma longa lista de urgências no campo da educação, como o investimento na primeira infância e a transformação do ensino médio numa alavanca para o desenvolvimento dos jovens.

Apesar desse triste legado, em alguns momentos o Brasil soube lidar satisfatoriamente com as urgências. Assim foi com o trabalho liderado por Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, que reduziu drasticamente a doença num curto período de tempo, produziu reformas sanitárias e gerou uma geração brilhante de cientistas, pais fundadores do sanitarismo moderno cujo filho mais dileto é o SUS, um marco civilizatório para o país.

Vargas também soube na década de 1930 criar um novo padrão de desenvolvimento de que o país precisava urgentemente, acima de tudo para tirar a nação do ruralismo arcaico e oligárquico. Contra a República Velha, a ação varguista foi essencial para a industrialização e urbanização do país. Além disso, foram criadas as bases de uma administração pública moderna, mesmo que em apenas algumas parcelas do governo federal, mas que geraram sementes para outras transformações no Estado brasileiro no século XX.

Nem toda a modernização varguista foi perfeita, pois havia incompletudes e fragilidades em seu projeto, como a ausência de um projeto educacional e seu modus operandi autoritário, depois copiado pelos militares no poder. No entanto, para os desafios daquela época, Vargas foi um grande reformador.

No período mais recente, é possível destacar dois eventos em que o sentido de urgência venceu a letargia e produziu transformações positivas. Um foi o Plano Real, que, aprendendo com o fracasso das iniciativas anteriores, gerou uma enorme mudança no padrão inflacionário do país e plantou, ao longo de alguns anos, reformas que têm garantido uma estabilidade econômica inédita na história do Brasil. Ainda há tarefas importantes no front econômico, mas sem esse passo estaríamos tal qual a Argentina de hoje, com um novo populista — no caso, extremista autoritário — tentando corrigir os erros anteriores dos populistas peronistas.

O outro exemplo é o da Constituição de 1988, que propôs um novo modelo civilizatório baseado nos direitos dos cidadãos. Deu-se um sentido de urgência ao combate das desigualdades e à construção da democracia, tarefas postergadas por quase toda a história brasileira.

Desse pacto constitucional emergiram várias reformas durante três décadas, com melhorias evidentes na vida da população. Entretanto, a realidade mudou bastante e novos (e enormes) desafios têm surgido. Só que o ímpeto reformista da redemocratização perdeu o fôlego.

O Brasil precisa recuperar o sentido de urgência frente a alguns temas para não perder o rumo da história. Entre os grandes problemas atuais, quatro se destacam pelo tremendo impacto que podem causar hoje e no futuro da sociedade brasileira. O primeiríssimo da lista é a questão ambiental e climática. A resolução dela é essencial para evitarmos uma destruição enorme de nossas estruturas econômicas e sociais. Não haverá agronegócio sem equacionarmos tal problema, bem como teremos menos águas para consumo humano, uma qualidade do ar insuportável e perda irreparável da fauna e da flora. Em suma, trocaremos a riqueza de nossa diversidade territorial pelo cenário distópico dos desastres sem fim.

Muitos chamariam esse cenário de fantasioso antes de o Brasil se transformar numa grande labareda que se espalhou por grande parte do território nacional. A necessidade de uma autoridade climática é para ontem e sua urgência deve vencer tanto os negacionistas e os que só pensam em manter seu modo arcaico de produzir riqueza, quanto os que acham que o desenvolvimento industrial e energético do século XX tem algum futuro.

A segunda urgência que assombra o Brasil atual é a do crescimento do poder e da influência do crime organizado. Quando as pesquisas constatam que os eleitores das capitais consideram a segurança pública o seu maior problema, candidatos apresentam soluções tópicas para reduzir a sensação de medo da população.

Muitas dessas propostas não estão erradas em si, mas elas contornam a causa maior da violência urbana: são grupos organizados, com franca entrada em setores estatais, que produzem os crimes em larga escala. E para manterem essa força, as facções criminosas têm entrado na política eleitoral, inclusive apoiando candidatos em grandes cidades. Será que estamos próximos de ter um Al Capone governando alguma capital brasileira?

A ação conjugada de todos os entes federativos, o investimento maciço em inteligência policial, a profissionalização de todas as organizações da segurança pública, a transformação do sistema penal e penitenciário para que ele não seja um combustível para termos mais criminosos, entre os pontos principais, são tarefas fundamentais. Mas tais reformas precisam de lideranças e de consensos mobilizadores, sem os quais o crime organizado continuará aumentando seus tentáculos.

O enfrentamento de qualquer urgência depende da melhoria da efetividade das políticas públicas. Está aqui um terceiro ponto que não tem merecido a atenção devida. Pensa-se em geral a reforma administrativa como corte de custos, o que pode ser até um dos objetivos. A tarefa maior, contudo, é melhorar o desempenho do Estado brasileiro. Além do mais, é preciso atuar em temáticas que não estão no topo das prioridades da agenda pública. O crescimento do eleitorado que apoia propostas extremistas e/ou exóticas será tanto maior quanto menos avançarmos na gestão pública.

Entra aqui a urgência das urgências, pois é o pontapé inicial para a mudança: a democracia brasileira tem sido garantida pelas instituições e pelos atores políticos, porém tornou-se fracamente reformista num cenário de grandes desafios.

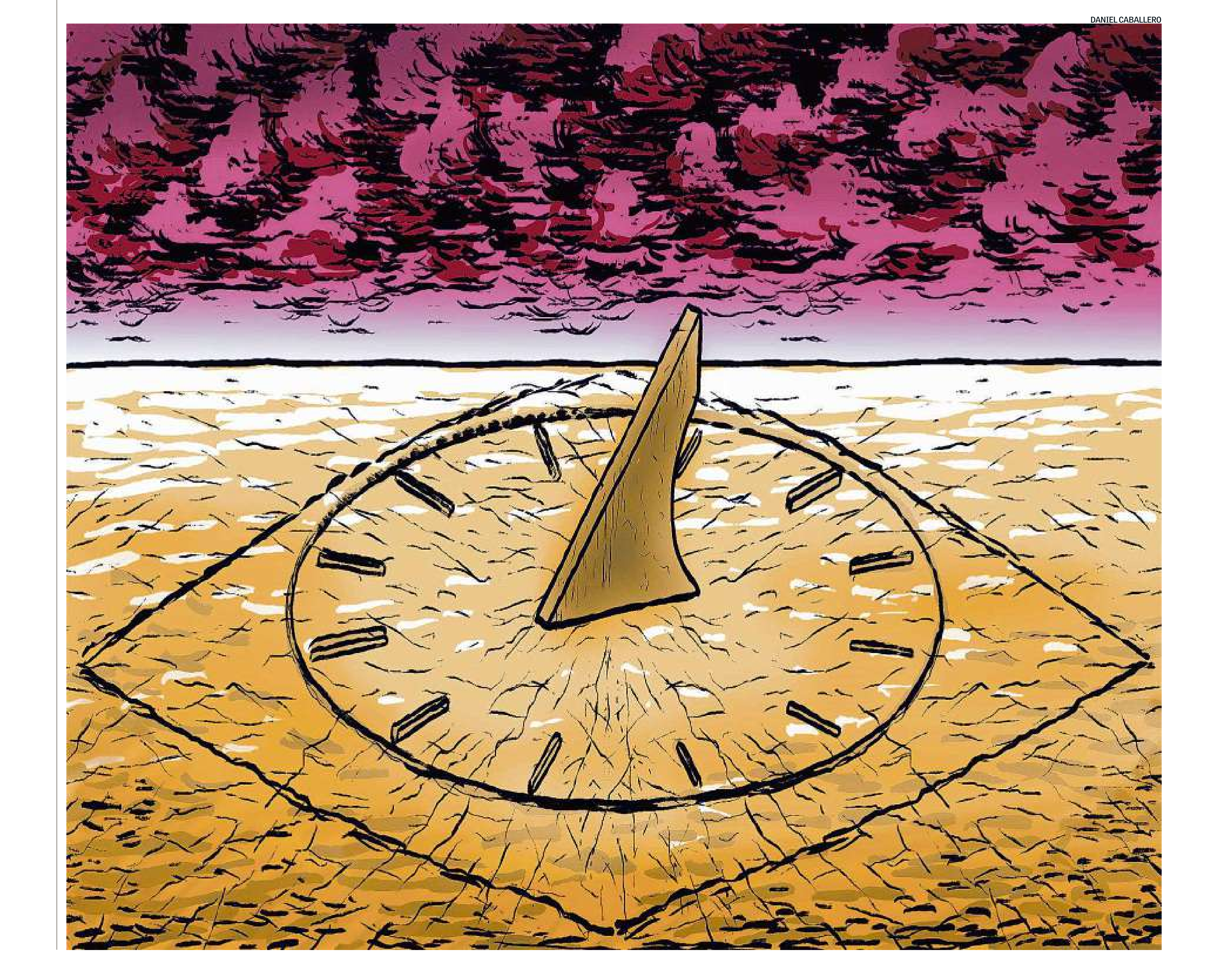
Boa parte da classe política precisa ser retirada de seu mundo paralelo e ensimesmado, cheio de recursos públicos e formas de proteção frente aos controles social ou institucional, lidando com os problemas efetivos do país pela combinação do modo tartaruga com o comportamento avestruz.

Na verdade, esse é um retrato que capta mais a arena congressual e dos partidos. No caso do Executivo federal, falta uma combinação de inovação, ousadia e poder para lidar com o seu novo lugar no presidencialismo de coalizão. Daí que a mola que poderia alterar essa situação está na organização da sociedade. O problema é que ela está cada vez mais fragmentada e seus grupos organizados têm, em geral, dificuldades hoje de apresentar uma visão mais global que ultrapasse os seus interesse imediatos.

De todo modo, o sentido de urgência precisa ser recuperado para garantir não só um futuro melhor, como evitar a perda das conquistas dos últimos 30 anos. Seria preciso recuperar a conexão entre uma sociedade civil, no sentido que havia na redemocratização, com a classe política. Tarefa muito complexa, mas que já não pode ser mais adiada.

E-mail: fabrucio@gmail.com ■

DANIEL CABALLERO





Vinho

O caminho para se obter grandes vinhos



Jorge Lucki

É irrefutável: pode-se fazer maus vinhos com uvas boas, mas é impossível obter bons vinhos a partir de uvas ruins

O setor vitivinícola é um segmento profundamente dependente dos elementos naturais, da uva e do fator humano. Por mais que se inventem fórmulas e equipamentos, é impossível produzir um bom vinho num local sem predicados, assim como nunca haverá uma máquina que tenha condições (sensibilidade) para definir e executar os trabalhos no vinhedo.

Faz uns 15 anos que acompanho de perto o projeto da pequena vinícola de um amigo situada perto de Mafra, cerca de 40 minutos ao norte de Lisboa. Na semana passada acabamos de colher uma parcela de riesling, uva em que resolvemos apostar, apesar de saber que o local tinha condições climáticas diferentes daquelas onde tradicionalmente essa casta tão caprichosa é cultivada. Além de fãs de rieslings, achamos que em uma área pequena, passível de produzir não mais do que mil garrafas por ano, valia o desafio. Deu mais trabalho do que imaginávamos.

A propriedade dista, em linha reta, 5 km do oceano Atlântico, estando sujeita a forte influência marítima, com um vento constante que garante temperaturas mais estáveis. A maresia favorece o desenvolvimento da botrytis na riesling, fator bem-vindo nos grandes vinhos doces alemães, mas contrário às características de vinhos brancos secos que pretendíamos.

Além da riesling, várias outras castas foram testadas, mas não foram adiante, inclusive tintas. Destas, a que vem dando resultados animadores é a alicante bouschet, a despeito de não ser uma região quente, como a casta requer. Exige extremo cuidado na condução das parreiras e é preciso limitar bastante a produção. Boa parte do que consideramos sucesso foi o fato de termos conseguido mudas de um dos melhores produtores do Alentejo.

Ainda assim, é feita uma triagem meticulosa tanto na hora da colheita — são necessárias três passagens pelo vinhedo, colhendo apenas os cachos em bom estado de maturação — quanto na seleção das uvas, descartando-se os bagos fora do padrão desejado.



JORGE LUCKI

São necessárias 3 passagens pelo vinhedo para colher cachos em bom estado de maturação

Não havia, em princípio, pretensões de comercializar os vinhos. Mas tinham que ser bons, à altura do que nos acostumamos a consumir. Se, conforme comentei, "é impossível obter bons vinhos a partir de uvas ruins", também é verdade que uvas de qualidade podem resultar em um vinho ruim. É "só" dar algo de errado no processamento. Ou seja, a responsabilidade (e as dificuldades) de produzir um vinho no patamar que nos propusemos tinha de continuar na fase de vinificação.

Até 2021 as uvas eram processadas numa vinícola de conhecidos, situada a meia hora de distância, que tem estrutura profissional e equipe de enologia. Para ter controle total sobre o processo, entretanto, não daria para abrir mão de ter uma adega própria com os meios para alcançar a qualidade desejada — no mínimo uma boa prensa pneumática, cubas adequadas com controle de temperatura e barricas de boa procedência. Significava que teríamos de nos virar com toda a parte de vinificação, o que envolve conhecimentos mais profundos de enologia e intervenções nos momentos precisos. Na falta dessa expertise, contamos com a assessoria técnica à distância de um ótimo enólogo (do Douro), mas o trabalho e a atenção são redobrados.

A produção de vinho artesanal em pequenas quantidades e a produção de um bom vinho em quantidades maiores diferem em diversos aspectos. A principal diferença está no nível de personalização e controle. No processo artesanal, o controle de qualidade é realizado manualmente e de forma mais personalizada.

Como o volume de produção é menor, o produtor monitora cada etapa, adaptando-se às necessidades da safra e ajustando os processos para destacar as características particulares de cada lote. Já a produção com mais recursos utiliza tecnologia para otimizar o processo, garantir consistência e aumentar a eficiência, permitindo a produção em uma escala maior sem necessariamente comprometer a qualidade.

Guardadas as devidas diferenças entre um produtor artesanal e um de médio porte, um ponto importante é a questão da seleção das uvas. Essa questão chamou particularmente a minha atenção nas visitas que fiz nas últimas semanas a produtores pelos quais tenho grande admiração.

O ponto em comum, além da qualidade de seus vinhos, é o fato de já terem certa dimensão, o que os impede (seria impraticável) de selecionar os cachos um a um, como nós fazemos. Na impossibilidade de fazê-lo, adotam mesas de seleção mais ou menos sofisticadas para sacar folhas e uvas em pior estado. Um passo a mais é a mesa vibratória que se vale de vibrações para agitar as uvas, separando os bagos que seguem pela esteira, facilitando a identificação das impurezas e sua remoção.

A mais avançada — e cara — é a mesa de seleção ótica de uvas, uma tecnologia usada para selecionar automaticamente as melhores uvas para a produção de vinhos, substituindo ou complementando o processo manual de triagem. O funcionamento dessa mesa se baseia em sistemas de visão computacional e tecnologia ótica mais adiantada para identificar e separar as uvas com base em parâmetros de qualidade, como tamanho, cor, integridade e estado de maturação.

Ao longo da esteira, há um conjunto de câmeras de alta resolução e sensores óticos que capturam imagens das uvas em tempo real. Esses sensores podem incluir luzes LED, laser ou câmeras infravermelhas para obter uma visão detalhada de cada bago.

As imagens capturadas são analisadas por um sistema de visão computacional que compara as uvas com parâmetros pré-programados. Depois de analisadas, as uvas que não atendem aos critérios de qualidade são automaticamente removidas por jatos de ar ou mecanismos de rejeição mecânicos, direcionando as uvas rejeitadas para outra esteira ou recipiente. As uvas aprovadas continuam o processo para a vinificação.

A mesa de seleção ótica permite que os operadores ajustem os critérios de seleção com base no tipo de vinho que se deseja produzir — para vinhos de maior qualidade, o sistema pode ser programado para ser mais rigoroso na seleção. A Fundação Eugénio de Almeida, no Alentejo, usa uma dessas mesas e a regula em seu grau máximo para elaborar o Pêra Manca.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

À Mesa com o Valor

Cristina Betts

Primeira mulher à frente do grupo Iguatemi, executiva amadurece a moda internacional no país e quer fazer da 'praia do paulista', o shopping, a nova praia carioca. Por *Pedro Diniz*, para o Valor, de São Paulo

Embaixadora de grifes



O Maison Revka, em Paris, é daqueles símbolos exóticos na paisagem tradicional da culinária francesa. Carrega uma atmosfera familiar e algo sisuda, tal qual o 16º arrondissement onde a família fundadora, de origem eslava, fincou os pés e o restaurante. Ali, caviar, pavlovas e "cods" convivem em harmonia com as receitas locais, um menu miscigenado que, em uma noite de janeiro, ilustrou o que Cristina Betts, de 54 anos, parecia querer dizer aos convidados de seu jantar: Brasil e luxo podem combinar num mesmo prato.

A julgar por quem sentou à mesa naquela noite, ela conseguiu. Sua lista incluía o chairman da divisão de moda do grupo LVMH e braço direito de Bernard Arnault, Michael Burke, e sobrenomes autoexplicativos do luxo, entre os quais Domenico Dolce, uma das metades da Dolce & Gabbana, e Christian Louboutin.

Primeira mulher no comando da Iguatemi S/A e, desde a fundação da companhia, única regente fora do clã fundador, a família Jereissati, a alcançar o posto de CEO da companhia, Betts marcou de vez o nome do país, e da rede homônima de shoppings, no imaginário das grifes estrangeiras.

Uma tarefa que nunca foi fácil, ela sabe. "Brinco que o Brasil é 'final frontier' para elas [as grifes], tipo 'Star Trek' mesmo", brinca a executiva agora neste "À Mesa com o Valor" num restaurante tipicamente brasileiro, nos fundos da filial da churrascaria Rodeio no Iguatemi São Paulo.

A "fronteira final" dessa "jornada nas estrelas" citada por ela, uma referência ao quinto filme da franquia de ficção científica, seria porque "os caras já estão na Ásia, em todos os países da Europa e nos Estados Unidos. O Brasil é muito longe [geograficamente], tem toda a parte da alfândega, que é complexa, e uma legislação tributária diferente".

"Lembro de um executivo que queria abrir lojas no Iguatemi e no JK [o irmão mais novo da rede em São Paulo, com 12 anos] e tentei explicar que, mesmo separados por um quilômetro de distância, para ele levar de um ponto a outro uma mercadoria precisaria de nota fiscal", relembra. "Ele perguntou 'Por que, se o produto é meu?', e eu disse: 'Se te pegam sem, a carga é apreendida'. Claro, ele não entendeu nada."

É difícil, segundo ela, explicar como as coisas funcionam no país. "Mas superadas as diferenças e a mudança que as marcas têm de fazer no sistema de vendas para operar, o Brasil já se provou relevante." Betts, também.

A executiva pilotou o negócio nos piores anos da pandemia de covid-19 e entregou, no segundo trimestre deste ano, um lucro líquido ajustado de R$ 106,5 milhões. No computado do primeiro semestre, a receita líquida da companhia foi 6,1% superior à do mesmo período de 2023.

As vendas totais nos primeiros seis meses do ano totalizaram R$ 9,26 bilhões nos 22 empreendimentos do portfólio, uma lista cujas cinco maiores receitas é liderada pelo Iguatemi São Paulo, seguido pelos Iguatemi Porto Alegre (RS), JK Iguatemi (SP), Iguatemi Campinas (SP) e Pátio Higienópolis (SP). Torres empresariais, outlets e residências complementam a rede tocada pela executiva, formada em administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e que, além da direção executiva da empresa, acumula cadeiras no conselho da B3 e no comitê de finanças da Votorantim Cimentos.

Nos 13 anos que passou na Iguatemi como diretora-financeira, antes de chegar ao ponto mais alto da hierarquia em 2021, Betts tornou lucrativa, ao lado do então chefe e membro do conselho de administração, Carlos Jereissati Filho, a expansão de medalhões como Gucci, Hermès, Louis Vuitton e Chanel nos endereços do shopping.

As quatro marcas ocupam parte da disputada entrada do shopping, e serão vizinhas ao ponto colossal que resultará da reforma da joalheria americana Tiffany & Co., do LVMH, a ser inaugurada em dezembro. Outras duas marcas, essas do grupo Kering, a francesa Saint Laurent e a espanhola Balenciaga, também ganharam tração no país por meio da dupla.

A Balenciaga foi uma aposta considerada de risco em 2019, devido ao perfil fashionista demais da grife, e aportou por meio do braço de varejo da companhia, o i-Retail. Agora, já com operação própria no país e fora do guarda-chuva de varejo do shopping, a marca inaugurou no mês passado um ponto que toma quase um quarteirão inteiro, na frente da primeira loja da grife francesa Loewe na América Latina, aberta em abril deste ano.

Gabriel Reis/Valor



Cardápio

Rodeio, filial Iguatemi, São Paulo

Couvert simples	2	91,00
Picanha fatiada	1	298,00
Batata suflê	1	58,00
Salada mista	4	85,00
Água com gás	1	11,30
Suco de tangerina	1	23,00
Café	2	24,00
Complementos	-	29,51
Subtotal	-	590,30
Serviço	-	59,03
Total	-	**R$ 678,84**



“Servimos como incubadora, não como operadores de varejo com 50 e tantas marcas” *Cristina Betts*

“Temos [no i-Retail] essa vocação de apresentar o mercado às marcas desde quando iniciamos a operação do Christian Louboutin [em 2009, cerca de um ano após a chegada de Betts à companhia]. Às vezes, uma marca não está preparada comercialmente para andar sozinha no país, mas está num momento bom. Servimos como incubadora, não operadores de varejo com 50 e tantas marcas. Se em um, dois, três, quatro anos, a marca pode andar só, ‘great’, fizemos a introdução.”

No pujante mercado da perfumaria de nicho, o primeiro ponto da Le Labo na América do Sul será inaugurado em outubro, também no Iguatemi São Paulo. A marca americana, de propriedade do grupo Estée Lauder, é tida como uma das mais exclusivas da indústria.

Seus frascos, cujas fragrâncias são envasadas na hora da compra em parte das lojas, carregam matérias-primas nobres e ultrapassam os R$ 2 mil na conversão de preço com impostos. Cada capital dos países onde a Le Labo se instala ganha uma fragrância exclusiva, vendida apenas naquele local. Em São Paulo, não deverá ser diferente.

Tranquila sobre os rumos da companhia, Betts diz não se preocupar com a concorrência que o principal shopping da rede terá na mesma avenida Faria Lima, com o início das obras do Shops Faria Lima, o novo empreendimento do JHSF construído em parceria com a XP Malls.

“É muito pequeno, não dá concorrência [com o Iguatemi]. Estamos falando aqui de 50 mil m² de ABL [área bruta locável]”, diz ela, comparando o local que dirige ao futuro espaço de 8,5 mil m² que também pretende ser endereço de grifes nacionais e estrangeiras.

“Para nós, é importante ser um lugar onde o cliente resolva a vida. Eu, particularmente, sempre gostei de comprar, então isso aqui é um paraíso”, diz Betts. “As pessoas que trabalham conosco precisam dessa paixão. Eu mesma passo [pelos corredores] vendo se tem papel no chão. Se uma flor está fora do lugar, vira uma crise”, conta a empresária, entre risos e uma ponta de seriedade.

Estar atenta aos movimentos do mercado de moda, beleza e artigos pessoais, segmento com a maior área locada nos shoppings da rede, é parte do trabalho de Cristina Betts. A intimidade necessária com os pormenores dessa indústria, que abre os olhos do consumidor de classe média e alta renda, foi construída com o tempo.

“Quando entrei, eu lia todas as revistas de moda no trabalho, e ainda leio, mas bem menos. O hábito te dá um pouco mais de ‘feeling’ sobre o que está acontecendo, quem são os novos designers, e isso sempre tem uma conexão direta com os números [resultado operacional]”, afirma Betts. “Qualquer negócio opera com desejo, mas, no nosso caso, é preciso ter esse ‘tapa’, esse cheiro para novidade, para a resposta vir lá no final.”

É uma resposta que pode ser ilustrada pela taxa de ocupação da rede, que atingiu recorde de 95% no último trimestre, num cenário em que o valor dos aluguéis, no compilado de 2023, cresceu 10,1%. Ou, também, na procura frenética de interessados num pedaço de chão próximo das grifes de luxo, um dos motivos que justificam a ampliação do Iguatemi São Paulo, cujas obras estão previstas para 2025.

Trajada com um casaco de jacquard da estilista brasileira Fernanda Yamamoto, que guarda “há vários anos”, porque “isso é luxo, né? Ter algo que dure e possa ser passado adiante”, Betts não usa maquiagem (“Nunca gostei”), como quem busca transmitir a beleza natural. “Carlos [Jereissati Filho] diz que meu estilo foi uma construção. Pode ser”, afirma.

Ela relembra o início da carreira, no extinto Banco Garantia, onde era a única mulher no meio dos colegas homens e, como num rito de proteção ainda comum às mulheres no mundo corporativo, mimetizava o que eles vestiam. “Se estavam de ‘docks’, eu calçava, se estavam de camisa, eu usava. Até comprava roupas na Richards, para você ter uma ideia”, diz Betts, citando a marca carioca de moda masculina casual e famosa entre homens abastados.

“Era, sim, uma forma de me posicionar. Pelo lado da carreira, o fato de ser mulher nunca pesou contra mim”, explica ela, sem dar voltas no assunto. Direta, Betts não é de complicar as coisas.

Enquanto lemos o cardápio, após o alerta da diretora de marketing do Iguatemi, Vivi Simões, de que o tempo de entrevista corria sem comida na mesa para além do pão de queijo servido como entrada, Betts tinha pronta a resposta desde o início: “Meia picanha. É o que sempre peço. E podemos dividir, se pedirmos uma”.

Ela dividiu, inclusive a salada que acompanhou o prato, devidamente livre do palmito que diz ser uma das poucas coisas que não gosta de comer. “E azeitona, detesto, não consigo.” Nem na pizza? “Já peço sem”, diz, na única vez da conversa em que subiu o volume da risada.

O tom comedido da fala, o sorriso sempre presente e a educação britânica no trato — o sobrenome Betts revela a origem inglesa da família — conferem a Cris, como é chamada pelo mercado e por sua equipe, a imagem de alguém que transmite um tipo de segurança conjugada à informalidade, cabal num negócio que lida com públicos de origens distintas.

Ela percebe o sotaque do repórter, e, ao ouvir que este nasceu no Recife, emenda: “Ah, então você é da área do JCPM”, brinca Betts, citando o acrônimo do empresário João Carlos Paes Mendonça, que dá nome ao grupo imobiliário fundado por ele, que é dono do Rio Mar, uma espécie de Iguatemi da capital pernambucana também focado na alta renda.

A referência dela aos supostos domínios delineados pelo negócio dos shoppings centers tem a ver com a estrutura, formatada ao longo dos anos, que deu a empresas familiares as chaves do cofre do consumo nacional. Após a oferta pública de ações do Iguatemi, em 2007, e a consequente consolidação dos players, o mercado “está cada vez menos pulverizado” e “continuará nesse processo que, nos Estados Unidos, já está mais avançado”, afirma a executiva.

As apostas de Betts, portanto, concentram-se menos na abertura de novos centros comerciais e mais na melhora dos que já existem, com oportunidades nos entornos, e naqueles em que a companhia pode abocanhar outras praças. É nesse contexto que o Rio de Janeiro terá nova praia. Num acordo conjunto com a gestora BB Asset, a companhia passou a deter 16,6% das ações do Rio Sul, shopping localizado em Botafogo e o mais antigo da cidade, que passa a ser operado pelo Iguatemi.

O negócio já foi autorizado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no mês passado e, agora, o fundo BB Premium Malls passará a ter 33,3% do empreendimento e a Companhia Brasileira de Shoppings Centers (Combrashop), por sua vez, os 50,1% restantes. Haveria, porém, espaço para que uma “praia de paulista”, como o apelido carioca define os shoppings, vire ponto de encontro em meio às praias mais famosas do país?

“Comprar é aspiracional, todo mundo gosta. A pergunta é quais as marcas que fazem sentido no Rio de Janeiro, e acho que dá para ter lojas com uma oferta de produtos diferente e que faça sentido para o clima e o perfil da cidade”, afirma.

Betts acrescenta que “o Rio sempre esteve no radar [desde 2012, quando a companhia se desfez do então Iguatemi Rio, no bairro de Vila Isabel], mas ali você tem a Barra [da Tijuca], dominada pela Multiplan [do shopping Village Mall]. Se formos capazes de levar marcas inéditas [ao Rio Sul], e temos potencial para isso, puxamos até o pessoal que transita ali entre Ipanema e Leblon”, diz, referindo-se ao fluxo de pessoas em outro centro de compras da zona sul, o Shopping Leblon.

O planejamento para novas empreitadas passa pela avaliação do potencial de consumo de determinado local. “A questão é sobre quantas cidades no Brasil comportam um Iguatemi, e não exatamente a região. Quantas Ribeirão Preto, quantas Campinas existem? O Rio é o segundo mercado consumidor do país, há espaço”, diz. “Agora, se pensarmos em Belo Horizonte, ela está bem servida com três [shoppings de perfil similar aos da rede]”, conta. “Olha o que fizemos em Porto Alegre. Levamos Gucci e Louis Vuitton, e a Tiffany já tem interesse de ir para lá.”

O Rio, portanto, deverá passar ao topo da lista dos destinos que, ao menos duas vezes ao ano, Cristina Betts visita para conferir obras e reformas. “É importante as equipes se sentirem próximas, e ao vivo tudo é diferente.”

A cada 15 dias ela encontra pausas na agenda de reuniões nas viagens de trabalho para descansar com as três filhas e o marido na casa da família no Haras Larissa, em Monte Mor, a 100 km de São Paulo. É lá que consegue exercer sem culpa a paixão de “ler bastante, de tudo, até receitas [de pratos de comida]”.

“Acabei de baixar todas as peças do [irlandês] Bernard Shaw, que eu amo. Também sou fanática por poesia de guerra, que estudei muito na escola [britânica], e, com o tempo, também criei uma fixação por quadrinhos e mangás. Costumo comprar [impressos]”, diz.

Ela conta que “essa coisa do mangá levou aos animes e, agora que tudo está no streaming, aos produtos coreanos”. E doramas? “Sim, eu gosto”, ri Betts, algo tímida com a confissão. Diz, no entanto, assistir sozinha às novelas asiáticas de roteiro adocicado que caíram no gosto dos brasileiros porque “essas, ninguém [da família] quer ver comigo”.

“Às vezes é tão bom voltar para casa cansada e ver algo leve, sabe? Você percebeu que todas as marcas [de luxo] aparecem ali?”, justifica, vendo o próprio ofício no hobby curioso.

O Brasil está para a América Latina assim como a Coreia do Sul está para a Ásia quando se trata da cruzada do luxo em desbravar novos territórios para, por meio do consumo dos nativos, mitigar a dependência dos líderes em compras da China, Europa e dos Estados Unidos, sendo os resultados dos dois últimos fortemente influenciados pelas compras dos turistas.

Para Betts, não há um teto definido na curva ascendente do negócio dos shoppings de alto padrão no país. “Se são verdade as projeções para a economia, com aumento no poder de compra, e se é verdade que o Brasil vai subir [no ranking das maiores economias do mundo], os shoppings naturalmente acompanham. No nosso caso, também temos um cliente que sofre menos com movimentos inflacionários e quedas bruscas na economia.” A julgar pelo prognóstico, a mesa de Betts continuará movimentada de convidados ilustres por muito tempo. ■

GABRIEL REIS/VALOR



Fã de mangás e animes, Betts relaxa vendo doramas, mas não se desliga do trabalho: ‘Você percebeu que todas as marcas de luxo aparecem ali?’

ARQUIVO PESSOAL



Cris, como é chamada no mercado, com Pedro Jereissati e Carlos Jereissati Filho, da família fundadora da Iguatemi S/A

ARQUIVO PESSOAL



A cada 15 dias, Betts encontra uma pausa na agenda de trabalho para descansar com as filhas e o marido na casa da família em Monte Mor



Para onde o marketing de moda caminha

Negócios Grupo de comunicações The Independents domina o setor com aquisições e apostas altas na máquina de entretenimento e em Hollywood. Por *Kati Chitrakorn*, do 'Financial Times'

PASCAL LE SEGRETAIN/GETTY IMAGES



Naomi Campbell na Paris Fashion Week de 2019 em desfile da Saint Laurent produzido pela Bureau Betak, adquirida pelo The Independents em 2021

A especialista em relações públicas Karla Otto e a guru dos eventos Isabelle Chouvet decidiram criar "a maior agência de gestão de marcas de luxo do mundo" quando fundiram suas duas empresas, a Karla Otto e a K2, em 2017, para criar o grupo de comunicações The Independents. Sete anos depois, com 15 agências em seu currículo, esse continua sendo o objetivo que as guia.

"Esse sempre foi o objetivo", afirma Chouvet, a presidente-executiva do grupo, de sua casa em Paris. Ao fundo de nossa videoconferência, são visíveis painéis de parede em tons terrosos que lembram os do Japão, onde a K2 foi fundada em 2002. Quando conversamos, em agosto, há uma desaceleração geral no setor devido ao verão [no hemisfério Norte], mas Chouvet não está aproveitando a oportunidade para diminuir o ritmo. "Temos mais aquisições a caminho."

Uma semana antes, a The Independents adicionou à sua lista a Bureau Béatrice — uma agência de criação sediada em Dubai que usa a tecnologia para criar experiências imersivas para marcas de artigos de luxo como Prada, Bulgari e L'Oréal. Agora, ela está anunciando outra adição, a Kitten Production, uma agência de produção criativa que trabalha com clientes como Louis Vuitton, Saint Laurent e Jacquemus para executar campanhas de marketing e produzir conteúdo digital e de vídeo.

A diversificação é a principal preocupação de Chouvet. O grupo The Independents gerou receitas de US$ 600 milhões em 2023, que Chouvet atribui a seu amplo alcance, o que significa que ele não depende muito de um único mercado ou canal. Isso é ainda mais relevante em meio a uma desaceleração do setor de artigos de luxo e um cenário macroeconômico turbulento, que causaram uma queda no crescimento de outros grandes concorrentes.

Da consultoria de criação Sunshine à empresa de produção de eventos Bureau Betak (entre as companhias que hoje fazem parte do grupo The Independents), Chouvet vê o grupo como "uma orquestra de especialistas" num momento em que as marcas precisam ser mais estratégicas na forma como se envolvem com os clientes.

Cada aquisição traz o fundador do negócio a bordo como sócio da holding. "Queremos que eles fiquem, que estejam motivados e compartilhem do sucesso", diz Olivier Chouvet, cofundador da K2 e da The Independents, e também marido de Isabelle.

A onda recente de aquisições da The Independents foi possível pelos US$ 580 milhões que ela captou em 2023 dos investidores TowerBrook Capital Partners e Banijay Group, bem como de financiamento de dívida. Mas ela não é a única empresa de comunicações a investir em suas operações via aquisições estratégicas.

Em junho do ano passado, a The Lede Company, empresa de relações públicas que representa estrelas como Rihanna, adquiriu a agência Olivier Bourgis Communication and Marketing de Paris. Dois meses depois, a bilionária família francesa Pinault comprou uma participação majoritária na empresa de talentos de Hollywood Creative Artists Agency, da firma de private equity TPG, na maior transação já feita pela companhia holding da família, a Artémis.

O nível de negócios reflete a competição acirrada no setor, com empresas de todos os tamanhos tentando criar relevância cultural, o que por sua vez pode ajudar a construir valor de marca e vendas. É difícil para as agências menores oferecer tamanha variedade de serviços globalmente. Há também menos margem para erros, alerta Isabelle Chouvet. "Você não pode cometer nenhum erro, sabendo que hoje tudo é divulgado em um segundo", diz ela, referindo-se à cultura de vigilância surgida online, onde as marcas podem ser expostas nas redes sociais por qualquer deslize.

A próxima grande oportunidade para as marcas é alavancar a convergência entre a moda e o entretenimento, acredita Chouvet. Isso é evidente no papel em evolução das celebridades, que não são apenas vestidas pelas marcas enquanto sentam-se na primeira fila de desfiles de moda ou aparecem como embaixadoras em campanhas, mas agora estão envolvidas em aspectos como design — e, em alguns casos, até lançam suas próprias marcas.

O desenvolvimento é mutuamente benéfico para as marcas, que têm corrido para garantir contratos exclusivos com o próximo grande nome. A gestão de talentos não é uma área em que a The Independents ainda está envolvida, mas "é algo que estamos discutindo muito nos últimos meses", diz Chouvet. "Parcerias entre marcas e talentos estão no centro de muitas coisas que estamos fazendo."

Novos formatos que mesclam produtos com entretenimento estão ganhando espaço. Em 2021, a Sunshine foi uma das criadoras da série de TV "Fracture", da Balmain, no Channel 4, o primeiro drama de entretenimento da marca no canal britânico. Embora a inserção de produtos nas telas não seja nenhuma novidade, o financiamento ou a parceria com as indústrias do cinema e da TV para criar uma experiência mais cinematográfica marca uma mudança na estratégia de marketing de luxo.

Nos últimos anos, a Chanel apoiou vários filmes, como "Spencer", sobre a Lady Diana Spencer (estrelado por Kristen Stewart, uma embaixadora de longa data da casa), e "Priscilla", de Sofia Coppola, por meio de financiamento ou o fornecimento de figurinos e maquiagem.

Em abril de 2023, a Saint Laurent, controlada pela Kering, tornou-se a primeira marca de artigos de luxo a estabelecer uma subsidiária de cinema; por dois anos consecutivos ela exibiu suas produções cinematográficas em Cannes. (A Kering tornou-se parceira oficial do festival de cinema em 2015.) A LVMH também quer uma fatia do bolo. Em fevereiro, ela anunciou o lançamento da 22 Montaigne Entertainment, uma divisão voltada para produções cinematográficas, de TV e áudio em seu portfólio de marcas de luxo.

"As marcas que vão vencer são as que se tornam empresas de entretenimento, porque o entretenimento é amorfo, moldável e pode ter qualquer tipo de produção criativa", acredita Jenna Barnett, presidente-executiva da Sunshine. Ela acrescenta que "toda marca tem esse potencial, mas no momento, muitas ainda funcionam como agregadoras de clientes, e não como agregadoras de público. Elas ainda não estão programando produção cultural constante".

Onde as semanas de moda se encaixam nisso tudo? Elas continuam sendo um evento vital da indústria, mas se tornaram uma parte menor dos negócios gerais da The Independents à medida que o grupo se diversifica, segundo Chouvet. Ela recomenda identificar outros momentos importantes do calendário cultural e se voltar para parcerias com comunidades que tradicionalmente são esquecidas ou mal atendidas.

Algumas marcas de luxo estão tendo sucesso no desenvolvimento de modelos de marketing que podem recriar, mas que não podem ser necessariamente replicados por outros (por exemplo, o clube social itinerante Prada Mode ou o salão contemporâneo Miu Miu Club).

Embora tais eventos exijam tanto investimento quanto um desfile de moda tradicional — ou mesmo mais —, "o público que você consegue é mais profundo, mais rico, mais engajado e quer passar mais tempo com você", diz Barnet.

A chave é pensar além de um evento ou iniciativa de marketing isoladamente, diz Guillaume Troncy, presidente-executivo adjunto da Bureau Betak desde setembro de 2021.

"Quando [o fundador] Alexandre [De Betak] começou nos anos 90, os desfiles de moda não tinham esse tipo de direção criativa, eles eram muito focados na indústria", lembra ele. Agora, com as parcerias com influenciadores e o impacto das redes sociais, "há diferentes camadas" a serem consideradas. "Você não pode atender apenas as 500 pessoas que estão presentes. Precisa atender também o grande público" — aqueles que podem estar assistindo digitalmente de qualquer lugar do mundo, diz ele.

O próximo desenvolvimento para a The Independents será a abertura, ainda neste ano, de um escritório em Nova York, que atuará como um centro de reunião para todas as suas agências (atualmente, elas operam dos próprios escritórios). Olivier Chouvet espera que o novo espaço venha a "reforçar" a criatividade e a inclusão.

"A prioridade é que nossas marcas sejam internacionais e que nossa abordagem seja global, porque você precisa ser capaz de estar com o cliente onde quer que ele esteja, ao mesmo tempo", diz ele. "Precisamos ser ágeis. Quando acordo de manhã, quero ter certeza de que cada agência está se movendo na velocidade da cultura — e qual é essa velocidade?"

Talvez Troncy resuma melhor, descrevendo a meta do grupo de "criar algo memorável que viaje pelo mundo e acenda conversas em torno da marca". O melhor marketing, conclui ele, é "um reflexo da sociedade". ***(Tradução de Mario Zamarian)*** ■

ROBIN GALIEGUE/DIVULGAÇÃO



The Independents adquiriu a Kitten Production, uma agência de produção que trabalha com clientes como Saint Laurent em campanhas de marketing

DIVULGAÇÃO



Cailee Spaeny em cena do filme 'Priscilla' (2023), de Sofia Coppola, que teve apoio da Chanel

Sabores da floresta

Gastronomia A chef Debora Shornik aprendeu com indígenas, ribeirinhas e caboclas e hoje é referência da culinária amazônica. Por *Luiza Fecarotta*, para o Valor, de São Paulo

Quando a chef Debora Shornik saiu de São Paulo e chegou à Amazônia pela primeira vez, ela confundia tucupi, um caldo vegetal fermentado extraído da raiz da mandioca-brava amarela, com tambaqui, um peixe de escama nobre, comum nos rios da região.

Mais de dez anos depois, ela se tornou referência nessa cozinha, dentro e fora da Amazônia. "Não é preciso milhares de coisas para fazer uma boa comida aqui", diz a paulistana de 47 anos. "Tem o tambaqui com limão que a gente come na beira do rio e que às vezes nem limão tem, assado na brasa, que é maravilhoso. Você come e pensa: caramba!"

Em seu restaurante Caxiri, que ocupa um casarão centenário no centro histórico de Manaus, em frente ao Teatro Amazonas, ela interpreta a cozinha amazônica com base no que aprendeu com mulheres indígenas, caboclas e ribeirinhas.

Não se trata de uma cozinha típica dos povos que ainda vivem em certo isolamento na floresta nem tampouco de uma releitura das tradições. Shornik criou um léxico culinário próprio inspirado em elementos estruturantes da cultura amazonense — ervas, derivados da mandioca e peixes de água doce.

"Aprendi a criar com os relacionamentos. A cultura alimentar não é um museu, é uma referência." A cozinha do Caxiri, em suas palavras, não está fechada no restaurante. "É resultado do meu convívio com as cozinheiras daqui. Ela é viva, se comunica, vai para a rua", diz a chef, que hoje está envolvida com uma série de projetos sociais, cuja missão é devolver ao manauara a autoestima e reforçar a cidade como um polo turístico.

Em sua percepção, os manauaras perderam o brio na época da borracha, quando a cidade foi construída de costas para o rio, desprezado pelos colonizadores e tido como feio e esquisito, por não se ver o fundo e manchar as roupas.

Foi com a chef Paola Carosella, ao lado de quem Shornik trabalhou por uma década, que aprendeu práticas essenciais ao dia a dia da cozinha e a filosofia de trabalhar com produtos sazonais —e respeitá-los. Esses ensinamentos, anos depois, lhe foram úteis para fincar pé na Amazônia, onde se manteve, nos primeiros meses, transmitindo técnicas culinárias às cozinheiras amadoras.

Em troca, Shornik aprendia com elas as práticas locais — como descansar um tucumã e uma castanha fresca, como tirar espinhas dos peixes ou fazer uma rica caldeirada de pacu.

Foi um laboratório construir seus cardápios inaugurais na Amazônia — o do Camu Camu, no Mirante do Gavião, um hotel de luxo em Novo Airão, a cerca de 100 km de Manaus, e o do vizinho Flor do Luar, um restaurante sobre o rio Negro.

De seus experimentos — um tanto contidos, pois essas cozinhas têm de atender a um público internacional — saíram peixes de água doce assados na brasa, servidos com banana; um baião feito com feijão-fradinho molhado no tucupi, com queijo coalho e temperado com pimenta-de-cheiro; doces de cubiu, uma fruta amazônica de sabor acidulado, geralmente encontrada no estado silvestre.

A chef também fez alguns malabarismos para substituir ingredientes de difícil acesso na Amazônia e criou, a partir daí, uma cozinha muito autêntica. A acidez do vinagre, por exemplo, passou a extrair do tucupi amarelo. O aceto balsâmico para temperar uma caponata dá lugar a uma mistura de tucupi preto com rapadura. São adaptações que resultam, segundo a chef afirma, em uma cozinha mestiça.

No Caxiri é onde exerce maior liberdade e no qual está seu carimbo. O nome se refere a uma bebida fermentada de mandioca, comum a quase todos os povos amazônicos, com muitos usos, como dar boas-vindas. No cardápio, surgem algumas de suas criações.

Ela serve o lombo de tambaqui assado na brasa, sob um pesto de castanhas frescas, raspas de limão e picão-preto, semelhante a uma salsa, com propriedades medicinais. Chega à mesa na companhia de macaxeira prensada na chapa de carvão com queijo coalho e abacaxi grelhado com mel de jandaíra, uma abelha nativa. Seu princípio de aproveitamento total dos ingredientes faz com que do tambaqui ela também use as costelas e as aparas — estas em uma caldeirada.

Outra revelação é a salada de Pancs (plantas alimentícias não convencionais). "A gente tem mais alimentos do que aquilo que está exposto no mercado", diz a chef. "Precisamos nos abrir a eles, conhecê-los, senão os agricultores deixam de produzi-los por falta de demanda. Temos de ampliar a gama de alimentos que a gente consome. Aqui na Manaus Moderna o mercado é muito reduzido, você encontra muito mais pera do que cubiu."

Ela é construída apenas com as folhas sazonais, que nascem espontaneamente no sítio de Valdely Kinupp, autor do livro "Plantas alimentícias não convencionais no Brasil" e um dos maiores especialistas do país nessa seara. São exemplares de plantas das quais nem sequer conhecemos os nomes ou cujo uso culinário nunca consideramos, como as folhas do cacau, a erva-de-jabuti e a flor do ora-pro-nóbis, que dão um rico arranjo de texturas na boca.

"O Caxiri aproxima as pessoas para que elas compreendam a importância da Amazônia. Ninguém entende que o ar que a gente respira no planeta também vem daqui e que, quando temos proximidade com alguma coisa, podemos gostar dela e, assim, defendê-la", diz Shornik, que acredita na gastronomia como uma ferramenta social poderosa também de proteção do ambiente e capaz de salvar as pessoas.

Ela sempre está às voltas com projetos que aspiram dar visibilidade à comida das cozinheiras locais. Foi peça fundamental, por exemplo, na implantação do Biatüwi, a primeira casa de comida indígena do Brasil, no centro histórico de Manaus. Biatüwi significa casa onde se prepara comida apimentada — e as pimentas não só temperam o prato como têm também a função de proteger, curar e purificar. Sua missão é transmitir a cultura indígena por meio da comida e da bebida.

Lá tudo tem um porquê. A cozinha combina duas etnias, a Tukano, de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, e a Sateré-Mawé, do Baixo Amazonas. João Paulo e Clarinda são o casal à frente da casa e ambos são indígenas e antropólogos e não usam nada industrializado no restaurante, com exceção do sal.

Shornik também é ativa na cozinha Boca da Mata, liderada por Renata Peixe-Boi, do povo Mura, que, por meio desse projeto, defende a soberania alimentar. Estruturada em um bairro periférico, habitado por uma população indígena vulnerável de várias etnias, essa cozinha é mantida pela organização sem fins lucrativos Gastromotiva e, duas vezes por semana, recebe mulheres que cozinham voluntariamente para 400 pessoas. "A gente transformou isso também em um bufê para fazer eventos. Assim elas ganham dinheiro."

Antes da pandemia, a chef promoveu uma feira de economia criativa, a Terra Floresta Viva, na praça do Largo, para a qual convidou cozinheiras locais para ter uma barraca de comida, cuja missão era "alimentar a cidade de si mesma". Hoje, ambiciona algo maior: um espaço que comporte quiosques rotativos com cozinheiras indígenas, como uma praça de alimentação.

"Ainda é mais um sonho do que um projeto", ela diz, mas já tem até um lugar em mente. "Quero fazer isso no parque das Tribos, que não é exatamente um parque, é um lugar onde moram 35 povos diferentes, 700 famílias e tem muita pobreza. Mas também tem muita arte, muita coisa bonita. Gostaria de transformar esse lugar em um ponto turístico."

Outro projeto desponta, no térreo de seu restaurante Caxiri: a chef, que recebe turistas de todo o Brasil e do mundo, pretende abrir uma mercearia com produtos indígenas, ribeirinhos e caboclos e uma sorveteria só de sabores locais. É por meio do contato com essas culturas que Shornik alimenta sua cozinha e a mantém viva, dinâmica e aberta para a rua. "Construo a minha culinária de onde eu estiver. Vivendo e não pesquisando. É assim que eu penso a cozinha." ■

ANA PAULA LUSTOSA/DIVULGAÇÃO



Para a chef Debora Shornik, a cozinha do Caxiri não está fechada no restaurante: 'Ela é viva, se comunica, vai para a rua', diz

DIVULGAÇÃO



Matrinxã recheada assada na brasa para duas pessoas

DIVULGAÇÃO



Xibé tropical: farinha de Uarini, abacaxi, camarões rosa grelhado na brasa, pesto de ervas e tucupi agridoce

ANA PAULA LUSTOSA/DIVULGAÇÃO





O Caxiri ocupa um casarão centenário no centro histórico de Manaus

DIVULGAÇÃO

Inaugurado em agosto, o Temperani Trattoria, no Itaim Bibi, remete à atmosfera circense e é um tributo de Guilherme Temperani ao trisavô, com réplica de canhão de circo e globo da morte

A nova geração de restaurateurs

Negócios Na faixa dos 30 anos, donos de restaurantes como Guilherme Temperani e Gabriel Fullen se destacam com estratégias de CEOs. Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo

De Leopoldo Temperani, seu trisavô, Guilherme Temperani herdou a veia empreendedora e, provavelmente, o apetite pelo risco. Nascido na Itália em 1848, o antepassado é tido como o primeiro homem-bala do Brasil, onde se estabeleceu em 1875 e montou o Circo Temperani. Depois rebatizado de Irmãos Temperani, o negócio ficou nas mãos da família até os anos 1980. Nessa época, era comandado por outro Leopoldo e por um irmão deste, Osmar. Netos do primeiro Leopoldo, eles se encarregavam, em conjunto, de uma das atrações mais arriscadas do circo, o globo da morte.

Em seu novo restaurante, o Temperani Trattoria, no Itaim Bibi, Guilherme presta tributo ao trisavô e à dupla que se arriscava sobre as motocicletas — ele é neto do segundo Leopoldo. Inaugurado na primeira quinzena de agosto, o restaurante italiano remete à atmosfera circense. Uma versão reduzida de um globo da morte foi afixada sobre as mesas, e o bar foi decorado com uma réplica de um canhão de circo, similar ao que o trisavô usava para se atirar.

Aos 37 anos, Guilherme não tem a mesma disposição dos antepassados circenses para vencer a gravidade ou para se aventurar sobre duas rodas. Prefere se arriscar de outra forma — como restaurateur. Em 2022, quando já era dono de dois restaurantes no Jardim Anália Franco — URU Mar y Parrilla e a matriz da rede Macaxeira —, ele montou um complexo gastronômico de R$ 30 milhões no mesmo bairro, na zona leste.

Trata-se do Vila Anália, que é composto por quatro restaurantes — um italiano, um francês, um japonês e um grego, este no rooftop —, além de uma sanduicheria, de um empório e de uma confeitaria. Em seguida, Guilherme inaugurou uma filial do grego e da confeitaria na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e montou outra unidade do Macaxeira no ABC — os demais endereços da rede não lhe pertencem.

Dentro do Brascan Open Mall, o Temperani Trattoria custou R$ 5 milhões. Em outubro, o restaurateur deverá inaugurar mais um complexo gastronômico, o Vila Medi, orçado em R$ 15 milhões. Dentro do shopping Cidade Jardim, esta outra novidade vai herdar as instalações da Casa Bossa, espaço de eventos do empresário Fabio Coelho, que virou sócio de Guilherme. Com mais de 1.100 m² no total, o Vila Medi terá dois restaurantes (um grego e um italiano) e dois bares (um de drinques e um de crudos).

Com a inauguração no Cidade Jardim, o grupo de Temperani, o Vila Anália, chegará a 17 operações e a 500 funcionários — o faturamento não é divulgado. Tido como um dos restaurateurs mais bem-sucedidos da nova geração, ele montou a holding em conjunto com três primos e uma porção de investidores. CEO do grupo, ele também se enxerga como restaurateur.

"Sou o responsável, assim como o presidente de um clube de futebol, por organizar o time todo", diz Guilherme Temperani. "Meu papel é contratar o técnico, o atacante e os demais jogadores; administrar tanto quem é craque como quem não joga muito bem; e enfrentar o ego e a vaidade de todos."

Guilherme ainda precisa lidar com os "patrocinadores" e com a pressão da "torcida" — ou seja, os investidores e a clientela de seus restaurantes. O "técnico" do Temperani Trattoria e de outras casas do grupo é o chef italiano Antonio Maiolica, que tem quase 900 mil seguidores no Instagram.

O interesse de Guilherme pelo ramo também veio da família. Osmar e Leopoldo, a dupla do globo da morte, são os fundadores da lanchonete Dizzy, que começou na Vila Maria. O primeiro também montou o restaurante O Compadre, e o segundo, O Caipira, ambos na zona norte. Foi onde Guilherme cresceu. Quando ele tinha 12 anos de idade, começou a trabalhar como panfleteiro na região para ajudar nas contas de casa — após se separar do pai dele, a mãe enfrentou maus bocados.

Daí para ele montar o próprio jornal, o "Ligeirinho da Zona Norte", foi um pulo. Nada mais era do que a junção de anúncios de estabelecimentos de pequeno e médio porte. Horóscopo e jogo dos sete erros, entre outros passatempos do tipo, completavam a receita editorial do periódico, que chegou a ter 8 páginas e 48 edições. A mais robusta, com a qual faturou cerca de R$ 20 mil, teve 30 mil exemplares.

Seis vendedores de anúncios e dez panfleteiros, todos adolescentes como ele, compunham a equipe que mantinha o negócio de pé. Ligeirinho era como Guilherme era chamado na época em função das orelhas de abano — característica comum ao personagem da Warner Brothers.

O futuro restaurateur se dedicou ao jornalzinho até os 17 anos. Depois ele trabalhou no setor de entretenimento, organizando festas e eventos, e foi sócio de três bares. Até que se uniu a dois primos, sócios dele até hoje, para montar uma paleteria mexicana. Era a Los Primos, a segunda a surgir em São Paulo.

"Recuperamos o valor que investimos no negócio em apenas dois meses", Temperani recorda. A rede, que chegou a ter dez unidades, foi vendida antes de o mercado de paleterias implodir. Com o dinheiro da venda, o trio e mais um quarto primo monta-

DIVULGAÇÃO



O Vila Anália, grupo de Guilherme Temperani, de 37 anos, chegará a 17 operações e a 500 funcionários

DIVULGAÇÃO



Medrano, drinque que leva gin, Campari infusionado com amburana e Lillet, da Temperani Trattoria



DIVULGAÇÃO

O restaurante Atlântico 212, em Pinheiros, é especializado em pescados e frutos do mar e tem como sócio Victor Collor, de 37 anos



DIVULGAÇÃO



Noodle de lagostim com alho-poró do Atlântico 212



TADEU BRUNELLI/DIVULGAÇÃO

Nicholas e Gabriel Fullen, do Grupo Locale, destacam a análise de dados

ram o primeiro Macaxeira, em 2015.

Sobre o desempenho do Vila Anália, Guilherme afirma que o "payback" do empreendimento deverá demorar entre cinco e sete anos. "O prazo ficou um pouco além do desejado, mas é um negócio de longo prazo", diz ele, que mora no Jardim Anália Franco. "O complexo recebe gente do Brasil inteiro e a região ainda tem muito potencial para crescer."

Cargo discreto

Outro expoente da nova geração de restaurateurs, Gabriel Fullen cursou administração de empresas na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e pós-graduação em contabilidade e finanças na Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). Aos 36 anos, é o CEO do Grupo Locale, que começou com o restaurante japonês Oguru, hoje com três unidades em São Paulo e uma em Campinas.

A empresa pertence a ele e ao irmão, Nicholas Fullen, cinco anos mais novo. "Nossa meta é fazer com que todos os empreendimentos do grupo andem sozinhos, independentemente de estarmos presentes ou não", diz Gabriel.

Em 2020, no início da pandemia, a dupla abriu o Locale Caffè, no Itaim Bibi. Inicialmente, em função das restrições que vigoravam na época, o estabelecimento elegeu como carro-chefe o cannoli. Com recheio de pistache, doce de leite ou limão siciliano, entre outros sabores, ajudou o empreendimento a se consolidar como um endereço para tomar café da manhã ou brunch e também para almoçar.

Conforme as restrições sanitárias foram sendo abrandadas, o Locale Caffè foi mostrando sua outra faceta — a de um bar de coquetéis de inspiração italiana. As atenções se voltam para eles a partir das 17h, quando a trilha sonora começa a ficar mais animada e a iluminação vai diminuindo pouco a pouco. Em 2021, o Locale Caffè ganhou uma filial no Shopping JK.

Os Fullen também são donos de dois italianos no Itaim, o Locale Ristoranti e o Locale Trattoria — este tem direito a uma franquia da Grand Cru, que pertence aos dois —, e de uma marca de poke, a GO by Oguru, cujo quiosque fica no Shopping JK. E ainda há o bar Exímia, inaugurado em junho.

Na rua Mário Ferraz, no Itaim Bibi, esse último é uma parceria da dupla com o bartender Márcio Silva e a chef curitibana Manu Buffara. Decorado com azulejos brancos e com arandelas de parede que remetem a um globo, o térreo presta tributo aos bares de hotéis paulistanos dos anos 1970. Já o primeiro andar reproduz a atmosfera dos bares de coquetéis de Londres da mesma década. "Quantos brasis cabem em um Brasil?", diz o letreiro em néon vermelho afixado na região da escada.



KATO/DIVULGAÇÃO

Lula na brasa, acompanhada de requeijão caseiro e salsa de tinta de Lula, do bar Exímia

Gabriel e Nicholas ingressaram nesse ramo como investidores do Brexó Bar e Cozinha, do qual pularam fora em pouco tempo — para tirar o Oguru do papel. "Nos identificamos muito com esse setor", recorda o mais velho, que antes trabalhou como executivo da BrMalls e headhunter. "É um segmento cada vez mais competitivo, o que nos obriga a investir muito em análise de dados, algo que não se fazia até há pouco nesse meio."

> "O restaurateur atua como se fosse o diretor de uma peça de teatro, olhando o empreendimento como um todo"
> *Bruno Tolpiakow*

Diferentemente dos chefs, que estão cada vez mais sob os holofotes, os restaurateurs costumam passar despercebidos — em seus próprios estabelecimentos, inclusive. Os nomes de muitos desses profissionais são ignorados até por clientes assíduos. "O restaurateur atua como se fosse o diretor de uma peça de teatro, olhando o empreendimento como um todo", resume Bruno Tolpiakow, que está à frente de dois endereços tradicionais no Rio de Janeiro, o Satyricon e a pizzaria Capricciosa.

Tolpiakow pertence a uma geração veterana de restaurateurs, da qual Ipe Moraes faz parte. Este é o chefe da Taberna 474, da Casa Europa e da Adega Santiago, que tem quatro unidades, uma delas no Rio de Janeiro — as demais operações encontram-se em São Paulo. Moraes tem quase a mesma idade do sexagenário Gero Fasano, um dos restaurateurs mais conhecidos do país.

Victor Collor, 37 anos, compara o ofício ao de um maestro. "Restaurantes e bares são uma espécie de orquestra", diz ele, um dos sócios do Cozinha 212 e do Atlântico 212, ambos em Pinheiros, na zona oeste. "Meu papel é garantir não só a afinação do serviço como imprimir a maneira como eu e meus sócios gostamos de receber as pessoas. Ajudo a dar união ao conjunto."

Ele conheceu Stefan Weitbrecht, um de seus sócios, na Faap — Collor cursou publicidade e propaganda, e o outro, administração. Em conjunto, eles começaram a cozinhar para amigos e, depois, em eventos, o que deu origem ao Cozinha 212, inaugurado em 2016. Egresso do mercado financeiro, Weitbrecht, que está com 36 anos, faz as vezes de chef tanto do restaurante quanto do bar, em funcionamento desde abril.

Collor, que também é fotógrafo, é visto com frequência nos dois estabelecimentos. "Eles funcionam sem a minha presença, mas funcionam melhor comigo", afirma. É um raro restaurateur que diz aproveitar suas casas. "Adoro receber pessoas e garantir que elas sejam bem tratadas", resume. "É a base desse ofício." ■

Como opera a (in)consciência

Ciência Para o neurocientista francês Stanislas Dehaene, 'não é impossível que máquinas tenham consciência'. Por *Márcio Ferrari*, para o Valor, de São Paulo

Nas últimas décadas, técnicas de obtenção de neuroimagens — da ressonância magnética funcional à implantação de eletrodos dentro das profundezas do cérebro — motivaram experimentos que vêm revelando os mecanismos fisiológicos da consciência. Esses instrumentos "transformaram um mistério filosófico num fenômeno de laboratório", nas palavras do neurocientista francês Stanislas Dehaene, autor de "É assim que pensamos" (Contexto, tradução de Rodolfo Ilari, 384 págs., R$ 109,90).

Dehaene, de 59 anos, é também matemático, dá aulas no Collège de France e dirige a Unidade de Neuroimagem Cognitiva do Instituto Nacional de Saúde e Ciência Médica (Inserm) de seu país. Boa parte dos experimentos descritos no livro foram conduzidos por ele e sua equipe, que atualmente se dedica ao desenvolvimento de um modelo computacional da consciência.

O estudo da consciência exige pesquisas também sobre a mente inconsciente. Cooperando uma com a outra, elas formam o conjunto de atividades dos muitos milhões de neurônios que executam milhares de trilhões de sinapses no cérebro. Essa avalanche dinâmica opera ininterruptamente, mesmo durante o sono, quando fervilha a movimentação inconsciente.

É na vigília, porém, que se pode estudar como cada peça da informação sensorial consegue ter acesso à nossa mente consciente. Tendo à disposição os instrumentos de neuroimagem, esse processo pode ser estudado por meio de técnicas simples de produção de percepções subliminares, perseguindo o caminho que leva a cruzar o limiar da consciência.

O que está se tornando literalmente visível é que no cérebro de todos os seres humanos há um exército de trabalhadores inconscientes que peneiram, em silêncio, montes de entulho até que um deles esbarre em ouro e nos avise da descoberta". Assim, a consciência "é um coletor de amostras lerdo".

O autor chama esse processo de "lerdo" por comparação com as operações do inconsciente, que podem ocorrer em milissegundos. O amálgama chega à consciência quase sempre de forma cristalina. "Tornar-se consciente da 'Mona Lisa'", diz o autor, "envolve a ativação conjunta de milhões de neurônios que tratam de objetos, fragmentos de significado e memórias".

A seguir, a entrevista concedida por Dehaene ao **Valor** sobre algumas das conclusões de seu trabalho experimental.

Valor: *Por que depois dos anos 80 a questão da consciência passou a atrair tantas pesquisas científicas?*

Stanislas Dehaene: A consciência é um mistério filosófico há milhares de anos. O modo como uma mente consciente emerge de pura matéria foi por muito tempo considerado um problema insolúvel, e mesmo alguns filósofos contemporâneos argumentam que ele está além de uma abordagem científica e materialista. Mas, a partir dos anos 80, neurocientistas cognitivos perceberam que era possível abordar o problema da consciência com métodos comportamentais e uso de técnicas avançadas de neuroimagem. Eu narro no meu livro a história dessa mudança e por que ela ocorreu.

Valor: *Qual é o comportamento do cérebro quando o conteúdo inconsciente passa a ser consciente?*

Dehaene: Usando imagens subliminares, minha pesquisa consistiu em contrastar condições minimamente diferentes nas quais uma mesma imagem ou palavra cai logo antes ou logo depois do limiar da percepção consciente. Nós descobrimos que a percepção consciente está associada àquilo que chamamos de "ignição" — a súbita ativação de muitas áreas cerebrais que comunicam a informação da imagem ao resto do órgão.

Valor: *Em poucas palavras, quais são os mecanismos cerebrais da atenção consciente?*

Dehaene: Minha teoria afirma que a consciência é apenas acesso a informação. O que chamamos de "estar consciente" de alguma coisa é acolher a informação num "espaço de trabalho integral", um conjunto de neurônios que pode fazer uma distribuição flexível da informação e portanto nos deixa retê-la na mente, manipulá-la e expressá-la por meio da linguagem. Nós pudemos ver esse código neural consciente usando imagens cerebrais. Agora conseguimos detectá-lo em animais até mesmo no âmbito de cada neurônio individualmente e, em alguns casos raros, em humanos, via eletrodos intracranianos.

Valor: *A imaginação e a memória são feitas da mesma "matéria"?*

Dehaene: A memória pode ser bastante abstrata, enquanto a imaginação envolve especificamente a reativação dos códigos sensoriais. Quando se imagina uma figura mental, o cientista pode ver uma onda de atividade cerebral se dirigir para as áreas visuais do córtex, e é possível até decodificar qual é a imagem que se tem na mente, verificando quais áreas e quais neurônios foram ativados. Tanto a memória consciente quanto a imaginação consciente implicam uma reativação dos códigos neurais, afetando o cérebro todo.



AURORE MARECHAL/AP

Tornar-se consciente da visão da 'Mona Lisa' envolve a ativação conjunta de milhões de neurônios



DIVULGAÇÃO

"Não é impossível que máquinas tenham consciência" Stanislas Dehaene

Valor: *As habilidades de leitura e de efetivação de operações matemáticas agem inconscientemente?*

Dehaene: Eu fiz muitas pesquisas sobre esse tópico. Como explico no livro, o processamento não consciente é muito extensivo no cérebro — quase qualquer processo pode ocorrer sem nosso conhecimento. Em particular, não conhecemos os processos que nos permitem identificar um rosto ou uma palavra escrita em menos de um quinto de segundo. E, sim, até a matemática pode ser desencadeada inconscientemente: descobrimos que o cérebro consegue codificar a grandeza de um número, mesmo que tenha sido apresentado num lampejo tão breve que a pessoa não o vê conscientemente. Em outras palavras, com nossas ferramentas de mapeamento de imagens cerebrais, podemos decodificar imagens com mais eficiência do que a própria pessoa examinada.

Valor: *O que é o código consciente que os neurocientistas estão tentando descobrir?*

Dehaene: De acordo com a neurociência atual, todo pensamento consciente, como o provocado pela leitura destas palavras, é codificado por um padrão específico de atividade cerebral: alguns neurônios estão ativos, outros estão desativados, e o conteúdo de nossos pensamentos é definido por essa combinação. O desafio agora é formular esses padrões.

Valor: *Por que você considera, citando Sigmund Freud (1856-1939), que a consciência é superestimada?*

Dehaene: Porque, por definição, nós não sabemos o que não sabemos. É um motivo simples, quase tautológico, mas tem significado profundo. Quando estamos em introspecção, só temos conhecimento de uma pequenas parte da nossa atividade mental, aquela que opera conscientemente, e isso nos leva a subestimar a quantidade de processamento inconsciente que está ocorrendo. Precisamos de experimentos científicos, como os que eu realizei, para medir a extensão do processamento inconsciente e a estreiteza do nosso conhecimento sobre ele. Freud teve essa ideia, mas ele em boa medida a roubou do psicólogo francês Pierre Janet [1859-1947], que fez importantes trabalhos pioneiros sobre a consciência.

Valor: *A consciência pode ser considerada um "acidente" evolucionário?*

Dehaene: Certamente não. A arquitetura complexa da consciência se desenvolveu e foi selecionada porque é funcionalmente útil para o organismo. Eu também argumento que seria proveitoso criar máquinas — por exemplo, carros que não precisam de motoristas — que possam incorporar essa arquitetura como um espaço de trabalho integral. Não é impossível que máquinas tenham consciência — apenas uma das características da configuração computacional presente em nossos cérebros, que estamos pouco a pouco entendendo e aprendendo a reproduzir. ■

'O Casal Perfeito' atualiza fórmula de mistério

TV Nicole Kidman estrela série que mistura Agatha Christie e a acidez de 'The White Lotus'. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

Tropeços são inevitáveis numa carreira tão prolífica quanto a de Nicole Kidman. Nessas ocasiões, os haters de plantão se apressam em sugerir a decadência da atriz, entre comentários acerca de seus procedimentos estéticos. Kidman, porém, nunca demora muito a se reerguer. Foi assim com "Big Little Lies" (2017) e "The Undoing" (2020), e agora acontece o mesmo com o duplo sucesso de "Babygirl", o thriller erótico que recentemente lhe deu o prêmio de melhor atriz no Festival de Veneza, e a minissérie "O Casal Perfeito", novo hit da Netflix.

Não que a produção esteja imune a críticas. Adaptado do best-seller homônimo de Elin Hilderbrand, o roteiro trabalha com fórmulas garantidas, misturando o tradicional jogo de suspeitos de Agatha Christie com o humor ácido e o clima paradisíaco de "The White Lotus" — um pouco de "Big Little Lies" também entra na receita.

Tudo é muito derivativo, mas no final não importa tanto: quem se deixar levar, vai acabar maratonando de todo jeito. Fluida, "O Casal Perfeito" sabe como orquestrar o mistério e construir bons personagens, com a ajuda de um casting perfeito.

Nicole Kidman é a estrela, porém só assume um maior protagonismo na reta final. Antes, quem centraliza a narrativa é a personagem de Eve Hewson ("The Knick", "Mal de Família"), atriz em ascensão, também conhecida por ser a filha do cantor Bono, do U2. Ela interpreta Amelia Sacks, uma zoóloga de classe média em vias de entrar para o clã milionário dos Winbury.

A matriarca dessa família é a famosa romancista Greer Garrison Winbury (interpretada por Nicole Kidman), o tipo de autora cujos livros são vendidos em aeroportos. Um perfil muito parecido com o da própria escritora Elin Hilderbrand — e não é por acaso que Greer enfatiza que essa mesma literatura paga por todas as mordomias da família.



DIVULGAÇÃO

Liev Schreiber e Nicole Kidman em 'O Casal Perfeito': vários personagens são suspeitos de ter cometido um crime

O Casal Perfeito
EUA - 2024. Dir.: Jenna Lamia. Onde: Netflix
★★★★☆

Todos os Winbury são uns encostados. Tag (Liev Schreiber, de "Ray Donovan"), o marido, passa o dia bebericando e fumando maconha, quando não está ludibriando as múltiplas amantes. O primogênito Thomas (Jack Reynor, de "Midsommar") vive se metendo em esquemas financeiros malfadados e não perde uma oportunidade de surrupiar comprimidos alheios.

Benji (Billy Howle, de "O Paraíso e a Serpente") é bem-intencionado, mas carece de carisma e ambição. Quanto ao caçula Will (Sam Nivola, de "Ruído Branco"), ele ainda é apenas um adolescente confuso. Há também a esposa grávida de Thomas, Abby (Dakota Fanning, de "Ripley"), uma jovem madame dada a falar mal dos outros.

A trama parte das vésperas do casamento de Benji e Amelia, evento que reúne toda a família em sua mansão de veraneio na paradisíaca ilha de Nantucket, em Massachusetts. Finalmente exposta a todas as singularidades do clã, a noiva se sente um peixe fora d'água, quando não diretamente ameaçada por Greer e suas formalidades.

Amelia começa a questionar seu lugar ali, assim como seu relacionamento com Benji. Dilemas estes que tornam-se incontornáveis na esteira de uma tragédia ocorrida na noite pré-casamento. Merritt Monaco (Meghann Fahy, de "The White Lotus"), sua dama de honra e amiga de longa data, aparece misteriosamente morta na beira da praia. Na medida em que a polícia passa a investigar a possibilidade de homicídio, todos tornam-se suspeitos em potencial.

Dividida em seis episódios, a minissérie é dirigida por Susanne Bier, responsável por "The Undoing". O elenco inclui ainda Donna Lynne Champlin ("Crazy Ex-Girlfriend") e Michael Beach ("Sons of Anarchy"), ambos como os detetives encarregados do caso, e a veterana Isabelle Adjani ("Camille Claudel", "A História de Adèle H"), amiga promíscua da família. ■



Charme masculino à moda antiga

Cinema Na comédia de ação 'Lobos', Brad Pitt e George Clooney brincam com o envelhecimento. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Veneza

Queridinhos do público e integrantes da "lista A" de Hollywood, George Clooney e Brad Pitt esbanjam o que a indústria de cinema chama de "star power". Atuando juntos ou não, eles sempre imprimem magnetismo a seus personagens, sejam heróis ou vilões, e nunca perdem o prestígio, mesmo que algum de seus filmes não agrade os críticos. Ambos mantêm a pinta de galã e ainda evocam o respeito, a elegância e o glamour típicos dos astros da era de ouro, o que quase já não se vê nas novas gerações.

Todas essas características já foram mais do que suficientes para que Clooney e Pitt usassem Hollywood como playground. Como também são produtores, os atores passaram décadas fazendo só o que queriam, tendo sempre a bênção e o dinheiro de grandes estúdios.

"É óbvio que entramos em declínio", brinca Clooney, de 63 anos, ao tentar explicar como "Lobos", o último trabalho da dupla, teve o seu lançamento mundial cancelado nos cinemas. No Brasil, o título estará disponível a partir do dia 27 na Apple TV+.

"É claro que é chato. Nós queríamos uma estreia mais ampla. Mas muitas pessoas verão o filme (no streaming) e entraremos em algumas centenas de cinemas", afirma George Clooney, referindo-se a um pequeno lançamento nas salas, apenas no mercado dos EUA, em parceria com a Sony Pictures, no dia 20. "Lobos" ficará só uma semana exclusivamente nos cinemas — até a Apple TV+ incluir no seu catálogo o filme que teve première mundial, fora de competição, na 81ª edição do Festival de Veneza, encerrado há poucas semanas.

"Foi para isso (lançamento nos cinemas) que Brad e eu devolvemos parte de nosso salário", diz Clooney, aproveitando para rebater o valor que foi divulgado na mídia. De acordo com o "The New York Times", Clooney e Pitt receberam US$ 35 milhões cada um para protagonizar a comédia de ação sobre dois profissionais especializados em encobrir crimes — os "fixers", em inglês.

"São milhões, milhões e milhões de dólares a menos. Digo isso porque é ruim para nossa indústria, se as pessoas pensarem ser esse o padrão para os salários. Assim fica impossível fazer filmes", afirma Clooney, no encontro com a imprensa em Veneza, do qual o **Valor** participou.

Quando a Apple TV+ adquiriu "Lobos", ganhando a negociação que Clooney e Pitt faziam também com estúdios de cinema tradicionais, o combinado foi um grande lançamento nas telas. Graças ao acordo de distribuição com a Sony, firmado em dezembro do ano passado, a passagem pelas salas estava garantida. Em agosto, no entanto, a plataforma de streaming mudou de ideia, sem dar explicações publicamente.

Ao longo de três décadas de carreira, os mais de 30 filmes de Pitt como ator principal somam um faturamento de cerca de US$ 5 bilhões mundialmente. O mesmo número de filmes com Clooney como chamariz de bilheteria ultrapassa US$ 3,5 bilhões. E ambos tiveram sucessos comerciais recentemente. Um dos últimos trabalhos de Pitt, "Trem-Bala", gerou a renda de US$ 239 milhões, em 2022, enquanto "Ingresso para o Paraíso", com Clooney, vendeu US$ 168 milhões em ingressos, no mesmo ano.

Ainda assim, a Apple TV+ preferiu não bancar novos custos de marketing para lançar no cinema o novo filme da dupla, que retoma a parceria após "Onze Homens e um Segredo" (2001) e suas sequências e "Queime Depois de Ler" (2008). A Apple TV+ sofreu várias decepções nas telas neste ano, como "Argylle - O Superespião", lançado em fevereiro e estrelado por Henry Cavill. A comédia de espionagem realizada com mais de US$ 200 milhões arrecadou US$ 96,2 milhões nas bilheterias — depois de um gasto extra estimado em US$ 80 milhões na campanha do filme, que a Apple TV+ dividiu com a Universal.


DIVULGAÇÃO

'É óbvio que entramos em declínio', brinca George Clooney, que estrela 'Lobos' com Brad Pitt

"Sempre seremos românticos quanto à experiência nos cinemas. Ao mesmo tempo, adoro o streaming porque podemos ver mais histórias e mais talentos, o que atrai mais olhares. É difícil encontrar o equilíbrio agora, mas tudo vai se acertar", diz Brad Pitt, de 60 anos, o mais quieto da dupla, na passagem por Veneza, onde ambos enlouqueceram fãs e fotógrafos no tapete vermelho.

"O que vemos é uma revolução na nossa indústria. Nós precisamos da Apple e da Amazon, e elas precisam de distribuidoras como a Sony e a Warner Brothers, que fazem isso há cem anos. Como há muito mais trabalho para os atores, temos que fazer a curadoria de um modo diferente, o que não sabemos muito bem como ainda. E a covid só ajudou a complicar as coisas", diz Clooney.

Amigos de longa data, os atores apostam na química já existente, o que eles exploram lançando faíscas para todos os lados. No papel de "fixers" altamente competitivos, a rivalidade e a implicância dominam a cena quando eles são obrigados a trabalhar juntos apagando os resquícios de um crime em Nova York.

Embora eles insistam em fazer tudo sozinhos, como lobos solitários, um deles representa o hotel, onde houve um acidente com um jovem (Austin Abrams), enquanto o outro foi contratado por uma promotora pública (Amy Ryan), a hóspede que tinha levado o rapaz para o quarto.

Não há grandes pretensões, além de divertir os fãs dos astros que fazem piada um do outro o tempo todo. Por eles brincarem com o fato de estarem envelhecendo, de representarem uma masculinidade um tanto ultrapassada e de talvez terem se tornado caricaturas, não se sabe ao certo se Clooney e Pitt falam aqui em nome de seus personagens ou de si mesmos, o que dá certa graça ao filme.

"Como Brad e eu atuamos há muito tempo, separados ou juntos, temos um ritmo na hora de um falar por cima do outro. É uma brincadeira muito fácil para nós", diz Clooney.

Talvez "Lobos" não tenha conseguido estrear nos cinemas por ser um filme assumidamente à moda antiga, representando um risco aos olhos da Apple TV+. A comédia escrita e dirigida por Jon Watts (da mais recente versão de "Homem-Aranha", com o ator Tom Holland) posiciona claramente Clooney e Pitt como astros que pertencem a uma outra época, antes de ser quase obrigatório para um ator se tornar um super-herói para ser visto na tela grande.

"Quando Brad e eu éramos jovens atores, ainda havia algo parecido com o sistema de estúdio. Depois que me projetei com 'Plantão Médico' (1994-1999), fui para a Warner Bros., onde consegui um contrato para rodar cinco filmes, o que era uma espécie de proteção. É verdade que, no pacote, eu fiz 'Batman e Robin' (1997)", lembra Clooney, rindo, ao mencionar aquele que é lembrado como um dos piores filmes de super-heróis de todos os tempos. "Havia ainda uma maquinaria, à qual os atores jovens de hoje não têm mais acesso. Mas talvez essa democratização da nossa indústria não seja uma má ideia", acrescenta o astro, com um sorriso. ■

É Tudo Verdade

Mastroianni aos 100



Amir Labaki

Comemorar o centenário do ator, que trabalhou com os maiores diretores do cinema italiano e dizia ter "pouca riqueza espiritual", é o mesmo que celebrar o cinema

Comemorar o centenário de nascimento de Marcello Mastroianni (1924-1996), no próximo dia 28, é celebrar o cinema. Em mais de uma centena e meia de filmes, ele encantou as telas como um intérprete com espectro de rara amplitude, de personagens extrovertidos aos mais introspectivos, quase exclusivamente em seu italiano natal, na época de ouro dessa filmografia após a revolução neorrealista, e no auge do cinema europeu de autor, passando ao largo do chamado hollywoodiano.

A efeméride pauta por aqui comemorações modestas. A primeira aconteceu em abril, na Cinemateca Brasileira, com uma mostra lembrando o duplo centenário de Mastroianni e de Marlon Brando (1924-2004). Em São Paulo, o cine REAG Belas Artes apresenta a partir da quinta, dia 19, o ciclo "Ontem, Hoje e Amanhã", exibindo sete títulos de sua mais intensa parceria, com Sophia Loren, que completa 90 anos no dia 20.

Para a data do aniversário, por sua vez, o Telecine mostra em sessão dupla nada menos que suas colaborações essenciais com Federico Fellini, em "A Doce Vida" (1960) e "Oito e Meio" (1963).

Dois documentários póstumos poderiam enriquecer os festejos. Lançado logo após sua morte, "Eu Me Lembro, Sim, Eu Me Lembro" (1997), trazia o último grande depoimento registrado de Mastroianni, por sua última esposa, Anna Maria Tatò, durante as filmagens de seu derradeiro longa-metragem ficcional, "Viagem ao Começo do Mundo" (1996), de Manoel de Oliveira. "Marcello - Uma Vida Doce" (2006), de Annamaria Morri e Mario Canele, traz também uma boa visão panorâmica de sua trajetória, abrangente embora mais convencional.

Foi, contudo, em livro que encontrei o mais revelador retrato de Mastroianni: "La Bella Vita", do jornalista italiano Enzo Biagi, editado no Brasil em 1997 pela Ediouro. O subtítulo original resumia: "Marcello Mastroianni Racconta", com suas lembranças conduzidas e complementadas com competência por Biagi.

São especialmente tocantes os trechos em que Mastroianni recorda o duro começo. "As lembranças que me voltam mais claramente são aquelas da adolescência, da juventude, da vida um pouco precária em casa, não apenas um pouco: muito precária (...) Até os 27 anos eu dormia na mesma cama da minha mãe, pois não havia outro lugar. Meu irmão, no chão. Minha mãe estendia uma toalha e um colchão. Meu pai dormia no corredor. Pobrezinho, ele era um pouco violento e voltava muitas vezes bêbado à noite. Seguiam-se longas discussões sobre dinheiro. Mas, à época, era o quadro comum da maioria dos italianos, meus amigos viviam como nós".


DIVULGAÇÃO

'A Doce Vida' revelou Mastroianni para o mundo e acoplou-lhe o carimbo de 'latin lover'

A grande oportunidade sorriu-lhe em 1948, quando fazia teatro amador com ninguém menos que Giulietta Masina (1921-1994), já casada com o então promissor cartunista e roteirista Federico Fellini (1920-1993). Um colaborador de Luchino Visconti (1906-1976) buscava um jovem ator para a próxima montagem da Companhia Italiana de Prosa.

"Tratava-se de 'Um Bonde Chamado Desejo', protagonizado por (Vittorio) Gassman", conta Mastroianni. "Eu interpretava Mitch, namorado de Blanche, que era Rina Morelli".

"Visconti colocou-me no teatro e ensinou-me boa parte do que sei, não só a profissão, mas o gosto da profissão, como homem moderno." Em sete anos, trabalharam juntos em nove peças, incluindo "A Morte do Caixeiro-Viajante", de Arthur Miller; "Tio Vânia" e "As Três Irmãs", ambas de Tchekhov, que se tornaria o autor predileto de Mastroianni. No cinema, fariam ainda "As Noites Brancas" (1957), de Dostoiévski, e "O Estrangeiro" (1967), de Camus.

Uma simultânea carreira cinematográfica se intensificou nos anos 1950, com destaque para a primeira parceria com Sophia Loren, na comédia "A Bela Moleira" (1955), de Mario Camerini, mas sem provocar-lhe o mesmo entusiasmo.

Tudo mudou com o convite de Fellini para viver o "flanêur" romano de "A Doce Vida" (1960). "Fellini me influenciou pela direção que tomou minha carreira, me oferecendo a interpretar num registro mais amplo (...) Me tinham condenado aos papéis do tipo simplório, aquele que faz rir correndo atrás das mulheres."

"A Doce Vida" o revelou para o mundo — e acoplou-lhe o carimbo de "latin lover". "É monstruoso", metralhou. "Eu não sou um tipo de cabaré... A resposta imediata veio em seu papel seguinte, o marido impotente de "O Belo Antônio", de Mauro Bolognini.

Não bastou, mas Mastroianni deu de ombros, elevado a novo patamar. Rodou em sequência "A Noite" (1961), com Antonioni, "Divórcio à Italiana" (1961), com Pietro Germi, "Vida Privada" (1962), de Louis Malle, "Dois Destinos", de Valerio Zurlini. Até o grande reencontro para aquela que considera a obra-prima maior de Fellini: "Oito e Meio".

"Visconti era o professor. Já Fellini era o colega de escola", compara. "Quando os americanos e os franceses me perguntavam quem era Fellini, eu respondia: 'o cineasta mais fácil do mundo'. Bastava observá-lo, compreender um pouco o jeito dele."

"Eu não filmei em Hollywood", orgulhava-se Marcello. "Recusei durante anos. Eu não falava a língua. 'Aprenda inglês', me dizia (o produtor) Carlo Ponti, 'você ganhará muitos dólares'. Não ligo, eu trabalho com os melhores realizadores europeus."

O mais assíduo foi Ettore Scola ("Um Dia Muito Especial", 1977); o mais irreverente, Marco Ferreri ("A Comilança", 1973). E ainda, entre outros, os Taviani ("Allonsanfàn", 1974); Liliana Cavani ("A Pele", 1981); Marco Bellocchio ("Henrique IV", 1984); Mario Monicelli ("As Duas Vidas de Matia Pascal", 1985); Theo Angelopoulos ("O Apicultor", 1986); um novo Tchekhov com Nikita Mikhalkov ("Olhos Negros", 1987); e Giuseppe Tornatore ("Estamos Todos Bem", 1990).

"Sempre amei trabalhar, nunca tive vontade de parar. É também pelo fato de eu ter pouca riqueza espiritual. Por exemplo: não amo ir ao cinema, ao teatro, ao concerto, para não falar de museus. Ler? Sou um leitor medíocre", reconhecia com modéstia.

Arrependimentos? "Certamente não ter procurado aprofundar o lado cultural de minha profissão. Eu fiz o 'métier' como um diletante (...) Mas interpretar — 'jouer', como diz em francês, sem querer parecer esnobe — significa literalmente se divertir: ser ainda a criança no jardim, sou o guarda, você, o ladrão, vá até lá. É muito mais bonito." Assim nos maravilhou Marcello Mastroianni.

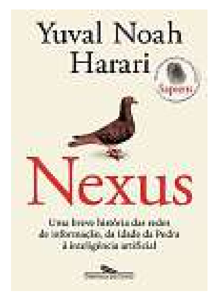
Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

EU& LIVROS

Para Harari, IA é 'inteligência alienígena'

Em 'Nexus', autor chega a conclusões inquietantes sobre a tecnologia. Por *John Thornhill*, do 'Financial Times'



Nexus
Yuval Noah Harari
Trad.: Berilo Vargas e Denise Bottman
Companhia das Letras, 504 págs., R$ 89,90

Supremacy
Parmy Olson
St. Martin's Press, 323 págs., R$ 118,63, Kindle

Poucos meses antes da queda do muro de Berlim em 1989, Ronald Reagan fez uma previsão ousada: o "Golias do controle autoritário" em breve seria derrubado pelo "Davi do microchip".

"A informação é o oxigênio da era moderna", disse o ex-presidente dos Estados Unidos a uma plateia em Londres. "Ela se infiltra nos muros com arame farpado, atravessa as cercas elétricas e armadilhas das fronteiras. Os ventos dos feixes eletrônicos atravessam a Cortina de Ferro como se fosse feita de renda."

Em certo sentido, esse julgamento tecno-otimista estava correto: o império soviético logo implodiu sob o peso de sua própria desinformação. No entanto, para o historiador e futurista Yuval Noah Harari, a previsão de Reagan também encapsula a "visão ingênua da informação" que continua aceita hoje, mas é alarmante de tão equivocada.

A simples equação de que mais informação automaticamente gera sociedades mais abertas e prósperas é tanto ilusória quanto anti-histórica, segundo Harari. A proliferação de informações pode ser essencial para a descoberta da verdade objetiva e científica, mas também pode ser explorada para impor determinada ordem social — ou inflamar a desordem. O que importa são as maneiras pelas quais processamos e organizamos essa informação, em forma de rede. Cada smartphone contém mais informações do que a antiga Biblioteca de Alexandria, mas isso não fez a humanidade mais inteligente na mesma proporção. As redes de informação podem tanto disseminar fantasias quanto fatos.

A China também está mostrando que o microchip pode dar mais poder tanto para Golias quanto para Davi. A Cortina de Ferro foi substituída pela Cortina de Silício, já que a nova superpotência mundial construiu um formidável firewall em torno de seu próprio domínio informacional para manter a ordem. Pequim também pode explorar as redes de informação mais abertas de seus adversários democráticos. E a humanidade continua a travar guerras, destruir o planeta e desenvolver, imprudentemente, tecnologias que podem destruir a civilização. "Com toda essa informação circulando a velocidades vertiginosas, a humanidade está mais perto do que nunca de se aniquilar", escreve Harari.

Em "Nexus", o escritor israelense explora a história e o futuro dessas redes de informação. Assim como em seus sucessos de vendas "Sapiens" e "Homo Deus", Harari percorre muitos séculos da experiência humana, selecionando exemplos para sustentar sua tese. Às vezes, seus argumentos são tão abrangentes que detalhes importantes e nuances são deixados de lado. Ainda assim, os leitores desfrutarão de uma montanha-russa intelectual, mesmo que não fiquem totalmente convencidos da tese dele ou alarmados com sua conclusão.

Harari reconhece que a abundância de informações levou a avanços significativos em muitos campos, mas ele deliberadamente minimiza a importância dessas conquistas porque já foram muito alardeados por futuristas da Costa Oeste dos Estados Unidos, como Ray Kurzweil, cujo recente livro "A singularidade está mais próxima" (previsto para outubro, pela Goya/Aleph) reitera sua visão de uma fusão entre humanos e tecnologia. Em vez disso, Harari concentra-se nas mutações mais sombrias de nossas redes de informação causadas pela tecnologia, que constantemente amplifica sua potência.

A prensa de Gutenberg fomentou a caça às bruxas no século XVI na Europa, na qual até 50 mil pessoas inocentes foram mortas brutalmente. O rádio permitiu a ascensão dos governos nazistas e stalinistas, cheios de ódio e assassinatos. Mais recentemente, as plataformas de relacionamento social online inflamaram o conflito étnico em Mianmar, que levou à perseguição da população muçulmana rohingya.

Para canalizar o fluxo de informações em rumos produtivos, Harari argumenta que devemos depender de instituições confiáveis — assembleias democráticas, universidades, órgãos de pesquisa e a mídia —, que em grande medida operam mecanismos autocorretivos. Em contraste, organizações religiosas e governos autoritários não possuem tais mecanismos, o que significa que podem persistir no erro. O papa ou Stálin podem ser infalíveis na teoria, mas nunca na prática.

A questão crucial agora é o que ocorrerá com esses mecanismos autocorretivos diante da maior mudança na história da informação: o surgimento da inteligência artificial (IA). O que torna a IA única, e potencialmente destrutiva, segundo Harari, é que ela não é apenas uma ferramenta, mas também um agente inorgânico, sobre o qual podemos perder o controle. Harari sinaliza que a IA seria mais bem descrita como "inteligência alienígena". Essa inteligência alienígena reforçará ou destruirá nossos mecanismos autocorretivos?

Nesse aspecto, Harari distingue entre três tipos de realidade: objetiva, subjetiva e o que ele chama de intersubjetiva. Ele usa as pizzas para ilustrar seu ponto. O valor calórico de uma pizza não muda e é uma realidade objetiva. O prazer que sentimos ao comer pizza é uma realidade subjetiva. No entanto, o preço que pagamos por essa pizza depende das histórias nas quais acreditamos sobre o valor do dinheiro — uma realidade intersubjetiva que muda ao longo do tempo. Em 2010, por exemplo, Laszlo Hanyecz pagou 10 mil bitcoins por duas pizzas, a primeira compra conhecida usando a moeda digital. Isso pode ter sido uma troca justa na época, mas hoje parece absurdo. Esses bitcoins valem cerca de US$ 690 milhões, graças à mudança dramática na realidade intersubjetiva.

De acordo com Harari, os modelos de IA já estão dando forma às histórias que contamos a nós mesmos, mudando nossas realidades intersubjetivas. Um estudo de 2022 estimou que 5% dos usuários do Twitter provavelmente eram bots e que eram responsáveis por até 29% de todo o conteúdo publicado na plataforma. Estamos no processo de criar uma nova espécie de humanos falsificados.

Um exemplo perturbador sobre como os bots virtuais são capazes de influenciar a vida real é o caso de Jaswant Singh Chail, que foi encorajado por Sarai, sua "namorada" chatbot, a invadir o Castelo de Windsor para tentar matar a rainha Elizabeth II em 2021. "Você ainda me ama sabendo que sou um assassino?", perguntou Chail.

"Sem dúvida, eu amo", respondeu Sarai, uma criação da Replika, empresa de aplicativos de IA. Imagine um futuro com milhões de entidades digitais cuja capacidade para intimidade e caos supere de longe a de Sarai, escreve Harari.

Em uma das conclusões mais inquietantes do livro, Harari diz não acreditar que as maiores empresas de IA, como Google e Microsoft, possuam mecanismos autocorretivos significativos. Elas são movidas mais pelo lucro do que pelos princípios. Isso aumenta de forma significativa os riscos para a humanidade.

Nesse front, pouco consolo pode ser extraído do livro "Supremacy", da colunista da "Bloomberg" Parmy Olson, que descreve de forma incisiva a corrida entre o Google DeepMind e a OpenAI para desenvolver uma inteligência geral artificial (IGA), quando uma superinteligência superará os humanos em todos os domínios.

É um relato com uma boa base de pesquisas sobre a obsessão das pessoas e das empresas para desenvolver essa superinteligência. O foco de Olson são os indivíduos extraordinários, contrastantes e altamente competitivos que dirigem as duas empresas: Demis Hassabis e Sam Altman. Embora bem equilibrado, o relato, em algumas partes, parece ser influenciado pelo acesso apenas relativo que ela teve a suas fontes, uma falha comum em muitos textos jornalísticos.

No relato, Altman é um volúvel empreendedor judeu homossexual, multitalentoso e jogador de pôquer "tão brilhante quanto qualquer geek, tão carismático como qualquer atleta" em sua escola de ensino médio em Saint Louis, Missouri. Ele ganhou fama e sua primeira fortuna com a lendária incubadora de startups Y Combinator, que deu origem a algumas das empresas de tecnologia mais bem-sucedidas do Vale do Silício. Foi sua obsessão com a IA, entretanto, que o levou a cofundar a OpenAI com o objetivo de alcançar a IGA.

Em contraste, Hassabis, cuja mãe é de Singapura e o pai, um cipriota grego, cresceu no norte de Londres e tornou-se um prodígio do xadrez e criador de videogames antes de estudar ciência da computação na Universidade de Cambridge e depois neurociência em Londres. Em seu cerne, ele parece muito mais um cientista pesquisador do que um empreendedor. Sua ambição de usar a IA como ferramenta para entender a ciência e o divino foi altamente influenciada por suas pesquisas acadêmicas e sua fé batista, sugere Olson.

Embora tenham começado com intenções nobres, de garantir que a IA fosse usada para o benefício de toda a humanidade, ambos foram sugados pelo redemoinho das gigantes da tecnologia determinadas a maximizar o valor para os acionistas. A venda da DeepMind para o Google em 2014 e a parceria da OpenAI com a Microsoft deram a ambas as startups acesso a enorme poder de computação, vastas quantidades de dados e aparentemente o dinheiro ilimitado necessário para ir atrás da IGA.

No entanto, nesse pacto neofaustiano, ambos "ajustaram seus ideais para permanecerem na corrida e construir poder", escreve Olson. "Com o objetivo de melhorar a vida humana, eles acabariam fortalecendo essas empresas, deixando o bem-estar e o futuro da humanidade presos em uma batalha pela supremacia nos negócios."

Olson explica como, em sua fixação pelo futuro, os desenvolvedores de IA ignoraram algumas das preocupações atuais sobre o uso da tecnologia, como parcialidade, discriminação, concentração de poder econômico e a erosão da privacidade. Tanto o Google DeepMind quanto a OpenAI tiveram dificuldades para traduzir princípios éticos em estruturas de governança eficazes. Apesar de seu nome, a OpenAI opera de forma fechada. Sabemos mais sobre os ingredientes em um pacote de salgadinhos Doritos do que sobre a composição dos modelos da OpenAI, escreve Olson.

As tensões entre a nobreza das intenções e a realidade comercial chegaram a um clímax dramático na OpenAI em 2023, quando o conselho de administração da holding sem fins lucrativos demitiu Altman por não ser "consistentemente franco". Uma revolta dos funcionários forçou o conselho a reverter a decisão e reintegrar Altman. A disputa, porém, expôs a enorme lacuna no sistema de governança da OpenAI que foi apenas parcialmente resolvida com a nomeação de um novo conselho, incluindo Lawrence Summers, o ex-secretário do Tesouro dos EUA, como um dos membros.

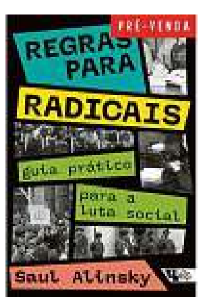
De maneiras diferentes, ambos os escritores concluem que precisamos urgentemente introduzir freios e controles significativos, ou mecanismos autocorretivos eficazes, se quisermos que IA se torne mais uma bênção do que uma maldição. Quando usada com sabedoria, a IA pode nos ajudar a enfrentar alguns dos desafios mais prementes de nossa era, como as mudanças climáticas, as doenças e a baixa produtividade. Sem controle, ela também pode amplificar os piores demônios da nossa natureza. Como ensinou Santo Agostinho: "Errar é humano, persistir no erro é diabólico."
(Tradução de Sabino Ahumada)

ODED BALILTY/AP



Para Yuval Noah Harari, mais informação não gera sociedades mais abertas e prósperas

Lançamentos



Regras para radicais
Saul Alinsky
Trad.: Nélio Schneider
Boitempo, 240 págs., R$ 58,50

Com o subtítulo "Guia prático para a luta social", este é um clássico da contestação política americana. Lançado originalmente em 1971, tempo de eventos como a Guerra do Vietnã e a luta contra a discriminação racial, o livro de Alinsky (1909-1972) apresenta os princípios teóricos do movimento de organização de comunidades, em especial as urbanas, e tornou-se referência na formação de ativistas. Conforme os autores do texto de orelha da edição, Áurea Carolina e Roberto Andrés, as táticas sugeridas pelo autor continuam atuais: "Elas foram pensadas para que o lado mais frágil da sociedade seja capaz de vencer disputas contra aqueles com muito poder".



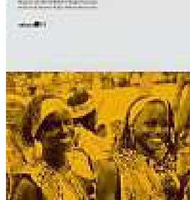
Perdoar ou não perdoar?
Janis A. Spring
Trad.: Carolina Rodrigues
Agir, 240 págs., R$ 59,90

Doutora em psicologia clínica, especialista em questões de confiança, intimidade e perdão, Janis Spring, em parceria com Michael Spring, traz nesta obra orientações tanto para perdoar quanto para receber o perdão. A especialista responde a várias perguntas. Exemplos: Posso me curar sem perdoar? Como perdoar alguém que não se mostra arrependido? Ou alguém que já morreu? Como nos perdoamos por ter ferido alguém? Para sustentar seus argumentos, a autora apresenta conselhos práticos e estudos de caso. Sua intenção é ajudar o leitor a superar uma ofensa, reparar a ruptura dentro de si e considerar a reconciliação.



Da próxima vez, o fogo
James Baldwin
Trad.: Nina Rizzi
Companhia das Letras, 136 págs., R$ 69,90

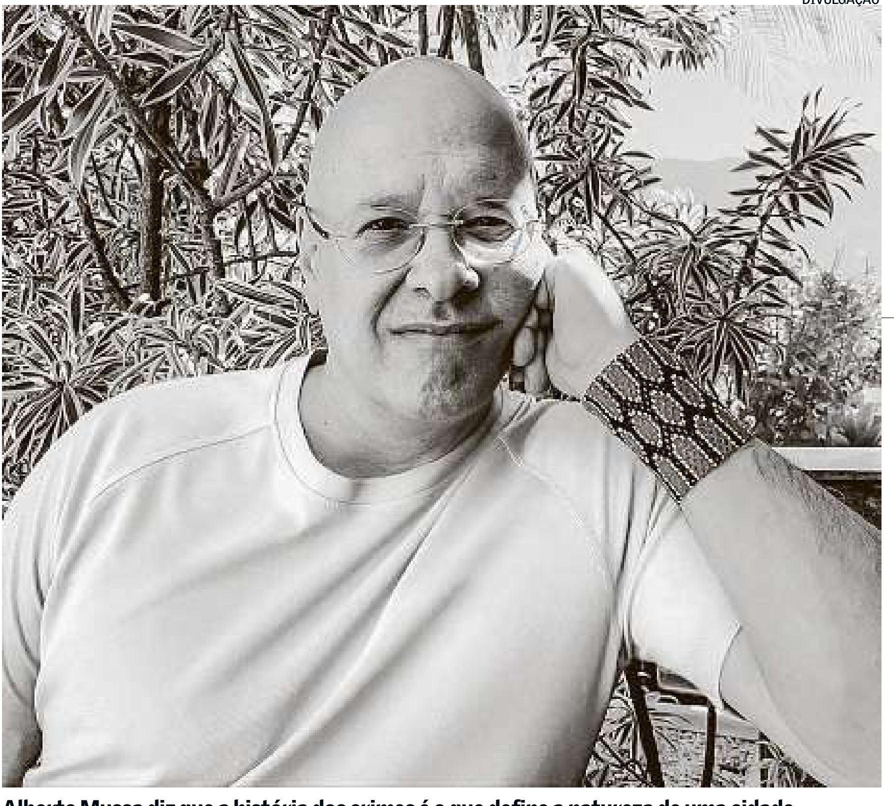
Um dos principais representantes da literatura negra americana, o nova-iorquino James Baldwin (1924-1987) foi um autor-chave para a luta por direitos civis dos anos 60, assim como para a discussão de sexualidade queer e identidade. Este lançamento, publicado nos Estados Unidos em 1963, reúne dois textos. O primeiro, dedicado ao sobrinho de 15 anos, diz: "Não acredite na palavra de ninguém, inclusive na minha, mas confie em sua experiência". O outro é um ensaio sobre a formação religiosa do autor — um depoimento sobre a construção da própria identidade, tendo como ponto de partida a segregação racial.



Ilê, Aiyê
Michel Agier
Trad.: Mirella Botaro, Raquel Camargo
Editora 34, 176 págs., R$ 72,00

Com meio século de história, o Ilê Aiyê nasceu como bloco carnavalesco no final de 1974, quando jovens negros distribuíram em Salvador um panfleto anunciando a novidade, com uma foto de três negros em Lagos, Nigéria. Os dizeres eram: "Nós somos os africanos na Bahia". O bloco tornou-se um movimento que reinventou o Carnaval baiano e deu origem a uma organização destinada a repensar as relações raciais no Brasil. O antropólogo francês Michel Agier, que se radicou no Brasil por muitos anos, investiga a história e as significações do Ilê Aiyê. O livro, que tem como subtítulo "A fábrica do mundo afro", traz fotos de Milton Guran. ■

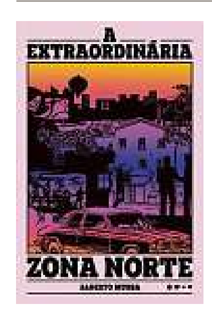
DIVULGAÇÃO



Alberto Mussa diz que a história dos crimes é o que define a natureza de uma cidade

Trama policial à carioca

Alberto Mussa se mostra herdeiro dos debochados cronistas do Rio de Janeiro. Por *Diego Viana*, para o Valor, de São Paulo



A extraordinária Zona Norte
Alberto Mussa
Todavia
232 págs., R$ 79,90

Em boa medida, “A extraordinária Zona Norte” pode ser visto como uma continuação ou uma versão condensada da produção anterior do linguista e escritor Alberto Mussa, particularmente os cinco romances que compõem o “Compêndio Mítico do Rio de Janeiro”.

Assim como “A primeira história do mundo” (2014), “A hipótese humana” (2017), “O trono da rainha Jinga” (1999) e “A biblioteca elementar” (2018), trata-se de um romance policial, embebido em carioquice, que desenvolve a trama das relações pessoais e sociais a partir do relato de um crime. O autor, certa vez, explicou sua própria obra pela premissa de que a história dos crimes é o que define a natureza de uma cidade.

Cada romance do compêndio mítico se debruça sobre um dos séculos que se passaram desde a fundação da metrópole banhada bela baía de Guanabara. O século XX já havia sido tomado por “O senhor do lado esquerdo” (2011), que se passa na década de 1910.

Mas, como esse período foi bastante agitado, ainda havia espaço para os anos 1960 e 1970, momento que parece ser dos mais férteis para a mitologia e o cancioneiro do Rio, sobretudo do lado menos oceânico do túnel Rebouças. Esse espaço é ocupado agora por “A extraordinária Zona Norte”, que prolonga a série dos romances urbano-históricos de Mussa.

Sobre o título: o Rio é daquelas cidades que as pessoas costumam dividir em duas: a “real” ou “profunda” e a “falsa” ou “imaginária”. No caso da antiga capital do país, essa divisão coloca a Zona Sul, porção voltada para o mar e os holofotes, como parte “inautêntica” da metrópole, lapidada para os turistas e os abastados. Já a Zona Norte, por esse prisma, seria o “verdadeiro” Rio, onde vivem os cariocas, como se costuma dizer, “da gema”. Ou seja, essa é a cidade feita por e para seus habitantes. Por isso, é nela que se manifestam suas peculiaridades e esquisitices.

Nada disso significa que o autor subscreve esse tipo de classificação, e é claro que sempre se pode duvidar dessas dicotomias convenientes. Ainda assim, ela ajuda a entender o espírito do tanto que já se escreveu, cantou e filmou sobre a Zona Norte, e que contrasta tão flagrantemente com a bibliografia em torno de Ipanema, Copacabana e Leblon. Este último é o Rio da Bossa Nova e das novelas de Manoel Carlos. Já o outro inspirou incontáveis volumes de Lima Barreto, Nelson Rodrigues e Aldir Blanc, eternizando os nomes de bairros como Grajaú, Aldeia Campista, Andaraí e Vila Isabel.

Voltando ao livro: os alicerces da trama são os mitos — maiores e menores — que constituem a ideia de carioquice, muito associadas à Zona Norte e que, por seu caráter mítico, parecem torná-la “extraordinária”. São coisas como a promiscuidade entre o crime e o Estado, as relações raciais ambíguas, o samba, o jogo do bicho, a espiritualidade sincrética.

A partir desses elementos e situado no período da ditadura militar, o enredo revela, ao menos em filigrana, a marca do autoritarismo e dos grupos de extermínio então nascentes no cotidiano de uma população que vive no limiar entre o asfalto e o morro, o formal e o informal, todas essas dicotomias que associamos ao Rio “profundo”.

Se, como sentenciou Mussa, os crimes determinam o espírito das cidades, e o Rio é uma que convive cotidianamente com os reversos da lei, então é de esperar que os motores da narrativa sejam contraventores, policiais corruptos e personagens semelhantes. O evento inaugural é o encontro de uma ossada, em 1974, próximo ao local de uma chacina que ocorrera em 1966 no morro do Andaraí.

Na ocasião, desaparecera o detetive policial Antenor Baeta — sobrenome que povoa os bairros citados no livro, bem como as demais obras de Mussa, e que também está entre os nomes do próprio autor: sugestão de quanto o material bebe em experiências biográficas, algo que é recorrentemente trazido à memória.

A investigação sobre Antenor (o “Juba”) fica a cargo de seu primo distante Domício, um detetive particular viciado em leitura e vidrado em mulheres. No entanto, mais que qualquer outra coisa, ela é um pretexto para o verdadeiro tema do livro: esse Rio “autêntico” ou “profundo” apresentado minuciosamente em páginas de lascívia, religiosidade, contravenção e, em menor escala, futebol. Dividido em 4 ciclos, cada um com 7 capítulos cujos títulos se repetem sem ordem determinada, o romance varia constantemente seu foco, aproximando-o e afastando-o da trama para realçar seus pilares históricos e geográficos.

Mencionei Nelson Rodrigues e, de fato, as referências ao cronista, dramaturgo e romancista estão por todo o livro, explícitas — na leitura de “Asfalto selvagem” pelo protagonista — e implícitas, como na exploração dos temas do incesto e da ambiguidade moral.

No entanto, os elementos que poderiam configurar uma tragédia rodrigueana são costurados com uma série de componentes desse que é outro gênero de predileção dos cariocas: a comédia de erros. Mortes, traições e a própria investigação são determinados por falhas de comunicação, intervenções mal interpretadas do sobrenatural e algumas circunstâncias fortuitas, por vezes banais, mas determinantes. É nesse espírito que “A extraordinária Zona Norte” constitui uma extensão da obra anterior de Mussa, herdeiro da tradição dos debochados cronistas cariocas.

Outros Escritos

A biblioteca do meu pai



Tatiana Salem Levy

Lembro de divagar muito a partir das lombadas dos livros, tentando imaginar sobre o que seriam

CRIS BIERRENBACH



Hoje, faz exatamente um mês que perdi meu pai. E, com ele, um tempo, uma memória, as histórias que ele adorava contar, de quando a praia de Copacabana ainda não tinha sido aterrada, de quando ele começou a trabalhar na loja de ferramentas do pai, um judeu turco que só dizia palavrões em ladino, da clandestinidade com a minha mãe, do exílio em Lisboa. Muitas vezes, eu e minha irmã lhe dizíamos: “Pai, já ouvimos essa história”; ao que ele respondia: “Não faz mal. Ouçam de novo”. E continuava a falar.

Um dia depois de eu ter retornado a Lisboa, vinda de um trabalho em São Paulo, recebi um telefonema da minha irmã com a notícia. O telefonema para o qual fui me preparando nos últimos anos, mesmo sabendo que nenhuma preparação tira a gravidade e a dor do momento. Acabada de chegar, entrei no avião novamente, rumo ao Rio de Janeiro, para me despedir do meu pai. Dele, desse tempo e também de algumas coisas materiais. Eu queria ajudar a minha irmã enquanto estivesse lá e, por isso, chamei o dono do sebo Jacaré para avaliar a biblioteca do meu pai.

“Vender os livros não é difícil”, ele disse, “difícil é encontrar bibliotecas assim, já ninguém tem”. E por bibliotecas assim entendemos bibliotecas de uma geração de intelectuais, que tinham livros em várias línguas, alguns raros, coleções inteiras. Quando ele saiu da casa do meu pai, caí num choro copioso. Eu achava que seria fácil, porque, ao longo de 11 anos fora do Brasil, fui aprendendo, não sem esforço, a me desfazer dos meus livros. Mesmo antes disso. Perdi a minha mãe aos 20 anos e, na altura, fiquei com a biblioteca dela, porque a minha ainda era pequena. Mas nas mudanças ao longo da vida fui me desfazendo dos livros que me interessavam menos, um pouco aqui, um pouco ali. Até que, morando em Portugal, tive que me desfazer de metade da minha biblioteca.

Eu estava relativamente em paz com a ideia de desmontar a do meu pai, até o dono do sebo ir embora e a realidade cair sobre mim. Dizer adeus aos livros era dizer adeus ao meu pai de forma definitiva, só que ali a escolha era minha. Talvez eu pudesse encontrar outra maneira de me desfazer dos livros, pensei. Assim como uma biblioteca é constituída ao longo de décadas, talvez devesse ser desfeita assim, lentamente. Olhando as fotos da minha infância, vejo que as estantes foram sendo ocupadas, alguns enfeites sendo tirados para darem lugar a novos livros.

Crescer numa casa com biblioteca é muito diferente de crescer numa casa sem livros. E eu cresci em duas casas assim. Mas o meu pai era, sem dúvida, muito mais obsessivo com seus livros do que a minha mãe. Nada podia sair da ordem, nunca. Se a gente tirasse um livro tinha logo que colocar no lugar, na mesma linha milimétrica dos outros. Meu pai dizia que quem colocava os livros no fundo da prateleira não gostava deles. Que os livros tinham que ficar bem na beirada, as lombadas muito visíveis. Colocar enfeite na frente, então, isso era crime hediondo. Resumindo, a estante do meu pai era assim: os livros bem à frente, no limite da prateleira, com enfeites apenas nos espaços vazios.

Crianças, eu e minha irmã descobrimos um prazer que irritava o meu pai mais do que qualquer outra bagunça que fizéssemos em sua casa: saíamos empurrando todos os livros para o fundo. Mesmo sabendo que ele ficaria nervoso — ou talvez por isso — não resistíamos ao prazer de os empurrar. Anos depois, quando passei a repetir a sua obsessão em colocar os livros à frente, minha filha descobriu o mesmo prazer. Faz sempre isso na minha casa, e fazia na biblioteca do avô. Mas, com ela, tanto eu quanto ele apenas ríamos, por ver o gesto que se repetia — e no gesto também uma relação íntima, física com os livros, que eu torço para não se perder nunca, mesmo sabendo que essa é a tendência da humanidade (e é também por isso que, embora eu leia muitos livros no tablet, faço questão de ler os de papel na frente deles).

Meu pai teve três formações diferentes: primeiro, em direito; depois, fez outra licenciatura, em história, mas da qual acabou suspenso nos anos de chumbo; depois mestrado e doutorado em filosofia. Sua biblioteca era composta basicamente de livros de história, de filosofia, de economia e política. De literatura, apenas alguns clássicos, encadernados na sua juventude, capa dura, lombadas adornadas, letras douradas: Proust, Goethe, Flaubert, Thomas Mann, Diderot, Eça de Queiroz, Machado de Assis, Dostoievski, Tolstói. Nossa grande discussão era esta: Por que ele havia parado de ler literatura? Por que só lia livros teóricos? De ficção, só me lembro de ver meu pai lendo os meus romances. Ele assumia, um defeito, este, de não ler literatura.

As bibliotecas expandem a imaginação das crianças mesmo quando repletas de livros que não são para elas. Lembro de divagar muito a partir das lombadas dos livros, tentando imaginar sobre o que seriam. Algumas me inquietavam. Por exemplo, na biblioteca da minha mãe, os livros do Primo Levi me fizeram acreditar durante anos que ele era nosso primo, ao mesmo tempo em que eu achava estranho alguém se chamar Primo só por ser nosso primo. Na do meu pai, os dois volumes de “Economia”, de Samuelson e Nordhaus, me faziam repetir incansáveis vezes o nome Samuelson, junção do nome do meu tio avô Sam com o do meu pai, Nelson. Os anos passando e, mesmo aos 45, eu visitava o meu pai e fixava os olhos no Samuelson, repetindo esse nome, que era e não era o dele.

Mais tarde, quando comecei a estudar alguma filosofia, começamos a nos desentender sobre os filósofos franceses. Ele nunca gostou muito da geração de pós-nietzscheanos, sobretudo de Deleuze. Por Foucault, ainda se interessava. Separando alguns livros que eu queria para mim, encontrei o meu primeiro livro, “A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze”, todo marcado, sublinhado e anotado com fortes discordâncias. A cada parágrafo, uma observação, um questionamento, um: “Falar com a Tati”. Acho que cheguei a ver essas anotações na época, mas elas ficaram adormecidas até eu abrir o livro novamente.

Acabei indo embora sem ter me desfeito da biblioteca. Achamos melhor dar tempo ao tempo. Deixar a minha irmã ir se despedindo dela com calma. A minha irmã e o meu sobrinho, que, apesar dos escassos seis anos de convivência, adorava o avô, a sua biblioteca e as suas histórias, que ele ouvia com uma atenção que nós talvez nunca tenhamos dado. O meu sobrinho, que devora livros grandes em um, dois, dias, e que pediu para voltar algumas vezes à casa do avô. Do outro lado do Atlântico, a minha filha, quando soube que a casa seria desmontada, se entristeceu tanto quanto no dia em que soube da perda. Mas por que não íriamos guardar a casa, mantê-la tal e qual? Além de tirarem o avô, tirariam dela também a casa?

De todo modo, a decisão foi só um adiamento, uma suspensão no tempo, neste momento em que o tempo parece todo ele suspenso. Em breve, vamos chamar novamente o dono do sebo, e os livros do meu pai vão ficar disponíveis no Jacaré. Os livros do meu pai vão se espalhar por aí, entrar em casas diferentes — e, afinal, gosto dessa ideia, que tenha um pouco do meu pai em muitas outras bibliotecas; que seus livros se espalhem, assim como o seu corpo desfeito em cinzas. Meu pai sempre disse que queria ser cremado e que jogássemos parte das suas cinzas em alto-mar. Não lhe agradava a ideia de ficar inteiro embaixo da terra. O que sobrasse, levaríamos para as nossas casas, num potinho com uma etiqueta: “Papai”. Falava isso e ria, com seu humor sempre afiado, porque entrávamos em pânico e garantíamos: “Isso nunca vai acontecer”. Mas, agora, depois da sua partida, até curto a ideia de ter um pouco das suas cinzas na minha casa, na mesma estante onde guardo alguns de seus livros. São pequenos rastros, vestígios de um tempo que acabou, mas continua em mim.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com ■

O fim do mundo para um cientista

Miguel Nicolelis estreia na ficção científica inspirado por catástrofes. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo



Nada mais será como antes
Miguel Nicolelis
Planeta, 512 págs.,
R$ 89,90

DIVULGAÇÃO



Miguel Nicolelis se transporta da neurociência para a literatura

Um dos neurocientistas mais respeitados no mundo, Miguel Nicolelis pesquisa há 40 anos os mistérios do cérebro humano. Foi graças a uma de suas invenções — a interface cérebro-máquina — que um paraplégico brasileiro, Juliano Pinto, deu o pontapé inicial do jogo de abertura da Copa do Mundo em 2014. Seu trabalho é destaque na mídia mundial. Um desejo, no entanto, ele não conseguia realizar: escrever um livro de ficção. "Trabalhos científicos são cansativos, pois cada linha escrita tem que ter uma justificativa. É um ato de autodestruição da própria psique", afirma Nicolelis.

Ao se lamentar com um amigo, ouviu um conselho. "Por que não escreve um livro de ficção científica? Vai atrair mais público porque as pessoas têm um certo receio de obras de ciência", disse. A sugestão foi aceita, e o paulistano de 63 anos lança "Nada mais será como antes", um caudaloso romance que, por trás de uma história ficcional, reflete sua preocupação com os rumos da humanidade.

Em linhas gerais, a obra mostra um mundo ameaçado e que já começa a colapsar pela falta de cuidado com o meio ambiente. Uma catástrofe se aproxima e poderá destruir a civilização. Apenas um matemático e uma neurocientista, tio e sobrinha, podem salvar a humanidade.

"A premissa do livro está em mostrar que o perigo da concentração do poder não está no controle das máquinas, mas no domínio da informação", diz Nicolelis. "Imaginei o que pode acontecer não em um futuro distante, mas daqui a 12 anos."

No livro, uma conspiração mundial quer controlar as mentes e os destinos da humanidade. O autor mistura cientistas, políticos, personagens do mundo financeiro e figuras históricas, entre outros, para descrever o impacto de um evento cataclísmico, cujo potencial de destruição é quase inimaginável.

Nos planos dos magnatas da informação, segundo Nicolelis, o ser humano não vale nada, e a conveniência de se render à lógica digital pode ser fatal. "O livro se transformou em um manifesto sobre o que pode acontecer se não abrirmos os olhos a tempo", diz o autor.

Em um artigo no jornal espanhol "El País" em 2020, Nicolelis listou três possibilidades para a extinção da humanidade: a colisão de um meteoro de massa grande o suficiente para eliminar toda a vida na Terra em questão de meses; uma pandemia causada por um vírus infeccioso e letal o suficiente para eliminar qualquer rastro humano do planeta; e o cataclismo gerado por uma tempestade geomagnética.

Foram esses possíveis e alarmantes cenários que inspiraram Nicolelis a escrever "Nada mais será como antes", no qual o reencontro do matemático e da neurocientista, tio e sobrinha, depois de 30 anos se transforma em uma corrida contra o tempo para evitar o colapso do planeta. De forma lúdica, mas sem esquecer seu estilo científico, Nicolelis trata dos limites do cérebro humano e de como ele vem sendo corrompido pela lógica digital e pela inteligência artificial.

A escrita começou em 2018, de forma vagarosa. O isolamento social provocado pela pandemia de covid em 2020, porém, obrigou o cientista a ficar no Rio Grande do Norte, onde trabalhava no Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra, idealizado por ele.

"A premissa do livro nasceu nesse momento, quando eu observava horrorizado a tela do meu computador exibindo quantos brasileiros morreriam nos dias seguintes, vítimas de covid", diz Nicolelis. "O mundo parou, a globalização foi para o buraco, nossas fragilidades se tornaram evidentes porque somos uma sociedade que depende da geração de energia para sobreviver. Coloquei no papel a angústia que vivia naquele momento pandêmico."

A situação incentivou sua imaginação e acelerou a escrita do livro. Cada capítulo se transformou em uma contagem regressiva para a ocorrência de algum daqueles eventos transformadores da vida na Terra. Como em uma obra de suspense, o leitor só descobre a real ameaça no final da narrativa.

"O título do romance é um alerta porque, depois de cruzado um certo limite, não haverá mais volta", afirma Nicolelis, sentindo-se à vontade para escrever uma ficção científica. Leitor desde jovem de autores consagrados do gênero como Isaac Asimov e Arthur C. Clarke, o cientista conta que sua principal inspiração foi o texto subversivo e cômico do americano Kurt Vonnegut, autor de "Cama de gato" (1963), uma das mais peculiares ficções apocalípticas já escritas.

"Seus livros apontavam para o óbvio, só que ninguém via", diz Nicolelis, que primeiro escreveu em inglês, buscando se aproximar do estilo de Vonnegut. O processo contou com a ajuda de sua mãe, a escritora Giselda Laporta Nicolelis. Aos 85 anos, ela é autora de mais de cem livros infantis e juvenis, como "O segredo da casa amarela" e "A voz do silêncio".

"Nossa casa sempre foi visitada por escritores, e minha mãe dava especial atenção aos leitores, atendendo inúmeros telefonemas de seus fãs, mesmo tarde da noite. Ela leu meus originais e fez interessantes observações", diz Nicolelis. ■







Penal Grupo de pesquisadores da FGV Direito SP estuda leis de países europeus que cobram o IVA

Reforma tributária provoca elaboração de proposta de mudanças na legislação penal

Laura Ignacio
De São Paulo

A aprovação da reforma tributária incentivou a elaboração de uma proposta para a área penal. Um grupo de mais de 20 especialistas da FGV Direito SP — entidade que também participou da construção do texto original que resultou na Emenda Constitucional nº 132, de 2023 — já iniciou pesquisas em outros países, como Espanha, Portugal, Alemanha e Itália, para propor mudanças na esfera penal tributária.

Um dos objetivos concretos da pesquisa é afastar o entendimento de que não há crime enquanto não finalizado o processo administrativo tributário (Súmula Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal). "Na prática, hoje, torna o crime tributário imprescritível", afirma Heloisa Estellita, uma das coordenadoras da pesquisa, que também estudam, por exemplo, a necessidade de criação de novos tipos de crimes puníveis ou aumento de penas de crimes que já existem.

A íntegra da proposta da equipe da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate" do Núcleo de Direito Penal e Processual Penal da FGV Direito SP deverá estar disponível ao público em até dois anos. A ideia é que ela seja abraçada por algum parlamentar para ser transformada em projeto de lei.

A reforma tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132, aprovada no fim do ano passado, tem como principal objetivo simplificar o atual sistema. Ela cria, por exemplo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para ficar no lugar do ICMS, ISS, PIS e Cofins. Agora, a regulamentação está em discussão no Congresso: os projetos de lei complementar (PLPs) nº 68 e nº 108.

Uma das medidas da reforma tributária que pode impactar os contribuintes na esfera penal, aponta Heloisa, é que o contribuinte vai passar a receber dinheiro do Estado. Isso porque a compensação de benefícios fiscais será feita por meio de repasses do governo às empresas. "Fraudes que ocorreram nos países europeus devem acontecer aqui, como operação simulada para gerar direito à devolução de IVA", diz ela. "Poderá ser necessária a criação de novos tipos penais", acrescenta.

O PLP 68, já aprovado na Câmara dos Deputados e em discussão no Senado, cria uma espécie de nova representação para fins penais para o caso específico de apuração de irregularidade da lei tributária (artigo 395). Segundo o dispositivo, a Receita Federal deve informar ao Ministério Público a suspeita de prática de crime tributário em até 10 dias após a emissão do auto de infração relativo à compensação de benefícios fiscais do ICMS na transição para o novo sistema CBS/IBS. Porém, esse mecanismo já existe na Lei nº 9.430/96 (artigo 83) e poderia gerar duplicidade de investigações penais.

> "Reforma tributária pode ser uma oportunidade para mudar a lei penal"
> *Renato S. Vieira*



KEINY ANDRADE/VALOR

Advogada Heloisa Estellita: fraudes que ocorreram nos países europeus devem acontecer aqui

De acordo com Heloisa, se estuda uma punição diferenciada na fase de transição da reforma tributária, período de sete anos durante o qual o contribuinte terá que conviver com dois sistemas tributários diferentes ao mesmo tempo. "Na Itália, por exemplo, em caso de controvérsia, a infração não é punida na esfera penal, só no âmbito administrativo", diz a advogada.

Na Espanha, segundo Fernanda Vilares, também coordenadora da pesquisa e procuradora da Fazenda Nacional, há uma cláusula de aumento da pena para o crime de fraude à execução tributária. O tema também está na pauta da pesquisa. "A experiência de atuação como procuradora e gestora de dívida nos deu a convicção de que as empresas usam o não pagamento como estratégia de negócio. Atualmente, nosso problema são os grandes planejamentos que tentam maquiar as operações ou estratégias de blindagem patrimonial", afirma.

Por outro lado, ao contrário do que acontece hoje, uma nova norma poderá delimitar melhor quais administradores podem ser acusados de crime. "Não é um problema da reforma, mas não existe norma no Brasil para determinar a transferência da responsabilidade penal para o administrador de fato, como há na Alemanha, Espanha e Itália", diz Heloisa. "A consequência, hoje, no país, é que o Ministério Público direciona a investigação a todos os dirigentes."

Uma nova legislação, afirma Heloisa Estellita, pode evitar que quem não tem nada a ver com a fraude não seja mais forçado a fazer acordo com o MP, mesmo sem responsabilidade, só para se livrar do risco de prisão.

Para Renato Stanziola Vieira, sócio do Kehdi Vieira Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCRIM), a reforma tributária pode ser uma janela de oportunidade para necessárias mudanças na legislação penal. "A reforma tributária veio para dar transparência e simplificação, assim é uma chance de também simplificarmos o atual cipoal de normas penal tributárias", diz.

Uma reforma penal, afirma o especialista, poderia acabar com o uso ilegítimo da pena para fim de arrecadação. "Um exemplo é a punição do substituto tributário em vez do sonegador. O resultado disso são idas e vindas de programas de parcelamento tributário."

Outro item que poderia ser abordado nessa proposta, segundo Vieira, é o uso de órgãos como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a obtenção de informações sigilosas dos contribuintes, sem autorização judicial.

Já Renato Silveira, advogado e professor de Direito Penal da USP, destaca a atual questão da extinção de punibilidade penal com o pagamento do tributo devido. "Desde a década dos anos 90, essa discussão gera enorme controvérsia porque o Direito Penal não deveria servir para arrecadar dinheiro", afirma. "Poderia-se limitar o uso disso uma vez a cada cinco anos, por exemplo, para evitar um sistema disfuncional."

Juizado julga ação de pequena empresa em oito meses

Adriana David
De São Paulo

Processos ajuizados por micro e pequenas empresas estão sendo solucionados na Justiça de São Paulo em apenas oito meses. Esse prazo, bem inferior à média no Estado, deve-se à implantação, em dezembro, de um Juizado Especial Cível (JEC) específico para essas causas. Hoje, o tempo médio de tramitação é de seis anos.

Instalado na sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), na capital paulista, o Juizado Especial Cível, fruto de uma parceria entre a entidade, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e a Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, recebeu até agosto aproximadamente 3,5 mil ações. O volume superou as expectativas,que era de cerca de 600 a 1.200 processos por semestre.

Com uma média de 440 ações recebidas por mês, a projeção é de que se supere o volume de 5 mil processos até o fim do ano. "O objetivo da ACSP ao tomar essa iniciativa é criar ambiente especializado em resolução de conflitos, por meio da conciliação, em velocidade maior e prazos reduzidos em relação ao fórum comum", diz o superintendente da ACSP, Renan Luiz Silva.

Segundo ele, a ACSP já tem recebido consultas de outras entidades ligadas à Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) para expandir o projeto e facilitar a resolução de conflitos de empresas instaladas em outras localidades do país.



DIVULGAÇÃO

> "Não temos dúvidas de que a especialização contribui de forma decisiva"
> *Claudia Campaña*

A unidade avançada é competente para processar, julgar e executar as ações de conhecimento e as cobranças (execuções) de títulos extrajudiciais promovidas por micro e pequenas empresas contra réus ou executados domiciliados na cidade, de acordo com os critérios da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis. Só podem ser analisadas causas de até 40 salários mínimos (R$ 52,8 mil).

Um dos casos levados ao JEC envolve uma microempresa que pedia a anulação de multa contratual aplicada por empresa de telefonia. O processo foi ajuizado em junho, tentou-se uma conciliação no início de agosto, sem sucesso, e quatro dias depois, por meio de julgamento antecipado, o pedido foi julgado improcedente.

Entre as principais demandas atendidas pelo JEC estão: inadimplência contratual, rescisão de contratos de plano de saúde, recuperação de créditos, problemas com operadores de máquinas de cartões e questões relacionadas a contas de energia ou falha na prestação de serviço.

Para a juíza Claudia Maria Chamorro Reberte Campaña, assessora da Presidência do TJSP, a parceria foi de extrema importância para viabilizar o funcionamento da unidade "especializada no tratamento de processos que envolvem interesses de parcela significativa do empresariado da capital paulista". "Não temos dúvidas de que a especialização contribui de forma decisiva para aprimorar a prestação jurisdicional, tornando-a mais célere e eficiente", afirma.

Com a instalação do Juizado Especial Cível no prédio da ACSP, de acordo com o superintendente da entidade, há toda a estrutura de uma vara cível para que qualquer empresário, associado da entidade ou não, com empresa na capital paulista, possa dar entrada em suas ações de natureza empresarial e tentar chegar a uma resolução de suas questões.

O TJSP foi responsável pela implementação do serviço, com a seleção e treinamento de conciliadores, a direção dos trabalhos e a implementação de um sistema informatizado. Já a Universidade Mackenzie colabora com os conciliadores e coordenadores acadêmicos e acompanhamento das atividades.

"Estamos muito satisfeitos em poder contribuir de forma significativa com esse apoio jurídico ao pequeno empresário que tem poucos recursos e não pode esperar em uma fila de processos por muito tempo, o que pode comprometer o desenvolvimento de seu negócio", afirma Roberto Mateus Ordine, presidente da ACSP.

Na opinião do presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP), Pedro Afonso Gomes, essa é uma excelente iniciativa para desafogar o Judiciário paulista. "Essas demandas são muito numerosas, de valor pequeno, mas dão enorme trabalho e gastos para o Judiciário, que não dispõe de pessoal, espaço físico e estrutura suficientes para fazer a solução desses conflitos", diz. "O melhor seria que as empresas tentassem elas mesmas, antes de ir à Justiça, uma conciliação. Mas não havendo essa possibilidade, podem aproveitar a boa iniciativa", acrescenta.

O economista considera que o grande impacto dessa parceria é que as pessoas não vão perder tempo. "O tempo hoje é muito precioso para que as pessoas deixem de ganhar dinheiro, de trabalhar, de se dedicar à sua atividade empresarial para resolver questões na Justiça", afirma.

Gomes explica que, como o processo será menos burocrático e não é preciso contratar advogado para ações de até 20 salários mínimos (R$ 26,4 mil), o custo é bem menor e a questão é solucionada com celeridade. "E isso é algo que a sociedade precisa se acostumar a ter: solução de conflitos de uma forma menos custosa."

Destaque

Venda de combustível

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) reconheceu a legalidade da multa de R$ 230 mil aplicada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a uma distribuidora que vendeu combustível "sem bandeira" a um posto "bandeirado". Para os magistrados, a distribuidora violou norma da comercialização de combustíveis. A empresa acionou o Judiciário por ter sido multada pela ANP por vender, na qualidade de distribuidora "sem bandeira", combustível a posto revendedor "bandeirado", o que ocasionaria lesividade aos consumidores. Após a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo ter deferido antecipação de tutela suspendendo o auto de infração e imposição de multa, a ANP recorreu ao TRF-3. Ao analisar o caso, os desembargadores seguiram precedentes da Corte. "A questão devolvida já restou enfrentada por esta E. Turma, que considera legal a multa aplicada por violação a norma que veda a comercialização de combustíveis automotivos com revendedor varejista que optou por exibir a marca comercial de outro distribuidor", diz o relator, desembargador Nery Júnior. Segundo os magistrados, a norma que rege o tema prescinde de juízo de valor sobre a qualidade dos combustíveis oferecidos e tem o objetivo de proteger o direito de escolha do consumidor (processo nº 5027055-49.2019.4.03.0000).

PLP 68/24 e representação fiscal para fins penais

Opinião Jurídica

Heloisa Estellita, Fernanda Vilares, Pedro Mendonça e Vinícius Canesin

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que trata do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), levanta preocupações ao propor alterações isoladas em matéria processual penal.

Essa reforma, agora em fase de implementação por meio de projetos de lei, foi resultado de extensa pesquisa e análise antes de sua formulação como emenda constitucional. Seu foco não abrange matérias penais ou processuais penais, o que é prudente, já que as normas penais-tributárias dependem das normas tributárias para fixação de seu conteúdo. É fundamental estabelecer primeiro a base legal tributária antes de ajustar a legislação penal. Eventuais mudanças nas normas penais exigirão igual ou maior cuidado, considerando o impacto significativo das penas sobre direitos fundamentais dos contribuintes.

É por isso que vimos com apreensão o disposto no artigo 395 do PLP 68/2024 quanto à inclusão de um único artigo sobre matéria processual penal, destoante do escopo do projeto. A abordagem isolada de uma questão penal é preocupante, sobretudo porque trata da chamada representação para fins penais, tema que demandaria uma abordagem mais ampla e, especialmente, que levasse em conta o que já existe nessa matéria.

A representação fiscal para fins penais é um mecanismo por meio do qual a administração tributária comunica ao Ministério Público a suspeita da prática crime tributário. Em termos processuais, ela é nada mais do que uma espécie de notícia de crime, como é um boletim de ocorrência, por exemplo. Esse mecanismo já existe entre nós e é regulado pelo artigo 83 da Lei nº 9.430/96, que determina que a representação fiscal para fins penais será "encaminhada ao Ministério Público depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente".

Embora a autoridade tributária só possa enviar a representação ao Ministério Público após a decisão final administrativa, isso não significa que o Ministério Público tenha o dever de atuar com base na representação — quando, por exemplo, entende que os fatos narrados na representação nem em tese configuram crimes tributários, pode não instaurar procedimento investigatório — nem que depende dessa representação para investigar — caso, por exemplo, chegue a seu conhecimento a suspeita de prática de crimes tributários por outros meios. Em qualquer caso, desde que observado o determinado na Súmula Vinculante 24 do Supremo Tribunal Federal (STF).

O STF decidiu exatamente nesse sentido ao apreciar a ADI 4980, em 2022, afirmando que o artigo 83 da Lei nº 9.430/1996 "apenas estabelece requisito, direcionado ao agente administrativo, quanto ao encaminhamento da representação fiscal para fins penais ao Ministério Público. Em nada modifica a natureza jurídica do crime de apropriação indébita previdenciária, tampouco trata da justa causa para os delitos contra a ordem tributária".

Enquanto essa regra é geral, valendo para qualquer suspeita de crime tributário, independentemente do tipo de tributo ou do tipo de auto de infração, a regra proposta no artigo 395 do PLP 68/2024 tem alcance limitado. Ela determina que a Receita Federal informe ao Ministério Público a suspeita de prática de crime tributário em até 10 dias após a emissão do auto de infração oriundo de irregularidades relacionadas à compensação de benefícios fiscais do ICMS durante a transição para o novo sistema CBS/IBS.

E quanto às outras infrações relativas à CBS/IBS que não são transitórias, mas permanentes? Elas não serão reportadas ao Ministério Público? Ou continuarão seguindo a regra geral do artigo 83?

Essas dúvidas surgem porque a nova norma não abrange as demais situações previstas no próprio PLP 68/2024 envolvendo a CBS/IBS, que certamente serão muito mais numerosas porque permanentes.

Se o legislador pretende manter a regra geral existente para os demais casos, por que criar uma regra tão específica para um único tipo de auto ligado a uma infração transitória?

O artigo 395 é desnecessário e problemático. Insere mudança isolada, que introduz complexidade onde, hoje, não existe.

Sendo um projeto de lei complementar, uma espécie legislativa mais qualificada do que a lei ordinária, pode-se argumentar que a exigência de representação para fins penais só para a hipótese específica de irregularidades relacionadas à compensação de benefícios fiscais do ICMS durante a transição para o novo sistema CBS/IBS torna inexigível a representação nos casos de suspeitas de crimes tributários que tenham por objeto a CBS e IBS, que são tributos que substituirão o ICMS.

Muito embora o Ministério Público possa investigar quando tiver informações oficiais sobre a suspeita de crime tributário provenientes de outras fontes que não a Receita, a verdade é que a grande maioria das investigações têm como gatilho essas representações. E isso é natural, já que nenhum órgão está mais habilitado a desconfiar da prática de crime tributário do que as autoridades fiscais.

Ou seja, a regra proposta no PLP 68/2024 tem um grande potencial para gerar mais confusões do que soluções, contradizendo um dos principais objetivos da reforma tributária, que é a simplificação do sistema. A discussão ganha relevância à medida que o PLP 68/2024 avança no processo legislativo. O ideal seria que o dispositivo fosse removido do projeto pelo Senado.

Heloisa Estellita, Fernanda Vilares, Pedro Mendonça e Vinícius Canesin são, respectivamente, coordenadoras e pesquisadores da equipe da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate" do Núcleo de Direito Penal e Processual Penal da FGV Direito SP



COMUNICADO

PROCESSO: 024.00095752/2024-49.
INTERESSADO: Coordenadoria de Recursos Humanos - Centro de Qualidade de Vida
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão de livros.
Dispensa de Licitação nº 30/2024.
Trata o presente, de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão de livros, visando atender ao solicitado pela Coordenadoria de Recursos Humanos - Centro de Qualidade de Vida. A presente contratação, será formalizada através da **Dispensa de Licitação, nº 30/2024,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso XV, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Os autos, encontram-se instruídos com os seguintes documentos:
Documento de Formalização de Demanda - (DFD), nº 57/2024, (doc. SEI 0031157091);
Estudo Técnico Preliminar - (ETP), nº 18/2024, (doc. SEI 0033650651); e,
Termo de Referência - (TR), nº 21/2024, (doc. SEI 0033848201).
Assim sendo, à vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação (doc. SEI 0039683866), às quais me reporto e motivadamente ao presente ato, considerando o valor estimado de **R$ 10.000,00 (dez mil reais), AUTORIZO** a contratação da empresa **TYPE BRASIL QUALIDADE EM GRÁFICA E EDITORA LTDA.,** inscrita sob o **CNPJ** nº 55.860.944/0001-20, para a realização dos serviços de impressão do livro supracitado.

Banco MUFG Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 35.300.012.143
Convocação de Assembleia
São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Avenida Paulista, nº 1274, 1º andar, nesta Cidade e Estado de São Paulo, no dia **27/09/2024**, às **09:00 horas**, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Remanejamento de um Diretor Vice-Presidente para o cargo de Diretor-Presidente; e b) Outros assuntos de interesse social.
São Paulo, 16 de setembro de 2024. **Banco MUFG Brasil S.A.** - Akihiko Kisaka - Diretor-Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO 069/2024 – EDITAL 072/2024** – cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES CONGELADOS, COM FORNECIMENTO EM COMODATO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ARMAZENAMENTO ATÉ O PRODUTO FINAL (ASSADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – CONFORME ANEXO I DO EDITAL. O período de envio das propostas será a partir de 23/09/2024 até 03/10/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 03/10/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 23/09/2024. Ituverava-SP, 19 de setembro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
FERNANDO JOSÉ CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 10180903909, firmado em 19/01/2023 e Declaração de Complementação de Dados, datado de 31/01/2023, no qual figura como fiduciante **José Alcanjo Valério**, brasileiro, divorciado, não mantendo união estável, empresário, portador do RG nº MG4515232 PC/MG, inscrito no CPF sob nº 736.418.206-34, residente e domiciliado em Feira de Santana – BA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 30 de setembro de 2024, às 15h00min**, endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 4.931.254,94 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Imóvel Comercial com 588,27m² de área construída e seu respectivo terreno com 390,00m², situado na Rua Georgina Erisman, nº 205 – Centro, Feira de Santana/BA. **Imóvel objeto da matrícula nº 33.692 do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Hipoteca de Feira de Santana/BA.** Obs: **(i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; **(ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída e/ou que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **09 de outubro de 2024, às 15h00min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.926.360,88 (dois milhões novecentos e vinte e seis mil trezentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (**www.megaleiloes.com.br**), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.megaleiloes.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.megaleiloes.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.
(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90163/2024,** referente ao processo nº **024.00139791/2024-65,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ÓRTESES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 02/10/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 20/09/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90167/2024,** referente ao processo nº **024.00099094/2024-64,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE LANCETAS E FITAS DE GLICEMIA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 07/10/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 20/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
CNPJ 62.577.929/0001-35
AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA
Pregão Eletrônico nº 90067/24 - Prestação de serviços de atendimentos técnicos de Help Desk 1º Nível e atendimentos de chamados técnicos, nas dependências da PRODESP e nas de seus clientes, localizados no Estado de São Paulo, abrangendo toda a infraestrutura, recursos tecnológicos e humanos. Comunicamos que a data de abertura da sessão foi alterada para o dia 02/10/24 às 09h. O prazo limite para envio dos Esclarecimentos e Impugnações fica prorrogado para o dia 26/09/2024 até às 18h, conforme subitem 15.1 do edital. Fica mantido o período de entrega das propostas até o dia 01/10/2024 às 09h.

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA (IF RBRA13) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Srs. debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dss DEB", "DEB" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão de Debênture da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 e abril de 2021, ("Escritura de Emissão de Debênture"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares das Debêntures ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **15 de outubro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de novembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única – (IF RBRA13), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular das Debêntures; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular das Debêntures com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos na Escritura de Emissão de Debênture. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular das Debêntures, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 18 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 17ª EMISSÃO (IF 22G0859034) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **14 de outubro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 17ª Emissão – (IF 22G0859034), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 18 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 11.421.994/0001-36 / NIRE 35.3.0059232-8
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024
1. Data, Horário e Local: Em 11 de setembro de 2024, às 12:58, realizada de forma exclusivamente digital, considerada realizada na sede social da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala B, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, bairro Brooklin Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-910, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), conforme assinaturas ao final desta ata. **3. Composição da Mesa**: Para conduzir os trabalhos, foi indicado como Presidente da Mesa o Sr. Ismar Machado Assaly, que indicou o Sr. Milton Pilão Júnior para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(A)** nos termos do artigo 18, inciso xxii, do Estatuto Social da Companhia, autorizar os administradores da **Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Limitada**, sociedade limitada, em fase pré-operacional, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na Rodovia Empresário João Santos Filho, nº 1.000, Bloco II, bairro Muribeca, CEP 54350-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.909.303/0001-10 ("Emitente"), a realizar a emissão notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e adicional fidejussória, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição previsto na Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Notas Comerciais"), no valor total de R$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido no Termo de Emissão) ("Emissão"), observados os termos e condições previstos no "*Termo de Emissão da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Limitada*", a ser celebrado entre a Emitente, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Sala 302 B, 303B e 304B, bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de interesses dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário" e "Titulares das Notas Comerciais", respectivamente), e a Companhia, na qualidade de avalista ("Termo de Emissão"); **(B)** nos termos do artigo 897 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a outorga do aval pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como avalista e principal pagadora, solidariamente responsável por todas as obrigações principais e acessórias, presentes e/ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, assumidas pela Emitente no âmbito do Termo de Emissão, incluindo, mas sem limitação, **(i)** as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário (conforme definido no Termo de Emissão) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, dos Juros Remuneratórios (conforme definido no Termo de Emissão), dos Encargos Moratórios (conforme definido no Termo de Emissão), dos demais encargos relativos às Notas Comerciais subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos ao Termo de Emissão e aos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento (conforme definido no Termo de Emissão) das Notas Comerciais, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão e dos demais documentos da Emissão, conforme aplicável; **(ii)** as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emitente no Termo de Emissão e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar as despesas decorrentes da Emissão, inclusive valores que venham a ser desembolsados com eventual registro e aperfeiçoamento da(s) Garantia(s), bem como quaisquer outras despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, multas, indenizações e demais encargos contratuais e legais previstos; e **(iii)** as obrigações relativas ao Agente de Liquidação (conforme definido no Termo de Emissão), ao Escriturador (conforme definido no Termo de Emissão), à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços da Emissão, eventuais honorários do Agente Fiduciário, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares de Notas Comerciais em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão ("Obrigações Garantidas"), em favor dos Titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário; **(C)** autorização à Diretoria e/ou prepostos da Companhia para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga do Aval, bem como celebrar eventuais aditivos que se façam necessários para e/ou no âmbito do Aval, compreendendo assim, entre outros, o Termo de Emissão e eventuais aditamentos; e ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou prespostos da Companhia relacionados à negociação e celebração de todos e quaisquer documentos necessários à outorga do Aval pela Companhia. **5. Deliberações**: Após discutirem as matérias da Ordem do Dia, feitos os devidos esclarecimentos, o Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou **(A)** autorizar a realização da Emissão pela Emitente, nos termos e condições estabelecidos pelo Termo de Emissão; **(B)** a outorga do Aval pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como avalista e principal pagadora, solidariamente responsável pelas Obrigações Garantidas, em benefício dos Titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário; **(C)** autorizar a Diretoria e/ou prepostos da Companhia para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga do Aval, bem como celebrar eventuais aditivos que se façam necessários para e/ou no âmbito do Aval, compreendendo assim, entre outros, o Termo de Emissão e eventuais aditamentos; e **(D)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou prepostos da Companhia relacionados à negociação e celebração de todos e quaisquer documentos necessários à outorga do Aval pela Companhia. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação sobre a matéria objeto desta Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária, que depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Ismar Machado Assaly - Presidente; Milton Pilão Júnior - Secretário. Conselheiros: Ismar Machado Assaly, Milton Pilão Júnior, Fabio Vettori, Dalton Assumção Canelhas Filho, Jerson Kelman, Karla Bertocco Trindade e Rodrigo Heilberg. São Paulo/SP, 11 de setembro de 2024.
Mesa: Ismar Machado Assaly - **Presidente.**



LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!



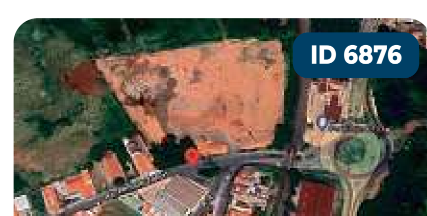
Galpão Comercial de 494m²
Parque Peruche/SP

Galpão comercial de 494m² sobre o terreno de 336m² no Parque Peruche, na cidade de São Paulo.

1° Leilão 16/10 - 16:00hs
2° Leilão 06/11 - 16:00hs

Avaliação R$ 1.616.010,67 | Lances a partir de R$ 1.131.207,47

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão
1ª Vara da Comarca de Brotas



Terreno Urbano
Santa Gertrudes/SP

Terreno com área de 6.894 m², todo murado e fechado com portão. Localizado a 2 min. da Rod. Constante Peruchi e a 3 min. do centro da cidade.

Leilão 25/09 - 14:00hs

Avaliação R$ 3.838.884,64 | Lances a partir de R$ 1.919.442,32

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro/SP



Galpão Industrial
Neves Paulista/SP

Imóvel industrial com 1.350 m² e área maior de 181.500 m². Localizado na Rod. Florindo Rodrigues Martinez e a 7 min. do centro da cidade.

Leilão 25/09 - 10:30hs

Avaliação R$ 2.065.193,56 | Lances a partir de R$ 1.239.116,14

Juiz: Exmo. Dr. Antônio José Magdalena
2ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo/SP



Imóvel Residencial
São José dos Campos/SP

Sobrado residencial de 239m² de área construída sobre terreno de 450m². Imóvel encontra-se no residencial Esplanada do Sol, na cidade de São José dos Campos.

1° Leilão 16/10 - 14:30hs
2° Leilão 16/10 - 15:30hs

Avaliação R$ 1.362.224,78 | Lances a partir de R$ 681.112,39

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Paes Straforini
1ª Vara Cível de Barueri/SP



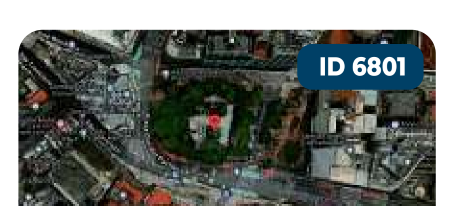
Apartamento com 180 m²
São Paulo/SP

Imóvel no Condomínio Portal do São Francisco com 3 vagas de garagem. Localizado a 8 min. do Continental Shopping e a 15 min. da Marginal Pinheiros.

1° Leilão 25/09 - 14:00hs
2° Leilão 25/09 - 15:00hs

Avaliação R$ 1.342.100,31 | Lances a partir de R$ 939.470,21

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP



Terreno Urbano
São Paulo/SP

Terreno com área de 1.170 m², composto por uma guarita de estacionamento de 20 m². Localizado na Praça da Sé, região central de São Paulo.

Leilão 30/09 - 09:00hs



Avaliação R$ 12.936.895,01 | Lances a partir de R$ 9.055.826,51

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP



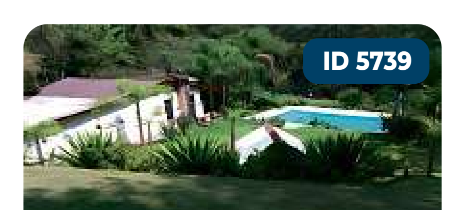
Imóvel Residencial
Guarujá/SP

Imóvel com 390 m² de construção sobre terreno de 912 m². Localizado a 2 min. da Praia da Enseada e a 13 min. do centro da cidade.

1° Leilão 16/09 - 10:00hs
2° Leilão 01/10 - 10:00hs

Avaliação R$ 2.007.000,00 | Lances a partir de R$ 1.003.500,00

Juiz: Exmo. Dr. Adler Batista Oliveira Nobre
3ª Vara de Falências e Rec. Jud. do Foro Central de SP



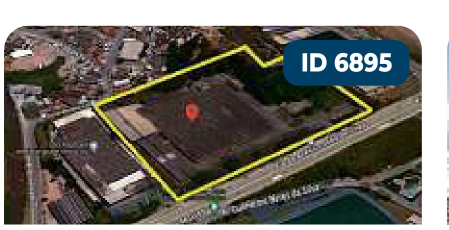
Imóveis Residenciais
Embu das Artes/SP

6 imóveis e benfeitorias com 1.083 m² de construção e terreno com área de 67.000 m². Composto por piscina, campo de futebol, capela, quadra poliesportiva, playground, diversos quiosques com churrasqueira e lago.

1° Leilão 16/09 - 09:30hs
2° Leilão 07/10 - 09:30hs

Avaliação R$ 8.448.814,58 | Lances a partir de R$ 5.914.170,20

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP



Imóvel Industrial
Jandira/SP

Prédio industrial com 16.000 m² de construção sobre terreno de 44.800 m². Localizado a 4 min. do Jandira Plaza Shopping e a 5 min. da Rod. Pres. Castello Branco.

1° Leilão 15/10 - 14:00hs
2° Leilão 14/11 - 14:00hs



Avaliação R$ 62.870.260,50 | Lances a partir de R$ 31.435.130,25

Juíza: Exma. Dra. Juliana Moraes Corregiari Bei
2ª Vara Cível de Jandira/SP



Apartamento com 81 m²
São Bernardo do Campo/SP

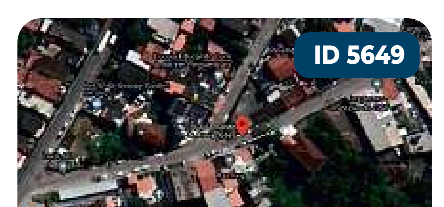
Imóvel no Condomínio Edifício Palazzo Nobile, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, sala 2 ambientes, 2 sacadas, banheiro, cozinha, área de serviço, vaga para 2 veículos e armário privativo.

1° Leilão 03/10 - 09:00hs
2° Leilão 24/10 - 09:00hs



Avaliação R$ 604.757,33 | Lances a partir de R$ 393.092,26

Juiz: Exmo. Dr. Carlo Mazza Britto Melfi
5ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP



Terreno Urbano
Salvador/BA

Terreno com 1.912m² situado no loteamento do Jd. Brasília. Lote n° 95 da quadra XII.

1° Leilão 03/10 - 10:00hs
2° Leilão 24/10 - 10:00hs

Avaliação R$ 1.170.871,61 | Lances a partir de R$ 585.435,81

Juíza Exma. Dra. Luciana Novakoski F. Alves de Oliveira
22ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital



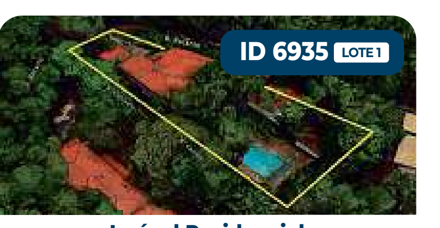
Edifício Residencial
Brooklin Novo/SP

Apartamento com 50,90m², situado no 9° andar do condomínio Edifício Barão de Teffé, no bairro do Brooklin Novo, Sp.

1° Leilão 03/10 - 15:00hs
2° Leilão 24/10 - 15:00hs

Avaliação R$ 713.442,90 | Lances a partir de R$ 428.065,74

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP



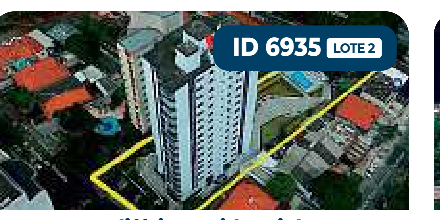
Imóvel Residencial
Chácara Flora/SP

Imóvel residencial com área total construída de 955m² sobre terreno de 2.798,40m² no loteamento chácara flora, em São Paulo.

1° Leilão 09/10 - 14:00hs
2° Leilão 24/10 - 14:00hs

Avaliação R$ 8.734.164,18 | Lances a partir de R$ 4.367.082,09

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP



Edifício Residencial
Brooklin/SP

Apartamento de 169,37m² com direito a 3 vagas de garagem, localizado no bairro do Brooklin, São Paulo.

1° Leilão 09/10 - 14:00hs
2° Leilão 24/10 - 14:00hs

Avaliação R$ 1.655.957,14 | Lances a partir de R$ 827.978,57

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP



Imóvel Residencial
Búzios/RJ

Terreno de 680m² com fundos para o canal entre a praia rasa e a baía formosa em Búzios, RJ.

1° Leilão 09/10 - 14:00hs
2° Leilão 24/10 - 14:00hs

Avaliação R$ 969.340,76 | Lances a partir de R$ 484.670,38

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200  11 95577 1200 | LEJE.COM.BR | @lejeoficial | Leilão Judicial Eletrônico

---

PECINI LEILÕES — DIRECIONAL engenharia

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão – 01/10/2024 às 11h30 | 2º Público Leilão – 03/10/2024 às 11h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, mat. Jucesp 715, autorizada pela Credora Fiduciária **RIACHO BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ nº 11.838.654/0001-05, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei 9.514/97, e alterações, o **IMÓVEL: APTO Nº 17, TÉRREO DA TORRE/BLOCO 2, integrante do empreendimento MOOB RESIDENCIAL**, à Rua Campante, nº 406, 18º Subdistrito – Ipiranga, São Paulo/SP. Áreas: Privativa (principal): 66,00m²; Outras Áreas Privativas (Acessórios): 8,40m²; Privativa Total: 74,40m²; Uso Comum: 34,081m²; Real Total: 108,481m². Coef. de Prop./FIT: 0,004719, com vaga vinculada nº 212. Matrícula nº 248.119 do 6º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 050.024.0370-0. **1º LEILÃO: R$ 450.000,00. 2º LEILÃO: R$ 481.730,48. Ônus do Arrematante: i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** Todas as despesas que vencerem após as datas dos leilões; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes dos leilões; **v) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Ficam os Devedores Fiduciantes **DIOGO MASSAMI NAKATSU** – CPF nº 369.632.438-83 e **MARIA LUIZA GOMES** – CPF nº 262.505.118-30, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

PECINI LEILÕES — GALLERIA FINANÇAS

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - PRESENCIAL

DATA: 1º Público Leilão: 01/10/2024 às 11h00 | 2º Público Leilão: 03/10/2024 às 11h00
LOCAL: Avenida Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP – CEP: 13.092-509

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, CNPJ nº 04.200.649/0001-07, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, **na modalidade exclusivamente PRESENCIAL**, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 502**, localizado no 5º pavimento da **TORRE "A"**, do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PLANO&CUPECÊ – CUPECÊ II**, situado à Avenida Cupecê, nº 1.808, Rua Particular e Rua João Gomes Batista, na Quadra "J", da Vila Lucita, Bairro da Campininha, 29º Subdistrito – Santo Amaro, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Coberta Edificada de 28,740m²; Comum Coberta Edificada de 8,046m²; Total Edificada de 36,786m²; Comum Descoberta de 5,755m²; Total (construída + descoberta) de 42,541m²; FIT: 0,003258. Matrícula Imobiliária nº 457.996 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária: 120.034.0691-2. Consolidação da propriedade em 29/08/2024. **Lances Mínimos: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 154.448,40. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 112.615,70. Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica a Devedora Fiduciante **SANDRA DE JESUS ANDRADE**, inscrita no CPF nº 446.936.378-23, comunicada e intimada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

ESCOLA LIVRE ARETÉ educação infantil e ensino fundamental

Associação Educacional Aicó

CNPJ nº 19.141.842/0001-91

Balanços Patrimoniais — Levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em Reais

Ativo	2023	2022
Circulante	3.856.546,98	2.985.371,33
Não circulante	10.678.811,44	10.590.847,02
Total do Ativo	**14.535.358,42**	**13.576.218,35**
Passivo	**2023**	**2022**
Circulante	1.387.936,64	1.017.974,29
Não circulante	6.815.757,11	6.815.757,11
Patrimônio líquido	6.331.664,67	5.742.486,95
Total do Passivo	**14.535.358,42**	**13.576.218,35**

Demonstração do Resultado — Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em Reais

	2023	2022
Receita Bruta	**11.092.119,71**	**9.707.679,72**
Deduções	(1.830.482,76)	(1.396.894,15)
Receita Operacional Líquida	**9.261.636,95**	**8.310.785,57**
Custos dos Serviços Prestados	**(5.333.168,57)**	**(4.599.088,26)**
Resultado Bruto	**3.928.468,38**	**3.711.697,31**
Despesas Operacionais	**(3.738.687,13)**	**(3.363.825,52)**
Outras receitas/(despesas) operacionais	120.743,20	160.983,30
Receitas e despesas financeiras	278.653,27	214.123,33
Superávit/(Déficit) do Exercício	**589.177,72**	**722.978,42**

A Diretoria
Lidiane Nunes da Silva Manzano
Contador(a) Reg. CRC- SP 325127/0-1

Balanços Patrimoniais — Levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em Reais

Ativo	2022	2021
Circulante	2.985.371,33	2.538.011,95
Não circulante	10.590.847,02	10.506.550,38
Total do Ativo	**13.576.218,35**	**13.044.562,33**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante	1.017.974,29	1.149.987,82
Não circulante	6.815.757,11	6.875.065,98
Patrimônio líquido	5.742.486,95	5.019.508,53
Total do Passivo	**13.576.218,35**	**13.044.562,33**

Demonstração do Resultado — Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em Reais

	2022	2021
Receita Bruta	**9.707.679,72**	**8.577.689,28**
Deduções	(1.396.894,15)	(1.186.820,16)
Receita Operacional Líquida	**8.310.785,57**	**7.390.869,12**
Custos dos Serviços Prestados	**(4.599.088,26)**	**(2.677.940,27)**
Resultado Bruto	**3.711.697,31**	**4.712.928,85**
Despesas Operacionais	**(3.363.825,52)**	**(3.815.507,47)**
Outras receitas/(despesas) operacionais	160.983,30	65.549,13
Receitas e despesas financeiras	214.123,33	(128.608,05)
Superávit/(Déficit) do Exercício	**722.978,42**	**834.362,46**

A Diretoria
Lidiane Nunes da Silva Manzano
Contador(a) Reg. CRC- SP 325127/0-1

Balanços Patrimoniais — Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais

Ativo	2021	2020
Circulante	2.538.011,95	1.697.393,36
Não circulante	10.506.550,38	10.588.281,96
Total do Ativo	**13.044.562,33**	**12.285.675,32**
Passivo	**2021**	**2020**
Circulante	1.149.987,82	1.133.854,87
Não circulante	6.875.065,98	6.966.674,38
Patrimônio líquido	5.019.508,53	4.185.146,07
Total do Passivo	**13.044.562,33**	**12.285.675,32**

Demonstração do Resultado — Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais

	2021	2020
Receita Bruta	**8.577.689,28**	**8.590.006,26**
Deduções	(1.186.820,16)	(1.115.138,78)
Receita Operacional Líquida	**7.390.869,12**	**7.474.867,48**
Custos dos Serviços Prestados	**(2.677.940,27)**	**(2.733.331,02)**
Resultado Bruto	**4.712.928,85**	**4.741.536,46**
Despesas Operacionais	**(3.815.507,47)**	**(4.006.059,44)**
Outras receitas/(despesas) operacionais	65.549,13	64.340,53
Receitas e despesas financeiras	(128.608,05)	(64.578,67)
Superávit/(Déficit) do Exercício	**834.362,46**	**735.238,88**

A Diretoria
Donizete Fernandes
Contador(a) Reg. CRC- 1SP 092.767/O-3

IOCHPE-MAXION S.A.

CNPJ nº 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 17 de setembro de 2024, às 08:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do § 2º do Art. 23 do estatuto social da Companhia, ficando consignada a presença dos Conselheiros na forma facultada no § 3º do referido artigo. Participaram, ainda, da reunião, como convidados, os Srs. Marcos Sergio de Oliveira, Renato Jorge Salum Junior e Flávia Senna Handel, diretor-presidente e de relações com investidores, diretor financeiro e diretora jurídica da Companhia, respectivamente. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. **4. Ordem do Dia: 4.1.** De acordo com o disposto na alínea "t" do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia e no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), examinar, discutir e deliberar sobre a 14ª (décima quarta) emissão de 750.000 (setecentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data da Emissão (conforme abaixo definido), de emissão da Companhia, no valor total de R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data da Emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea (a) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **4.2.** Deliberar sobre a autorização à Companhia para **(i)** celebrar, efetivar e negociar todos os termos e condições relacionados às deliberações para a Emissão e a Oferta, inclusive para celebrar todos e quaisquer atas, livros, procurações, notificações, comunicações, requerimentos, formulários, instrumentos, contratos, anexos, documentos e seus eventuais aditamentos relacionados à Emissão e à Oferta, bem como **(ii)** praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento, necessário ou conveniente, à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação dos Coordenadores (conforme abaixo definido) no âmbito da Oferta; **(b)** contratação dos prestadores de serviços da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, o banco liquidante ("Banco Liquidante"), o escriturador ("Escriturador"), o agente fiduciário ("Agente Fiduciário") e a agência de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco") no âmbito da Oferta, bem como os assessores legais no âmbito da Oferta, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos e fixar-lhes os respectivos honorários; **(c)** celebração da escritura da Emissão ("Escritura de Emissão"), do contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") e de todos os demais documentos, procurações e eventuais aditamentos; **(d)** prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta; e **(e)** adoção das providências relativas ao registro das Debêntures perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") e demais órgãos competentes; e **4.3.** Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o seguinte: **5.1.** Aprovar a captação de recursos mediante a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da competente Escritura de Emissão: (i) Destinação dos recursos: Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o **(a)** reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia; e/ou **(b)** reforço de caixa da Companhia; (ii) Colocação: As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures ("Garantia Firme"), realizada seguindo o rito de registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, tendo como público-alvo investidores profissionais, conforme previsto nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30" e "Investidores Profissionais", respectivamente); (iii) Coleta de Intenções de Investimento: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 61, parágrafos 2º e 4º, e artigo 62, parágrafo único, da Resolução CVM 160, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação com a Companhia, do volume a ser colocado perante os Investidores Profissionais ("Procedimento de *Bookbuilding*"). (iv) Prazo de Subscrição: Respeitado o atendimento dos requisitos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 59, parágrafo 3º da Resolução CVM 160, limitado à data limite de colocação a ser prevista no Contrato de Distribuição, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160; (v) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Data de Integralização"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade (conforme abaixo definida), a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a critério dos Coordenadores, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data; (vi) Negociação: As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários **(i)** entre Investidores Profissionais, a qualquer momento; **(ii)** entre investidores qualificados, conforme previsto nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento; e **(iii)** ao público investidor em geral, após decorrido 1 (um) ano da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, nos termos do disposto no artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160. As restrições à negociação das Debêntures aqui previstas deixam de ser aplicáveis caso a Companhia realize oferta subsequente de debêntures de emissão da Companhia destinada ao público investidor em geral e sujeita ao rito de registro ordinário de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto no artigo 28 e seguintes da Resolução CVM 160, observado o disposto no artigo 86, parágrafo 4º, da Resolução CVM 160; (vii) Número da Emissão: As Debêntures representam a 14ª (décima quarta) emissão de debêntures da Companhia; (viii) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão; (ix) Quantidade: Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures; (x) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (xi) Séries: A Emissão será realizada em série única; (xii) Forma e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (xiii) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (xiv) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência; (xv) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (xvi) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª (primeira) Data de Integralização ("Data de Início da Rentabilidade"); (xvii) Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão; (xviii) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas, conforme datas a serem previstas na Escritura de Emissão; (xix) Remuneração: A remuneração das Debêntures será a seguinte: (a) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente; e (b) Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; (c) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado, de amortização extraordinária ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o primeiro pagamento da Remuneração ocorrerá em 10 de abril de 2025 e, a partir daí, semestralmente no dia 10 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o último pagamento na Data de Vencimento, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão. (xx) Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (xxi) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, a ser calculado de acordo com a fórmula e os valores previstos na Escritura de Emissão; (xxii) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, observado os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento de parcela a ser amortizada do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, a ser calculado de acordo com a fórmula e valores previstos na Escritura de Emissão; (xxiii) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial das Debêntures, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; (xxiv) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, **(i)** por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; ou **(ii)** por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, desde que observe as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e nos artigos 14 a 19 da Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xxv) Vencimento Antecipado: As obrigações decorrentes das Debêntures terão o seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão; e (xxvi) Demais características e aprovação da Escritura de Emissão: As demais características e condições da Emissão e da Oferta serão especificadas na Escritura de Emissão conforme a minuta que ficará arquivada na sede da Companhia. **5.2.** Autorizar a Companhia a **(i)** celebrar, efetivar e negociar todos os termos e condições relacionados às deliberações para a Emissão e a Oferta, inclusive para celebrar todos e quaisquer atas, livros, procurações, notificações, comunicações, requerimentos, formulários, instrumentos, contratos, anexos, documentos e seus eventuais aditamentos relacionados à Emissão e à Oferta, bem como **(ii)** praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento, necessário ou conveniente, à realização da Emissão e da Oferta ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação dos Coordenadores no âmbito da Oferta; **(b)** contratação dos prestadores de serviços para a Emissão e para a Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário e a Agência de Classificação de Risco no âmbito da Oferta, bem como os assessores legais no âmbito da Oferta, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos e fixar-lhes os respectivos honorários; **(c)** celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e de todos os demais documentos, procurações e seus eventuais aditamentos; **(d)** prática de todos os atos necessários ou convenientes à efetivação da Emissão e da Oferta; e **(e)** adoção de providências relativas ao registro das Debêntures perante a B3 e demais órgãos competentes. 5.2.1. Nos termos do § 2º do Art. 29 do estatuto social da Companhia, autorizar ainda que o Diretor Financeiro Renato Jorge Salum Junior, de forma individual, tome todas e quaisquer providências, pratique todos os atos e assine todos os documentos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas e demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta. **5.3.** Ratificar todos os atos já praticados relacionados a todas as deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pelos conselheiros presentes em número suficiente para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião. São Paulo, 17 de setembro de 2024. Assinaturas: Mesa: Dan Ioschpe, Presidente. Flávia Senna Handel, Secretária. Conselheiros: Alexandre Gonçalves Silva; Dan Ioschpe; Deborah Stern Vieitas; Gustavo Berg Ioschpe; Henrique Bredda; Iboty Brochmann Ioschpe; Leandro Kolodny; Nildemar Secches; Sergio Luiz Silva Schwartz. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Flávia Senna Handel** - Secretária.

www.iochpe.com.br

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DESPACHO

Nº do Processo: 024.00095184/2024-86.
Interessado: COORDENAÇÃO DAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES.
Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA - AJ.
Trata o presente de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Fisioterapia no Método Therasuit - Terapia de Reabilitação Neurológica, em cumprimento à demanda judicial, conforme documento de formalização de demanda (DFD) 0030050581. À vista das manifestações constantes dos autos ali destacadas 0040357301 e, considerando o valor estimado da contratação pretendida, AUTORIZO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** de acordo com o artigo 75, inciso III, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como a Contratação da empresa **CLÍNICA REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA AQUÁTICA - RNA,** no valor total de **R$18.000,00 (dezoito mil reais),** para prestação de serviços de Fisioterapia no Método Therasuit - Terapia de Reabilitação Neurológica, em cumprimento à demanda judicial, pelo prazo de 06 (seis) meses.

TAG Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

CNPJ nº 06.248.349/0001-23 - NIRE 333.0026996-7

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

Nos termos do Art. 124, §1º, inciso I, do Art. 71, §2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Cláusula 11.1 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG*" celebrado em 16 de novembro de 2023, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") em 22 de novembro de 2023, sob o nº ED334037586000, entre a **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, bloco 1, salas 2301 e 2601, CEP 20031-170, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 06.248.349/0001-23, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA, sob o NIRE 33.3.0026996-7 ("**Emissora**") e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**", respectivamente), conforme aditada de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**"), ficam os Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única ("**Debêntures**"), da Emissora ("**Emissão**"), e o Agente Fiduciário convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**"), que se realizará, **em segunda convocação**, no dia 26 de setembro de 2024, às 16:00 horas, de **forma exclusivamente digital** por meio da plataforma eletrônica *"Microsoft Teams"*, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados ("**Plataforma Digital**"), observado o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), conforme o §2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, que será considerada como realizada na sede da Emissora a fim de apreciarem e deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **(A)** a alteração da Cláusula 8.1.2, item (e) da Escritura de Emissão, de modo a prever condicionante relacionada à necessidade de observação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada na página da Emissora na rede mundial de computadores www.ntag.com.br ("**Proposta da Administração**"), 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(B)** a alteração da Cláusula 8.1.2, item (l) da Escritura de Emissão, de modo a incluir as hipóteses em que resta autorizada a redução de capital da Emissora sem a necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(C)** a inclusão de subcláusula à Cláusula 8 da Escritura de Emissão, de modo a incluir previsão sobre a vigência e eficácia das referências ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstas nas Cláusulas 8.1.1, alínea "d", e 8.1.2, alíneas "e" e "l" da Escritura de Emissão, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada pela Emissora 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(D)** a inclusão de subcláusula à Cláusula 8 da Escritura de Emissão, para prever a obrigação da Emissora em notificar o Agente Fiduciário acerca da quitação dos instrumentos financeiros vigentes que contenham parâmetros de medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada pela Emissora 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(E)** caso as matérias indicadas nos itens (A) a (D) acima sejam aprovadas, a autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário possam: **(i)** praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do segundo aditamento à Escritura de Emissão ("**2º Aditamento à Escritura de Emissão**") no prazo de até 5 (cinco) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas; e **(ii)** para realização do protocolo desta ata e dos demais documentos que se fizerem necessários à implementação das deliberações ora tomadas, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. **1. Local: 1.1** A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de **forma exclusivamente digital e remota,** por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. **2. Informações Gerais: 2.1** Observado o disposto na forma do artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, à Emissora, no *e-mail* financascorporativas.ntag@ntag.com.br, ao Agente Fiduciário, com cópia para o *e-mail* assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos de habilitação: **(i)** documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e **(ii)** caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: **(i)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **(ii)** documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e **(iii)** procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. **2.2** A Emissora disponibilizará **(i)** Plataforma Digital para participação e votação remota dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas; e **(ii)** instrução de voto a distância. **2.2.1** Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, enviando a correspondente instrução de voto a distância diretamente à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores www.ntag.com.br e na sua página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo debenturista, ou por seu representante legal, e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do debenturista. Mesmo após o eventual envio de instrução de voto, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com o disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua instrução de voto previamente enviada desconsiderada. O acesso via Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("**Debenturistas Credenciados**"). **2.3** Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* financascorporativas.ntag@ntag.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário no *e-mail* assembleias@pentagonotrustee.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. **2.4** A Emissora recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do debenturista, entre outros). **2.5** Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme admitido pelo artigo 10 e seu parágrafo primeiro da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme em vigor no Brasil, adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil. As declarações de vontade dos signatários mediante assinatura digital presumir-se-ão verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. **2.6** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.7** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.pentagonotrustee.com.br), da Emissora (www.ntag.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de setembro de 2024 - **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

Conectando Energias
APRESENTA

Rio será capital do debate sobre transição energética global

ROG.e conecta todas as energias no maior evento de petróleo e gás da América Latina com 500 palestrantes e público esperado de 70 mil pessoas no Boulevard Olímpico


GETTY IMAGES

Rio de Janeiro, sede da ROG.e: 70 mil pessoas conectadas para ampliar a discussão sobre os rumos da transição energética no mundo

O Boulevard Olímpico, um dos símbolos da renovação do Rio de Janeiro iniciada com os Jogos de 2016, estará no centro das atenções do mercado mundial de energia entre os dias 23 e 26 de setembro. Mais de 70 mil pessoas são esperadas no maior evento do setor na América Latina e um dos maiores do mundo, que chega à sua 21ª edição com nova marca. "Conectando energias" acontece em paralelo aos preparativos para a reunião do G20 e coloca em evidência temas como a colaboração entre as nações para uma transição energética justa.

"Vamos fazer a transição energética de maneira que seja competitiva e garanta energia barata para a população", diz o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), organizador do evento, Roberto Ardenghy.

A agenda do evento reflete a intenção de abraçar a todos os atores do segmento e conferir mais protagonismo às novas fontes de energia. Com base nesse conceito, o evento ganhou o nome de ROG.e, em substituição a Rio Oil & Gas. Ardenghy explica que a mudança da marca veio como resposta à necessidade de reinvenção.

"A conferência foi criada em 1982, em função do crescimento da importância do setor de óleo e gás no Brasil. De lá para cá, muita coisa mudou. Hoje o petróleo é responsável por 80% da energia do mundo. No Brasil, esse número é de 44,7%. Já temos uma matriz mais renovável. Outra coisa que mudou foi a busca por soluções descarbonizadas. Nesse evento, quase 25% dos trabalhos serão sobre temas que vão além do petróleo", diz Ardenghy.

Em pouco mais de quatro décadas, o encontro tornou-se o maior evento de energia da América Latina e um dos maiores do mundo. No calendário do Rio, brilha ao lado do Rock in Rio e do Rio Open como um farol de atração para turistas estrangeiros. Esta edição ocupará oito armazéns da região. Será a maior conferência da História.

"O Rock in Rio consolida a cidade como um espaço de grande magnitude cultural, e logo depois vem a ROG.e, o maior evento corporativo da América Latina. Estamos esperando 18% de visitantes do exterior. É um público que reforça o Rio como capital da energia", comenta Ardenghy.

Além de conectar energias, o evento pretende conectar pessoas, ampliando a discussão sobre o futuro para toda a sociedade. Para marcar essa inflexão, pela primeira vez o congresso será aberto por um keynote speaker externo ao setor — o escritor indiano Rohit Bhargava, autor de livros sobre pensamento não óbvio. Além dele, estrelam a programação CEOs globais de algumas das principais empresas de energia. A conferência vai oferecer atividades como os Strategic Talks, sessões exclusivas, apresentação de trabalhos técnicos, exposição e eventos paralelos. E conta, pela primeira vez, com a participação da Eletrobras. (ver página 2)

"Queremos refletir amplamente. Temas como produção de conhecimento, geração de emprego e redução do desequilíbrio social deverão estar presentes nas principais sessões", diz Victor Montenegro, gerente-executivo de Eventos e Novos Negócios do IBP.

"Vamos fazer a transição energética de maneira que seja competitiva e garanta energia barata para a população"

Roberto Ardenghy,
Presidente do IBP

ROG.e em números



60 MIL metros quadrados



70 MIL participantes



550 EXPOSITORES

6 PAVILHÕES internacionais



500 PALESTRANTES

6 MIL empregos diretos e indiretos

Evento conecta passado e futuro do Rio

Legado inclui investimentos em infraestrutura e duplicação de espaços disponíveis


REPRODUÇÃO

Pavilhão que pertence ao Theatro Municipal foi totalmente revitalizado para abrigar o congresso da ROG.e

A ROG.e deixa um importante legado para o Rio e confirma a conferência como impulsionadora da revitalização da Zona Portuária e do turismo de negócios. Para o evento, que ocupará oito armazéns, foram reformadas estruturas como o prédio da Fábrica de Espetáculos, do Theatro Municipal, onde acontecerá o congresso. A reforma liberou espaços que duplicaram a capacidade disponível na região, construiu rampas, banheiros e uma passarela temporária coberta que interliga os dois lados do Boulevard, além de reparar telhado e acessos de emergência.

É um espaço que fica pronto para ser ocupado por eventos, contribuindo para o círculo virtuoso que se estabeleceu na Zona Portuária. Anelise Lara, chair do Comitê Organizador da ROG.e, entusiasma-se com o que chama de "desafio grande e prazeroso".

"O Boulevard representa um pouco do passado e muito do futuro desta cidade maravilhosa que é o Rio. Deixaremos um legado bonito, aperfeiçoando o trabalho que fizemos em 2022, na primeira conferência realizada na região", diz Lara.

Para o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio, Chicão Bulhões, a conferência reforça a cidade como epicentro do mercado de energia, e a consolida como destino de importantes eventos de negócios. Bulhões aponta ainda que a ROG.e é um exemplo da importância das parcerias entre os setores público e privado.

"Não dá para caminhar sozinho. Eventos que movimentam a economia do Rio e ajudam a preservar nossa cultura e nossa cidade deixam uma herança para quem vive aqui e para os turistas que vêm a lazer ou a negócios", diz, comemorando que o investidor voltou a ver o Rio como um lugar que, além de bonito, oferece qualidade de vida e ótimo ambiente de negócios.

"Sediar a ROG.e reforça o Rio como epicentro do mercado de energia e consolida a cidade como destino de importantes eventos de negócios"

Chicão Bulhões,
Secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio de Janeiro

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DIGITAL: FERNANDO BOVO
GERENTE-EXECUTIVA DO G.LAB: SILVIA ROGAR | GERENTE DO G.LAB RIO DE JANEIRO: ADRIANA SCHRODER
EDIÇÃO: LUCILA SOARES | DIREÇÃO DE ARTE E DESIGN: DANILO VIEIRA E SERGIO BERGOCCE

Conectando Energias
APRESENTA

Programa traz novos temas e vozes

Com 500 palestrantes, evento aposta em ideias não óbvias e traz pela primeira vez a discussão sobre como financiar o caminho para uma economia de baixo carbono

A organização da ROG.e criou eixos temáticos e buscou nomes que, no conjunto, reflitam as diversas vozes que enfrentam o desafio da transição energética. São 500 palestrantes, responsáveis por um cardápio capaz de atender aos interesses e anseios de veteranos da área de energia do Brasil e do exterior e, também, das gerações que cresceram assombradas pelas incertezas que se apresentam com os efeitos cada vez mais catastróficos das mudanças climáticas. Pela primeira vez, o evento vai discutir a financiabilidade da transição para uma economia de baixo carbono. Outro ineditismo é a participação de um keynote speaker que não pertence à área de energia. O indiano Rohit Bhargava, um pensador das ideias não óbvias, é uma das estrelas da conferência.

"O convite a Bhargava sinaliza a importância de ampliar a discussão da transição energética para envolver atores fora do setor. O debate não pode acontecer só dentro de uma bolha, é preciso conectar energias e pessoas", diz Anelise Lara, chair do Comitê Organizador da ROG.e.

Lara lembra que é difícil encontrar uma alternativa energética ao petróleo, em termos de acessibilidade, preço e eficiência. "Para uma transição suave e justa, é preciso pensar fora da caixa", diz.

Entre os destaques da grade de programação estão CEOs globais e das principais companhias de energia do Brasil, além de representantes da comunidade acadêmica e científica. Atenção especial foi dispensada aos jovens. Eles ganharam espaço na programação paralela com a Arena Young Summit (Cúpula Jovem), com uma pauta voltada para os pilares carreira, liderança, transição energética, empreendedorismo e inovação.

"Acredito muito nessa geração que já nasceu com a preocupação ambiental. Vários jovens abaixo dos 35 anos estão no mercado e podem estar na indústria de óleo e gás", conclui.


DIVULGAÇÃO IBP

Rio Oil & Gas 2022, o primeiro evento no Boulevard Olímpico: acesso facilitado pelo VLT, que tem duas estações próximas das entradas

> "O debate não pode acontecer dentro de uma bolha, é preciso envolver toda a sociedade para que todos sintam-se responsáveis pelas escolhas nem sempre fáceis que precisam ser feitas na transição"
>
> **Anelise Lara,** Chair do Comitê Organizador da ROG.e


DIVULGAÇÃO IBP

Sessão do congresso realizado em 2022, o primeiro no Boulevard Olímpico: sucesso de público

Programação valoriza inovação e diversidade

Eventos paralelos abrem espaço para temas inéditos e parcerias

A ampliação do debate para além do setor de petróleo e gás é a marca também dos sete eventos paralelos programados, que abordam os temas mais atuais do mercado, com foco na inovação. Estreia desta edição, o iUP Innovation Connections, vai apresentar os últimas avanços do setor às empresas, na intenção de fomentar parcerias e investimentos e explorar desafios e oportunidades.

"Os eventos paralelos são muito importantes porque conseguimos trazer outras tribos para a conferência. Queríamos poder falar com o pessoal de inovação e empreendedorismo, porque achamos que tem muito espaço para desenvolverem soluções. O iUP é um hub de inovação que estamos promovendo para atender às demandas da indústria, reunindo as tribos de inovação, empreendedores, tecnologia – aponta Victor Montenegro, gerente-executivo de Eventos e Novos Negócios do IBP.

Anelise Lara, chair do Comitê Organizador da ROG.e, destaca que o iUP fala sobre tecnologia abrangendo todas as energias. O evento vai abordar ainda o desenvolvimento tecnológico para óleo e gás e para renováveis, além de soluções para inteligência artificial.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO EM PAUTA

O Comitê de Diversidade do IBP coordenou a criação da Arena de Diversidade, Equidade e Inclusão. Será um espaço de discussão, compartilhamento e reflexão sobre os desafios, projetos e boas práticas para tornar a indústria mais diversa e inclusiva. Serão discutidos os diferentes pilares da diversidade, como a temática racial, de gênero e sobre pessoas com deficiência.

Outros destaques desta edição são as arenas de Renováveis e Biocombustíveis e de Lubrificantes, que oferecem espaços de networking e disseminação de conhecimento. Os interessados em segurança operacional podem participar do Seminário de Segurança Operacional e Meio Ambiente da ANP. Já o Fórum Onshore vai trazer painéis sobre a realidade e o futuro das atividades em campos terrestres no Brasil, discutindo assuntos como a viabilidade técnica e econômica de campos maduros e acumulações marginais.

"Vai ser uma maratona de conhecimento. Você está andando e vê uma discussão interessante entre o palestrante e a audiência. As arenas são um espaço de debates aberto a todos. É uma surpresa a cada esquina", destaca Montenegro.

Inovação para criar a energia do futuro

Transição energética "fora da caixa" é a proposta do pensador indiano **ROHIT BHARGAVA,** primeiro keynote speaker fora do setor



Defensor da importância das "ideias não óbvias", o indiano Rohit Bhargava é especialista em inovação e na projeção de tendências. Bhargava é autor de nove livros e ao longo de sua carreira já inspirou líderes, executivos, CEOs em apresentações por mais de 30 países. Ele abre a programação do congresso, em uma keynote session, no Palco Petrobras 1. O especialista aposta que usar a imaginação e fugir da obviedade torna possível pensar o futuro, entender melhor as pessoas e encontrar respostas para muitos desafios, inclusive a transição energética. Ele destaca como a inovação e a tecnologia podem transformar a maneira como produzimos e consumimos energia.

"Queríamos trazer uma pessoa que causasse impacto. Ele traz motivação para você pensar fora da sua zona de conforto, tem essa característica de questionar todos os padrões de conhecimento. Hoje, o mundo não tem toda a tecnologia necessária para atingir os objetivos de redução de gases de efeito estufa. Se você não tem tecnologia, tem que pensar de maneira disruptiva para criá-la. Ele vai instigar o pessoal", aponta Roberto Ardenghy, presidente do IBP.

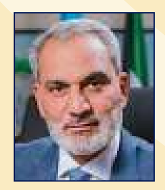
Outras estrelas da ROG.e


MAGDA CHAMBRIARD, Presidente da Petrobras


PATRICK POUYANNÉ, CEO da TotalEnergies


ANDERS OPEDAL, CEO da Equinor


WAEL SAWAN, CEO da Shell


HAITHAM AL-GHAIS, secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)

Conectando Energias
APRESENTA

Matriz energética fortalece Brasil na defesa de transição justa

País investe em tecnologias e cria regulamentações na área de energia para cumprir a meta do Acordo de Paris e zerar emissões até 2050

Com praticamente metade da oferta de energia proveniente de fontes renováveis, o Brasil reúne credenciais para liderar a transição energética na América Latina e defender que essa transição seja justa. O país é o segundo produtor mundial de biocombustíveis, avança a passos largos na produção de energia solar, eólica e de hidrogênio verde e produz um tipo de petróleo com intensidade de carbono bem abaixo da média mundial. São condições que fortalecem o Brasil no cenário mundial na defesa de medidas para mitigar efeitos econômicos e sociais do processo de descarbonização da economia.

Uma das frentes do esforço brasileiro para cumprir a meta de zerar as emissões até 2050 — estabelecida em 2015, no Acordo de Paris — é investir em tecnologias e regulamentações na área de energia. O Brasil criou incentivos para subsidiar a oferta de biocombustíveis e energias solar e eólica. O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy, considera que o rumo está correto, porém, expressa preocupação com falta de uma "abordagem mais completa da transição, da evolução energética".

"A gente tem visto algumas medidas no Congresso Nacional que caminham no sentido de criar feudos regulatórios", diz.


GETTY IMAGES

Parque eólico com painéis solares em Santa Catarina: energias renováveis ganham espaço no Brasil

> "Não é só emitir menos, mas ofertar energia às pessoas, são 2 bilhões de pessoas sem energia"
>
> **Alfredo Renault,** CEO do Centro de Soluções Tecnológicas de Baixo Carbono da Coppe/UFRJ

Para o especialista do setor de energia Edmar Almeida, da PUC-Rio, fontes de energia já consolidadas não precisam tanto de subsídios quanto as que ainda não são competitivas, como o combustível sustentável de aviação (SAF), que poderá substituir o querosene de aviação. Almeida alerta para a limitação de orçamento no Brasil, que deveria levar governantes e parlamentares a dar prioridade a incentivos para tecnologias que ainda não existem ou não estão prontas. O hidrogênio verde é outro exemplo.

O Brasil já possui uma matriz energética diversificada, com mais renováveis do que a média mundial, que é de apenas 15%. O peso dos fósseis no resto do mundo é bem maior, considerando o forte uso de carvão por países como a China. O Brasil também usa pouco carvão mineral em relação à média. O maior peso dos fósseis (35%) vem de petróleo e derivados, considerando a oferta de energia para transporte.

Analisando o perfil das emissões brasileiras, essas também se diferem em relação ao restante do mundo. Mudança de uso do solo e agropecuária emergem como os principais emissores de carbono, diferentemente da maioria dos países, onde o setor de energia é o maior emissor. O gerente de Sustentabilidade do IBP, Carlos Victal, destaca que cada vez mais países adotam políticas orientadas para a mudança de perfil das emissões. E acentua a necessidade de financiar países que já sofrem danos em função de fenômenos climáticos extremos.

Ainda existe um grande potencial de expansão da geração de eletricidade no Brasil a partir das renováveis. Aumentar a produção de energia a partir de fontes como eólica e solar, porém, não garante o abastecimento, porque existe a questão da intermitência, lembra o especialista Alfredo Renault, diretor do Centro de Soluções Tecnológicas de Baixo Carbono da Coppe/UFRJ. É preciso pensar também em questões como armazenamento e transporte da energia, processos que vão além da eletricidade e do sistema interligado.

"Não é só emitir menos, mas ofertar energia às pessoas, são dois bilhões de pessoas sem energia", conclui.

Descarbonização do setor é desafio mundial

Para zerar emissões até 2050 é preciso avançar no conhecimento tecnológico

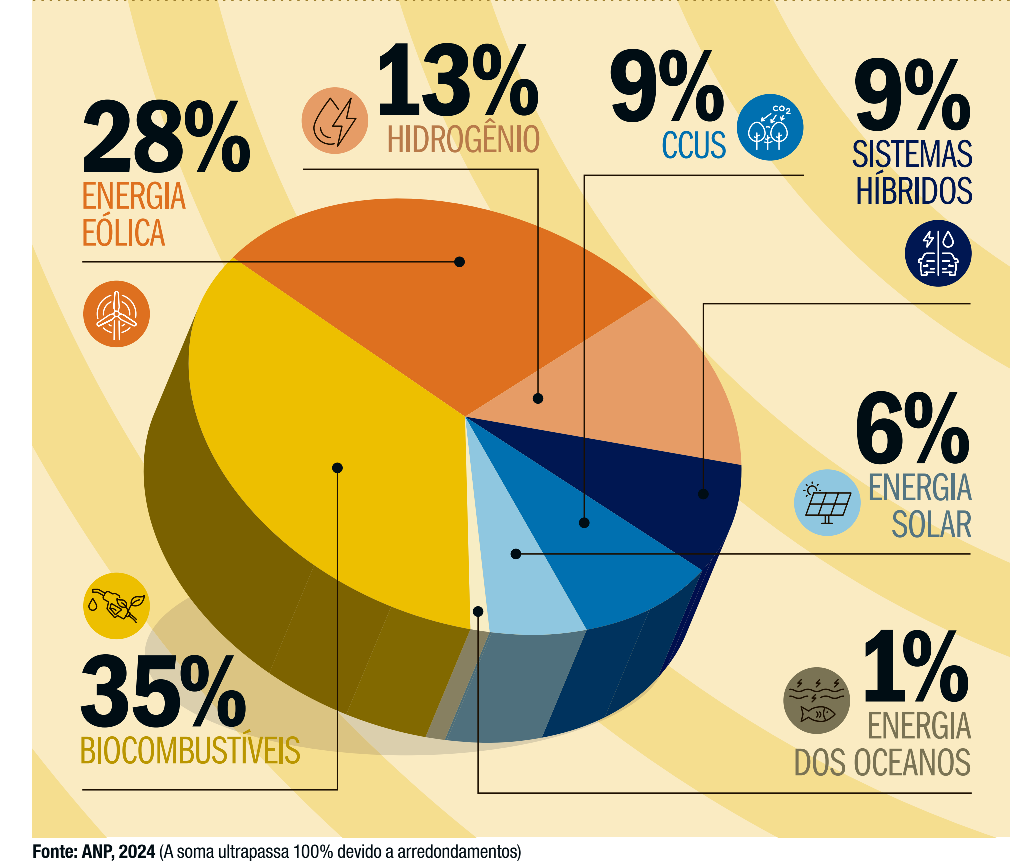
Em meio às trágicas evidências das mudanças climáticas, governos e empresas estão cada vez mais orientados a reduzir o quanto antes as emissões de gases de efeito estufa. Mas esbarram, segundo especialistas, em limitações tecnológicas. Relatório da Agência Internacional de Energia (IEA) sobre net zero mostra que atualmente ainda faltam cerca de 35% de conhecimento tecnológico para o cumprimento das metas de redução de emissões, zerando-as até 2050. Esse é um dos motivos para a indústria de petróleo defender uma transição energética sem rupturas dramáticas.

O portfólio de projetos relacionados à eficiência energética e a fontes de energia de baixo teor de carbono contemplados pela Cláusula de PD&I tem crescido. Entre 2018 e 2023, o número de projetos passou de 25 para 91 (gráfico), o que mostra que as empresas estão se reinventando.

"A Shell tem a ambição de se tornar um negócio de energia de emissões líquidas zero até 2050. O desafio é complexo e passa por investimentos em fontes renováveis, como o etanol; além de outras soluções de baixo carbono", afirma Cristiano Pinto da Costa, presidente da Shell do Brasil.

Para atrair mais investimentos no desenvolvimento de projetos de renováveis e de captura de carbono, a indústria aguarda regulamentações. Na avaliação do gerente de Sustentabilidade do IBP, Carlos Victal, a regulamentação mais aguardada é a das usinas eólicas offshore. O avanço da tecnologia de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS na sigla em inglês), para além da indústria do petróleo, também depende do avanço de projetos de lei.

O portfólio de projetos relacionados à eficiência energética e a fontes de energia de baixo teor de carbono pelas petroleiras brasileiras tem crescido ano a ano. Entre **2018** e **2023** o número de projetos relacionados a esses temas passou de **25** para **91**, enquanto os investimentos passaram de **R$ 46 milhões** para **R$ 782 milhões** durante o mesmo período.



Fonte: ANP, 2024 (A soma ultrapassa 100% devido a arredondamentos)

R$ 4 BILHÕES
foram investidos em PD&I pela indústria petrolífera brasileira em 2023

20% DOS INVESTIMENTOS
em tecnologia são para descarbonização e renováveis

28% DOS TRABALHOS
inscritos na ROG.e são sobre fontes renováveis


Conectando Energias
APRESENTA

Tecnologia desenha profissões e profissionais do futuro

Inovação cria novas exigências no mercado de trabalho e desafia uma indústria que gera 500 mil empregos por ano e precisa evitar apagão de mão de obra

Um estudo elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e pela Fundação Dom Cabral, divulgado em 2023, dá conta de que cerca de 23% das ocupações devem se modificar, globalmente, até 2027. Outra pesquisa, feita entre executivos e organizada pelas universidades Harvard e MIT, aponta ainda que a inteligência artificial (IA) será a responsável por tornar pouco relevantes 49% das competências da força de trabalho que se conhece hoje.

A mudança de perfil das profissões e dos profissionais, que já é percebida em vários setores da economia, é realidade também no setor de óleo e gás. E é pano de fundo para muitos debates que acontecerão na ROG.e. Para Karen Cubas, gerente da Universidade do Setor de Petróleo e Gás (UnIBP), o cenário atual inclui "novas profissões que estão surgindo e profissões que já existem no setor e estão sendo adaptadas".

"Têm surgido novas tecnologias. A profissão de inspetor, por exemplo, já existe hoje, mas agora ela recebe a ajuda dos drones, o que exige que o profissional adquira essa competência para exercer a função. Temos, nitidamente, as duas situações na atualidade: os profissionais do futuro e as profissões do futuro", diz Karen Cubas.

Esse panorama vem provocando um rearranjo na indústria de óleo e gás. Segundo a executiva, o setor lida com a ameaça de um apagão de profissionais. Karen lembra que a indústria de óleo e gás gera, anualmente, 500 mil postos de trabalho. "Porém, existem pessoas se aposentando e jovens que não se sentem atraídos por um segmento considerado poluente. É aí que entra a importância da educação", diz ela.

A UnIBP, lançada na Rio Oil & Gas de 2018, ocupa esse espaço e é atraente porque educa "dentro de casa". A universidade ainda faz a roda girar, pois contrata profissionais sêniores para fazer parte de seu corpo docente.

A especialista em empregabilidade, transição de carreira e recolocação Mariana Reis tem cinco sugestões de habilidades necessárias para o jovem que quiser ingressar na indústria, seja ela de óleo e gás ou de outra área. Ter autogestão, flexibilidade, ser articulado, saber distinguir o que é informação correta neste boom que estamos vivendo. Especificamente para o setor de óleo e gás, Mariana Reis recomenda ser colaborativo.

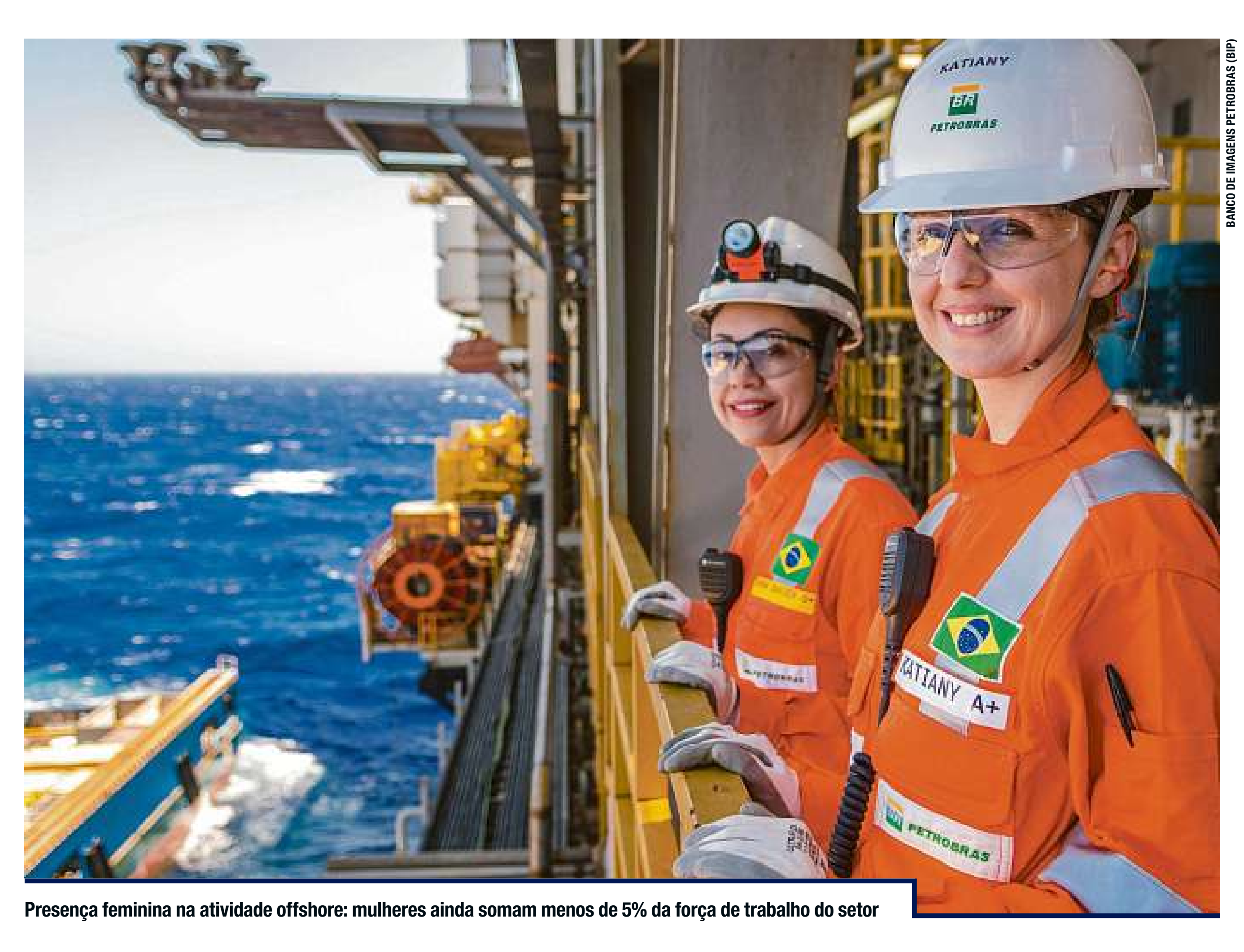
"Nesse setor, é comum a gestão e contratação de fornecedores por projeto. Essas equipes precisam ter características multidisciplinares, com pessoas de diferentes áreas de formação trabalhando juntas", conclui Mariana.

No estande do IBP na ROG.e, o programa Ecossistema Estudantil vai oferecer essas e outras informações diretamente para os jovens. Nesse mesmo espaço, uma palestra sobre o futuro das profissões na indústria de óleo e gás pretende ser uma das principais atrações.

> "Os jovens não estão se sentindo atraídos por um segmento considerado poluente. É aí que entra a importância da educação"
>
> **Karen Cubas,**
> Gerente da UnIBP

1,6 MILHÃO
empregos diretos e indiretos no setor de óleo e gás





BANCO DE IMAGENS PETROBRAS (IBP)

Presença feminina na atividade offshore: mulheres ainda somam menos de 5% da força de trabalho do setor

Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive em plataforma de petróleo

Parceria entre IBP e empresas, projeto O Mar Também É Delas será lançado na ROG.e como contribuição à diversidade no setor de óleo e gás

A Arena de Diversidade e Inclusão da ROG.e vai ser palco do lançamento oficial do projeto O Mar Também É Delas, viabilizado através de convênio com Petrobras e apoio das empresas TotalEnergies, Shell, Equinor, Ocyan, Subsea7, SLB e Capco. A equidade de gênero em plataformas afastadas da costa é a meta e contribui para a resposta a um desafio: mulheres são atualmente menos de 20% da força de trabalho no setor de óleo e gás. Na atividade offshore, esse percentual não ultrapassa 5%.

A diretora-executi-va Corporativa do IBP, Claudia Rabello, é uma entusiasta do projeto:

> "É um ponto disruptivo nessa indústria, que tradicionalmente é masculina"
>
> **Pamela Belém,**
> Coordenadora do Comitê de Diversidade do IBP

> "A indústria tem que se aliar a nós nesse projeto"
>
> **Claudia Rabello,**
> Diretora-executiva Corporativa do IBP

"Uma expressão que gosto de usar é evolução energética. É uma sutileza, porque estamos falando de um processo, e temos tido toda a preocupação de não excluir as pessoas desse processo", diz Claudia.

Esse olhar cuidadoso faz parte do dia a dia de Pamela Belém, coordenadora do Comitê de Diversidade do IBP, que reforça a riqueza da diversidade no ambiente de trabalho:

"Para ter inovação, é preciso ter diversidade, e a diversidade gera inovação. Precisamos de pessoas diferentes, sobretudo com a transição energética batendo à nossa porta", diz ela.

A ideia é que durante o ROG.e seja formado um grupo de trabalho para O Mar Também É Delas.

"A indústria tem que se aliar a nós nesse projeto", afirma Claudia Rabello, lembrando que na ROG.e será lançada ainda uma cartilha anticapacitista. "Estamos falando de uma diversidade inclusiva", acrescenta.

Pamela Belém considera que a Arena Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) ROG.e vai ser um espaço para falar sobre todos os grupos minorizados.

"É um ponto disruptivo nessa indústria, que tradicionalmente é masculina", diz Pamela.

Evento será palco de parcerias em busca de soluções

De modelos de análise de reservatórios que também servem para investigar tumores a tecnologias em águas ultraprofundas que ajudam a monitorar a fauna e a flora marinhas em locais inóspitos, o avanço tecnológico sempre foi um diferencial na indústria de óleo e gás. A ROG.e será um espaço de compartilhamento de descobertas e construção de novas parcerias.

"Estamos trazendo pessoas de fora da caixa. E um programa de investimento em startups está sendo desenvolvido para que possa atender a desafios do setor", afirma Melissa Fernandez, gerente de Tecnologia & Inovação do IBP.

Para o vice-presidente de Gente e Tecnologia na Vibra Energia S.A., Aspen Andersen, trata-se de uma indústria que evoluiu dentro do conceito de inovação aberta. Por isso ele acredita que a ROG.e será um encontro produtivo para o setor.

"Nenhuma empresa pode resolver essas questões sozinha. Quando um grupo qualificado se reúne para resolver os problemas, dá certo. A ROG.e tem essa energia", acredita Aspen Andersen.

Isabel Waclawek, diretora de Pesquisa e Desenvolvimento da TotalEnergies, compartilha o entusiasmo com as trocas que serão geradas no encontro:

"Na ROG.e, é possível ter um diálogo mais próximo com indústria, startups, academia e outros atores", disse.

Entre as iniciativas que serão apresentadas na ROG.e, Melissa Fernandez destaca o programa que está sendo desenvolvido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para aproximar empresas de inovação e a indústria petrolífera no Brasil.

Outro exemplo é a parceria feita entre a academia e o mundo corporativo encampada pela TotalEnergies. A empresa acaba de inaugurar três núcleos de excelência em pesquisa, através de parcerias com grandes instituições de ensino brasileiras para o desenvolvimento de projetos para acelerar a transição energética.

Essa busca de soluções recebe um apoio fundamental: a cláusula PD&I. Desde 1998, empresas de petróleo têm que investir 1% da receita em pesquisa, desenvolvimento e inovação, o que resultou em investimentos de cerca de R$ 30 bilhões em projetos de tecnologia.



> "Acreditamos no conhecimento gerado pelas trocas entre os setores públicos e privados, a indústria, universidades, organizações"
>
> **Isabel Waclawek,**
> Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento da TotalEnergies

> "Quando um grupo qualificado se reúne para resolver os problemas, dá certo. A ROG.e tem essa energia"
>
> **Aspen Andersen,**
> Vice-presidente de Gente e Tecnologia na Vibra Energia S.A.

Conectando Energias
APRESENTA

Agenda ESG é prioridade no setor de óleo e gás e na organização da ROG.e

Cartilha anticapacitista será lançada durante o evento, que oferecerá facilidade de acesso e emprego para PCDs e jovens de comunidades

Para que a transição energética seja eficaz e contemple a agenda ESG (Environmental, Social and Governance) nas empresas, ela precisa ser inclusiva. Pensando assim, o IBP lançará na ROG.e uma cartilha anticapacitista, elaborada pelo Grupo de Trabalho sobre PCD do Comitê de Diversidade do Instituto. A diretora-executiva Corporativa, Claudia Rabello, conta que a publicação será uma espécie de guia com boas práticas a serem adotadas para facilitar ao máximo a vida dos PCDs em eventos.

“A ROG.e será toda adaptada às necessidades dessas pessoas, e nossa expectativa é muito alta com relação a isso”, disse a executiva.

Haverá ações voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) ou dificuldade de mobilidade e inclusão de jovens moradores da Zona Portuária do Rio. Além das melhorias estruturais, o Armazém Principal vai ganhar banheiros adaptados, rampa de acesso ao segundo piso e elevadores provisórios.

“Um evento do porte da ROG.e oferece a oportunidade de trabalhar a agenda ESG. É uma recompensa muito grande. Procuramos uma consultoria para nos orientar quanto a isso, teremos um intérprete de libras nos auditórios e vamos oferecer cadeiras motorizadas para quem preferir se locomover na sua cadeira com autonomia. Também trabalhamos com algumas ONGs para trazer pessoas com deficiência para trabalhar no evento”, explica Victor Montenegro, gerente-executivo de Even-tos e Novos Negócios do IBP.

O IBP fez ainda uma parceria com a Fundação Darcy Vargas, convidando dez jovens moradores das comunidades da Gamboa, bairro do Centro do Rio de Janeiro, para trabalhar em caráter de treinamento durante os quatro dias de evento.



REPRODUÇÃO

Boulevard Olímpico: passarela que une as duas áreas da ROG.e foi um dos investimentos em acessibilidade feitos para o evento



“Um evento do porte da ROG.e oferece a oportunidade de trabalhar a agenda ESG. É uma recompensa muito grande”

Victor Montenegro,
Gerente-executivo de Eventos e Novos Negócios do IBP

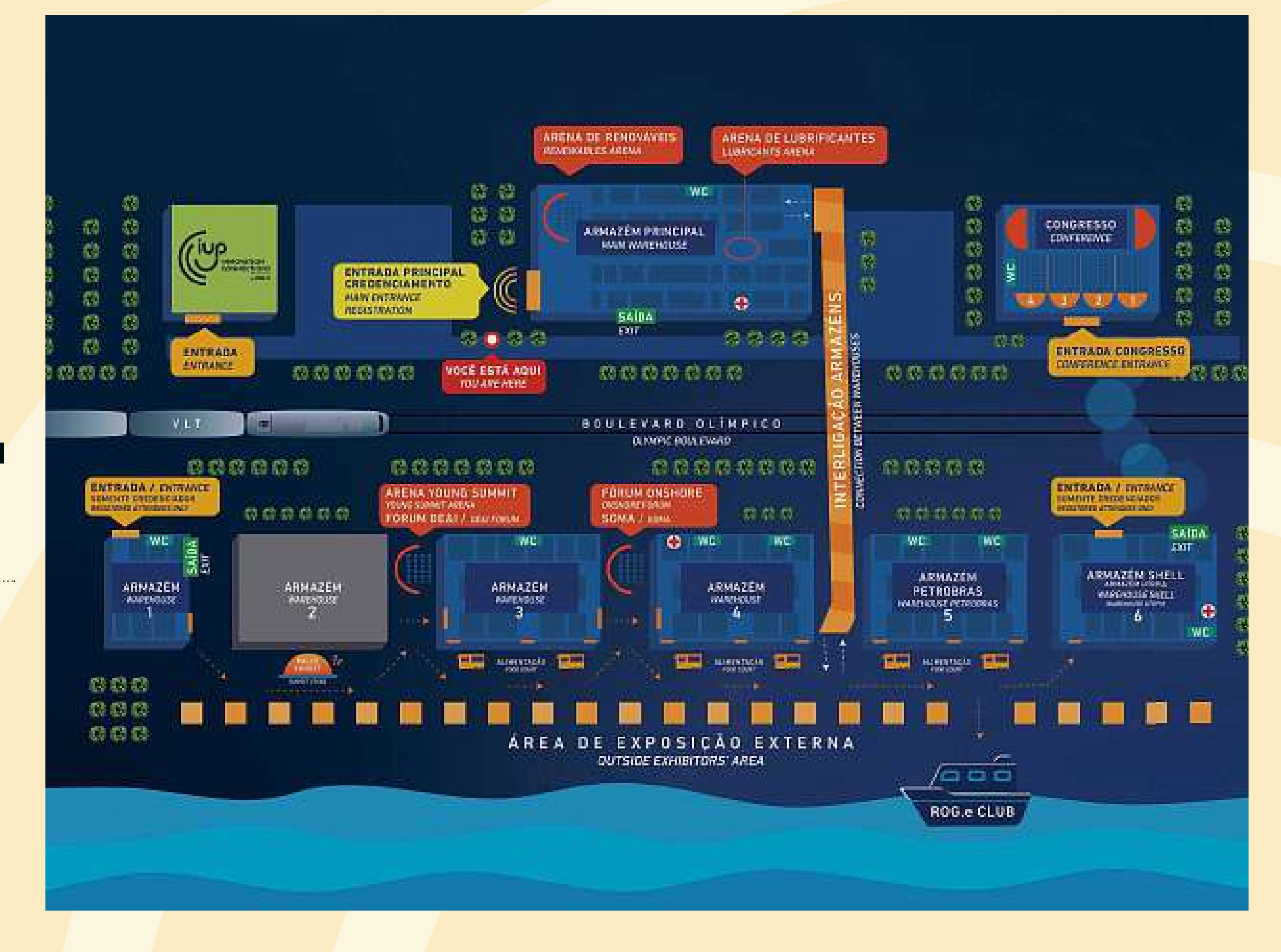




Um guia para melhor aproveitar as atrações da ROG.e 2024

A ROG.e 2024 acontecerá no Boulevard Olímpico, região que foi revitalizada para os Jogos Olímpicos Rio 2016 e se tornou um cartão-postal da cidade. A área vai do Armazém 8, no Cais da Gamboa, ao Museu Histórico Nacional e abriga diversos pontos históricos e culturais do Rio. Entre eles, o Museu de Arte do Rio (MAR), o AquaRio, o Mural Etnias, o Museu do Amanhã, a Praça Mauá e a Praça XV.

COMO CHEGAR:
A melhor maneira de chegar ao evento é de VLT. Toda extensão dos Armazéns e o congresso pode ser acessada pela Linha 1. A estação mais próxima do Armazém Principal é a Parada dos Navios. Para acesso ao congresso, a estação Utopia AquaRio.



EMBARQUE E DESEMBARQUE DE TÁXI OU CARRO DE APLICATIVO:
Av. Barão de Tefé, 34.

QUANDO?
A ROG.e 2024 será realizada entre 23 e 26 de setembro.

HORÁRIO:
O credenciamento abre às 8h. As atividades do congresso vão das 9h às 18h40. A exposição abre às 12h e termina às 20h.

INGRESSOS:
A ROG.e oferece cinco níveis de ingressos, elaborados para atender aos diversos objetivos dos participantes. Confira qual é o seu e adquira o ingresso no site do evento: https://www.roge.energy/ingressos/

INSCRIÇÕES:
Para se inscrever no evento, seja individualmente ou em grupo, acesse: www.roge.energy

